

Coletânea **MULTIATUAL** *Interdisciplinar*

Volume 5
2022

uniatual
EDITORA

Coletânea **MULTIATUAL** *Interdisciplinar*

Volume 5
2022

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

uniatual.grupomultiatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694m Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 5
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 251 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86013-09-2

DOI: 10.5281/zenodo.6554927

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniatual.com.br/2022/05/coletanea-multiatual-interdisciplinar.html>



AUTORES

**ADRIANA DE MORAES BEZERRA
ALEXANDRE DA TRINDADE LÉLIS
AMANDA DE OLIVEIRA LIMA
ANA CAROLINA MORAES DA SILVA
ANABELA SILVEIRA DE OLIVEIRA
ANILTON JORGE DA NÓBREGA GONÇALVES
ATAIR SILVA DE SOUSA
BIANCA SUAID SOARES
CLAUDIONOR BRAGA DA SILVA JÚNIOR
ENÉAS MACHADO
FLÁVIA DO PRADO MARTINS
FLÁVIA GARCIA DE SOUZA
GABRIEL BRASILINO DE ARAÚJO
GABRIEL GARRETO DOS SANTOS
GUILHERME MARCHIORI DE ASSIS
JESSYCA RODRIGUES MELO
JOÃO PAULO FERREIRA NERIS
JOÃO PAULO XAVIER SILVA
JULIA ALMENARA RIBEIRO VIEIRA
JÚLIA ANDRADE RODRIGUES ALVES
JÚLIA MAGALHÃES MONTEIRO
KAIO VITOR GONÇALVES FERNANDES
KELLY FERNANDA SILVA SANTANA
LAILSON DA SILVA FREITAS
LIZE HELENA CAPPELLARI
LUANA SILVA DE SOUSA
LUCAS DIAS SOARES MACHADO**

LUCAS DUTRA PRADIE
LUCAS ROSSI GERVILLA
LÚCIA DE FÁTIMA DA SILVA SANTOS
LUIZA NORBIM RONES
MARCELO DE ALMEIDA HEIDEMANN
MARIANA MENEZES ROCHA
MONALIZA SOUSA DOS ANJOS
NAANDA KAANNA MATOS DE SOUZA
NATHÁLIA PERINI ZAMPROGNO
NAYARA SANTANA BRITO
PETTERSON SOUSA
PRISCILA VIEIRA DE MORAES RAMOS
RAFAELLA MARINELI LOPES
REGINALDO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO
REJANE GONÇALVES DE ARAÚJO
RITA DE CÁSSIA DE HOLANDA PESSOA PORTO
ROBSON LEITE SAMPAIO
RUBENS BEÇAK
SAMARA MARTINS SOUZA VERÍSSIMO
SHAINARA PEREIRA
SUELEN DE LIMA BACH
TAMYRIS RAMOS DOS SANTOS
TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES
THALYA EDUARDA NUNES DA SILVA SANTOS
TICIANE MARIA SANTOS MUNIZ
VICTOR HENRIQUE MARQUES SANTOS
WELLINGTON VASCONCELOS DE SOUZA

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 5” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1

MANEJO SEGURO DE VIAS AÉREAS EM PACIENTES ADULTOS ACOMETIDOS PELA COVID-19

Lúcia de Fátima da Silva Santos; Monaliza Sousa dos Anjos; Reginaldo Rodrigues dos Santos Filho; Samara Martins Souza Veríssimo; Jessyca Rodrigues Melo; Luana Silva de Sousa; Ticiane Maria Santos Muniz; Kaio Vitor Gonçalves Fernandes; Amanda de Oliveira Lima

10

Capítulo 2

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE COORDENADAS OBTIDAS PELA TÉCNICA DE POSICIONAMENTO POR PONTO PRECISO (PPP) E POSICIONAMENTO ESTÁTICO RELATIVO NA ESTAÇÃO 840U-IBGE

Gabriel Brasilino de Araújo; Alexandre da Trindade Lélis; Gabriel Garreto dos Santos; Lailson da Silva Freitas; Marcelo de Almeida Heidemann

25

Capítulo 3

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS PARA A PRODUÇÃO ORAL EM UM AMBIENTE VIRTUAL NO ENSINO DE PLA

Tatiane Dantas Martins Robles

38

Capítulo 4

CULTURA DA DOMINAÇÃO: DESOCULTAR PARA RESISTIR

Enéas Machado

52

Capítulo 5

O PROCESSO INQUISITORIAL INSTAURADO EM FACE DE GABRIEL MALAGRIDA E SUA RELAÇÃO COM A DOENÇA MENTAL DESENVOLVIDA PELO JESUÍTA (1759-1761)

Guilherme Marchiori de Assis

67

Capítulo 6

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rubens Beçak; Rafaella Marineli Lopes

94

Capítulo 7

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE COGNITIVA E DA SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Shainara Pereira; Naanda Kaanna Matos de Souza; João Paulo Xavier Silva; Nayara Santana Brito; Lucas Dias Soares Machado; Adriana de Moraes Bezerra; Kelly Fernanda Silva Santana; Anilton Jorge da Nóbrega Gonçalves; Robson Leite Sampaio

116

Capítulo 8

A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM DECLÍNIO: UMA BREVE ANÁLISE QUALI/QUANTI ENTE 2016 – 2020

Atair Silva de Sousa

142

Capítulo 9 DOCUMENTÁRIOS DOMÉSTICOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS: OFICINAS AUDIOVISUAIS DURANTE A PANDEMIA Lucas Rossi Gervilla	159
Capítulo 10 ENGAJAMENTO EM ATIVIDADES REMOTAS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR Lucas Dutra Pradie; Flávia do Prado Martins; Flávia Garcia de Souza; Suelen de Lima Bach	173
Capítulo 11 BIOTA PAMPEANA: O QUANTO CONHECEMOS? Wellington Vasconcelos de Souza; Ana Carolina Moraes da Silva; Anabela Silveira de Oliveira; Tamyris Ramos dos Santos; Lize Helena Cappellari	180
Capítulo 12 OFICINAS SOCIOCULTURAIS DE GRAFITE: EXPLORANDO À CRIATIVIDADE E ANALISANDO O DESENVOLVIMENTO Petterson Sousa	187
Capítulo 13 ANÁLISE ESPACIAL DOS FOCOS DE QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE LÁBREA, AMAZONAS E SUA CORRELAÇÃO COM O DESMATAMENTO Gabriel Garreto dos Santos; João Paulo Ferreira Neris; Gabriel Brasilino de Araújo; Thalya Eduarda Nunes da Silva Santos; Rejane Gonçalves de Araújo; Claudionor Braga da Silva Júnior	204
Capítulo 14 ‘O PORTUGUÊS E SEUS SABORES: EXPERIÊNCIAS SOBRE A GASTRONOMIA BRASILEIRA NAS AULAS DE PLE Tatiane Dantas Martins Robles	216
Capítulo 15 A INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE CUIDADOS PALIATIVOS NA GRADE CURRICULAR EM ENFERMAGEM – UMA VISÃO DA BIOÉTICA PARA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS Rita de Cássia de Holanda Pessoa Porto	231
Capítulo 16 CONSEQUÊNCIAS DA POLIFARMÁCIA EM IDOSOS Nathália Perini Zamprogno; Júlia Andrade Rodrigues Alves; Júlia Magalhães Monteiro; Bianca Suaid Soares; Luiza Norbim Rones; Julia Almenara Ribeiro Vieira	234
Capítulo 17 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PALIATIVO – O OLHAR HUMANIZADO NO PROCESSO DE MORTE\MORRER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA" Mariana Menezes Rocha; Priscila Vieira De Moraes Ramos; Victor Henrique Marques Santos; Rita De Cássia De Holanda Pessoa Porto	240

Capítulo 1

MANEJO SEGURO DE VIAS AÉREAS EM PACIENTES ADULTOS ACOMETIDOS PELA COVID-19

Lúcia de Fátima da Silva Santos

Monaliza Sousa dos Anjos

Reginaldo Rodrigues dos Santos Filho

Samara Martins Souza Veríssimo

Jessyca Rodrigues Melo

Luana Silva de Sousa

Ticiane Maria Santos Muniz

Kaio Vitor Gonçalves Fernandes

Amanda de Oliveira Lima

MANEJO SEGURO DE VIAS AÉREAS EM PACIENTES ADULTOS ACOMETIDOS PELA COVID-19

Lúcia de Fátima da Silva Santos

*Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Piauí, mestrado em Saúde e
Comunidade pela Universidade Federal do Piauí
lucia3584@hotmail.com*

Monaliza Sousa dos Anjos

*Fisioterapeuta graduada pelo Centro Universitário Santo Agostinho
monalizaanjos@hotmail.com*

Reginaldo Rodrigues dos Santos Filho

*Graduando em Medicina pela Universidade Estadual do Piauí
reginaldorodrigues210@gmail.com*

Samara Martins Souza Veríssimo

*Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Piauí
samaramartins10@hotmail.com*

Jessyca Rodrigues Melo

*Psicóloga graduada pela Universidade Estadual do Piauí
jessycarodriguesmelo@gmail.com*

Luana Silva de Sousa

*Enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Piauí
luana20sousa@gmail.com*

Ticiane Maria Santos Muniz

*Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Piauí
tmuniz_the@hotmail.com*

Kaio Vitor Gonçalves Fernandes

Psicólogo graduado pelo Centro Universitário Santo Agostinho

kaio_fgv@hotmail.com

Amanda de Oliveira Lima

Psicóloga graduada pela Universidade Estadual do Piauí

amandaolimapsi@gmail.com

Resumo

OBJETIVO: Apresentar evidências científicas, disponíveis na literatura, acerca do manejo seguro de vias aéreas em pacientes adultos acometidos pela COVID-19. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada nas bases eletrônicas Lilacs e Medline/Pubmed, reunindo estudos publicados em 2020 e 2021, que documentassem os cuidados para o manejo seguro de vias aéreas em pacientes adultos acometidos pela COVID-19. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram revisados sete estudos que apontaram como principais cuidados para o manejo de vias aéreas, em pacientes com a COVID-19, o uso adequado dos equipamentos de proteção individual, interfaces de ventilação não invasiva que garantam a vedação adequada à face, o uso de filtros virais em terapias de ventilação e a realização de procedimentos em quartos com pressão negativa. **CONCLUSÃO:** O presente estudo evidenciou a necessidade de uma melhor compreensão dos procedimentos que geram aerossóis e suas implicações no manejo das vias aéreas de indivíduos que estão com COVID-19 no ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Pandemias. Aerossóis. Manuseio das vias aéreas. Coronavírus.

Abstract

OBJECTIVE: To present scientific evidence, available in the literature, about safe airway management in adult patients affected by COVID-19. **METHOD:** This is a narrative review carried out in the electronic databases Lilacs and Medline/Pubmed, bringing together studies published in 2020 and 2021, which document care for the safe management of the airways in adult patients affected by COVID-19. **RESULTS AND DISCUSSION:** Seven studies were reviewed that pointed out as the main precautions for airway management in patients with COVID-19, the proper use of personal protective equipment, non-invasive ventilation interfaces that ensure adequate sealing to the face, the use of viral filters in ventilation therapies and the performance of procedures in rooms with negative pressure. **CONCLUSION:** The present study highlighted the need for a better understanding of the procedures that generate aerosols and their implications for the management of the airways of individuals with COVID-19 in the hospital environment.

Keywords: Pandemics. aerosols. Airway management. Coronavirus.

INTRODUÇÃO

Os coronavírus são RNA de vírus causadores de infecções zoonóticas, reconhecidos como patógenos em humanos. Entre eles estão os coronavírus sazonais, que em geral são associados a síndromes gripais (LANA *et al.*, 2020).

Nos últimos 20 anos, três coronavírus foram reconhecidos como causadores de infecções respiratórias que podem ser fatais em seres humanos: SARS-CoV, identificado pela primeira vez na província de Guangdong, na China, em 2003, com letalidade de aproximadamente 10%; Mers-CoV, causador da síndrome respiratória do Oriente Médio, que emergiu na Arábia Saudita, em 2012, com letalidade de cerca de 30%; e o novo coronavírus, SARS-CoV-2 (CHEUNG *et al.*, 2020).

A pneumonia causada pelo SARS-CoV-2, também denominada “*Coronavirus Disease 2019*” (COVID-19), foi relatada pela primeira vez na província de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, e logo a doença se disseminou rapidamente em todo o mundo (CHAOQUN *et al.*, 2020; LANA *et al.*, 2020). Diante da rápida propagação da doença pelo mundo, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia, sendo elevada ao status de sexta emergência de saúde pública de interesse internacional, após a gripe H1N1 em 2009, poliomielite em 2014, ebola na África Ocidental em 2014, Zika em 2016 e ebola, na República Democrática do Congo em 2019 (SHAH, 2020).

As manifestações clínicas da COVID-19 são divididas conforme a gravidade do quadro clínico, podendo se caracterizar por sintomas leves, moderados ou graves (LAZZERI *et al.*, 2020). Os sintomas mais comuns incluem febre, tosse e sintomas semelhantes a outras doenças respiratórias virais (SIORDIA JUNIOR, 2020). Entre as manifestações clínicas graves estão: pneumonia grave, Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo, sepse e choque séptico (LAZZERI *et al.*, 2020). Nesse contexto, a maioria das pessoas infectadas com a COVID-19 apresentará sintomas leves ou moderados, que não necessitarão de tratamento especial para recuperação. No entanto, idosos e indivíduos que apresentam alguma comorbidade, tais como: doença cardiovascular, diabetes *mellitus*, doenças respiratórias crônicas e câncer, têm maior probabilidade de desenvolver a forma grave da doença, inclusive, culminando em óbito (HILL, 2020).

O contágio do novo coronavírus, SARS-CoV-2, acontece, principalmente, através do contato direto com superfícies contaminadas e gotículas de saliva

expelidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra (HILL, 2020). A transmissão por meio de aerossóis também é uma possível via de contágio, sobretudo, se houver exposição a altas concentrações de aerossóis em um ambiente relativamente fechado. Assim, além de seguir o princípio da precaução universal, medidas preventivas especiais direcionadas ao contato com aerossóis gerados por pacientes infectados também devem ser tomadas para prevenir e controlar a propagação da COVID-19 (GE *et al.*, 2020).

Neste cenário, ainda tem-se vivenciado a insegurança e o desconhecimento da história natural da doença e suas nuances, demandando cada vez mais de dados na literatura, de forma substancial, que possam orientar como proceder frente aos desafios da COVID-19 (MORREL *et al.*, 2020). Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar evidências científicas, disponíveis na literatura, acerca dos cuidados para o manejo seguro de vias aéreas em pacientes adultos acometidos pela COVID-19.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa, que teve como questão norteadora: “Quais os cuidados para o manejo seguro das vias aéreas de pacientes com a COVID-19?”, estruturada pela estratégia PICo, acrônimo Paciente/ Problema (P), Interesse (I) e Contexto (Co). Estabelecemos que P seria população adulta, I o manejo das vias aéreas em pacientes acometidos pela COVID-19 e Co o contexto da COVID-19 .

A busca na literatura foi realizada nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline/Pubmed). Para as consultas nestas bases utilizaram-se os seguintes termos: pandemia, aerossóis, manuseio das vias aéreas e coronavírus, segundo o DeCs e o MeSH. Os estudos identificados pela estratégia de busca foram avaliados inicialmente a partir da leitura dos títulos e resumos e posteriormente a partir da leitura dos estudos na íntegra, utilizando como critérios de inclusão neste estudo: artigos originais com abordagem quantitativa, qualitativa ou mista, consensos e diretrizes, com texto completo disponível gratuitamente, publicados em 2020 e 2021, nos idiomas português e inglês, que recomendassem os cuidados necessários para o manejo seguro de vias aéreas no atendimento à

pacientes adultos acometidos pela COVID-19. Foram excluídos estudos que tratassem de procedimentos cirúrgicos, procedimentos em especialidades médicas, estudos experimentais e comparativos, revisões e metanálises.

RESULTADOS

A partir da combinação dos descritores foram obtidos 56 estudos. Numa avaliação inicial por meio dos títulos e resumos, verificou-se que 36 estudos não abordavam o escopo desta revisão, sendo excluídos desta análise. Após a leitura de 20 estudos na íntegra, sete estudos foram selecionados para análise.

A sumarização dos resultados contemplou a extração dos dados, apresentados a seguir (Quadro 1), colocando em evidência os desfechos pertinentes aos cuidados com o manejo das vias aéreas em pacientes adultos no contexto da COVID-19.

Quadro 1- Sumarização dos resultados encontrados nesta revisão, segundo autor, ano, tipo de publicação e cuidados para o manejo seguro de vias aéreas em pacientes com a COVID-19. Teresina, PI, Brasil, 2021.

Autor/ ano	Tipo de publicação	Cuidados para o manejo seguro de vias aéreas em pacientes com a COVID-19
Anzics, 2020	Guideline	• Atendimentos em quarto individual com pressão negativa. Na ausência deste, o tratamento deve ser em quartos individuais com áreas livres demarcadas para colocação e retirada de EPI. Se esgotada essa possibilidade, os pacientes deverão ser agrupados em áreas fisicamente separadas de áreas não COVID-19. Em uma área coorte com um ou mais pacientes COVID-19, é recomendada o uso de EPI; • Minimizar os procedimentos de geração de aerossol; • Minimizar a necessidade de ventilação com bolsa- válvula- máscara;

		• Uso de filtro viral no circuito da bolsa-válvula- máscara; • Evitar o uso de oxigênio nasal de alto fluxo para pré-oxigenar os pacientes antes da intubação; • Após a intubação, o fornecimento de ventilação com pressão positiva (por circuito de <i>bagging</i> ou ventilador) deve ser iniciado somente após a confirmação de que o balonete do tubo endotraqueal está inflado e após a garantia de que um filtro apropriado e dispositivo de capnografia de forma de onda estão no lugar.
Brewster et al., 2020.	Consenso	Utilização adequada dos equipamentos de proteção individual; Minimizar o intervalo entre a remoção da máscara protetora e aplicação de máscara para realização de terapias; Boa vedação e utilização de filtro de barreira com máscara facial em terapias de ventilação; Evitar uso de ventilação com pressão positiva e terapias de alto fluxo; Atendimentos em salas com pressão negativa; • Utilização de bloqueador neuromuscular durante o procedimento de intubação.
Lazzeri et al., 2020	Recomendação de especialistas	• Utilização adequada dos equipamentos de proteção individual; • Boa vedação e utilização de filtro de barreira com máscara facial; • Evitar uso de ventilação com pressão positiva e terapias de alto fluxo; • Atendimentos em salas com pressão negativa;

		• Utilização de bloqueador neuromuscular durante o procedimento de intubação; • Uso de um filtro viral no circuito da máscara da bolsa válvula.
Sorbello et al., 2020	Diretrizes de especialistas	• Utilização adequada dos equipamentos de proteção individual; • Atendimentos em salas com pressão negativa; • Equipe experiente e treinada; • Boa avaliação das vias aéreas antes da intervenção nas vias aéreas; • Indução de sequência rápida de intubação.
Thomas et al., 2020	Diretrizes de especialistas	• Paramentação para proteção de aerossóis antes de se aproximar do paciente; • Realização de atendimentos em quarto com pressão negativa, se disponível, ou em um único quarto com a porta fechada, apenas o número mínimo de profissionais necessário deve estar presente, e todos eles devem usar EPIs; A entrada e saída do quarto deve ser minimizada durante os procedimentos; • Evitar o uso de dispositivos de alto fluxo de gases; • Utilizar filtros virais nos circuitos dos aparelhos de ventilação; • Recomenda-se o uso sistema de aspiração fechado.
Yao et al., 2020	Diretrizes de especialistas	• Paramentação para proteção de aerossóis antes de se aproximar do paciente; • Equipe experiente e treinada; • Boa avaliação das vias aéreas antes da intervenção nas vias aéreas;

		• Indução de sequência rápida de intubação;
Zuo <i>et al.</i> , 2020	Artigo	• Utilização adequada dos equipamentos de proteção individual; • Boa avaliação das vias aéreas antes da intervenção; • Indução de sequência rápida de intubação; • O bloqueio neuromuscular completo deve ser garantido para evitar o reflexo da tosse durante a intubação; • Sistema de aspiração fechado é recomendado para reduzir a produção de aerossol.

Legenda: EPI – Equipamento de Proteção Individual; COVID-19 – Coronavírus Disease- 2019.

DISCUSSÃO

O manejo das vias aéreas em pacientes infectados pelo SARS-CoV-2, causador da COVID- 19, apresenta alto risco de transmissão da doença por inalação de aerossóis ou contato da mucosa com secreções respiratórias infectadas. Compreender como mitigar esses riscos é de extrema importância na redução da contaminação e disseminação da COVID-19 (BAIG *et al.*, 2020).

O SARS-CoV-2 é capaz de permanecer aerossolizado e estável em secreções de vias aéreas por um longo período, aumentando o risco de transmissão da COVID -19. Alguns procedimentos podem levar à aerossolização de vírus contaminados, apresentando um risco aumentado de infecção (BREWSTER *et al.*, 2020). Os aerossóis são pequenas partículas em suspensão na interface ar-líquido, que são produzidas quando uma corrente de ar se choca com a superfície de um líquido. O tamanho dessas partículas é inversamente proporcional a velocidade do ar (fluxo aéreo). Dessa forma, qualquer procedimento que provoca o aumento do fluxo aéreo sobre a mucosa respiratória infectada apresenta risco de contaminação para o

ser humano, em virtude da liberação para o ambiente, de um aerossol potencialmente infectado (ANDRADE *et al.*, 2020).

Alguns procedimentos como ventilação invasiva e não invasiva, intubação endotraqueal, aspiração de vias aéreas, ventilação oscilatória de alta frequência, traqueostomia, manobras de higiene brônquica, nebulização, indução de escarro, broncoscopia, procedimentos que induzem a tosse, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação manual antes da intubação e coletas de amostras nasotraqueais são citados como potenciais geradores de aerossóis e gotículas (TRAN *et al.*, 2012; LAZZERI *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Embora esses procedimentos sejam conhecidos por estimular a tosse e promover a geração de aerossóis, seu risco de transmissão de infecção não é conhecido com certeza. Tran *et al.* (2012), ressaltam ainda que as evidências científicas para a formação de aerossóis associados a esses procedimentos, a carga potencial de micróbios viáveis dentro dos aerossóis criados não foram bem estudados. Embora pareça haver uma falta de evidências de alta qualidade em relação ao risco de transmissão de infecções respiratórias agudas a partir de procedimentos de geração de aerossol, há recomendações que visam a redução dos riscos de contaminação, a partir da realização de procedimentos que geram aerossóis (TRAN *et al.*, 2012; LAZZERI *et al.*, 2020).

Em caso de necessidade de realização de algum desses procedimentos o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) foi apontado como uma medida de proteção fundamental para reduzir o risco de contaminação. Atentando-se para o uso de capote, luvas, máscara com alta capacidade de filtração (N95 ou PFF2), touca, óculos ou protetor facial (SILVA *et al.*, 2020).

O agravamento da COVID-19 caracteriza-se por hipoxemia importante, resultante de diferentes processos fisiopatológicos que afetam a relação ventilação-perfusão, demandando intervenções terapêuticas que envolvem o manejo das vias aéreas com consequente geração de aerossóis.

Esta revisão demonstrou que as principais medidas citadas pela literatura para o manejo seguro das vias aéreas compreendem a paramentação adequada dos profissionais, a utilização de interfaces de ventilação invasiva que promovam boa vedação à face, utilização de filtros de barreira em terapias de ventilação invasiva e não invasiva, realização de terapias geradoras de aerossóis em quartos com pressão negativa, utilização de bloqueadores musculares em procedimentos que possam

induzir tosse e evitar o uso de terapias de oxigenação de alto fluxo, corroborando com as orientações de TRAN *et al.* (2012).

Os pacientes com hipoxemia aguda, sintoma comum na COVID-19, podem apresentar dispneia persistente apesar da administração de oxigenoterapia e evoluir para intubação endotraqueal (LAZZERI *et al.*, 2020). Terapia de oxigênio via cânula nasal de alto fluxo ou máscaras faciais são importantes para o tratamento da insuficiência respiratória por hipoxemia. No entanto, a realização dessas terapias respiratórias em sistemas de oxigenoterapia de alto fluxo podem potencialmente gerar uma grande quantidade de aerossóis e por isso recomenda-se que devam ser realizados preferencialmente em salas de isolamento com pressão negativa para fins de controle de infecção (HUI *et al.*, 2019).

A necessidade de pressão negativa do ar em quartos de isolamento está fortemente evidenciada na literatura, objetivando reduzir o risco de exposição de microrganismos transmitidos por aerossóis de pessoas infectadas a pessoas não infectadas, principalmente outros pacientes ou profissionais. As salas de pressão negativa caracterizam-se por um delta de pressão relativa do ar entre duas áreas. Tal parâmetro trabalha em fornecer uma pressão positiva ou negativa dentro de um espaço particular, a fim de evitar que o ar migre de um espaço para o outro (CIOFI-SILVA *et al.*, 2016).

Em geral, preconiza-se o uso de dispositivos de oxigenoterapia de baixo fluxo, tais como o cateter nasal e máscara sem reinalação com bolsa reservatório para minimizar a dispersão de aerossóis, visto que a doença é altamente contagiosa por meio de partículas contendo o vírus. A aplicação de oxigenoterapia nasal de alto fluxo ou ventilação não invasiva, mesmo sob condições de biossegurança consideradas “ideais”, envolve diversos questionamentos quanto a sua relação risco-benefício (GUIMARÃES, 2020; MEO *et al.*, 2020; WANG *et al.*, 2020). Estudos preliminares sugerem que a adição de uma máscara cirúrgica durante terapias que geram altos fluxos de gás exalado pode fornecer uma ferramenta eficaz para reduzir ainda mais a dispersão de aerossóis. Nas terapias que necessitam do uso de máscaras recomenda-se que estas sejam bem ajustadas, de forma que evitem vazamentos, assim constituem uma ferramenta razoável para gerenciar ainda mais a disseminação de partículas no ambiente de saúde (HILL, 2020; WANG *et al.*, 2020).

Acerca da ventilação mecânica invasiva postula-se, para evitar a dispersão de aerossóis, a utilização de sistema de aspiração fechado, filtro trocador de calor e

umidade próximo à via aérea do paciente, além de filtro de barreira na extremidade distal do ramo expiratório do circuito ventilatório (GUIMARÃES, 2020; MEO *et al.*, 2020, WANG *et al.*, 2020).

No contexto da COVID-19 a correta utilização de filtros é fundamental para evitar a disseminação viral por intermédio dos ventiladores mecânicos. Em pacientes sob ventilação mecânica, a umidificação passiva é uma possível estratégia para aquecer e umidificar o gás inalado (trocadores de calor e umidade, do inglês *heat and moisture exchanger* – HME). Quando estes dispositivos possuem uma barreira hidrostática, podem ainda filtrar o gás exalado, evitando a dispersão de aerossol contaminado (filtros trocadores de calor e umidade, do inglês *heat and moisture exchanger filter* – HMEF). Os umidificadores passivos têm como base a troca de calor e umidade, utilizando um princípio higroscópico (utilizam condensador de baixa condutividade térmica como papel) e/ou hidrofóbico (utilizam elemento que repele a água, com grande superfície e baixa condutividade). Outra possibilidade para filtração do gás exalado é o filtro HEPA (do inglês *high efficiency particulate air* – alta eficiência de filtração de partículas).

A utilização da ventilação mecânica não invasiva em pacientes com COVID-19 é alvo de muita controvérsia. Entretanto, caso opte-se por sua utilização, os mesmos cuidados quanto ao risco de dispersão de aerossóis são necessários. Embora não indicados, caso seja necessário, recomenda-se utilizar ventiladores específicos para VNI com circuito único (situação possível em casos de colapso do sistema de saúde com falta de ventiladores com circuitos duplos), o dispositivo HMEF deve ser escolhido, sendo colocado na saída da interface, antes do orifício de exalação do circuito (ANDRADE *et al.*, 2020).

As publicações analisadas neste estudo ainda são incipientes. Dada a recente apresentação da COVID-19, as orientações acerca do manejo seguro das vias aéreas podem mudar conforme aprendemos mais sobre a história natural desta doença.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que uma melhor compreensão dos procedimentos que geram aerossóis e suas implicações no manejo das vias aéreas de indivíduos cometidos pela COVID-19 no ambiente hospitalar, podem mitigar a

contaminação e disseminação da doença, principalmente, entre os profissionais que lidam diretamente na assistência à esses pacientes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. D. *et al.* Utilização efetiva e segura de filtros durante a ventilação mecânica em pacientes com COVID-19. **Assobrafir Ciência**, Supl. 1, p. 143- 151, 2020.

AUSTRALIAN AND NEW ZEALAND INTENSIVE CARE SOCIETY. The Australian and New Zealand intensive care Society (ANZICS) COVID-19 guidelines. **Aust New Zeal Intensive Care Soc**, 2020.

BAIG, M. A.; KHALEEQ, A.; ALI, U. *et al.* Evidence of the COVID-19 Virus Targeting the CNS: Tissue Distribution, Host–Virus Interaction, and Proposed Neurotropic Mechanisms. **ACS Chemical Neuroscience**, n.11, v.7, p. 995-998, 2020.

BREWSTER, D. J. *et al.* Consensus statement: Safe Airway Society principles of airway management and tracheal intubation specific to the COVID-19 adult patient group. **Consensus statements**, v.10, n. 1, 2020.

CIOFI-SILVA, C. L. *et al.* Pressão negativa do ar ambiente em área de limpeza do centro de material e esterilização: revisão sistemática. **Revista Latino- Americana de Enfermagem**, v. 24, n.e2781, 2016.

CHAOQUN, M. *et al.* Incidence, clinical characteristics and prognostic factor of patients with COVID-19: a systematic review and meta-analysis. **MedRxiv**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.03.17.20037572>.

CHEUNG, J. C. *et al.* Staff safety during emergency airway management for COVID-19 in Hong Kong. **The lancet**, v. 8, 2020.

GE, Z.; YANG, L.; XIA, J.; FU, X.; ZHANG, Y. Possible aerosol transmission of COVID-19 and special precautions in dentistry. **Journal of Zhejiang University-SCIENCE B (Biomedicine & Biotechnology)**, v. 21, n. 5, p. 361–368, 2020.

GUIMARÃES, F. Atuação do fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva no contexto da pandemia de COVID-19. **Fisioterapia em Movimento**, n.33, 2020.

HILL, B. Coronavirus: origins, signs, prevention and management of patients. **British Journal of Nursing**, v.29, n. 7, 2020.

HUI, D. S. *et al.* Exhaled air dispersion during high flow nasal cannula therapy *versus* CPAP *via* different masks. **European Respiratory Journal**, v.53, n. 4, 2019.

LANA, R. M. *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Caderno Saúde Pública**, v. 36, n. 3, 2020.

LAZZERI, M. *et al.* Respiratory physiotherapy in patients with COVID-19 infection in acute setting: a position Paper of the Italian association of respiratory physiotherapists (ARIR). **Monaldi Archives for Chest Disease**, v. 90, n. 1285, 2020.

MEO, S. A. *et al.* Biological and epidemiological trends in the prevalence and mortality due to outbreaks of novel coronavirus COVID-19. **J King Saud Univ Sci**, v. 32, n. 4, p. 2495–2499, 2020.

MORRELL, A. L. G. *et al.* Manejo intraoperatório em cirurgia laparoscópica ou robótica para minimizar a dispersão de aerossóis: Adaptações ao contexto da pandemia por COVID-19. **Revista Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 47, 2020.

OLIVEIRA, A. C. *et al.* O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29, 2020.

SILVA, C. M. S. *et al.* Evidências científicas sobre Fisioterapia e funcionalidade em pacientes com COVID-19 Adulto e Pediátrico. **Journal of Human Growth and Development**, v.30, n.1, p: 148-155, 2020.

SIORDIA JUNIOR, J. A. Epidemiology and clinical features of COVID-19: A review of current literature. **Journal of Clinical Virology**, v.127, 2020.

SORBELLO, M. *et al.* The Italian coronavirus disease 2019 outbreak: recommendations from clinical practice. **Anaesthesia**, v. 75, n. 6, p. 724-732, 2020.

SHAH, S. G. S. A. Commentary on “World Health Organization declares global emergency: a review of the 2019 novel coronavirus (COVID-19). **International Journal of Surgery**, 2020.

THOMAS, P. *et al.* Título: Manejo fisioterapêutico para COVID-19 em ambiente hospitalar para casos agudos: Recomendações para guiar a prática clínica, 2020.

TRAN, K. *et al.* Aerosol generating procedures and risk of transmission of acute respiratory infections to healthcare workers: a systematic review. **PLoS ONE**, v.7, n.4, 2012.

WANG, L. *et al.* A review of the 2019 Novel coronavirus (COVID-19) based on current evidence. **International Journal of Antimicrobial Agents**, 2020. **International Journal of Antimicrobial Agents**, v. 56, n. 3, p. 106137, 2020.

YAO, W. *et al.* Emergency tracheal intubation in 202 patients with COVID-19 in Wuhan, China: lessons learnt and international expert recommendations. **Br J Anaesth**. v. 125, n. 1, p.e28-e37, 2020.

ZUO, M. *et al.* Expert Recommendations for Tracheal Intubation in Critically Ill Patients with Novel Coronavirus Disease 2019. **Chinese Medical Sciences Journal**, v. 35, n. 2, p.105-109, 2020.

Capítulo 2

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE COORDENADAS OBTIDAS PELA TÉCNICA DE POSICIONAMENTO POR PONTO PRECISO (PPP) E POSICIONAMENTO ESTÁTICO RELATIVO NA ESTAÇÃO 840U-IBGE

Gabriel Brasilino de Araújo

Alexandre da Trindade Lélis

Gabriel Garreto dos Santos

Lailson da Silva Freitas

Marcelo de Almeida Heidemann

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE COORDENADAS OBTIDAS PELA TÉCNICA DE POSICIONAMENTO POR PONTO PRECISO (PPP) E POSICIONAMENTO ESTÁTICO RELATIVO NA ESTAÇÃO 840U-IBGE

Gabriel Brasilino de Araújo

*Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR).
Técnico em Agropecuária (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). E-mail:
gabrielaraujoagron@gmail.com*

Alexandre da Trindade Lélis

*Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR).
Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais com Habilitação em Física.
(Universidade do Estado do Pará, UEPA, BR). E-mail:
alexandre_lelis18@hotmail.com*

Gabriel Garreto dos Santos

*Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). E-mail:
gabryelgarreto@gmail.com*

Lailson da Silva Freitas

*Mestrando em Produção Vegetal (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, UENF, Brasil. Graduação em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA –
Castanhal, BR). Técnico em Agroindústria (Instituto Federal do Pará, IFPA –
Castanhal, BR). E-mail: lailsonfreitas222@gmail.com*

Marcelo de Almeida Heidemann

*Engenheiro Civil - Universidade Federal do Pará (1999), Mestre em Engenharia Civil
- Recursos hídricos e saneamento ambiental (Universidade Federal do Pará, 2015),
Professor - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA –
Castanhal. E-mail: marcelo.heidemann@ifpa.edu.br*

Resumo: A determinação de coordenadas em campo através das técnicas de posicionamento por satélites a décadas tem proporcionado celeridade, precisão e economicidade em ações que demandem a caracterização física do terreno, tais como cadastros ambientais, inventários florestais, determinação de áreas de preservação, dentre várias outras ações que subsidiam o desenvolvimento rural. O presente estudo busca estabelecer um comparativo entre as coordenadas de um vértice implantado na área do IFPA Campus Castanhal (MG-4), através de duas técnicas distintas de posicionamento por rastreio GNSS, o posicionamento por ponto preciso (PPP) e o relativo estático (PRE). A base utilizada no método PRE foi o vértice 840U, localizado no citado campus e pertencente a Rede Geodésica Brasileira (RGB). Foram executados dez rastreios de cerca de uma hora de duração, com taxa de gravação de cinco segundos para ambos os métodos, no caso do PPP os dados foram enviados ao IBGE para processamento, em seguida foi feita uma análise comparativa entre as médias das coordenadas obtidas por PRE e PPP, avaliando assim a discrepância entre as duas técnicas de determinação de coordenadas. A análise comparativa feita indicou que a variação obtida entre a média das coordenadas obtidas através da metodologia PRE e PPP, possibilita a utilização do PPP em todas as aplicações que demandem precisões a nível centimétrico.

Palavras-chave: Posicionamento GNSS. Posicionamento Por Ponto Preciso. Posicionamento Relativo Estático.

Abstract: The determination of coordinates in the field through satellite positioning techniques for decades has provided speed, precision and economy in actions that demand the physical characterization of the terrain, such as environmental records, forest inventories, determination of preservation areas, among many other actions that subsidize rural development. This study seeks to establish a comparison between the coordinates of a vertigo implanted in the area of the IFPA Campus Castanhal (MG-4), through two different techniques of positioning by GNSS tracking, positioning by precise point (PPP) and the relative static (PRE). The base used in the PRE method was the apex 840U, located on the aforementioned campus and belonging to the Brazilian Geodetic Network (RGB) belonging to IBGE. Ten screenings of about one hour in duration were performed, with a recording rate of five seconds in the case of PRE, for the PPP method the same data as the PRE screen for the MG-4 point was used, which were sent to IBGE for processing, a comparative analysis was then carried out between the averages of the coordinates obtained by PRE and PPP, thus evaluating the discrepancy between the two coordinate determination techniques. The comparative analysis made indicated that the variation obtained between the average of the coordinates obtained through the PRE and PPP methodology, 0.23 is a discrepancy that allows the use of the PPP technique in most of the surveys required.

Keywords: GNSS Positioning. Precise Point Positioning. Static Relative Positioning.

INTRODUÇÃO

A ciência de posicionamento espacial GNSS (Global Navigation Satellite System) merece destaque como uma das mais modernas aplicadas na atualidade, tendo inovado os serviços relacionados ao posicionamento por satélites artificiais.

Tem sido abrangente a aplicação do sistema GNSS (Global Navigation Satellite Systems) em diversas áreas como: Geodesia, Navegação, na Agronomia em Agriculturas de Precisão, determinação de áreas de preservação tanto em terra quanto marinhas, dentre outras. Neste sentido o presente trabalho contribui para melhor utilização das técnicas de medição/posicionamento GNSS, PPP e PRE, uma vez que busca demonstrar a variação no valor das coordenadas obtidas entre as técnicas abordadas.

Como expõem Grinter e Roberts (2011), a determinação de coordenadas por ponto preciso surgiu em 1976, mas somente a partir do ano 1990 a técnica foi tomando maiores proporções tornando-se relevante à sociedade GNSS. Atualmente diversos estudos tem sido realizados à cerca de dados obtidos com receptores de dupla frequência em posicionamento por ponto preciso em sistemas online, trabalhos constatarem que é possível obter acurácia a nível centimétrico pelo método estático relativo como também fazendo uso de apenas um receptor GNSS.

Huber et al. (2010), ao estudarem o método PPP, avaliaram seus limites e suas vantagens. Grinter & Roberts (2011), analisaram seus avanços nas últimas décadas ressaltando suas vantagens e desvantagens, e concluíram que os progressos nos estudos envolvendo esta técnica conseguem oferecer resultados convincentes sobretudo a respeito de sua precisão.

Alves et al. (2011), explicam que os serviços de PPP disponíveis tem ganhado destaque na geodésia devido sua facilidade de operação, e por apresentar resultados satisfatórios, com sua aplicação no controle e monitoramento em escala global podendo-se realizar levantamentos cadastrais bem como, trabalhos no campo agrônomo. No processamento o usuário consegue executar cálculos de coordenadas com precisão a nível centimétrico, somente com o arquivo coletado em campo a partir da observação, e tudo de forma online e prática segundo Monico (2008). Daí o crescente enfoque dado a este método.

Além disso tem-se atualmente uma diversidade de softwares disponíveis para processamento dos dados obtidos em campo, como: CSRS-PPP, disponibilizado pelo NRCan (Natural Resources Canada); GAPS (GPS Analysis and Positioning Software), da UNB (University of New Brunswick); e do próprio IBGE-PPP, que faz uso do aplicativo de processamento CSRS-PPP. Empresas que produzem os receptores GNSS, dispõem de sistemas PPP online e de acesso livre, como CenterPoint da

Trimble. Dentre estes, o serviço gratuito AUSPOS (AUSPOS-Online GPS Processing) (AUSPOS, 2014).

Leick (2014), afirma que método relativo estático ainda é o mais usual, principalmente quando se deseja obter coordenadas com um grau maior de confiabilidade e precisão, em projetos que demandam estes atributos. No processo de obtenção de coordenadas é preciso utilizar dois ou mais receptores, um centrado na estação com coordenadas conhecidas e o outro no ponto de interesse formando o que denominamos de linhas de base. Porém a ocupação da estação de base pode ser opcional por dispormos de sistemas de controles ativos (SCA) que tornam possível a aplicação destes métodos com apenas um receptor. No Brasil temos a referência determinada pelo IBGE, a RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS) (IBGE, 2014). Os dados são disponibilizados gratuitamente, em vários pontos do globo terrestre.

De acordo com Monico (2008), esta técnica apresenta relevância pois consegue suprimir os erros que comprometeriam as observáveis originais. São utilizados softwares comerciais ou científicos de computadores em sua aplicação, ou pode ser realizada de forma online com programas de acesso livre como: AUSPOS (AUSPOS-Online GPS Processing) fazendo uso de dados GPS pelo método relativo estático em rede, utilizando software científico denominado Bernese.

O método de posicionamento relativo é eficiente por sua maior precisão, bem como, aplicabilidade em projetos que exigem maior acurácia, porém o método PPP tem demonstrado cada vez mais em evidência por ser mais prático, podendo fazer uso de serviços online de acesso livre, e por dispensarem o uso de estação de base. Contudo, existem indagações sobre qual dos métodos apresenta maior precisão.

Rizos et al. (2012), questionam se o método de posicionamento relativo estático estaria perdendo espaço ou mesmo se extinguindo. Ocalan et al. (2013) estudaram tais técnicas a nível de comparação e apresentaram resultados de precisões bastante similares para os procedimentos realizados.

Considerando a gama de estudos relacionados ao tema, e questões sobre qual método utilizar atualmente, neste trabalho são analisados dados obtidos por meio de ocupações GNSS PRE e PPP, realizadas no marco 840U-IBGE. No que se refere as vantagens do método PPP, como por exemplo a utilização de apenas um receptor, na hipótese dos resultados obtidos não se distanciarem dos obtidos pela técnica mais tradicional, ou seja, o PRE, trabalhos que envolvam levantamentos de campo, como

levantamento de linhas limítrofes de áreas de manejo florestal, áreas de reservas extrativistas, entre outras aplicações poderão ser feitas utilizando receptores de dupla frequência mas sem necessidade de utilização de uma base (Ponto de coordenadas conhecidas) ou mesmo de um software para processamento dos dados rastreados.

METODOLOGIA

Para a obtenção das coordenadas através do método de posicionamento PPP, foi ocupado o vértice MG-4, implantado na área do IFPA Campus Castanhal, em dez sessões de rastreamento, com tempo total em cada sessão de cerca de uma hora de duração. O rastreador utilizado nesta etapa foi o modelo Hiper II da marca Topcon, em seguida os dados obtidos em cada janela de rastreamento foram convertidos da extensão nativa do equipamento para a extensão RINEX (Receiver Independent Exchange Format), que é o formato universal de intercâmbio entre os diversos softwares dos fabricantes de receptores GNSS do mercado.

Já convertidos os dados foram enviados ao sistema de processamento de ponto preciso do IBGE, o qual retornou um relatório de processamento para cada arquivo enviado, gerando, no total, dez pares de coordenadas para o vértice MG-4.

Para o método de posicionamento relativo estático, foi utilizado como base (pontos de coordenadas conhecidas e homologadas pelo IBE) a estação 840U pertencente a Rede Geodésica Brasileira (RGB). Para coleta dos dados dos satélites foram utilizados dois receptores de dupla frequência de marca Topcon modelo Hiper II, com janela contínua de observação de cerca de uma hora, com taxa de gravação de cinco segundos. Foram, novamente, executadas dez sessões de rastreio, onde os dados coletados foram pós-processados no software Topcon Tools, obtendo-se assim dez pares de coordenadas para o vértice MG-4.

RESULTADOS

Obtidas as coordenadas para o ponto MG-4 através de posicionamento estático relativo e posicionamento por ponto preciso, calculou-se a média para cada coordenada e em seguida obteve-se a diferença entre as mesmas.

A tabela um demonstra os resultados obtidos através do método de posicionamento relativo estático, bem como a média e desvio padrão para as

coordenadas obtidas, a tabela dois refere-se ao segundo método, posicionamento por ponto preciso.

Tabela 1- Dados processados pelo método de posicionamento relativo estático (PRE).

VÉRTICE	DATA DA OBSERVAÇÃO GNSS	DURAÇÃO DO RASTREIO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		COORDENADAS UTM (m)	
			LATITUDE	LONGITUDE	PROJEÇÃO NORTE	PROJEÇÃO ESTE
MG-4	21/09/2020	01:00:30	1°17'54,16154"S	47°56'57,68389"W	9856298,386	171748,322
	21/09/2020	01:26:10	1°17'54,16148"S	47°56'57,68405"W	9856298,388	171748,317
	21/09/2020	01:14:30	1°17'54,16164"S	47°56'57,68402"W	9856298,383	171748,318
	22/09/2020	01:00:35	1°17'54,16208"S	47°56'57,68400"W	9856298,369	171748,319
	22/09/2020	01:09:15	1°17'54,16199"S	47°56'57,68416"W	9856298,372	171748,314
	22/09/2020	01:22:40	1°17'54,16181"S	47°56'57,68336"W	9856298,377	171748,339
	23/09/2020	01:06:45	1°17'54,16228"S	47°56'57,68448"W	9856298,363	171748,304
	23/09/2020	01:04:00	1°17'54,16213"S	47°56'57,68433"W	9856298,368	171748,309
	23/09/2020	01:01:50	1°17'54,16194"S	47°56'57,68418"W	9856298,373	171748,313
	23/09/2020	01:01:15	1°17'54,16216"S	47°56'57,68427"W	9856298,367	171748,311
				Média:	9856298,375	171748,317
				Desvio Padrão:	0,009	0,009

Fonte: Autores (2020)

Nota-se que os dados obtidos pelo método Relativo Estático são mais homogêneos. O menor valor do desvio padrão, indica também maior precisão quando comparado ao método PPP. Logo, pode-se inferir de acordo com Leick (2014), que em projetos que demandem maior confiabilidade na precisão, essa técnica deva ser adotada.

Tabela 2- Dados processados pelo método de posicionamento por ponto preciso do IBGE (PPP).

VÉRTICE	DATA DA OBSERVAÇÃO GNSS	DURAÇÃO DO RASTREIO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		COORDENADAS UTM (m)	
			LATITUDE	LONGITUDE	PROJEÇÃO NORTE	PROJEÇÃO ESTE
MG-4	21/09/2020	01:00:30	1°17'54,1599"S	47°56'57,6841"W	9856298,436	171748,316
	21/09/2020	01:26:10	1°17'54,1613"S	47°56'57,6839"W	9856298,393	171748,322
	21/09/2020	01:14:30	1°17'54,1606"S	47°56'57,6852"W	9856298,415	171748,282
	22/09/2020	01:00:35	1°17'54,1617"S	47°56'57,6831"W	9856298,381	171748,347
	22/09/2020	01:09:15	1°17'54,1618"S	47°56'57,6829"W	9856298,378	171748,353
	22/09/2020	01:22:40	1°17'54,1607"S	47°56'57,6829"W	9856298,412	171748,353
	23/09/2020	01:06:45	1°17'54,1614"S	47°56'57,6845"W	9856298,390	171748,303
	23/09/2020	01:04:00	1°17'54,1615"S	47°56'57,6808"W	9856298,387	171748,418
	23/09/2020	01:01:50	1°17'54,1622"S	47°56'57,6859"W	9856298,365	171748,260
	23/09/2020	01:01:15	1°17'54,1616"S	47°56'57,6839"W	9856298,384	171748,322
				Média:	9856298,394	171748,328
				Desvio Padrão:	0,021	0,044

Fonte: Autores (2020)

Observa-se nos resultados apresentados na tabela 02 maior grau de dispersão, ou seja, menor uniformidade nas coordenadas processadas pelo IBGE-PPP. Porém, o desvio padrão observado para ambas as metodologias e projeções ficou abaixo de 5 cm,

indicando a precisão de ambos os métodos utilizados, em conformidade com as considerações de Grinter & Roberts (2011), de que o processamento por meio da metodologia PPP tem entregado resultados regulares.

A tabela três mostra que a diferença encontrada entre as médias das coordenadas, tanto na projeção norte quanto este, ficou abaixo de 2 cm.

Tabela 3- Diferença entre as Médias das Coordenadas (m)

Projeção Norte	Projeção Este
0,019	0,011

Fonte: Autores (2020)

Os dados demonstram a potencialidade de ambos os métodos empregados indicando precisões a nível centimétrico neste trabalho. Porém, considerando ajuste de coordenadas de modo eficiente e simples, o método PPP demonstra ser uma opção vantajosa. Além do processamento gratuito e rápido, é possível realizar os rastreios em campo com apenas um aparelho receptor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstra que a metodologia PPP constitui-se em uma alternativa mais célere, barata e acessível para levantamentos que requeiram precisões a nível centimétrico, uma vez que necessita de apenas um receptor, a logística envolvida é menor que a utilizada em levantamentos relativos estático, além de não necessitar de softwares de pós-processamento. Fica como sugestão a aplicação das duas metodologias em estudos de caso tais como cálculos de área, determinação de pontos de referência para correções de imageamento entre outras, afim de demonstrar na prática as conclusões aqui apresentadas.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa teve o incentivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, através do Núcleo Ciências do Mapeamento dos Ambientes Amazônicos – CIMAA e orientação do Professor e Mestre, Marcelo de Almeida Heidemann. Foram disponibilizados equipamentos, instalações e softwares computacionais além do apoio financeiro oferecido por meio da concessão de bolsa de estudos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. M. D.; MONICO, J. F. G.; ROMÃO, V. M. C. Análise da acurácia no PPP a partir da solução de ambiguidades GPS em curtos períodos de ocupação. **Revista Brasileira de Cartografia – RBC**. Nº 63/5: 589-600, 2011.
- AUSPOS. (2014). **AUSPOS - Online GPS Processing Service (AUSPOS)**. Disponível em: <<http://www.ga.gov.au/earth-monitoring/geodesy/auspos-online-gps-processing-service.html>>. Acesso em: Junho de 2014.
- CHUERUBIM, M. L. & GOMES, P. G. Comparação do posicionamento geodésico tridimensional realizado com modelos idênticos de antenas e de receptores GPS em diferentes épocas e intervalos do dia. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. Páginas 102-122, 2014.
- COSTA, S. M. A.; SILVA, A. L.; JÚNIOR, N. J. M. & LIMA, M. A. A. O sucesso de três anos do serviço IBGEPPP. **UD y la GEOMÁTICA**, n. 6, p. 79-88, 2012. Disponível em: <<http://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/UDGeo/article/view/4413/6147>>. Acesso em: Junho de 2014.
- GHODDOUSI-FARD, R & DARE, P. Online GPS processing services: an initial study. **GPS solutions**, v. 10, n. 1, p. 12-20, 2006.
- Grinter, T. & Roberts, C. Precise Point Positioning: Where are we now? **International Global Navigation Satellite Systems Society – IGNSS**. Symposium 2011. University of New South Wales, Sydney, NSW, Australia. 15 – 17 November, 2011
- GRINTER, T. & ROBERTS, C. **Precise Point Positioning: Where are we now? International Global Navigation Satellite Systems Society – IGNSS**. Symposium 2011. University of New South Wales, Sydney, NSW, Australia. 15 – 17 November, 2011.
- HOFMANN-WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H.; COLLINS, J. GPS Theory and Practice, Springer-Verlag, Wien, **Fourth Revised Edition**, 389 p., 2007.
- Huber, K.; Heuberger, F.; Abart, C.; Karabatic, A.; Weber R. & Berglez, P. **PPP: Precise Point Positioning – Constraints and Opportunities**. FIG Congress 2010. Facing the Challenges – Building the Capacity Sydney, Australia, 11-16 April, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Manual do Usuário. Aplicativo Online IBGE-PPP**. Rio de Janeiro, RJ .2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS. Rio de Janeiro, RJ .2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/rbmc/rbmc.shtm?c=7>. Acesso em: 03/11/2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Recomendações para Levantamentos Relativos Estáticos - GPS**. Rio de Janeiro, RJ .2008.
- LEANDRO, R. F.; LANGLEY, R. B.; SANTOS, M. C. GNSS data analysis in GAPS, the GPS analysis and positioning software, using IGS products. In: Proc., **IGNSS Service Analysis Center Workshop**, 2008.
- MONICO, J.F.G. Posicionamento pelo GNSS: Descrição, fundamentos e aplicações. São Paulo: **Editora Unesp**, 2008. 476 p.
- MONICO, J.F.G. Posicionamento Pelo GNSS: Descrição, fundamentos e aplicações. 2. Ed. São Paulo: **UNESP**, 2008. 480p.

- NADAL, C. A. **Método da Interseção Óptica Tridimensional Aplicado à Engenharia de Precisão**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, UFPR, Curitiba, 2000. 126p
- Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 3. Ed. **Brasília: INCRA**, 2013. 4p.
- Ocalan, T; Erdogan, B; Tunalioglu, N. Analysis of web-based online services for GPS relative and precise point positioning techniques. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v. 19, n. 2, p. 191-207, 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/bcg>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- PEREIRA, S. C. M.; CHUERUBIM, M. L.; SILVA, L. A. & AZEVEDO, J. Análise das discrepâncias obtidas entre os processamentos realizados em diferentes softwares para linhas de base curtas e longas. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.
- RIZOS, C.; JANSSEN, V.; ROBERTS, C. & GRINTER, T. Precise Point Positioning: Is the Era of Differential GNSS Positioning Drawing to an End? **FIG Working Week 2012 Knowing to manage the territory, protect the environment, evaluate the cultural heritage Rome**, Italy, 6-10 May, 2012a.
- SEJAS, M. I. Modelagem ionosférica local em redes GPS para o posicionamento absoluto de estações de uma frequência. Tese (doutorado) – **Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra**. Curso de Pós-graduação em Ciências Geodésicas, 2009.
- VAZ, J. A.; PISSARDINI, R. S. & FONSECA JUNIOR, E. S. Comparação da cobertura e acurácia entre os sistemas GLONASS e GPS obtidas dos dados de observação de uma estação da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo. **Revista Brasileira de Cartografia – RBC**. Nº 65/3: 529-539, 2013.

Capítulo 3

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS PARA A PRODUÇÃO ORAL EM UM AMBIENTE VIRTUAL NO ENSINO DE PLA

Tatiane Dantas Martins Robles

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS PARA A PRODUÇÃO ORAL EM UM AMBIENTE VIRTUAL NO ENSINO DE PLA

Tatiane Dantas Martins Robles

Minicurrículo da autora: Professora de Português como Língua Estrangeira e Cultura Brasileira, Mestra em Educação Universitária e Gestão educativa, com pós-graduação em Gestão Educacional, pós-graduação em Neuropsicopedagogia e pós-graduação em Educação 4.0, atuando em Lima, no Peru.

contato.tatianedantas@gmail.com

Resumo: A produção oral é uma das competências comunicativas mais importantes no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, não apenas em adquirir uma competência linguística ou desenvolver a capacidade de construir e interpretar as frases e conversações em diferentes contextos, mas o de adquirir uma competência de comunicação com um real sentido, trata-se de um domínio que apesar de ser muito importante na aprendizagem de uma língua, tem sido normalmente menos trabalhado em contextos de ensino-aprendizagem de Português como Língua adicional no ensino remoto. Neste artigo, apresento uma experiência de produção oral em uma oficina de português como língua adicional para espanhol falantes em Lima, no Peru, tendo como objetivo demonstrar que com recursos tecnológicos, o uso da gamificação, aula invertida e elaboração de atividades dirigidas podemos dar suporte para a produção oral aos estudantes. Com o objetivo da aprendizagem de idiomas dentre as abordagens existentes no ensino da Língua, a que mais se destaca é a abordagem comunicativa devido ao favorecimento da interação dos participantes que este método proporciona, através do conhecimento da língua também da cultura, favorecendo um ambiente positivo para uma aprendizagem enriquecedora, as metodologias ativas como por exemplo o uso da gamificação coloca as experiências de aprender em termos de atividades o real interesse dos estudantes e suas necessidades para que aprendam a usar a língua-alvo, assim transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas. A abordagem utilizada de natureza aplicada com abordagem qualitativa explicativa, assim, na primeira parte quero apresentar uma brevíssima contextualização sobre a importância das metodologias ativas, em seguida, explica-se de que forma se articulam os elementos que constituem essa experiência através das ferramentas digitais utilizadas, para concluir apresentar modelo de atividades e resultados obtidos desta experiência, demonstrando assim que como a aplicação de várias metodologias ativas podemos aumentar a satisfação dos estudantes com o ambiente da sala de aula remota melhorando satisfatoriamente a atração, captação e retenção dos alunos.

Palavras-chave: Produção oral. Português como língua adicional. Metodologias ativas.

Abstract: Oral production is one of the most important communicative skills in the process of learning of a foreign language, not only in acquiring a linguistic competence or to develop the ability to construct and interpret sentences and conversations in different contexts, but also to have a communication competence. In a real sense, it is a domain that, despite of being very important in the learning of a language, has normally been less worked in contexts of teaching and learning Portuguese as an additional language in remote teaching. In this article, I present an experience of oral production in a workshop of Portuguese for Spanish speakers in Lima, aiming to demonstrate that with technological resources, the use of gamification, inverted classes, and the elaboration of directed activities we can support the oral production to students. With the objective of language learning among the existing approaches in language teaching, the one that stands out the most is the communicative approach due to the favor of the interaction of the participants that this method provides, through the knowledge of the language as well as the culture, favoring a positive environment. For enriching learning, active methodologies, such as the use of gamification, put learning experiences in terms of activities, the real interest of students and their needs for them to learn to use the target language, thus transforming classes into more learning experiences. alive and meaningful. The approach used is of an applied nature with an qualitative explanation approach, so in the first part I want to present briefly a contextualization on the importance of active methodologies, then it is explained how the elements that constitute this experience are articulated through the digital tools used. , to be concluded, present a model of activities and results obtained from this experience, thus demonstrated that as the application of various active methodologies we could increase student satisfaction with the remote classroom environment, satisfactorily improving student attraction, capture and retention.

Keywords: Oral production. Portuguese as an additional language. Active methodologies.

INTRODUÇÃO

No Peru existe uma alta demanda em aprender idiomas, temos o idioma Português como língua adicional dentro dessas opções, como o português e espanhol são línguas muito próximas, fazem com que muitos peruanos tenham o interesse em aprender, nesse artigo relato a experiência de uma oficina intitulada Soltando a língua, foi desenhada com o objetivo da produção oral, começando pela fonética, permeando por vocabulários e aspectos culturais do nosso país, até chegar a pratica do idioma, onde os alunos puderam participar de vários países como Argentina, Chile, Peru e Nicarágua, somente com o alcance de um clique, desde o computador ou celular, essa oficina consistiu em módulos de aulas interativas de uma hora e meia via Zoom, com apoio de várias ferramentas tecnologias voltadas para a educação. A abordagem utilizada de natureza aplicada com abordagem qualitativa explicativa, assim na primeira parte quero apresentar uma brevíssima contextualização sobre a importância

da metodologia ativa, em seguida explica-se de que forma se articulam os elementos que constituem essa experiência através das ferramentas digitais utilizadas, para concluir apresentar modelo de atividades e resultados obtidos desta experiência, demonstrando assim que com o uso das metodologias ativas podemos aumentar a satisfação dos estudantes com o ambiente da sala de aula remota, melhorar satisfatoriamente a atração, captação e retenção de alunos.

Com o objetivo aprendizagem de idiomas dentre as abordagens existentes no ensino de Língua, a que mais se destaca, é a abordagem comunicativa devido ao favorecimento da interação dos participantes que este método proporciona, através do conhecimento e da cultura e aplicando também metodologias ativas, onde os estudantes são protagonistas responsáveis pelo processo do aprendizado. O objetivo desse modelo de ensino é incentivar que o grupo de participantes desenvolva não apenas a capacidade de absorção de novos conteúdos de maneira autônoma, mas também de maneira participativa e de acordo com seus interesses. Esta oficina foi desenvolvida em dezesseis sessões, com alunos de todos os níveis de conhecimento do Português como língua adicional.

O ensino comunicativo de línguas coloca as experiências de aprender em termos de atividades o real interesse dos estudantes e suas necessidades para que aprendam a usar a língua-alvo, para colocar na prática a verdadeira ação de interação com outros falantes-usuários dessa língua; não se trata apenas de enfatizar um tema, mas também criar um universo de sentidos para o aluno (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 47).

A abordagem comunicativa propõe uma visão sobre o uso da língua de forma diferente das metodologias anteriores, pois tem como objetivo unir as estratégias e métodos relacionadas ao ensino, tendo como eixo contextualizar situações reais de uso da língua. Por esse lado, cada tipo de atividade proposta na abordagem comunicativa contribui para a naturalidade e clareza dos conteúdos e a aplicação do uso do idioma aprendido, além de promover a capacidade dos estudantes em situação comunicativa, promovendo assim a prática comunicacional.

Como docente, sempre devemos ter o cuidado para que os estudantes tenham um espaço para a produção oral, o processo de aquisição de um novo idioma, fora de um contexto de imersão, pode se tornar um processo de ensino-aprendizagem um processo complexo: os alunos têm de aprender culturas, estratégias e estilos diversos, os professores, por sua vez, possuem culturas, estratégias e estilos próprios de

ensinar. Sobretudo, o aluno deve saber julgar os sentidos de como está aprendendo para autonomizar-se no aprender a aprender (ALMEIDA FILHO 2007, p. 67).

Com a realização da oficina Soltando a língua tivemos esse espaço totalmente dedicado para isso, no âmbito atual no qual o Peru está mais de dois anos com a educação totalmente no ensino remoto, a oficina teve esse espaço de proporcionar e promover a produção oral da língua portuguesa como língua adicional, vale ressaltar que esse espaço virtual apresenta ainda mais a participação de alunos de várias partes do mundo, sendo eles falantes de espanhol, todos eles motivados em aprender, produzir e interagir com o idioma e a Cultura Brasileira.

OBJETIVO GERAL

A produção oral é uma competência fundamental a desenvolver na aula de língua estrangeira, ao aprender um novo idioma, um dos objetivos é poder falá-la, segundo autora Pinilla Gómez ressalta que todo o conjunto destes elementos facilitam como a transmissão e a compreensão da informação, permite a existência de reciprocidade e interação, características inerentes à produção oral (2004).

Ao desenhar a oficina foram estimuladas as habilidades: compreensão leitora e auditiva, através de áudios e vídeos, produção escrita através dos exercícios e materiais apresentados virtualmente e produção oral, através dos diálogos, discursão e gravação de podcast. A produção oral constitui um processo interativo de construção de significado, que engloba a produção, a recepção e o processamento de informação por dois ou mais interlocutores, em tempo real, ou seja, de forma imediata e espontânea (Pinilla Gómez 2004: 883; Thornbury 2005: 2).

Outro ponto importante ressaltar é que na oficina proporcionamos ao estudante a motivação e o espaço para que adquira através do exercício comunicativo oral a confiança para se comunicar em português, permitindo maior fluência e desenvolvimento na língua-alvo. A oficina pensou nas necessidades dos estudantes que vivem longe da instituição e querem desenvolver as suas capacidades comunicativas e motivacionais, querem continuar a aprendizagem ou não perder a fluência adquirida.

METODOLOGIAS E COMPETÊNCIAS

A educação está passando por uma transformação na última década, e com a pandemia do Covid19, instituições educativas, professores e alunos tiveram que adaptar-se rapidamente ao uso de novos métodos de ensino e recursos tecnológicos para aplicar no processo de ensino-aprendizagem, vale ressaltar a importância da inovação da educação, pois significa reinterpretar conceitos e princípios históricos no momento atual, as metodologias ativas contextualizam um âmbito diferente para cada realidade, isso vem mostrando que além de procedimentos e metodologias ativas aumentam a demanda de autonomia tanto do professor quanto dos estudantes.

Para o ensino de Português como Língua adicional o método de ensino que é comum utilizar é o Método Comunicativo que se centra na interligação das estruturas gramaticais com os aspectos reais do dia a dia. As atividades foram focadas na utilização do português a través da produção oral do aluno. Para promover essa produção oral realizamos as seguintes atividades: Diálogos em grupos, exposições de opiniões em duplas, individuais, debates, dramatização e apresentações.

Os alunos receberam material virtual antes de cada sessão, para a preparação, para isso utilizamos o método de aula invertida, conceitualmente esse modelo é uma proposta na qual “o que tradicionalmente é feito em sala de aula, agora é executado fora do ambiente educativo, e o que tradicionalmente é feito como trabalho de casa, agora é realizado em sala de aula” (BERGMANN; SAMS, 2016, p. 11), tendo assim a ativação do conhecimento prévio antes de iniciar cada sessão, outro aspecto importante destacar que as atividades elaboradas sempre são voltadas sobre os aspectos culturais do Brasil e logicamente com a comparação de cada país de procedência dos alunos, isso faz que exista uma maior conexão dos estudantes e posteriormente essa comparação ajuda no processo oral, outro ponto interessante é que os temas foram escolhidos previamente pelo grupo, dentro de uma lista predeterminada, sendo assim, temas de interesse deles.

METODOLOGIAS ATIVAS

As investigações nas áreas da educação comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada pessoa, e que cada estudante aprende o

que é mais relevante e que faz sentido para ele de acordo com sua necessidade de aprendizado, o que assim faz gerar conexões tanto cognitiva quanto emocional, as metodologias ativas trazem um conceito do processo do ensino-aprendizagem que considera a real participação dos estudantes para a construção do saber e do conhecimento, valorizando assim as diferentes formas pelas quais os estudantes e professores podem estar envolvidos. Para os professores essa variedade de estratégias metodológicas a serem utilizadas é fundamental o planejamento das aulas é um recursos importantes, no ensino remoto onde os estudantes podem encontrar diversas distrações, temos que encontrar o modo de estimular a a aprendizagem, tornando um trabalho colaborativo para construção do saber, como a utilização das metodologias ativas pode favorecer esse ambiente sendo ele presencial ou remoto, o engajamento dos alunos e as possibilidades de integração da turma como um todo. Segundo o autor Moran (2018), para quem as metodologias ativas são estratégias de ensino cujo objetivo é fazer com que o aluno participe na construção do processo de sua aprendizagem, de forma flexível, inter-relacionada e híbrida, características que respondem às demandas atuais e dessa nova geração de estudantes pelos quais o mundo digital em que está inserido. Segundo a imagem apresentada nos mostra que passamos de ter uma aprendizagem com métodos de aprendizado passivo, no qual o estudante somente observava, lia, escutava e repetia, tendo o professor como o papel protagonista e passamos nos últimos anos essa transformação na educação onde o método mais eficaz é o método de aprendizagem ativo, pelo qual o papel principal são os estudantes.

Imagem 1. Pirâmide da aprendizagem de William Glasser



Fonte: <https://blog.lyceum.com.br/metodologias-ativas-de-aprendizagem/>

De acordo com diversos autores que explicam e conceituam sobre os métodos de aprendizagens ativas, ressaltam sobre a real importância da discussão em grupo, o trabalho colaborativo a prática das atividades com objetivo real e que os alunos sejam capazes de transformar o que aprendem, tornando-se alunos com pensamentos críticos.

Nesta oficina utilizamos como métodos ativos:

1. Sala de aula invertida ou também com a nomenclatura, ***flipped classroom*** é um método ativo atual utilizado tem como objetivo principal, no qual os estudantes terão acesso a um conteúdo prévio sobre a temática da aula antes de iniciar a sessão, fazendo com que chegue ao início da aula com conhecimentos prévios, tornando assim uma aula mais colaborativa e participativa. Nosso trabalho como docente é beneficiar em função do melhor planejamento de aula e da utilização de recursos variados, como vídeos, imagens e textos nos mais diversos formatos e disponibilizar em uma plataforma como por exemplo google Classroom, Edmodo, Padlet, Google Drive entre outros.
2. A gamificação pode ser utilizada em vários contextos do ensino-aprendizagem, a gamificação atrai todas as faixas etárias dos estudantes, tendo como objetivo principal o envolvimento dos alunos para a realização de atividades, bem como incentivar a colaboração, a interação e o compartilhamento por meio dos elementos e princípios dos jogos. Alguns

recursos de fácil uso e gratuitos são Wordwall, Learningapps, Pt.quizur e Kahoot por exemplo, para a produção oral, podemos usar roletas com perguntas predestinadas, caixa surpresas, elaboração de questionários para a comparação das respostas, uso de imagens e memes para a discursão em grupos.

A aplicação de metodologias ativas do ensino-aprendizagem tem um papel importante para a educação, precisamos tornar o sentindo de aprender mais prático, e com uma retroalimentação quase que imediata, é importante salientar que a escolha de bons conteúdos, a utilização do tempo da atividade e o objetivo da nossa aula, e lembrar que as metodologias ativas ajudam ao rompimento de barreiras físicas e a eliminação de distâncias.

AS ESTRATÉGIAS PARA A PRODUÇÃO ORAL EM UM AMBIENTE VIRTUAL

Desenvolver atividades que motivem os alunos não é uma tarefa fácil, por tanto cabe o professor fazer essa ponte motivando e utilizando de estratégias para o desenvolvimento das atividades integradas, utilizando a abordagem comunicativa gera atitudes mais positivas perante a língua aprendida. A utilização de recursos e ferramentas tecnológicas são grandes aliadas para esse processo.

Cada sessão, foi planejada, levando consideração aspectos como:

Com o método de aula invertida, eram realizadas postagens no Padlet com antecipação de cada sessão, sabemos que o uso da fonética é muito importante, para pronunciar bem, devemos conhecer os sons da língua portuguesa do Brasil; a motivação geralmente era feita através de vídeos no youtube e com um exercício de prática dos fonemas no Wordwaall ou learningapps, ao juntar ambos os recursos tecnológicos, os estudantes podiam de forma divertida realizar a prática individualmente.

Outra importância que dei para o desenvolvimento das atividades eram a escolha do tema, sempre voltada ao conhecimento da diversidade cultural brasileira e o reconhecimento dos aspectos interculturais. Para isso também foram apresentados durante as sessões vídeos e imagens com perguntas pré-selecionadas, para que em grupo fossem motivos de discursão, sempre com o motivo de introdução das formas

de mecanismo de coesão e coerência descritiva, expressão e compreensão de marcas de pessoa, espaço e tempo, expressões de gostos e opiniões;

Com o avance da tecnologia, permitiu que a educação e seu entorno educativo, passe por um processo de inovação educativa, pois mudou o papel do professor e aluno, onde assumimos o papel de intermediadores ou tutores e os estudantes o papel principal, protagonista de seu processo de ensino e aprendizagem, onde eles trazem sua bagagem de vida e estão dispostos a perguntar, debater, explicar e criar. Outro detalhe importante é o uso das redes sociais, nossos alunos hoje em dia são hiper conectados e inserir o uso das TICs em concordância com os autores: SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno (2011, p.25), quando afirmam: “Assim torna-se cada vez mais necessário que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem.”, existem na atualidade diversos recursos e ferramentas digitais voltadas para o ensino, com amplitude de atuação, baixo custo, atualmente são disponibilizados uma ampla gama de atividades que lúdicas com jogos podem ser utilizadas e reutilizadas nos diversos níveis do ensino.

O uso das imagens são também recursos que podem ser utilizados nas atividades que visam motivar a produção oral constitui uma forma de manter o interesse dos alunos, existem banco de imagens gratuitos que podem ser utilizados como Royalty Free, Flickr e Unsplash. Selecionar imagens, charges, memes e tantos outros recursos nos ajudam a debater e criar novos temas em sala de aula, assim melhorando a produção oral com a temática que queremos utilizar em nossas aulas.

Outra estratégia interessante em utilizar para a produção oral e a produção de podcast, esse recurso com infinitas possibilidades, podemos utilizar esse recurso tanto para a produção oral, quanto para compressão auditiva, podemos elaborar atividade e rodadas de debate sobre temas atuais ou sobre tópicos específicos, estimulando a capacidade crítica dos alunos e do grupo em si. Além disso, a gravação de um podcast é um excelente exercício de discurso e oralidade, que favorece a socialização e o debate saudável de ideias, na oficina utilizei o recurso que está no Padlet como recurso gravação de voz, onde os estudantes podem gravar, postar e os demais colegas podem ouvir e comentar.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

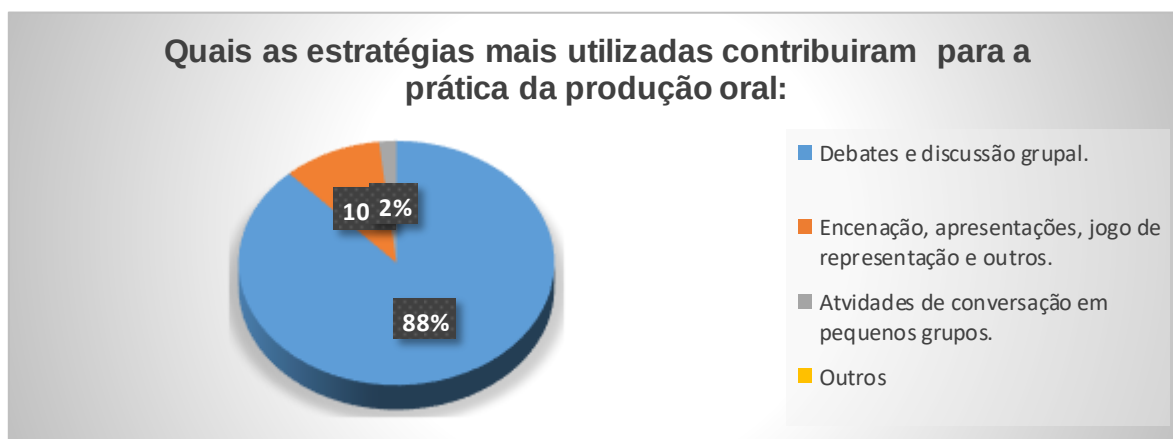
O sistema de avaliação e participação dos alunos foram feitos a partir da observação, participação do desempenho dos alunos no momento da atividade e dinâmicas, os estudantes foram avaliados através da pronúncia adequada do português, bem como suas estruturas gramaticais e uso adequado do vocabulário.

A avaliação das atividades realizadas foi através da construção, em conjunto com os alunos, registrar informações consideradas importantes; pesquisar sobre as tarefas extraclasse individualmente; fazer pequenas sínteses das temáticas estudadas e as palavras desconhecidas e elaborar a autoavaliação das suas atividades durante a oficina.

RESULTADO

A produção oral é uma competência é muito produtiva, vale ressaltar que devemos dar o feedback para os estudantes, para assim eles possam posteriormente adequar e melhorar essa habilidade e assim é uma forma de mantê-los motivados para as seguintes sessões. Considero também que a motivação através de jogos e ferramentas tecnológicas ajudam nesse processo, pois estimular um ambiente criativo, diverso e de desafios. Segundo os gráficos abaixo, demonstra os resultados que obtivemos nessa oficina Soltando a língua.

Gráfico 1. Gráfico com os dados sobre as estratégias que contribuíram para a prática da produção oral.



Fonte: Autoria própria

Gráfico 2. Gráfico dos recursos das Tics contribuíram para a produção oral.



Fonte: Autoria própria

Gráfico 3. Gráfico com os dados sobre tempo de produção oral para o desenvolvimento da competência oral.



Fonte: Autoria própria

Para os participantes da oficina as estratégias que contribuíram para a prática da produção oral são de 88% dos estudantes afirmaram que os debates e discussões em grupos contribuíram para esse processo de aprendizagem do português como língua adicional. Segundo Pinilla Gómez(2004), os diálogos são atividades às quais o professor pode recorrer em qualquer nível de aprendizagem. Nos níveis iniciais, utilizam-se pequenos diálogos para praticar e assimilar estruturas básicas através da repetição.

O segundo gráfico apresenta que as metodologias ativas aplicadas como o uso da sala de aula, 21% que os recursos da aula invertida como uso dos vídeos no youtube com as temáticas prévias do conteúdo da aula ajudaram na aquisição em

desenvolver a competência oral, para 36% dos participantes o uso da gamificação e as ferramentas digitais contribuíram para o desenvolvimento da oralidade e para a grande maioria o que mais se destacou que 43% dos estudantes que o envio prévio dos vocabulários, imagens e perguntas predeterminadas na aula invertida e que eles tinham acesso no Padlet ajudaram a antes, durante e depois de cada sessão ajudaram no processo da oralidade.

O terceiro gráfico mostrou que 89% dos alunos estavam satisfeitos com o tempo da oficina dedicado para produção oral para o desenvolvimento da competência oral foi suficiente, foram 16 sessões de uma hora e meia.

Acredito que como docentes de Português de língua como língua adicional, temos uma suma de diversidades de materiais e atividades que podem ser apresentadas como suporte, às mesmas ajudam a contribuir e manter os alunos motivados e empenhados na sua realização. Neste artigo que compartilhar minha experiencia e as atividades desenvolvidas durante está experiencia.

Acessem o link e tenha disponível todos os recursos e atividades desenvolvidas na oficina Soltando a língua. https://padlet.com/tatiane_ccbp/spspe7zi9yuiy1sw

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, é preciso sempre buscar e incorporar mecanismos dentro e fora de sala de aula espaços voltados para a produção oral e prática do idioma no qual o aluno está aprendendo, na atualidade existe diversos métodos, estratégias e didáticas inovadoras que estão disponíveis ao professor e a instituição de ensino. Nesse contexto, as tecnologias como, por exemplo, o computador, a internet, as ferramentas tecnológicas podem e devem ser usadas como complemento na aprendizagem é um meio que incentiva o aluno a querer aprender, promovendo uma satisfação tanto para o professor quanto para o aluno. Os recursos tecnológicos trazem uma série de novidades, pois com o uso dessa ferramenta tudo se torna mais rápido, versátil, fácil e lúdico, contribuindo para um melhor desempenho educativo e servindo como recurso pedagógico.

A oficina soltando a língua foi o espaço que tivemos para a realização de produção oral, sempre com o objetivo de utilizar a abordagem comunicativa e

utilizando de estratégias motivadoras para o uso do idioma português como língua adicional, acredito que a diversidade das atividades e temas propostos e apresentadas bem como os materiais de suporte às mesmas também contribuíra para manter os alunos motivados e empenhados na sua realização. As atividades realizadas permitiram que os estudantes motivassem a expressar e produzir a oralidade no idioma aprendido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 5a edição, Campinas: Pontes, 2008.
- _____. **Linguística Aplicada: Ensino de Línguas e Comunicação**. 2a edição Campinas: Pontes, 2007.
- Bergmann, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- J. MORAN. **Metodologias ativas para uma educação inovadora - uma abordagem teórico-prática: Penso**, Porto Alegre, 2018.
- Pinilla Gómez, R. **“La Expresión Oral”**. Em I. Santos Gargallo & J. Sánchez Lobato (coords.) **Vademécum para la formación de profesores. 72 Enseñar español como segunda lengua (L2)/Lengua extranjera (LE)**. Madrid, 2004.
- Santos, Ana Margarida Simões dos. **A Produção Oral na Aula de LE: Atividades de Motivação**. Universidade de Coimbra, 2014.
- SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno. **Multimídia na Educação: o vídeo digital integrado ao contexto escolar**. IN: SOUSA, Robson P.; MOITA, Filomena M.; CARVALHO, Ana B. (Orgs.) **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: Eduepb, 2011.
- Blog Lyceum. **Metodologias Ativas de Aprendizagem: o que são e como aplicá-las**. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/metodologias-ativas-de-aprendizagem/>. Acesso em: 01/02/2022.

Capítulo 4

CULTURA DA DOMINAÇÃO: DESOCULTAR PARA RESISTIR

Enéas Machado

CULTURA DA DOMINAÇÃO: DESOCULTAR PARA RESISTIR

Enéas Machado

Doutor em Educação: Políticas e Processos de Formação e de Profissionalização Docente, pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Santos (SP). Mestre em Educação: Ensino Fundamental, pelo Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE), Santos (SP). Integrante do Grupo de Pesquisa da Universidade Católica de Santos/CNPq - Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas. Professor de Ensino Fundamental I – Magistério (SEDUC Cubatão). Supervisor de Ensino (SEDUC Santos).

As epistemologias do sul são uma tentativa de confrontar o conhecimento hegemônico, científico, com conhecimentos não científicos, produzidos nas práticas e nas lutas sociais, conhecimentos que têm em si um potencial contra-hegemônico, produzidos em grande parte no sul global e a partir de premissas culturais distintas das que subjazem à modernidade ocidental. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 690)

RESUMO

O conhecimento pós-moderno traz no bojo questões matizadas na perspectiva das linhas (SANTOS, 1997, 2007, 2009). À vista disso, processos impiedosos de inculcação ideológica engendram manipulação e controle para a dominação (BOURDIEU, 1989). Processos que impedem de perceber as possibilidades na construção dos conhecimentos, para além da linha estabelecida (GOMES, 2012) como hegemônica. Desse modo, o conhecimento pós-abissal, vislumbra um currículo que engendra pontes, capturando a ecologia de saberes. O currículo (APPLE, 2001, 2006; CALDAS, 2016; GANDIN, 2011; LIMA, 2011; MOREIRA, 2007; PEDRA, 1997) necessário é aquele que considera a cultura, as intersubjetividades e as relações sociais no processo epistemológico: suas relações e implicações. A ação de solapamento das demais epistemologias e suas culturas implicaram no intitulado epistemicídio. Isto posto, as linhas radicais (GOMES, 2012; SANTOS, 2009) cindem a sociedade em dois universos distintos: o hegemônico e o contra-hegemônico. O presente estudo revisita os conceitos da ideologia imposta pela classe dominante às demais classes bem como suscita tensionamentos possíveis (SOUSA FILHO, 2011) entre regulação e processos emancipatórios (FREIRE, 1987). O sistema de ensino se mostra socialmente injusto e inadequado (CHARLOT, 2016) aos despossuídos, produzindo o sentimento de desamparo e exclusão. Este mesmo sistema de ensino reforça um saber elitista aos *bem nascidos* – uma verdadeira perversão aos menos abastados. Dessarte, a educação é uma blindagem necessária contra os processos de alienação em direção à autonomia dos sujeitos, na superação da cultura de

dominação por intermédio de um currículo que produz pontes, conexões ou imbricamentos.

Palavras-chave: Inculcação ideológica. Alienação. Emancipação. Autonomia. Resistência.

ABSTRACT

Postmodern knowledge brings with it questions nuanced from the perspective of lines (SANTOS, 1997, 2007, 2009). In view of this, ruthless processes of ideological inculcation engender manipulation and control for domination (BOURDIEU, 1989). Processes that prevent the perception of possibilities in the construction of knowledge, beyond the established line (GOMES, 2012) as hegemonic. In this way, post-abysal knowledge envisions a curriculum that engenders bridges, capturing the ecology of knowledge. The necessary curriculum (APPLE, 2001, 2006; CALDAS, 2016; GANDIN, 2011; LIMA, 2011; MOREIRA, 2007; PEDRA, 1997) is one that considers culture, intersubjectivities and social relations in the epistemological process: their relationships and implications. The action of undermining the other epistemologies and their cultures implied the so-called epistemicide. That said, the radical lines (GOMES, 2012; SANTOS, 2009) divide society into two distinct universes: the hegemonic and the counter-hegemonic. The present study revisits the concepts of ideology imposed by the ruling class on other classes as well as raises possible tensions (SOUSA FILHO, 2011) between regulation and emancipatory processes (FREIRE, 1987). The education system proves to be socially unfair and inadequate (CHARLOT, 2016) to the dispossessed, producing a feeling of helplessness and exclusion. This same education system reinforces an elitist knowledge for the well-born – a true perversion for the less well-off. Thus, education is a necessary shield against the processes of alienation towards the autonomy of subjects, in overcoming the culture of domination through a curriculum that produces bridges, connections or overlaps.

Keywords: Ideological inculcation. Alienation. Emancipation. Autonomy. Resistance.

1. INTRODUÇÃO

O presente excuro intenciona discorrer sobre a ideologia presente nos saberes dados como hegemônicos e utilizados como instrumento de dominação cultural, social e política das classes populares.

A dominação, utilizada pela classe hegemônica por meio de uma gama de instituições sociais, tem a função de difundir seus ideais, garantindo a manutenção da supremacia e privilégios. Processo legitimado pela alienação dos indivíduos na atividade produtiva, por conta da coisificação dos sujeitos. Tal alijamento implica nas contradições presentes no sistema capitalista e que engendra as desigualdades, exclusão e a exploração da força de trabalho.

O detentor do capital influencia nas relações sociais, sobretudo no controle que este exerce sobre o Estado, legitimando seus interesses e instaurando um *ser e estar*

no mundo a partir da hegemonia dos saberes, desconsiderando nesta esteira, os saberes que transitam abaixo da linha estabelecida como predominante.

À vista disso, a ideologia da classe dominante influencia a formação de opinião da grande massa, que passa a reproduzir todo o discurso de intolerância e desqualificação dos saberes, aquém da linha. É premente o entretecimento da emancipação coletiva a fim de estruturar o campo de resistência às imposições estabelecidas pelos grupos hegemônicos, em um movimento contra-hegemônico.

Epistemologias do Sul (SANTOS, 2009) perpassam a respeito da cultura, dos saberes não dominantes e das epistemologias submergidas pela cultura de dominação. Torna-se urgente o diálogo e a captura de outras formas de saberes. Assim, o conhecimento pós-abissal busca estabelecer entrançamentos, além de compreender a ecologia de saberes (SANTOS, 2007) da modernidade.

O modelo hegemônico da ciência moderna tem sua marca de identidade no modelo de racionalidade que se consolida a partir da revolução científica do século XVI e seu ápice no século XIX.

Boaventura de Sousa Santos (2009) nota que a mudança paradigmática está se consolidando pela aproximação das ciências naturais e ciências humanas. Argumenta que não há conhecimento sem práticas e atores sociais, assim como os diferentes tipos de relações originam as diferentes epistemologias. Em sua relação mais extensa, as relações sociais também são culturais e políticas, em que o conhecimento é sempre contextual em relação às diferenças culturais e políticas. Gomes (2012) perpassa as epistemologias hegemônicas, as marginalizadas e as reconfigurações do *status quo*.

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? A resposta a tais questionamentos significa o resgate de modelos epistemológicos outrora desconsiderados pela soberania epistêmica da ciência. Isso pode levar a que sejam revalorizadas identidades e culturas que foram, durante séculos, intencionalmente ignoradas pelo colonialismo. Este foi responsável por imprimir uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. (GOMES, 2012, p. 40)

As Epistemologias do Sul (GOMES, 2012; SANTOS, 2009) afloram da visão de variação e diversificação das culturas e saberes que no decorrer da história da

modernidade sofreram o arrefecimento pelo pensamento dominante pautado no paradigma epistemológico da ciência moderna, desconsiderando os outros saberes.

O *epistemicídio* (SANTOS, 2009), nesta esteira, implicou no desmoronamento das demais epistemologias e suas culturas. Por consequência:

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). (SANTOS; MENESES, 2009, p 12-13)

Epistemologias do Sul (GOMES, 2012; SANTOS, 2009), como teoria epistêmica, tensiona os saberes no decurso dos últimos anos e propõe intervenções pela supressão dos saberes dominantes e interlocuções entre estes conhecimentos.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, com inócuos, e excludente em sua hegemonia. Acaba por aligeirar, execrar e opor-se a outras possibilidades epistemológicas. Possui distinções visíveis e invisíveis.

Nesta perspectiva, no outro lado da linha, o invisível, não há conhecimento real: há crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que podem engendrar objetos para uma inquietação científica.

A linha visível que separa a ciência dos *outros* conhecimentos: de um lado ciência, filosofia e teologia e do outro, conhecimentos incompreensíveis por não atenderem as prescrições científicas da verdade. O pensamento abissal atua como sufocador das epistemologias gerais (SANTOS, 2009). Deste modo é imprescindível a inserção do pensamento pós-abissal, como movimento contra-hegemônico.

O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir. (SANTOS, 2009, p. 44)

O pensamento pós-abissal emerge: de que a diversidade do mundo é inesgotável; de que a exclusão social assume diferentes formas, e enquanto a *rejeição* perdurar não é possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista; da ruptura

com os modelos ocidentais; da copresença radical identificando as práticas e agentes dos dois lados da linha; e do abandono a concepção linear da História, ressaltando que contemporaneidade é simultaneidade e compreendendo que agentes e ações são contemporâneos e iguais.

Diante da estratificação do pensamento dominante é premente a necessidade de um pensamento pós-abissal que contemple a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, a diversidade epistemológica do mundo e a copresença radical corroborando a ecologia de saberes (SANTOS, 2007) que afirma que conhecimento é interconhecimento e assim, reconhecimento da pluralidade de saberes.

2. DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Fui-me dando conta de que todos eles eram bons porque tinham elevado até ao máximo a consciência [...]. As epistemologias do norte não sabem comunicar ao mundo as suas ideias a não ser de uma maneira universalizante. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 691)

Valemo-nos dos postulados de Boaventura de Sousa Santos (1997, 2007, 2009) acerca das epistemologias dominantes e dos saberes não dominantes – ancorados na alcunhada Epistemologias do Sul (GOMES, 2012; SANTOS, 2009).

Nesta perspectiva, inserimos neste percurso, os constructos de Apple (2001, 2006), por depreendermos que o currículo favorece o trânsito entre a diversidade de saberes.

Assim, neste arcabouço, as contribuições de Paulo Freire (1987) na pedagogia crítica – pela *dialogicidade* – incrementa as transformações sociais, perpassando os campos do trabalho, do saber e do poder (BOURDIEU, 1989).

3. TRANSGREDIR PARA RESISTIR

Isto é particularmente válido nas sociedades capitalistas onde a desigualdade social, a injustiça e a discriminação colidem com os valores da igualdade, liberdade e fraternidade que informam a modernidade ocidental, e não podem, por isso, deixar de suscitar resistências. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 686)

A ideologia é a representação da realidade que a classe dominante produz e impõe as demais classes, com o escopo de garantir sua posição hegemônica. Objetivo

que realiza, ao dissimular, pela representação ideológica que oferece da realidade, envidando a exploração e a dominação, principalmente sobre a classe trabalhadora.

A compreensão da ideologia pretende estabelecer que os indivíduos apenas reproduzem as representações ideológicas da realidade, sem mais, e sem acréscimos.

Partimos de que toda ideologia tem como mote o controle, a homogeneização e a imposição de monoteísmos morais, sociais ou políticos. A ideologia, no viés positivista, serve como arcabouço principal da teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas (1994) que trata da ideologia como um acordo claro e transparente entre as pessoas, mediado pela interlocução e pela definição de supressões de desejos acordados entre as partes.

Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 106) desvela os processos de perpetuação, enquanto ideologia do pensamento dominante: visão unilateral da linha, portanto parcial, ou os processos de canibalização do futuro e do passado pelo presente.

É preciso, pois, lutar por uma outra concepção de passado, em que este se converta em razão antecipada da nossa raiva e do nosso inconformismo. Em vez do passado neutralizado, o passado como perda irreparável resultante de iniciativas humanas que puderam escolher entre alternativas. Um passado reanimado em nossa direção pelo sofrimento e pela opressão que foram causados na presença de alternativas que os podiam ter evitado. [...] Na medida em que o passado deixar de ser automaticamente redimido pelo futuro, o sofrimento humano, a exploração e a opressão que o habitam passarão a ser um comentário cruel sobre o tempo presente, indesculpável porque continua a ocorrer e porque poderia ter sido evitado. (SANTOS, 1997, p.117)

A ideologia é intrincada de ideias e de práticas: circula, se exerce, é capilar, está nas extremidades, atravessa os indivíduos, fabrica-os, produz “múltiplas formas de dominação que podem ser exercidas na sociedade.” Acrescenta-se a relação intrínseca entre ideologia e poder a produção de “relações de força” em “relações de sentido” – o “poder simbólico” que a ideologia realiza.

[...] o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram. (BOURDIEU, 1989, p.15)

As tensões tecem pontos de resistência às formas de dominação e de sujeição que a ideologia visa universalizar e naturalizar. Deste modo, a transgressão vai desde os atos considerados crimes e contrapontos às interdições culturais, às revoltas, insurreições, excursos pelas arguições da filosofia, da ciência e da arte. Estas assumem as formas dos movimentos políticos que reivindicam transformações sociais que implicam em vicissitudes simbólicas importantes (SOUSA FILHO, 2011).

Os processos de resistência inquietam a linha tênue entre os discursos ideológicos impregnados de verdades indestrutíveis e desconstroem a área proibida, pela necessária transgressão, em que os sujeitos resistem, reinterpretam a realidade, reinventando-a.

4. APREENDENDO A ECOLOGIA DE SABERES

Dessa proposta faz parte o conceito de “ecologia de saberes” através do qual mostro que, se os conhecimentos práticos, muitos deles construídos nas lutas sociais, e o conhecimento criado pelas ciências sociais entrarem em diálogo, é possível que ambos os tipos de conhecimentos se enriqueçam e, assim, robusteçam os projetos de transformação social. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 690)

O currículo “define o que, como e para que os conteúdos são trabalhados nos diferentes níveis de ensino” (LIMA, 2011, p. 22).

Currículo é também um documento que reflete todo um complexo de relações sociais de um determinado momento histórico (APPLE, 2006). Assim, currículo transcende a ideia de uma simples seleção de conteúdos disciplinares (SAVIANI, 2000). Moreira (2007, p. 8) propala que currículo é *uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas*. Pedra (1997) explicita que o termo currículo pode significar as diversas concepções como *resultados, experiências*, ou seja, conceitos que trazem as marcas do tempo e dos espaços sociais em que são construídos, enfim um conjunto de todas as experiências, vivências e atividades de aprendizagem.

O teórico norte-americano Bobbitt (1918), a partir de *The Curriculum*, conceituou o currículo escolar em um conjunto de coisas que os alunos devem fazer e experimentar para desenvolver as habilidades de que usufruirão na vida adulta (PEDRA, 1997). No Brasil, a preocupação com o currículo escolar teve seu início nas décadas de 20 e 30. Este imbricado ao *escolanovismo* e à crítica da educação

tradicional e jesuítica. Neste viés, os principais responsáveis pelas discussões acerca de currículo (LIMA, 2011) foram Fernando Azevedo e Anísio Teixeira.

No final de 1960, foi introduzido na educação e no currículo escolar brasileiro o tecnicismo: uma concepção analítica como base e a exatidão como objetivo (LIMA, 2011). A escola tecnicista expressou pelo currículo (CALDAS, 2016; LIMA, 2011) escolar seus princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Com o escopo de desvelar as relações de poder e a hegemonia expressa nas concepções curriculares até então, surgem nos anos 70, os movimentos que buscaram a ressignificação do currículo. Movimentos ligados à teoria crítica em que seus postulantes ao...

“[...] revelar a função ideológica do currículo, mostram-se insatisfeitos com a abordagem técnica do currículo, sendo considerados os pioneiros da tendência curricular crítica.” (LIMA, 2011, p. 64)

Por Apple (2001, 2006) e Giroux (1997, 1992) as reflexões sobre o currículo passam a ser entendidas a partir das concepções de sujeito, educação e sociedade.

O currículo dialoga com os interesses sociais de um determinado contexto histórico, sendo baseado na dimensão científica, artística e filosófica do conhecimento. Apple (2006) assume e defende a escola pública democrática e de qualidade. Deste modo Apple e Beane (2001) afirmam:

[...] escolas vivas, cheias de entusiasmo, mesmo em circunstâncias eventualmente tristes e difíceis. São escolas onde professores e alunos estão igualmente empenhados num trabalho sério que frutifica em experiências de aprendizagem ricas e vitais para todos. (APPLE; BEANE, 2001, p.12)

Michael Apple (2006) e Paulo Freire (1987) partilham a ideia de que a educação não é uma atividade *neutra* e que o educador está envolvido em um *ato político*.

Apple contrapõe a ideia de currículo *compartimentado* nas formas de ensinar conteúdos e comportamentos. Assim, atento à Apple, Gandin (2011) declara:

O discurso educacional, mais especificamente no campo do currículo, estava basicamente centrado em responder a pergunta “como?”, ou seja, qual a melhor forma de “transmitir conhecimentos” ou de criar comportamentos de ajustamento aos grupos sociais. Michael Apple, então, propõe que a educação e o currículo deveriam propor outras perguntas: “o que?” e “para quem?” Estas novas perguntas, que não tratam o conhecimento e as práticas escolares como dadas, mas como uma realidade a ser criticamente examinada, representam uma

ruptura com uma concepção dominante de currículo, vigente naquele momento histórico. (GANDIN, 2011, p. 30)

Pela hegemonia, as convicções e as formas de ver, viver e entender o mundo são postas de maneira unilateral, pelo viés do pensamento dominante: do detentor do capital.

Assim, a hegemonia se refere não à acumulação de significados que estão a um nível abstrato em algum lugar “da parte superior dos nossos cérebros”. Ao contrário, refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são vividos. Precisa ser entendida em um nível diferente do que o da “mera opinião” ou da “manipulação”. (APPLE, 2006, p. 39)

Apple (2006) declara que a ideologia pode nos dar o aporte necessário na luta pelas mudanças sociais ou condicionar as pessoas a permanecerem em suas condições de dominação.

O senso comum pode demonstrar as relações ideológicas hegemônicas dominantes em que são declaradas as visões de mundo como “natural”, e estas são incorporadas e reeditadas, por se aportarem nos conhecimentos do senso comum da população, construídos intimamente com a cultura em suas dimensões (GANDIN, 2011).

As relações de poder são expressas e legitimadas pelas práticas cotidianas dos sujeitos da escola, dos conteúdos ensinados e da forma como são trabalhados. O currículo tende a perpetuar aquilo que interessa e serve ao pensamento dominante, tanto de forma aberta, no currículo escrito, como de forma escamoteada, nos valores, concepções e atitudes que caracterizam o currículo oculto (APPLE, 2006).

A realidade social, conforme postula Boaventura de Sousa Santos (2009), tem dois vieses: o deste lado da linha e o do outro lado da linha, e que acabam por tornar o lado de lá, pelo currículo, inexistente, excluído e alijado.

Apple (2006) contribui na análise das políticas curriculares pelo estudo das relações entre educação e sistema econômico, e o cotejamento do currículo oculto, pela *desocultação*. Nesta direção propõe um movimento contra-hegemônico para pensar e concretizar políticas curriculares voltadas à construção de uma realidade democrática e participativa nas escolas (CHARLOT, 2016), tensionando a

sociabilidade impregnada de valores burgueses, neoliberais, neoconservadores e das certezas advindas.

Charlot (2016) denuncia que a escola se articula socialmente, pelo currículo, injusta e inadequada aos que nada possuem, produzindo desse modo, sentimentos de desvalia. No entanto, aos nascidos em *berço esplêndido*, reforça um saber elitista, próprio dos grupos hegemônicos. Assim, neste cenário excludente, Charlot (2016) reflete acerca da singularidade das práticas pedagógicas e das práticas docentes olhando profundamente para os sujeitos e suas histórias.

Pela reflexão e pesquisa Charlot (2016) se aproxima do conceito de relação social com o saber, em que o processo de ensino e aprendizagem é impregnado de prazer e sentido. A leitura amiúde da realidade fornece subsídios transformadores e emancipatórios para lidar com o fracasso escolar, permitindo inserir o aprendente em situação de diálogo cognitivo.

5. DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O controlo da subjetividade dá-se pela observância competente e de boa-fé das metodologias que as ciências sociais têm vindo a construir. Isto sem nunca prescindir de contribuir para a criação de novas metodologias que não só aproveitem ao máximo os recursos tecnológicos de que hoje dispomos mas também se adequem às novas exigências que a sociedade nos põe e que na minha opinião vão no sentido de criar mais aproximação consciente do que distância inconsciente dos seus limites. É por esta razão que tenho vindo a insistir em metodologias mais participativas. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 688)

A referida incursão tem caráter descritivo na intenção de tornar inteligível – o fenómeno, por isso da opção pela análise qualitativa (GODOY, 1995; ZANETTE, 2017).

Desse modo, pela investigação documental e bibliográfica podemos inquirir as teorias precípuas, bem como os constructos periféricos que dão a liga necessária ao cotejamento.

6. DA ANÁLISE

As continuidades decorrem do facto de eu, como disse, querer ser objetivo sem pretender ser neutro. [...] não somos de modo nenhum neutros. Estamos do lado daqueles que querem construir uma justiça mais democrática, mais eficiente, mais acessível, em suma, mais justa. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 689)

Santos (1997; 2007; 2009) nos remete aos saberes que se conversam e se complementam. Desmantela a ideia da supremacia dos conhecimentos. Apple (2006) nos dirige a um currículo emancipatório que confere vez e voz aos sujeitos do processo.

Desta forma, o currículo possibilita o trânsito entre os saberes, pela desocultação do pensamento hegemônico.

A possibilidade de interlocução e complementaridade dos conhecimentos nos leva a depreender que a educação enquanto campo do trabalho, do saber e do poder (BOURDIEU, 1989) pode blindar os sujeitos, dos processos de inculcação e alienação, criando, os chamados sítios de resistência e promovendo as transformações sociais (FREIRE, 1987).

7. PONTES, CONEXÕES OU IMBRICAMENTOS: ENTRECRUZAMENTOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a razão e a vontade há mais pontes do que as que podemos imaginar. (SANTOS, *apud* JERÓNIMO; NEVES, 2012, p. 686)

Eduardo Galeano (2015, p. 71), no Livro dos Abraços, faz referência aos “ninguéns”, sujeitos marginalizados (alijados) pela cultura, pelo currículo e pela história universal. Vejamos:

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, Morrendo a vida, Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, Aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

As linhas que cindem, tornam a realidade social polarizada, concorrendo para que as epistemologias soçobrem pela cultura da dominação.

Propomos, nesta incursão, o diálogo e a captura de outras formas de saberes (re) configurando-os como precípuos para uma organização curricular (contra-hegemônica), contra os processos de alienação pela inculcação ideológica, manipulação e dominação, com vistas à transformação social e consequente emancipação dos sujeitos pelas necessárias resistências.

Uma pedagogia crítica que abra fronteiras e vertentes para o sujeito conhecer e exercer a liberdade buscando a igualdade social, a garantia de direitos, o respeito à dignidade humana; o fim das injustiças sociais e da opressão.

O conhecimento como blindagem necessária no combate aos processos de alienação com vistas à emancipação. Uma educação enquanto imbricamentos, conexões e pontes ao invés de tratados e linhas que cindem.

Um movimento de *desocultação* do mundo que parte das contradições e das epistemologias que segregam, (re) configurando este *lócus* como espaço de desejo, viabilizando sua (re) invenção e dando o suporte necessário na resolução da complexa equação pedagógica que define aprender como atividade intelectual prazerosa e impregnada de sentido.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W.; BEANE, J. A. **O argumento por escolas democráticas**. In: _____ (orgs). *Escolas Democráticas*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Lições das escolas democráticas**. In: _____ (orgs). *Escolas Democráticas*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOBBITT, John Franklin. **The Curriculum**. Cambridge, Massachusetts – U.S.A. The Riverside Press, 1918.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CALDAS, Luiz Américo Menezes; VAZ, Marta Rosani Taras. **Michael Apple**: as contribuições para a análise de políticas de currículo. *Espaço do Currículo*, v.9, n.1, p. 149-157, Janeiro a Abril de 2016.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e as contradições de aprender na escola. **Revista Ensino Interdisciplinar**. V.2, nº 6, Outubro, 2016. UERN, Mossoró, RN.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, POCKET, 2015.

GANDIN, L. A. **Michael Apple**: a educação sob a ótica da análise relacional. In: REGO, T. C. (org). Currículo e Política Educacional. Vozes: São Paulo, 2011.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais** – Rumo a uma pedagogia crítica da Aprendizagem. Trad.: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

_____. **Escola crítica e política cultural**. 3. ed. Trad. Dagmar Zibas. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

GOMES, Fúlvio de M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, v.4, p, 39-54, dez 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**: Complementos y estudios previos Madri: Catedra, 1994.

JERÓNIMO, Helena Mateus; NEVES, José. O intelectual de retaguarda: Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. **Análise Social**, 204, XLVII (3º), 2012

LIMA, M. F. et.al. **A função do currículo no contexto escolar**. Curitiba: Ibpx, 2011.

MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: MEC/SEB, 2007.

PEDRA, J. A. **Currículo, Conhecimento e suas representações**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A queda do Angelus Novus**: para além da equação moderna entre Raízes e Opções. Novos Estudos, São Paulo, n. 47, p. 103-124, mar. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Novos Estudos 79, Novembro 2007, p. 71-94.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M.P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina , 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico - Crítica**: Primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP, 2000.

SOUSA FILHO, Alípio. Ideologia e transgressão. **Revista Psicologia Política** [online]. 2011, vol. 11, n. 22, p. 207-224. ISSN 1519-549X.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. *Educ. rev.* [online]. 2017, n. 65, pp. 149-166.

Capítulo 5

O PROCESSO INQUISITORIAL INSTAURADO EM FACE DE GABRIEL MALAGRIDA E SUA RELAÇÃO COM A DOENÇA MENTAL DESENVOLVIDA PELO JESUÍTA (1759-1761)

Guilherme Marchiori de Assis

O PROCESSO INQUISITORIAL INSTAURADO EM FACE DE GABRIEL MALAGRIDA E SUA RELAÇÃO COM A DOENÇA MENTAL DESENVOLVIDA PELO JESUÍTA (1759-1761)

Guilherme Marchiori de Assis

Doutor em História Social das Relações Políticas. Instituições: Universidade de Coimbra e Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor universitário. E-mail: guilherme1marchiori@gmail.com

Resumo: O artigo se inscreve na relação entre a História e o Direito, buscando avaliar de que forma um indivíduo específico, sua trajetória e sua teia de relações e significados sociais nos informam sobre as transformações nas instituições seculares tal a Igreja Católica no Portugal do Setecentos. Seu personagem central é o jesuíta italiano Gabriel Malagrida, religioso de grande influência na corte de D. João V, cai em desgraça na corte subsequente, qual seja, a de D. José I (1750-1777), sofrendo pesado processo sob o Tribunal da Inquisição do qual saiu sentenciado à morte. Importa afirmar que durante o desenvolvimento do processo inquisitorial o personagem desenvolveu uma demência que mesmo sendo rejeitada pelo inquisidor José Barata de Lima, pode ser comprovada nos autos do aludido processo, após o exame paleográfico por nós empreendida. Utilizamos para o caso a obra de Philippe Pinel, *Tratado médico-filosófico*: sobre a alienação mental ou a mania, que nos auxilia a compreender melhor o contexto e a deficiência mental do personagem analisado. Alusões ao Tratado de Sigmund Freud, em alguns pontos específicos, também serão úteis.

Palavras-chaves: História do Direito; Inquisição Portuguesa; Doença mental.

Abstract: The article is inscribed in the relation between History and Law, trying to evaluate how a specific individual, his trajectory and his web of relations and social meanings inform us about the transformations in secular institutions such as the Catholic Church in Portugal of the Seventeenth Century. Its central character is the Italian Jesuit Gabriel Malagrida, a religious of great influence in the court of D. João V, falls into disgrace in the subsequent court, namely, that of D. José I (1750-1777), suffering heavy trial under the Court. of the Inquisition from which he was sentenced to death. It is important to state that during the development of the inquisitorial process the character developed a dementia that, even being rejected by the inquisitor José Barata de Lima, can be proved in the case file, after the paleographic examination undertaken by us. We use for this case the work of Philippe Pinel, *Medical-Philosophical Treatise: On Mental Alienation or Mania*, which helps us better understand the context and mental deficiency of the character analyzed. Allusions to the Treaty of Sigmund Freud on some specific points will also be helpful.

Keywords: History of Law; Portuguese Inquisition; Mental disease.

1. INTRODUÇÃO

Gabriel Malagrida nasceu na cidade de Menaggio ao norte da Itália em 1689. Iniciou os primeiros passos na Companhia de Jesus em 1711 onde continuou seus estudos em Milão e Gênova. Nesta Província, terminou os estudos e entrou para a ordem em 1719. Como missionário mudou-se para Lisboa de onde partiu para o Brasil aos 31 anos. Na América portuguesa prosseguiu com as atividades de missionário e no ensino dos colégios jesuítas.

Como estudioso das Humanidades, projeta-se inicialmente na província de São Luís, e por quase 30 anos percorreu diversos territórios, como o Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, onde auxiliou na construção e reforma das fundações de interesse da Igreja Católica, quer templos religiosos, quer conventos e seminários.

Com a morte de D. João V em 1750, rei que havia provido financeiramente Malagrida para suas obras, a Companhia enfrenta um cenário completamente diverso sob D. José I, que havia nomeado Sebastião José de Carvalho e Melo, condecorado como marquês de Pombal em 1770 (COUTINHO, 1986, p. 50).

Em 1754 retorna o padre à Corte portuguesa e em 1755 escreve um opúsculo intitulado *O Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceo a côrte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755* (MURY, 1884), no qual indiretamente acusou as práticas pecaminosas da Corte Portuguesa de serem responsável pela tragédia. Como resposta, o Conde de Oeiras, reúne provas que o incriminam, acusando-o de herege e falso profeta. Por tanto, Gabriel Malagrida é condenado ao garrote e à fogueira em 20 de setembro de 1761, na Praça do Rossio em Lisboa (RODRIGUES, 2010: 582).

Durante a existência do Santo Ofício, diversos processos inquisitoriais, assim como normas e regras de funcionamento foram estabelecidas, tal qual o *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reinos de Portugal de 1640* (REGIMENTO, 1640).

Esses documentos permitem uma busca intermitente a fim de ser apropriado o ideal temático do presente artigo que retém no sistema probatório luso o protótipo de análise e delineamento do tema, bem como a conclusão da possível enfermidade mental imputada a Malagrida durante o ano que esteve preso no Forte da Junqueira, atestado inclusive por seu companheiro de cela, Pedro Homem.

Os autores que analisaram a trajetória de Malagrida o colocam no momento de sua execução em um estado de senilidade, em provável estado de loucura. Contudo, é crucial abordar que o padre desde muito jovem se considerava abençoado pela intervenção divina (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1759).

Se auto referia como dignitário do dom das visões, além de ouvir vozes, passando a ter inclusive premonições e a incutir na mente de indivíduos mais humildes a ideia de que saberia a verdade caso mentissem nas confissões. Considerando tais fatos, o Malagrida da prisão não se diferia muito daquele que executou missões no Brasil.

A diferença básica aqui está no fato de que no cárcere estava desesperado, com 72 anos de idade no momento da execução e também o fato da Companhia de Jesus estar sob perseguição, influenciou diretamente seu estado mental. Todos esses fatores são importantes para se melhor compreender o contexto de sua condenação final (LEITE, 1938, p. 36).

Sobre o assunto de debilidade mental oriunda de aspectos relativos às experiências traumatizantes decorridas de uma vida de trabalho árduo com pouco descanso, a peculiar forma de viver, as facetas da mente humana são bem delineadas no Tratado médico-filosófico de Philippe Pinel:

Ar sonhador e taciturno, temerosas suspeitas, busca da solidão; tais são os traços que servem para caracterizar alguns homens da sociedade, e nada é mais hediondo que esta imagem, quando se reúnem aí a ideia do abuso do poder, a perversidade dos costumes e um coração sanguinário (...) A história dos homens célebres na política, nas ciências e nas belas-arts fez conhecer melancólicos de caráter oposto, isto é, dotados de entusiasmo pelas obras-primas do espírito humano, pelas concepções profundas e por tudo que há de grande e magnânimo (PINEL, 2007, pp. 162-163).

Malagrida, personagem da qual nos valem, encaixa-se perfeitamente na descrição proposta por Pinel, no sentido em que, membro eminente de sua ordem religiosa, com poderes plenipotenciários no Brasil colonial, exercia seus atos clericais

com o aval do Padre-Geral da Companhia, e do próprio rei de Portugal, que até 1750 fora D. João V. Portanto, trata-se o presente artigo de analisar a trajetória de Gabriel Malagrida, inaciano condenado pelo Tribunal da Inquisição em 1761, avaliando por qual motivo a condenação se deu, e em até que ponto foram negligenciadas evidências de debilidade mental aquilatada pelo processo inquisitorial em comento.

Fato é que o inaciano levava as regras da Companhia de Jesus ao pé da letra, em especial as modalidades de castigos do corpo. Segundo as propostas de Santo Inácio, os castigos se dariam basicamente por três vias: a redução drástica da alimentação; o modo de dormir, que deveria ter tanto sua duração quanto condições de conforto reduzidas; e a dor proporcionada através de flagelos. Interessante o comentário de Loyola no que diz respeito à última modalidade de penitência externa: “O que parece mais prático e seguro nessa maneira de fazer penitência é que a dor seja sentida na carne, mas que não penetre nos ossos, de modo a causar dor, mas não enfermidade” (INÁCIO DE LOYOLA, 2000, p.46). Pode-se dizer que no caso de Malagrida a enfermidade não chegou a ser física, mas quanto às suas atividades mentais, graves danos puderam ficar evidentes durante os três anos que ficou sob as ordens do braço secular e do Santo Ofício (1759-1761).

Contudo, Malagrida exacerbava nessa punição, na medida em que seu principal biógrafo relata que “não poucas vezes sua cela teve que ser invadida pelos irmãos da Ordem, vez que o mesmo estava desmaiado em uma poça de sangue, com feridas abertas e com necessidade de sutura. Tamanha era a fé do irmão” (RODRIGUES, 1779, pp. 148-151).

De fato, esse modo de penitência fora considerado por muitos dos companheiros jesuítas de Malagrida ou mesmo seu companheiro de cela quando no Forte da Junqueira, dito Pedro Homem. Justamente por seguir a cartilha de Inácio de Loyola. Contudo, para o inquisidor Luis Barata de Lima, apontado como o responsável pelo processo inquisitorial no qual respondeu Gabriel Malagrida, tem-se afastada a tese de insanidade, por ter o inaciano cumprido apenas a cartilha de sua Companhia.

Importa dizer que o inaciano ensinou humanidades nos colégios da Itália: Nizza, Bastia e Vercelli. Concluiu em Gênova os estudos de teologia. Em 1719, depois de pedidos insistentes ao Geral da Companhia, Miguel Angelo Tamburini, obteve permissão para trabalhar na região do Maranhão e Grão-Pará, solicitando a

oportunidade de ir trabalhar nas missões do Novo Mundo e na salvação dos infiéis. Embarcou em Gênova para Lisboa, e de lá deveria viajar para São Luís, onde começaria sua obra missionária (MURY, 1884, p. 25).

Contudo, em razão de seus conhecimentos em Humanidades, foi nomeado professor no colégio de Bastia, na Córsega, onde exerceu o novo cargo com afinho e zelo, no ano de 1720. Entretanto, convencido da necessidade de pregar aos menos assistidos, renovou o pedido junto ao Padre Geral, e obteve o beneplácito de juntar-se aos missionários do Maranhão. Embarcou para Lisboa de onde partiu para o Brasil aos 31 anos. Na América portuguesa prosseguiu com as atividades de missionário e no ensino dos colégios jesuítas (LEITE, 1938, Tomo VIII, p. 334).

Como já foi dito, sendo mestre em Humanidades, projetou-se, inicialmente, na província de São Luís, e por 30 anos percorreu diversos territórios, como o Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, onde auxiliou na construção e reforma de templos, conventos, seminários e cemitérios. Não obstante, o espírito do martírio próprio da cartilha dos jesuítas estava presente em sua lide diária¹.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O assunto trazido ao estudo do presente artigo possui como base teórica aspectos diversos atinentes ao sistema monárquico português do século XVIII que englobam o período final da regência de D. João V (1747-1750) e os anos que sucedem ao terremoto de Lisboa ocorrido em 1755, período estendido ao ano de 1761

¹ Cf. GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. Santo Inácio de Loyola. Trad. Pe. Maurício Ruffier. São Paulo: Edições Loyola, 1991. A Sociedade de Jesus se assentava em uma ortodoxia desenvolvida, sobretudo, por Inácio de Loyola, que propunha uma renovação espiritual e uma purificação das almas, queriam corrigir a ignorância da doutrina. Nesse sentido, a espiritualidade que adotaram não foi concebida como resposta à heresia protestante, estava firmemente enraizada na tradição medieval da *devotio moderna*. Loyola havia iniciado, entre as longas horas de estudos e meditações, a série de escritos que viriam a compor, em 1547, os seus *Exercícios Espirituais*. Os Exercícios foram elaborados como uma espécie de guia capaz de disciplinar ao mesmo tempo corpo e espírito. Vindo a se tornar um instrumento indispensável na formação ascética dos jesuítas e podendo ser praticado, inclusive, por leigos¹. Em suma, de acordo com o próprio Loyola, os Exercícios Espirituais eram entendidos como de qualquer modo de examinar a consciência, contemplar, orar vocal ou mentalmente, e outras atividades espirituais. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, também se chamam exercícios espirituais diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as feições desordenadas, e tendo-as afastado, procurar e encontrar a vontade de Deus, na disposição da sua vida para o bem da mesma pessoa.

quando ocorre a condenação final do padre Gabriel Malagrida, já sob a regência de D. José I.

Decorre de tais eventos diferentes análises e proposições historiográficas, tendo por base o posicionamento político do marquês de Pombal, pondo-o ora como o grande responsável pela estabilização do reino, ora como um agente ardiloso que se valeu das benesses concedidas pelo rei D. José I para daí tirar vantagens políticas próprias. Sob outro viés, temos a figura de Gabriel Malagrida, visto por muitos portugueses do período como um santo, mas também tido por senil ao implicar a decorrência do terremoto aos atos pecaminosos do povo lisboeta.

As ideias colacionadas no item anterior, ao que se refere à figura própria do marquês de Pombal, tem por base a importante obra de Camilo Castelo Branco, *Perfil do Marquês de Pombal*, de onde o autor extrai de forma isenta as ideias e proposições que nortearam a vida e o projeto político do Marquês. O autor já em seu prefácio explana a ideia central de seu texto enfatizando que o objetivo primordial da obra não é agradar a qualquer pessoa, seja absolutista ou republicana. A figura política própria do secretário de D. José I e sua ligação direta com o padre Malagrida e a Companhia de Jesus são arquitetadas de maneira inequívoca (BRANCO, 1900, p. 208).

Sob o viés analítico específico da influência e notoriedade do padre Gabriel Malagrida é possível citar a obra de Paul Mury, *História de Gabriel Malagrida* (1884), onde o autor esclarece as circunstâncias que envolveram a biografia do eclesiástico, apontando como ocorreu precipuamente sua volta à Lisboa como confessor da rainha Maria Ana de Áustria, consorte de D. João V e o declínio paulatino de seu prestígio na Corte após a morte desses monarcas. Importa auferir que a visão do autor é contrária à figura própria de Pombal, tendo por vezes até sua demonização (MURY, 1884, p. 222).

As noções apresentadas por Camilo Castelo Branco e Paul Mury nos permite delinear um amplo conjunto de motivadores que perscrutaram a sociedade lisboeta do século XVIII, bem como aprofundar o funcionamento e a transformação no mesmo período do Tribunal de Inquisição (1755-1761) (MARCOCCI & PAIVA, 2013).

As modificações perquiridas junto ao Santo Ofício em Portugal, especialmente no julgamento de Malagrida, criam questionamentos importantes acerca da figura histórica do instituto posto em tela, bem como seu real atributo para a proficiência do

reino. Como dito anteriormente, os questionamentos que envolvem o julgamento do Tribunal da Inquisição refletem em importantes questões jurídicas, tratadas magistralmente por John Gilissen e António Manuel Hespanha na obra *Introdução histórica ao Direito* (GILISSEN & HESPANHA, 2011).

Atentando-se ao objeto do presente artigo, as discussões acima dispostas apresentam-se como pontos muito importantes na concepção e entendimento do tema. Isso porque colocam dois autores que trabalham os personagens e os eventos do período de forma distinta, mas com análise vertical. Ao mesmo tempo também nos é possível apresentar as modificações profícuas ocorridas no Tribunal Eclesiástico no reinado josefino e entender o porquê dessas modificações serem úteis ao desenvolvimento do reino, aliando a essas premissas o evento cataclísmico do terremoto de 1755 e o julgamento de Malagrida em 1761.

Importa ressaltar, diante dos fatos apontados acima, a notória posição advinda a Pombal que enfrentou a crise recaída sobre o reino de maneira enérgica e pontual, levando-o, não obstante, à reconstrução radical da cidade de Lisboa. Diversos fatores foram-lhe adversos, tal qual a revolta dos pequenos comerciantes diante da criação dos novos monopólios instituídos, e aquela que mais se adequa ao presente estudo, a lide instituída em face da Companhia de Jesus, afirmando-se a partir de 1760 a autoridade estatal em face de assuntos religiosos. Essa dissociação entre o Estado laico e o Poder Eclesiástico além de ter sido único na História portuguesa até o momento, propicia uma discussão acalorada acerca dos eventos seguintes (MAXWELL, 2004, p. 194).

Em 1756 com o folheto *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a côrte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, o padre jesuíta defendia a ideia de que a catástrofe não foi de ordem natural, mas um castigo divino pelas desordens morais disseminadas em Lisboa, como a frequência equívoca a ópera, touradas e teatros, o que simbolizava uma crítica severa à família real e às medidas tomadas pelo marquês de Pombal. A imperiosa dicotomia assente na visão pombalina das necessárias reformas das quais necessitava a cidade de Lisboa e sua população com a visão eminentemente clerical e dissociativa de Malagrida permite-nos abordar com profundidade as consequências inevitáveis decorridas e apontar peremptoriamente o novo modelo inquisitorial criado a partir desses eventos.

Esta teorização torna-se fundamental para se descortinar, em meio ao exame das trajetórias de nossos personagens, a inevitável modificação dos parâmetros dogmáticos apresentados até a ascensão pombalina. Os reflexos e atitudes de ambos os personagens mencionados foram cruciais no desenvolvimento de uma nova ordem político-religiosa que iria perdurar até a ascensão ao trono de D. Maria I em 1777.

Analizando as discussões propostas pelos autores acerca do âmbito político das mudanças pombalinas no reinado de D. José I, em especial no que se refere à Inquisição lusa, pode-se imputar a essas considerações notáveis implicações que atentaram diretamente na vida sócio-política dos personagens aqui considerados, em especial a de Malagrida, ante ao seu processo inquisitorial já discorrido anteriormente. As transformações dispostas na sociedade portuguesa setecentista, a partir de 1755, são cruciais para a compreensão exata das consequências advindas dessa nova administração, instituída por um modelo que compreendia não apenas a reconstrução da cidade de Lisboa, mas também o redimensionamento de uma de suas principais instituições.

Os apontamentos e questionamentos perquiridos nesse ensaio buscam analisar as motivações e consequentes implicações advindas da condenação e suplício de Malagrida, auferidos esses acontecimentos sempre relacionando-os com os escritos do padre e as inevitáveis medidas tomadas pelo Marquês com o fito de abreviar a nefasta destruição pela qual passou a principal cidade do reino. Nesse ínterim, a questão que impera foi a dificuldade precípua de Pombal em definir um Tribunal competente para o julgar.

Fato é que desde 1757 a Secretaria do reino enviara instruções e requerimentos para o representante português da Sé Apostólica, com o objetivo profícuo de apresentar queixas dos padres da Companhia de Jesus e, em abril de 1759, D. José I requeria a autorização pontifícia para os clérigos serem julgados pela Mesa de Consciência e Ordens, por serem rebeldes às determinações e ordens régias papais (MILLER, 1978, p. 123).

O papa Clemente XIII cedeu aos requerimentos a muito custo, aos dois de agosto do mesmo ano, pedindo não obstante clemência aos padres da Companhia. Entretanto, ante a demora na resposta papal, o reino encontrou uma solução mais condizente, apelando ao Santo Ofício:

Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão de Pombal, foi nomeado inquisidor-geral, e a Inquisição, depois de duzentos anos, gradualmente se transformou numa máquina política. Outro irmão, Francisco Xavier de Mendonça, voltou do Brasil para tornar-se secretário de Estado de Assuntos Marítimos e encarregar-se de toda a administração colonial. (PAICE, 2010, p. 237).

Entender os procedimentos de Pombal quanto ao julgamento próprio de Malagrida e principalmente aos quesitos que foram analisados em seu julgamento não são suficientes para perceber as modificações ocorridas (Ata de Execução do Santo Ofício, 1761). Com a mudança perpetrada pelo Marquês, melhorias foram apresentadas à Corte de qualquer sorte.

A primeira força policial de Lisboa foi criada, sob a direção direta de Pombal. Da mesma forma, foi apresentada ao rei D. José I e aceita sob seu crivo, a criação do Colégio dos Nobres, com o fito de promover a educação dos membros da corte, assim como a Aula do Comércio, uma escola de negócios marítimos que detinha a principal finalidade de produzir uma geração de fidalgos empreendedores ilustrados (SANCHES, 1756, p. 135).

Verifica-se, sob esse ângulo, um diálogo dinâmico com os preceitos aqui abordados, de onde se extrai a necessidade de avaliá-los e julgá-los de maneira completa, avaliando o contexto histórico próprio em que tais medidas foram tomadas e apresentadas. O processo de Malagrida está envolto nesses questionamentos que buscam temperar sua condenação com argumentos diversos e preceitos específicos.

A forma decidida como Pombal enfrentou a crise serviu para o catapultar para uma posição de poder praticamente absoluto e permitiu a reconstrução radical da cidade. Para tanto, em meio as diversas imbricações plausíveis em um contexto temível, surgiram opositores às suas medidas tal qual o padre Malagrida.

O conjunto de conceitos e discussões aqui dispensados será, por ora, a base sobre a qual se procederá à caracterização do processo inquisitorial pelo qual houve a condenação do jesuíta, relacionando de qualquer sorte, as transformações ocorridas no Tribunal do Santo Ofício, à medida que a cidade vinha sendo reerguida dos escombros que a assolaram.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Os ensaios apresentados no presente estudo apontam para a necessidade de melhor compreensão dos movimentos sócio-políticos relacionados ao período pelo qual se analisa (1754-1761). Sob esse mesmo enfoque, o uso das trajetórias individuais se apresentam como um importante veículo para o conhecimento das diversas mudanças operadas no período pombalino, tendo por base a análise intrínseca do Tribunal de Inquisição, em especial aquele movido em face de Malagrida.

Diante das argumentações propostas e sua relação ao método propriamente dito, existe um riquíssimo acervo bibliográfico com os diversos processos inquisitoriais, em especial aquele ao qual o jesuíta Gabriel Malagrida foi réu e que se estendem nos anos das reformas pombalinas (1756-1761), bem como leituras de apoio tal qual o opúsculo intitulado *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a côrte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755* (COUTINHO, 1986).

Buscando melhor compreender tais relações é que se parte como referência teórica das reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002). Segundo sua perspectiva, para se fugir à *ilusão biográfica*, é necessário situar os agentes em seu grupo social, procurando narrar e delinear claramente a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos (BOURDIEU, 1996, pp. 183-191).

Conforme alerta o sociólogo francês, o relato biográfico ancora-se no pressuposto de que o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem. Por outro lado, Bourdieu destaca que o elemento constituinte dessa narrativa biográfica é o nome próprio, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (BOURDIEU, 1986, p. 71).

Por sua vez o historiador italiano Giovanni Levi que estabeleceu importante diálogo com Bourdieu em *Usos da biografia*, alerta para a “irreducibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais”, embora aceite o estabelecimento da “superfície social” da ação dos indivíduos. Ainda assim, há que atentar para os elementos contraditórios, a fragmentação dos tempos e dos ritmos da vida dos indivíduos, pelos movimentos incessantes de retornos, idas e vindas que ocorrem numa rede de relações nas quais os indivíduos se definem. Levi aproxima a

teoria sociológica da valorização da ação individual ao analisar o jogo entre indivíduo e grupo, entre biografia e contexto, reconhecendo a existência de determinações das quais o indivíduo não consegue fugir, mas distingue um espaço de atuação individual, que é o espaço da liberdade e que se traduz em escolhas, as quais, ao evidenciarem incoerências e conflitos, promovem a mudança social (LEVI, 1996, pp. 167-182).

Ainda com relação à pertinência metodológica e sua relação própria com as fontes primárias trazidas a campo, não se deve esquecer das advertências de Jacques Le Goff (1924-2014) quanto às relações que a história possui com o tempo, com sua duração, tanto com o tempo cronológico e retilíneo do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades. Segundo o autor para se domesticar ou controlar o tempo dito natural as diversas sociedades e culturas inventaram um instrumento fundamental, que é também um dado essencial da história: o calendário; por outro, hoje os historiadores se interessam cada vez mais pelas relações entre história e memória. É exatamente no que diz respeito a essa memória, à sua relação direta com o tempo inquisitorial que esse artigo se propõe a observar e catalogar, buscando por isso mesmo, uma resposta plausível ao seu intento (LE GOFF, 1990, p. 4).

Esta é a noção primária que apontamos como suporte metodológico para a reconstrução de trajetórias, vislumbrando uma análise das fontes que não se subsuma meramente à simples catalogação dos momentos presentes nas histórias de vida dos personagens. Busca-se, contudo uma necessária elaboração dos movimentos e inter-relações de poder que aproximavam os sujeitos em grupos, propiciando identidade e pertencimento. Sendo assim, ao serem esquadrinhados os diversos eventos memorativos que deferem questionamentos de natureza memorativa, a qual engloba relatos, ensaios, biografias, entre outros, entendemos ser necessário abordar o conteúdo estudado em seu âmbito sociológico (BOBBIO, 1983, p. 512), aliado ao seu suporte de matriz social, associando também a esse critério, elementos externos à bibliografia catalogada, vez que possibilitam uma melhor dimensão dos sujeitos analisados.

4. ANÁLISE DE DADOS

A exaustiva pesquisa elaborada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg em sua obra *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* é crucial para se compreender as importantes semelhanças as quais tentaremos expor nesse espaço, com o objetivo inicial de apontar como se deu o sistema inquisitorial nas modernas inquisições italiana e portuguesa, com suas semelhanças e distinções com os conceitos vistos quanto à Inquisição Medieval (GINZBURG, 1998), e como isso teve impacto na sanidade mental de Gabriel Malagrida.

Freud construiu as trilhas que ligam a biografia à história a partir dos materiais humanos mais fundamentais: amor e ódio. Esses apenas, acreditou, permitem aos grupos imporem laços sólidos que tornam os seus membros submissos, ativos e intolerantes. LeBon, sugeriu Freud, havia observado habilmente e descrito de forma inteligente as características comportamentais de multidões (GAY, 1985, p. 95).

Do mesmo modo que o processo inquisitorial de Domenico Scandella foi vasto e com densidade doutrinária, aos moldes próprios da Inquisição italiana, o processo de Malagrida também o foi. Outro ponto de equiparação é a relação que a micro-história fornece: o mundo é equiparado ao queijo e os vermes que o consome (BETHENCOURT, 1994). Da mesma forma Malagrida afirma que o terremoto de 1755 é fruto do pecado do governo josefino. O ponto mínimo de sua argumentação gera um processo de 2033 laudas!

Assim como Menocchio, Malagrida pertencia a uma classe subalterna, ainda que fosse do clero e da ordem jesuíta. O sistema do padroado nos permite ter uma noção clara do que era ser padre a serviço da coroa portuguesa na América. Contudo, as duas obras escritas por Malagrida, assim como o folheto e o processo inquisitorial, são ricas fontes para se conhecer esse indivíduo, que assim como Scandella pertenciam ao jugo retratado e sofrido pelos réus da Inquisição.

Com certeza o caso Malagrida também está imbuído nesse contexto causado pelos “arquivos da repressão”, sendo também, ainda que possam dizer o oposto, um caso-limite, vez que se inicia com uma tragédia natural e fulmina com as chamas (GINZBURG, 1998, p. 21).

O terceiro processo inquisitorial de Domenico é mais complexo do que aquele perpassado por Malagrida em seu conjunto, ao menos no que diz respeito a heresia

infligida, já que o clérigo fora julgado por um Tribunal Inquisitorial que elegemos ser influenciado pela coroa e sua heresia estava ligada mais aos seus sermões, proferindo palavras que foram interpretadas contra o reinado de D. José I.

Era mais um crime contra a coroa do que uma heresia propriamente. No caso de Menocchio, os autos se baseiam mais na doutrina da Igreja, tendo o Código Canônico como referência primária.

A contestação do italiano sobre dogmas importantes da Igreja, tais como a santidade de Cristo e sua interpretação do que era Deus em si, fez com que as acusações postas em seu processo tomassem um sentido terrivelmente mais sombrio do que o processo de Malagrida, ao menos no que diz respeito a heresia infligida. O clérigo fora julgado por um Tribunal Inquisitorial influenciado pela coroa e sua heresia estava ligado mais aos seus sermões, proferindo palavras contra o reinado de d. José I. Era mais um crime contra a coroa do que uma heresia propriamente (BOXER, 1978).

Assim como Malagrida, Scandella falou aos inquisidores o que realmente pensava e sentia, e esse fato custou-lhe a vida. Ambos possuíam teorias próprias sobre a origem do mundo ou sobre o terremoto. No caso de Malagrida, existe a teoria da loucura, que fora abreviada pela Inquisição portuguesa, mais severa que a italiana². Carlo Ginzburg assevera que “nos três processos inquisitoriais de Menocchio a loucura também é posta como uma possível verdade. Contudo, a Igreja estava a combater heresias e o momento coincidia com a Reforma Protestante, o que tornava seu caso ainda mais sério. A Igreja tinha a obrigação de punir heresias” (GINZBURG, 1998, p. 75).

Um ponto de importante distinção entre os personagens diz respeito à hierarquia clerical. Para Domenico Scandella não havia a necessidade de um preletor para se chegar a Deus. Isso para Malagrida por si só era uma heresia. Acreditava este piamente na hierarquia eclesiástica, base do processo inquisitorial do qual era acusado, que possui essa mesma hierarquia. Para Malagrida a hierarquia simbolizava sua própria ordem inaciana. Sem hierarquia não seria possível se pensar no padroado.

² Essa comparação é feita tendo por base os autos inquisitoriais 8064 de 1761, bem como dentre importantes obras da qual citamos: KRATZ, 1935, p. 1-43; OLIVEIRA, 1942; BECCARIA, 1973; BETHENCOURT, 1994; FOUCAULT, 2003; PAIVA, 2006a.

A Inquisição italiana, sem o padroado, seguia a risca as bulas e editos papais (BOXER, 2002).

A loucura parece ser uma questão frequente nos processos inquisitoriais. No caso de Malagrida fora rechaçada, mais por conta dos crimes de lesa-majestade do que das elegíveis heresias. A questão da loucura sobressai à própria Inquisição. Louco ou não o indivíduo declarado herege deve sofrer as consequências de seu pecado (PINEL, 2007, p. 102).

É importante ressaltar, dentro da perspectiva trazida acima sobre a coesão e força da Inquisição em Portugal e Itália, a questão da religião no que diz respeito à unificação de identidades e força política em um país. Essa mesma coesão política é trazida por Maquiavel com maestria e muito bem vista em Portugal, tanto em razão da Inquisição, especificamente, como também na influência da coroa diretamente no processo inquisitorial. Essa influência não era vista na Itália de Domenico, mesmo porque não havia unidade política, como ansiava o escritor florentino (MACHIAVELLI, 2002, p. 54).

A Itália ao tempo do processo de Scandella ainda enfrentava a importante consequência da Reforma Protestante, com pouca influência em Portugal do mesmo período. Carlo Ginzburg reflete sobre a influência dos anabatistas na Itália durante o século XVI, classificando-os como uma seita que acreditava em um só Deus, sendo Pai, Espírito e Filho em um único poder.

Outro ponto de encontro entre Menocchio do Seiscentos e Malagrida do Setecentos são as ideias, percepções e atividades realizadas são postas como percepções individuais. Aparentemente para a Inquisição, seja ela italiana ou portuguesa, o importante é prender, analisar, interrogar e matar o maior número de pessoas possível. No caso italiano a confissão é necessária por conta da heresia espalhada por Domenico Scandella ao longo de sua vida. O processo inquisitorial de Gabriel Malagrida procura criar, durante sua elaboração, as heresias dispostas na acusação subscrita pelo Conde de Oeiras, mas precipuamente, não há uma

necessidade de heresia ou de sua confissão, porque o acusado já é considerado culpado *ab initio*³.

Menocchio transfere para a prática de moleiro sua análise interpretativa dos elegíveis pecados condizentes com uma questão gastronômica. Malagrida, a seu turno, transferia sua interpretação⁴ a um sistema de governo, ou melhor, o secretariado pombalino (1750-1777), sugerindo erros, pecados ou até mesmo heresias, atribuídos pelo jesuíta àquela administração. É muito importante lembrar que o panfleto (MALAGRIDA, 1756) a ser analisado no presente Capítulo, bem como as duas outras obras percorridas por Malagrida e postas em apenso nos autos pelo Conde de Oeiras⁵, não se referem à figura do rei D. José I. Também não se afigura em nenhum momento o nome *ipsis literis* de Carvalho e Melo, mas sim, da figura do anticristo.

É imperativo aludir a lógica de extrapolar os textos perseguidos por Ginzburg, ou seja, analisar a substância da fonte para além da fronteira do contexto histórico analisado pelo importante autor italiano (século XVI para Domenico). Dentro de sua lógica aristotélica ou friulana, Scandella elaborou uma dogmática própria. Malagrida também assim o fez.

A diferença é que o jesuíta escreve dois livros no cárcere e o opúsculo em liberdade, logo após o terremoto, quando em Setúbal. Scandella não escreveu textos, mas lia avidamente e os interpretava. Malagrida também lia muitas obras, em sua maioria de cunho religioso, mas escreveu obras e cartas. Em ambos os processos

³ Sobre esse ponto, em especial, encontramos importantes explanações nas páginas 11 e 12 dos autos do Processo 8064/1761 (ATA DE EXECUÇÃO DO SANTO OFÍCIO. Processo Inquisitorial 8064. Código do Manuscrito – Ordem Real N.13. Lisboa, 20 de setembro de 1761. Acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Maiores informações acerca dos exames paleográficos elaborados, serão objeto de análise detalhada no Capítulo 4.

⁴ Considera-se como interpretação literal aqui a conclusão retirada da leitura tida por verdadeira. Exemplo: para Malagrida ir à ópera ao invés da missa era pecado, passível de punição, vez que a Bíblia Sagrada assim prediz.

⁵ *Heroici, in primis gloriosae vitae praedicabilis Santa Ana haec Instructio postulatur, et Jesu mater ejus, et sanctus, de vita divi Augusti temporibus Antichristi Tractato*. Tradução nossa: *Vida heróica e admirável da gloriosa Santa Ana, ditada por Jesus e sua Santa Mãe e o Tratado sobre a vida-reinado do anticristo*. Podem ser citadas como importantes referências as páginas 124 (Malagrida aponta em sua primeira oitiva nos autos inquisitoriais Santa Ana como sua principal testemunha de defesa), 273 (Análise do capítulo 2 *De vita divi Augusti temporibus Antichristi Tractato*), 360 (*De vita divi Augusti temporibus Antichristi Tractato* fora ditado por Santa Ana, como relata Malagrida em seu segundo depoimento), 551 (Informações sobre a vida e profissão do pai e avô de Jesus Cristo criadas por Malagrida, tal como conclui o inquisidor Luiz Lima Barata), 596 (Capítulo 9 da obra *Heroici, in primis gloriosae vitae praedicabilis Santa Ana haec Instructio postulatur, et Jesu mater ejus, et sanctus*, no qual Malagrida atesta a divindade de Santa Ana como avó materna do filho de Deus). Colocamos alguns trechos apenas, pois os autos em si, como anteriormente enfatizado, serão analisados em seus pormenores no Capítulo 4.

inquisitoriais, a interpretação dos acusados estava acima da compreensão dos inquisidores. Pode ser deduzido dos autos inquisitoriais de ambos os personagens que o inaciano pode ser visto como uma ser uma evolução de Menocchio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o Setecentos vários reformadores promoveram ou defenderam transformações humanitárias nas instituições em que se confinavam os chamados loucos ou alienados, entre outros, Vincenzo Chiaruggi na Itália, William Tuke na Inglaterra, Benjamin Rush nos EUA, Joseph Daquin e Philippe Pinel na França.

Ainda que se considere que estes reformadores tiveram formas de atuação diversas, e em diferentes contextos locais, pode-se afirmar que suas reformas não foram apenas atos isolados de filantropos ou de médicos humanistas. Em termos breves, tais reformas seriam resultados do delineamento de novas formas de compreender a loucura dos loucos, de mudanças culturais e sociais que estiverem estreitamente ligadas à expansão do ideário iluminista francês, bem como ao desenvolvimento da economia capitalista, na Europa e Américas.

O surgimento do asilo ou hospício de alienados, portanto, foi fruto de processos internos ao estabelecimento da psiquiatria como disciplina médica assim como se relacionou aos contextos político e sociocultural de fins do século XVIII e início do XIX. Dentre os citados reformadores, o francês Philippe Pinel (1745-1826) destaca-se como fundador da psiquiatria, não apenas pela sua atuação em prol das reformas dos hospícios de alienação metodológica entre a observação dos fenômenos psicopatológicos e a tentativa de explicá-los, ou seja, a tradição da Clínica “como orientação consciente e sistemática”, na conhecida expressão de Paul Bercherie (BERCHERIE, 1989, pp. 31-69).

Mesmo que na data de 8 de agosto de 1761, como consta nos autos do processo inquisitorial 8064 que sentenciou Malagrida à morte no garrote vil e fogueira, a psiquiatria como ciência médica dentro do contexto exposto não existisse como elemento histórico em si, as noções postas acima servem para melhor compreender a mente do inaciano que pode ser considerado um doente mental por sua trajetória de ilusões e auto-flagelações traumáticas.

Philippe Pinel, que assim como Malagrida era do Setecentos, pode ser útil na acepção para melhor compreensão da doença mental alegada e de uma condenação que poderia ser ao menos suflagrada ou comutada.

Partindo-se da análise da trajetória de Gabriel Malagrida, e dos episódios das debilidades mentais apresentadas, bem como das percepções políticas que englobaram a reformulação da cidade de Lisboa a partir de 1755 por Sebastião José de Carvalho e Melo e dos eventos políticos e sociais daí decorrentes, tal qual a prisão do padre jesuíta em 1759 e de seu julgamento e execução em 1761, temos que, com o retorno de Gabriel Malagrida à cidade de Lisboa em 1754 e sua importante contribuição na vida religiosa da rainha Maria Ana de Áustria, consorte de D. João V, apoiando-a em seus últimos dias de vida, aponta-se que com seu falecimento em 1754 inicia-se um processo de rápida dilapidação de sua influência na corte Josefina.

Não menos importante, com o advento do terremoto de 1755 e a destruição do legado Joanino à cidade, a ascensão de Pombal registra uma importante mudança na concepção política e estratégica para sua reconstrução. A transformação radical de sua arquitetura e meios religiosos a partir dos escombros e a mudança exercida no Tribunal de Inquisição retira de Malagrida qualquer oportunidade de influir diretamente na corte. Seus trabalhos se atentam basicamente nos sermões exercidos nas arquidioceses de Lisboa, até a propagação de seu folheto de 1756, alinham a decisão enérgica do Marquês para seu desterro em Setúbal, em 1776.

Para a elaboração do presente artigo, valemo-nos dos autos inquisitoriais 8064, em especial das declarações de Gabriel Malagrida, bem como de seu companheiro de cela, na prisão do Forte da Junqueira, durante os anos de 1759 a 1761, o também jesuíta, Pedro Homem, onde são possíveis as verificações de debilidades mentais por parte do inaciano.

Como referência teórica, partimos das reflexões do historiador italiano Edoardo Grendi (1932-1999), que cunhou a “expressão excepcional normal para descrever o documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social, bem como o documento que é, por si, excepcional, mas que pode dar conta de uma norma do cotidiano social, o que parece ser o caso da documentação aqui apresentada”(1998, p. 47).

Sob esta perspectiva, a proposta da redução da escala de análise procura, a partir de um dado fenômeno, no lugar de compreender a sociedade como um todo, compreender a realidade em que este se inscreve. Não se trata necessariamente de uma história local, mas de um espaço ou de uma realidade recortados, que se revelam esclarecedores do problema de análise que se impõe (GINZBURG & PONI, 1989, p. 71, 72; LEVI, 1998, p. 203).

Como referência teórica, partimos das reflexões do historiador italiano Edoardo Grendi (1932-1999), que cunhou a expressão excepcional normal para descrever o documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social, bem como o documento que é, por si, excepcional, mas que pode dar conta de uma norma do cotidiano social, o que parece ser o caso da documentação aqui apresentada.

Sob esta perspectiva, a proposta da redução da escala de análise procura, a partir de um dado fenômeno, no lugar de compreender a sociedade como um todo, compreender a realidade em que este se inscreve. Não se trata necessariamente de uma história local, mas de um espaço ou de uma realidade recortados, que se revelam esclarecedores do problema de análise que se impõe (GINZBURG & PONI, 1989, p. 71, 72; LEVI, 1998, p. 203). Diante de tais reflexões, é impossível não se inspirar na clássica obra do historiador italiano Carlo Ginzburg, inscrita nos paradigmas da chamada história cultural.

Em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* o autor busca dimensionar, através da vida de um moleiro friulano, Domenico Scandella, mais conhecido por Menocchio, uma documentação ampla, construindo a partir dela a trajetória pessoal do personagem, assim como os dois processos inquisitoriais movidos contra esse indivíduo, buscando entender as ideias, construções simbólicas e aspirações do condenado (GINZBURG, 1998, p. 31).

Pela análise da vida cotidiana do moleiro e do processo inquisitorial movido contra sua pessoa, o autor esclarece as profundas dificuldades em se estabelecer um elo entre os fatos evidenciados nos documentos inquisitoriais com aqueles retratados no cotidiano do personagem. Essa mesma dificuldade permite-nos

compreender intrinsecamente o porquê de seu julgamento e os diversos fatores que contribuíram para a sua condenação.

O próprio Edoardo Grendi, aqui já citado, concorda com Carlo Ginzburg no sentido de que é imprescindível separar as dimensões sociais que envolvem determinado trabalho. Para tanto, é preciso apresentar um problema historiográfico particular - que, no caso deste projeto, é o processo inquisitorial movido em face de Malagrida - com os parâmetros culturais de uma dada época, que transcendem um grupo social específico (REVEL, 1998, p. 253).

Este é o suporte metodológico que adotamos para a reconstrução da trajetória e do processo inquisitorial vivido por Gabriel Malagrida, propondo, por meio da análise das fontes, a necessária elaboração dos movimentos e inter-relações de poder que enredam indivíduos, instituições e acontecimentos.

Diante de tais reflexões, é impossível não se inspirar na clássica obra do historiador italiano Carlo Ginzburg, inscrita nos paradigmas da chamada história cultural. Pela análise da vida cotidiana do moleiro e do processo inquisitorial movido contra sua pessoa, o autor esclarece as profundas dificuldades em se estabelecer um elo entre os fatos evidenciados nos documentos inquisitoriais com aqueles retratados no cotidiano do personagem. Essa mesma dificuldade permite-nos compreender intrinsecamente o porquê de seu julgamento e os diversos fatores que contribuíram para a sua condenação, tal qual o estado de insanidade que se alega.

Uma vez definido o contexto político e jurídico no qual se desenrola o processo inquisitorial face a Gabriel Malagrida, durante os anos de 1756 e 1761, e, as peculiaridades da Inquisição, diante do modelo administrativo pombalino, cabe-nos descobrir como se desenvolveu a doença mental que infligiu o personagem ao longo de sua trajetória.

Os episódios sumariamente narrados nesse trabalho reforçam o compromisso de Gabriel Malagrida com os princípios da Ordem Jesuíta. Além dos Exercícios, o inaciano se valia das modalidades de castigos do corpo que se dariam por três vias: a redução drástica da alimentação; o modo de dormir, que deveria ter tanto sua duração quanto condições de conforto reduzidas; e a dor proporcionada através de flagelos. Tratando sobre essa última modalidade de penitência, ensinou Inácio de

Loyola: “O que parece mais prático e seguro nessa maneira de fazer penitência é que a dor seja sentida na carne, mas que não penetre nos ossos, de modo a causar dor, mas não enfermidade.”⁶ Tal penitência foi amplamente praticada pelo inaciano ao longo de sua vida, sendo mencionada nos relatos de muitos que o conheceram.⁷

Também a privação de alimentos e os jejuns foram recorrentes em sua vida. Não ingeria carne de qualquer espécie, o que tornava sua aptidão física ainda mais propícia para moléstias. Sua alimentação não passava de 400 gramas diárias, incluindo alguns legumes leves como alface, tomate ou cenoura como parte de seu regime alimentar rigoroso, que incluía pão, queijo e um pouco de fruta. Mesmo o vinho, usualmente consumido pelo clero, só era aceito por Malagrida quando estava doente, por obediência.⁸ Vejamos um episódio que exemplifica tal postura:

Empreendeu jejuns três vezes por semana e outros gêneros de mortificações [...]. Às vezes, quando à mesa com os outros alunos de Retórica, era trazido algo de mais delicado recusava as trutas fluviais e peixes agraáveis ao paladar que lhe eram apresentados. [...] Nas missões muito apropriadas para exercer seus ardores, conduzia sempre uma vida muito austera beirando até a morte, o que todos admiravam. Ninguém o podia imitar [...].⁹

O fim precípua do presente artigo, diante dos eventos narrados, foi o de avaliar de que maneira a trajetória do inaciano no Brasil como missionário, aliada à missão apostólica no Brasil e ao processo inquisitorial sofrido pela Santo Ofício em Portugal no auto de fé em 1761, contribuíram para sua insanidade mental. Da mesma maneira, como os seus contemporâneos, assim como o inquisidor responsável por seu julgamento, Luis Barata de Lima, bem como o então Conde de Oeiras afastaram a tese da mencionada loucura.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁶ LOYOLA, Inácio de. *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 46.

⁷ *As descrições dos hábitos, práticas e demais eventos decorrentes do cotidiano da prática religiosa de Gabriel Malagrida podem ser encontradas no conjunto das seguintes obras: PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Armário jesuítico. Livro primeiro. Número 19. Lisboa, 1759; De vita, morte, et causa mortis Gabrielis Malagridae Jesuitae. Manuscrito, ARSI, Vitae, 64; FORTI, Gaetano & Cordara. *Il buon razicinio dimostrato in due scritti, o siano saggi critico – apologetici, sul famoso processo, e trágico fine del fu P. Gabriele Malagrida sacerdote professo, e celebre missionário della Compagnia di Gesù. Fatto morire a Lisbona addì 20 Settembre 1761*. Lugano: [s/e], 1784.*

⁸ VILLARI, Rosario (dir.). *O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 76.

⁹ RODRIGUES, Matias. *Vida do padre Gabriel Malagrida*. Belém do Pará: Centro de Cultura e formação Cristã, 2010. p. 441.

- ALVES, Patrícia. *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (c. 1777-1802)*. 2011. 320f. Tese. ICHF, Universidade Federal Fluminense.
- ARRUPE, Pedro et al. *Os jesuítas: para onde caminham?* São Paulo: Loyola, 1978.
- ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação das normas jurídicas*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BANGERT, William V. *História da companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1985.
- BARROS, Francisco. *Altos Feitos do Marquez de Pombal*. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.
- BECCARIA, Cesare. *Dei delitti e delle pene*. Milano: cura di Renato Fabietti, 1973.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato de S. *Ineditos portugueses dos seculos XIV e XV*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. V. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.
- _____. *Dicionário de política*. 11. ed. V. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOXER, Charles Ralph. *A igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *A Igreja Militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- _____. *O Império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANCO, C. Camilo C. *Perfil do Marquez de Pombal*. Porto: Lopes e Cia, 1900.
- CARVALHO, Almeida. Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense. Setúbal: Junta distrital de Setúbal, 1970, vol. IV, p.21.
- CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente. In: Estudos em homenagem a João Francisco Marques: Vol. VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- CERVEIRA, Luís Alexandre. *Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas – o caso da revolta dos comuneros (Paraguai 1721-1735)*. In: Veredas da História, ano 4, 1. ed., 2011.
- CORPUS IURIS CANONICI. DECRETUM MAGISTRI GRATIANI. *Ad librorum manu scriptorum et editionis romanae fidem recognouit ET adnotatione critica*, 1879. (Acervo Biblioteca Apostolica Vaticana).
- COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. *O livro proibido do padre Malagrida*. João Pessoa: Unigraf, 1986.
- DANIEL-ROPS, Henri. *A Igreja da Renascença e da Reforma: reforma católica*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- De vita, morte, et causa mortis Gabrielis Malagridae Jesuitae*. Manuscrito, ARSI, Vitae, 64.
- De vita Ven. P. Gabrielis Malagridae*. Rome: Manuscript de la Biliothèque Municipale D'ajaccio, n. 117, 1762.
- DOMINGUES, Mário. *O Marquez de Pombal: o homem de sua época*. Lisboa: Romano Torres, 1955.
- ECKART, Anselmo. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*. Braga/São Paulo: Apostolado da Imprensa Loyola, 1989.

- Edital da Real Meza Censoria de primeiro de novembro de 1755. Coimbra: Biblioteca da Faculdade de Letras, 1755.
- EYMERICH, Nicolau. *Manual do inquisidor*. [S.l.],[s.n.], 1376.
- FARIA, Ana Caldeira Cabral Santiago de. *O Regimento de 1640 e a justiça inquisitorial portuguesa*: “Conforme a melhor e mais segura opinião e estilo do Sancto Officio”. 2016. 168f. Dissertação. FLUC, Universidade de Coimbra.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal. *A extinção da inquisição: história de Portugal*. Lisboa: Ediclube, 1994.
- FARIA, Miguel Figueira; GALLASCH-HALL, Aline; et al. *A Ópera do Tejo e a sua ligação ao Paço Real*: possíveis vestígios arquitectónicos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda & Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.
- FEBVRE, Lucien Paul Victor. *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa: Editorial Início, 1970.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FRANCO, José. *O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal*. *Lusitania Sacra*, Lisboa, v.18, 2006.
- FRANCO, José Eduardo. *O Mito dos Jesuítas*. Tomo I. Lisboa: Gradiva, 2006a.
- _____. *O “terramoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal*. *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p. 147-218, 2006b.
- FREITAS, Gregório. *Memórias Geográficas e Históricas da Estremadura*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Divisão de Reservados. Cód. 208.
- FROES, Christoph G. Von. *Journal zu Kunstgeschichte und sur Allgemeneinen Litteratur*. Th. XVI, Nurnberg, 1788.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. *Santo Inácio de Loyola*. Trad. Pe. Maurício Ruffier. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GATZHAMMER, Stefan. Antijesuítismo europeu: relações político-diplomáticas e culturais entre a Baviera e Portugal (1750-1780). In: *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª série, Tomo V, 1993.
- GILISSEN, John & HESPANHA, António Manuel. *Introdução histórica ao direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GONZAGA, João Bernardino. *A inquisição em seu mundo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- GRAINHA, Borges. *Historie de la Compagnie de Jésus en Portugal (1540-1910)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.
- GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-História in: REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- GRIGULEVICH, I. *Historia de la inquisicion*. URSS: Editorial Progreso, 1976.
- GUEYDAN, Édouard (Org.). *Texte autographe des Exercices Spirituels et documents contemporains (1526-1615)*. Paris: Desclée de Brouwer, 1986.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- _____. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Lisboa: Almedina, 2017.
- _____. *Justiça e litiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1993.
- INÁCIO DE LOYOLA. *Diário Espiritual de Santo Inácio de Loyola*. Trad. e notas Pe. Armando Cardoso. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

- _____. Inacio de Loyola autobiografia. *Euskal Herria*. 1658.
- KANT, Immanuel. *Ensaio de Kant a propósito do Terremoto de 1755*. Tradução: Luís Silveira. Lisboa: Câmara Municipal, 1955.
- KRATZ, Wilhelm. *Der prozess Malagrida nach den originallkarten der Inquisition in Torre do Tombo in Lissabon*. Archivum Historicum Societatis Iesu. 4, 1935. p. 1-43.
- LAMEGO, Alberto. A terra Goytacá: à luz de documentos inéditos. Paris: L'Édition d'Art, 1920.
- LEGENDRE, Pierre. *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEITE, Serafim Soares. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugalia, 1938, Tomo II.
- LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LOURENÇO, Eduardo. *Da Inquisição como realidade recalcada*. Lisboa: Universitária Editora, 1990.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O príncipe*. São Paulo: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2002.
- MALAGRIDA, Gabriel. Conferenza Spirituale Trai il M. R. P. Gabriele Malagrida gesuita, e madama la Marchesa D. Eleonora de Tavora. Lugano: *Stamperia Privilegita dela Suprema Superiorità Elvetica nelle Prefecture Italiane*, MDCCLX. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_gb_xF93sLKULbwC>. Acesso em: 02 abr. 2019.
- _____. *Juízo da verdadeira causa do Terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: na Officina de Manoel Soares, 1756.
- _____. *Vida e Império do Anticristo*. Tradução, organização e comentários do texto inédito de 1760.
- MALATESTA, Nicola Framarino dei. *La logica dell'evidenza in materia penale*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1927.
- MARCOCCI, Giuseppe & PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013.
- MARQUES, João. *A acção da Igreja no terramoto de 1755 – ministério espiritual e pregação*. Lusitania Sacra, Lisboa, 2ª série, vol. 18, p.219-329, 2006.
- MARTINS, Rocha. *O Marquês de Pombal pupilo dos jesuítas*. Coimbra: Lumen Empresa Internacional Editora, 1960.
- MAXWELL, Kenneth. *O marquês de Pombal*. 2a. ed. Lisboa: Presença, 2004.
- MELO, Sebastião de Carvalho. *Cartas e Outras Obras Selectas do Marquez de Pombal*. Tomo II. Lisboa: Typographia de Costa Sanches, 1861.
- MELO, Sebastião. *Cartas e outras obras selectas do marquez de Pombal*. 5.ed. Lisboa. Tomo I. Livraria Universal, 1861.
- MENDONÇA, Joachim José Moreira. *Historia universal dos terremotos: que tem havido no mundo, de que ha noticia, defde a fua criação até o feculo prefente*. Lisboa: na Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de Mendonça. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, v. 1.
- MILLER, Samuel J. *Portugal and Rome c. 1748-1830. An aspect of the Catholic Enlightenment*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1978.

- MIRANDA, Susana Münch & MIRANDA, Tiago dos Reis. *A Rainha Arquiduquesa. Maria Ana de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A monarquia barroca (1668-1750). In: RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal*. 6. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- _____. *O terremoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- _____. *D. José I: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de leitores, 2008.
- MURY, Paul. *Historia de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus apostolo do Brazil no século XVIII, estrangulado e queimado no Rocio de Lisboa em 21 de Setembro de 1761*. Lisboa: Empresa Litteraria Fluminense, 1858.
- _____. *Histoire de Gabriel Malagrida*. Strasburg, 1884.
- _____. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Loyola, 2000.
- NASCIMENTO, Walter Vieira. *Lições de história do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- _____. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- _____. *Reis de Portugal*. Lisboa: Printer portuguesa, 2008.
- O Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum e o Regime Escolar da Companhia de Jesus*, Edição Bilingue, Tradução do Latim por Margarida Miranda, Lisboa, Esfera do Caos, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier. *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées en Portugal: Adressé a mes compatriotes et en particulier a sa majesté très-fidèle Joseph I. roi de Portugal*. Londres: J. Haberkorn, 1756.
- PAICE, Edward. *A ira de Deus: a inscrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006a.
- _____. *Baluartes da fé e da disciplina: O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006b.
- _____. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas: 1600-1774*. Lisboa: Eitorial Notícias. 2002. 2. ed.
- _____. *O Estado na Igreja e a Igreja no Estado: contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)*. Revista Portuguesa de Historia. Coimbra, n. 40, 383-397, 2009.
- PALAURO, Adroaldo. *A experiência espiritual de Santo Inácio e a dinâmica interna dos exercícios*. São Paulo: Loyola, 1992.
- PEREIRA, Ana Cristina; TRONI, Dana. *A Vida Privada dos Bragança: De D. João IV a D. Manuel II – O Dia a Dia na Corte*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PINEL, Philippe. *Tratado médico-filosófico: sobre a alienação mental ou a mania*. Porto Alegre: UFRGS editora, 2007.
- PINTO CARDOSO, Arnaldo. *O Terrível Terramoto da Cidade que Foi Lisboa: Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (Arquivos Secretos do Vaticano)*. 1.^a ed. Óbidos: Alêtheia Editores, 2013.
- PIRES, Daniel. *O Marquês de Pombal, o Terramoto de 1755 em Setúbal e o Padre Malagrida*. Setúbal: Fraga Pires Publicidade e Impressão, 2012.
- _____. *Padre Gabriel Malagrida: o último condenado ao fogo da Inquisição*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos, 2012.
- PIZZORUSSO, Giovanni; PLATANIA, Gaetano; SANFILIPPO, Matteo. *Estratto da gli archivi della Santa Sede come fonte per la storia del Portogallo in età moderna: studi in memoria di Carmen Radulet*. Via Mazzini: Sette Città, 2012.

- PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Armário jesuítico. Livro primeiro. Número 19*. Lisboa, 1759.
- _____. *Lei dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios*. [S.l.], [s.n.].
- ARSI – Archivum Romanum Societatis IESU. Roma, Borgo S. Spirito. [S.l.], [s.n.].
- _____. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Processo Inquisitorial 8064. Código do Manuscrito. Ordem Real Número 13*. Lisboa, 1761.
- _____. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Ordem Del Rey D. José I. Transcrita por Diogo de Mendonça Corte Real*. Lisboa, 1751.
- _____. *Sentença de execução do jesuíta Gabriel Malagrida. Código do Manuscrito – Ordem Real N.13*. Lisboa, 20 de setembro de 1761. (Acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo).
- _____. Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus. Lisboa, 1796.
- PROSPERI, Adriano; LAVENIA, Vincenzo; TEDESCHI, John. *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni Della Normale. vol. I. 2010.
- REGIMENTO do Santo OFFício da Inquisição, dos Reynos de Portugal. Lisboa, nos Estaos: por Manoel da Sylva, 1640.
- REGIMENTO do Santo OFFício da Inquisição dos reinos de Portugal: ordenado com o real beneplacito, e regio auxilio pelo Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal da Cunha, dos conselhos de Estado, e Gabinete de Sua Magestade, e Inquisidor Geral nestes reinos, e em todos os seus dominios. Lisboa: na Offcina de Miguel da Costa, 1774.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RODRIGUES, Mathias. *Vita di padre Gabriele Malagrida*. Università di Padova: Padova, 1779.
- ROSA, Teresa. *O iluminismo e a expulsão dos jesuítas do Império português; as reformas pombalinas e o plano dos estudos menores*. Revista de história regional. Paraná, n.19, 361-383, 2014.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Apointamentos para estabelecer-se um tribunal e colégio de Medicina: estatutos morais do colégio dos médicos de Londres para servirem de modelo aos do Colégio Real de Medicina de Lisboa. Carta a Joaquim Pedro de Abreu. Tratado da conservação da saúde dos povos. Considerações sobre os terremotos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.
- _____. *Tratado de conservação da saúde dos povos: obra util, e igualmente necessaria a magistrados, capitaens gerais, capitaens de mar e guerra, prelados, abbadessas, medicos e pays de familia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1756.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da Silva. *História do direito português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2. ed. 1991.
- SPIERENBURG, Pieter. *A History of Murder: personal Violence in Europe from the Middle Ages to the Present*. Cambridge: Polity, 2008.
- _____. *The spectacle of suffering: executions and the evolution of repression. From a preindustrial metropolis to the European experience*. Cambridge: Polity, 1984.
- TIGAR, Michael; LEVY, Madalene. *O direito e a ascensão do capitalismo ao poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea: Vidas de Santos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *Vita del P. Gabriele Malagrida dela Provincia del Maragnone*. Manuscrito, ARSI, Vitae, 1764.

WALKER, Timothy D. *Médicos, medicina popular e inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). *Fundamentos de história do direito*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

XAVIER, Newton da Rocha. *No solo regado a sangue e suor: a cartografia da província jesuítica do Paraguai (século XVIII)*. 2012. 172f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

Capítulo 6

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rubens Beçak

Rafaella Marineli Lopes

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rubens Beçak

Mestre e Doutor em Direito Constitucional e Livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Associado da Universidade de São Paulo – USP. Professor Visitante da Universidad de Salamanca no Master en Estudios Brasileños. Contato: prof.becak@usp.br

Rafaella Marineli Lopes

Mestre e Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP); Monitora de Ensino da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp); Advogada. Contato: rafaellamarinelilopes@usp.br

Resumo: O aumento vertiginoso de ações em controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal durante a pandemia revelou uma dialógica institucional insuficiente, problemática ou até mesmo ausente entre os Poderes Legislativo e Executivo. O Judiciário tem sido o mediador dessa crise institucional, intensificada pela pandemia do Covid-19. A proposta do presente artigo é analisar empiricamente as ações em controle concentrado de constitucionalidade promovidas no tribunal entre Março e Setembro de 2020, buscando compreender quanto o Supremo foi acionado e como respondeu judicialmente a essas ações durante o período de crise sanitária.

Palavras-chave: Diálogos Institucionais. Pandemia. Judicialização da Política.

Abstract: The vertiginous increase of actions in concentrated control of constitutionality in the Supreme Federal Court during the pandemic revealed an insufficient, problematic or absent institutional dialogue between Legislative and Executive. The Judiciary has been the mediator of this institutional crisis intensified by the Covid-19 pandemic. The purpose of this article is to analyze empirically the actions in concentrated control of constitutionality in the Supreme Court promoted between March and September 2020, especially those promoted against the Executive's Provisional Measures, the Executive's Omissions and the Social Programs, seeking to understand how much the Supreme Court was triggered and how it responded to eminently political issues inserted in these actions during the health crisis.

Keywords: Institutional Dialogues. Pandemic. Policy Judicialization.

INTRODUÇÃO

Temas políticos sensíveis não resolvidos pelo diálogo entre Legislativo e Executivo Federal foram trazidos ao Supremo Tribunal Federal durante a pandemia da Covid-19. A mediação simultânea da crise sanitária e da grave crise político-institucional consagrou os dizeres de Vieira (2008) de que “tudo no Brasil parece exigir uma última palavra do Supremo Tribunal Federal”.

O panorama de ações judicializadas no tribunal no ano de 2020 referentes ao tema Covid-19 superou a marca de 6.000 ações¹⁰, números que cresceram em progressão geométrica a cada dia da crise. Um sem-número de ações em controle concentrado de constitucionalidade foram promovidas no tribunal questionando a tomada de decisão ou a ausência dela em medidas legislativas e executivas tomadas durante a pandemia. As ações em controle concentrado de constitucionalidade serão objeto deste estudo pois, em se tratando do fenômeno da judicialização da política, a espécie é utilizada no combate dos deslizes do processo legislativo e executivo, na declaração da inconstitucionalidade dos atos normativos editados, na confirmação da constitucionalidade dos atos, na declaração de violação a preceitos fundamentais constitucionais e na declaração de omissão normativa e executiva dos poderes eleitos.

Tendo como ponto de partida o cenário pandêmico, a proposta do presente trabalho é quantificar as ações em controle concentrado de constitucionalidade promovidas no Supremo Tribunal Federal durante a pandemia do Covid-19 e investigar os principais temas judicializados, sobretudo aqueles que não obtiveram uma rápida e efetiva resposta dos poderes eleitos. O objetivo geral do artigo é analisar o fenômeno da judicialização da política no Supremo Tribunal Federal e os diálogos institucionais entre os Poderes em tempos de pandemia. O acionamento e a resposta judicial do Supremo em temas eminentemente políticos serão analisados. Parte-se do pressuposto de que referidos temas deveriam ser solucionados fora da esfera judicial, principalmente quando relacionados à saúde pública e à contenção da pandemia.

Para que se chegue aos resultados esperados, será preciso explanar ao leitor do que se trata o fenômeno da judicialização da política e o porquê do acionamento

¹⁰ Números disponíveis no “Painel de Ações Covid-19”, do Supremo Tribunal Federal, disponível em: https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html. Acesso em: 16 de Novembro de 2020.

do Judiciário por meio de ações em controle de constitucionalidade concentrado e a resposta judicial do STF reflete o referido fenômeno. Partindo do pressuposto de que o fenômeno é impulsionado pelas ações em controle concentrado de constitucionalidade, serão analisadas as ações promovidas no tribunal pelos poderes contra as Medidas Provisórias, as Competências Federativas, as Omissões do Executivo, os Programas Sociais e o Orçamento.

A escolha é proposital uma vez que essas temáticas superaram a porcentagem de acionamento nos resultados finais da análise dos dados, corroborando o pressuposto de que os temas relacionados às competências constitucionais atribuídas aos Poderes Legislativo e Executivo tiveram uma resolutiva política ineficiente. Para alcançar os objetivos propostos, o primeiro momento da pesquisa será dogmático para esclarecer ao leitor questões conceituais do fenômeno da judicialização da política. No segundo momento, a pesquisa analisará quantitativamente dados secundários coletados e mapeados por estudos e sites oficiais, de modo a quantificar as ações em controle concentrado de constitucionalidade promovidas no STF no período entre março e setembro de 2020. O Painel de Ações da Covid-19 disponível pelo site oficial do Supremo Tribunal Federal foi utilizado como fonte de busca e quantificação do bloco de ações em estudo. A resposta judicial do Supremo ou a sua ausência nas referidas ações servirão para sopesar o fenômeno da judicialização da política no tribunal no período sob análise.

Os resultados finais da pesquisa buscarão responder aos seguintes questionamentos i) de que forma ocorreu a expansão do fenômeno da judicialização da política durante a pandemia?; ii) porque as ações em controle de constitucionalidade são um parâmetro na expansão do referido fenômeno; iii) quanto o STF foi acionado durante a pandemia?; iv) quais as temáticas predominaram nesse acionamento?; v) quais autores legitimados mais impulsionaram a judicialização da política no STF?; vi) o STF respondeu a essa judicialização de forma efetiva?

Para se chegar às respostas esperadas, o trabalho se dividiu em dois capítulos, sendo que o primeiro tem como objetivo trazer o marco teórico do fenômeno da judicialização da política, seus fatores de expansão e o viés (anti) democrático que lhe é atribuído. O segundo capítulo quantificará as ações em controle concentrado de constitucionalidades promovidas no Supremo Tribunal Federal nas temáticas específicas acima elencadas com o objetivo de verificar como o Judiciário tem sido utilizado para mediar questões políticas relacionadas à crise sanitária não

solucionadas pelos poderes eleitos. Por fim, as conclusões sintetizarão o fenômeno, permitindo analisar a dialógica institucional entre os poderes em tempos de pandemia e se a judicialização da política tem sido um caminho efetivo.

1. JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: EXPANSÃO DEMOCRÁTICA OU EXERCÍCIO DE PODER?

Antes de conceituar o fenômeno da judicialização da política é preciso compreendê-lo na realidade institucional existente. Após o início da pandemia da Covid-19, o Executivo Federal desautorizou o acordo feito entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado de São Paulo na compra de 46 milhões de doses da vacina chinesa Coronavac¹¹ sob alegações de ausência de provas suficientes da sua segurança. O recuo do Governo Federal com relação ao acordo do seu próprio Ministério gerou reação de alguns Governadores dos Estados¹² que ameaçaram recorrer ao Congresso Nacional e ao Judiciário para garantir à população o acesso à vacina¹³, o que sinalizou o início de graves problemas dialógicos entre os poderes a serem enfrentados no decorrer de toda pandemia.

A expansão do Judiciário no processo decisório de temas políticos nas democracias contemporâneas é denominada pela doutrina como “judicialização da política” ou “politização da justiça”, termos originados na obra *The global expansion of judicial Power*, dos cientistas políticos Tate e Vallinder (1995, p. 28), que definiram o fenômeno como um processo pelo qual as Cortes e juízes passam a dominar progressivamente a produção de políticas públicas e de normas que antes vinham sendo decididas por outros departamentos estatais, especialmente o Legislativo e o

¹¹ Vacina da empresa chinesa Sinovac para imunização contra o Covid-19.

¹² “Não queremos uma nova guerra na federação. Mas com certeza os governadores irão ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário para garantir o acesso da população a todas as vacinas que forem eficazes e seguras. Saúde é um bem maior do que disputas ideológicas ou eleitorais”, afirmou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB); “Estamos em guerra contra a covid, que já matou mais de 150 mil no Brasil. O presidente não pode desmoralizá-lo e desautorizá-lo nesta luta. Minha solidariedade ao ministro”, disse o governador da Bahia, Rui Costa (PT); João Doria (PSDB), governador do estado de São Paulo, afirmou que levará a questão ao Judiciário caso a ANVISA siga Bolsonaro e dificulte a importação dos insumos chineses para a produção da vacina.

¹³ Dados retirados da notícia intitulada “Governador de São Paulo já vacinou o Presidente da República”, publicada em 26 Outubro de 2020 no jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/campanha-de-vacinacao-uniu-politicos-oponentes-no-passado.shtml?utm_source=linkedin&utm_medium=social&utm_campaign=lifolha>. Acesso em: 16 de Novembro de 2020.

Executivo, resultando na submissão de um sem-número de questões políticas ao Judiciário sob forma de ações judiciais.

No cenário global, o desenvolvimento da revisão judicial e o fortalecimento das novas democracias e do Judiciário estão atrelados a diversos fatores como a tradição europeia kelseniana de controle de constitucionalidade de leis, a influência da atuação da Suprema Corte norte-americana¹⁴, a queda do comunismo, a preocupação das esquerdas com a defesa dos direitos contra as oligarquias e oligopolias, os esforços das organizações internacionais na proteção de direitos humanos, sobretudo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948 (TATE; VALLINDER, 1995, p. 33), os interesses econômicos globais (SANTOS, 2001, p. 127), a crise do positivismo jurídico, a constitucionalização dos direitos fundamentais e as delegações e omissões dos poderes eleitos para resolução de demandas sociais (IBAÑEZ, 2003, p.37).

No cenário nacional a consolidação da democracia, condição necessária à expansão da judicialização da política, não foi suficiente. Outros fatores criaram o campo de expansão do Judiciário como a previsão principiológica da separação de poderes na Constituição Federal de 1988, a inefetividade das instituições majoritárias quanto à eficácia das demandas sociais e o uso dos tribunais pela oposição e grupos de interesses econômicos e políticos (CARVALHO, 2004, p. 123). Após 1988, o Judiciário brasileiro passou por um processo de construção do seu espaço, negociando com os outros poderes a sua definição institucional com avanços e retrocessos (CASTRO, 1995, p. 2-18). A negociação do espaço institucional do Judiciário ocorreu porque o poder não tinha um desempenho satisfatório e as atribuições necessárias para ser parte efetiva do processo político nacional, deixando os seus membros de tomar posições com relação aos interesses políticos pela inexata extensão de suas decisões e do seu exercício de poder a longo prazo. Isso fez com que o tribunal sofresse ataques dos outros poderes institucionais, da mídia, da opinião pública e sob a constante ameaça de ser reformado.

A estabilização do Judiciário foi uma problemática na primeira década após a redemocratização e o aumento do seu protagonismo, inclusive em questões políticas, só ocorreu após os anos 2000 com a mudança do perfil ideológico dos seus Ministros,

¹⁴ A Corte Warren, nos Estados Unidos, das décadas de 50-60, foi um marco desse momento de expansão do protagonismo judicial e da relevância da intervenção do Judiciário na efetivação dos direitos fundamentais.

a reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, o desencadeamento de maiores poderes constitucionais estabelecidos na Corte e a criação do Conselho Nacional de Justiça (ARANTES, 2020). O Conselho Nacional de Justiça, por exemplo, que foi criado inicialmente com a função de órgão de controle e transparência do Poder Judiciário, passou a desenvolver para as instâncias inferiores do Judiciário políticas públicas de justiça a partir das decisões dos tribunais superiores, promovendo desta forma a judicialização da política e o protagonismo judicial, que passaram a ser contestados pelos outros poderes e por parte da doutrina como fenômenos antidemocráticos.

Para alguns, a judicialização da política é vista como um “novo ativismo judicial”, no qual os tribunais estão dispostos a expandir o poder de decisão judicial sobre questões até então reservadas ao tratamento dos Poderes Legislativo e Executivo (CASTRO, 1996, p. 2-18). Nesse sentido, há aqueles que tratam o fenômeno como resultado do vínculo entre democracia e ativismo judicial, defendendo ser a expansão do Judiciário uma consequência das democracias contemporâneas e que deve ocorrer “sem violar o equilíbrio do sistema político”, de modo a garantir os direitos dos cidadãos, limitar cada poder político e assegurar a soberania popular (CITTADINO; 2001, p. 138).

Por outro lado, as críticas de autores clássicos ao controle de constitucionalidade invalidam a ideia de judicialização da política como um fenômeno democrático. Waldron (2004), por exemplo, entende ser o controle de constitucionalidade um mecanismo ilegítimo, incompatível com o ideal de autodeterminação do povo. Para o autor, não se pode atribuir ao Judiciário o poder de invalidação das leis por sua contrariedade constitucional, propondo a adoção de uma “supremacia parlamentar” e de uma Constituição flexível. Autores como Kramer (2004) e Tushnet (1999) defendem a retirada da interpretação e da aplicação da Constituição das Cortes e a devolução ao povo, propondo a democratização da interpretação constitucional pelo ideal do constitucionalismo popular.

Para Arantes (2020), essa ideia de fortalecimento do Judiciário e politização de suas decisões é vista como um risco democrático, principalmente quando o órgão de cúpula do poder começa a controlar o orçamento e a decidir judicialmente temas relacionados às políticas públicas, ou quando o órgão começa a demonstrar o seu controle de força fiscalizatória com relação aos outros poderes eleitos. Sob esse viés antidemocrático, Vieira (2008, p. 446) afirmou que o Supremo Tribunal Federal vem

exercendo, além da proteção de regras constitucionais, a função de criação de regras e o consequente acúmulo do exercício de autoridade, inerente ao intérprete constitucional, com o exercício de poder.

Sem desacreditar nos riscos trazidos pela doutrina, concordamos com os dizeres de Castro (1996, p.18) ao afirmar, do ponto de vista do processo político, que o fenômeno da judicialização da política contribui para o surgimento de um padrão de interação entre os Poderes e que não é necessariamente deletério da democracia uma vez que a própria constitui um requisito da expansão do poder.

Fato é que o STF detém uma escala de acionamento em torno de 6.500 ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e 6.000 ações de descumprimento de preceitos fundamentais (ADPF)¹⁵ no período de 1988 a 2020, corroborando ser o uso do controle de constitucionalidade a ferramenta mais utilizada pelos atores políticos desde a redemocratização e, ultimamente, como o principal meio solucionador das questões políticas durante a pandemia, o que pode ser corroborado pelos dados a seguir analisados.

2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO TRIBUNAL E PANDEMIA: SUPREMO MEDIADOR.

O objetivo deste capítulo é levantar o número de ações em controle de constitucionalidade concentrado promovidas no Supremo Tribunal Federal durante a pandemia nos seguintes temas: Programas Sociais, Medidas Provisórias, Omissões do Executivo, Competências Federativas e Orçamento. Busca-se observar a expansão do acionamento do tribunal e do seu poder de decisão diante da grave crise sanitária da Covid-19, analisando situações em que os poderes eleitos se mostraram incapazes de dialogar e resolver as questões políticas da pandemia.

As temáticas analisadas não foram selecionadas aleatoriamente. O foco é construir um cenário sobre a dialógica problemática e ineficiente entre os poderes enfatizando o descumprimento do Executivo Federal ao expedir decisões desalinhadas aos mandamentos constitucionais e aos deveres institucionais, criando atritos na sua dialógica com o Legislativo e este, por sua vez, contestando a

¹⁵ Esse levantamento de dados foi citado na palestra “As Relações entre Justiça e Política No Brasil”, ministrada pelo cientista político Rogério Arantes, da USP, para a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, em Novembro de 2020.

constitucionalidade de atos normativos e leis como uso tático¹⁶ do Supremo Tribunal Federal.

Abaixo analisaremos quantitativamente a distribuição das ações no tribunal e suas variáveis, dispondo de algumas inferências relevantes que permitirão melhor compreensão do fenômeno. A **tabela 1** analisa o fenômeno sob as variáveis “Autor”¹⁷ e “Classe Processual”, atentando para quais e em que quantidade os autores utilizaram do controle concentrado de constitucionalidade para provocar o tribunal, bem como os principais instrumentos utilizados.

Tabela 1: Autor x Classe Processual					
AUTOR	ADI	ADPF	ADO	ADC	TOTAL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	1	2	0	0	3
MESA DO SENADO FEDERAL	0	0	0	0	0
MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	0	0	0	0	0
MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0	0	0	0	0
GOVERNADOR	4	0	0	0	4
PGR	1	1	0	0	2
CFOAB	2	2	0	0	4
PARTIDO POLÍTICO	41	20	2	0	63
CONFEDERAÇÃO SINDICAL OU ENTIDADE DE CLASSE NACIONAL	35	14	0	0	49
TOTAL	84	39	2	0	125

¹⁶ Segundo Taylor e Da Ros (2008), o Legislativo aciona o STF como uma tática de poder para três fins: i) tática de oposição; ii) arbitragem dos interesses em conflito; iii) instrumento de governo.

¹⁷ Autores legitimados conforme o artigo 103 da Constituição Federal de 1988.

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo “Judicialização da Crise”, no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

Pela análise da **Tabela 1** é possível analisar quantitativamente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) como a espécie de ação em controle concentrado de constitucionalidade mais utilizada para o acionamento do tribunal no período da crise, seguida pela espécie da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). O acionamento via ADI representou 67,2% de todo o quantitativo de acionamento, numa proporção 2,15 vezes maior quando comparado com as demais espécies de ações. O acionamento pela via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental representou 31,2% do total das ações.

Os Partidos Políticos, as Confederações Sindicais e as Entidades de Classe foram os autores que se destacaram na promoção de ações em controle concentrado de constitucionalidade no período analisado. Enquanto os Partidos Políticos totalizaram 50,4%, as Confederações Sindicais e Entidades de Classe totalizaram 39,2% do montante de ações. Apenas 10,4% do restante das ações foram promovidas por outros legitimados.

Com relação às temáticas promovidas nessas ações durante a pandemia da Covid-19, percebe-se que as Medidas Provisórias do Poder Executivo Federal e as questões relacionadas às Competências Federativas foram os assuntos mais contestados em sede de ações de controle concentrado de constitucionalidade. A **Tabela 2** traz os dados referentes aos temas contestados no tribunal e os principais instrumentos de controle utilizados no acionamento.

Tabela 2: Tema x Classe Processual					
TEMAS	ADI	ADPF	ADO	ADC	TOTAL
Medidas Provisórias	32	1	0	0	33
Orçamento	16	1	1	0	18
Congresso Nacional	1	2	0	0	3
Eleições 2020	2	0	0	0	2
Omissões do Executivo	0	10	1	0	11

Competências Federativas	24	13	0	0	37
Publicidade	3	5	0	0	8
Sistema Carcerário	0	3	0	0	3
Programas Sociais	8	2	0	0	10
Total	86	37	2	0	125

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo “Judicialização da Crise” no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

Os dados acima permitem analisar que enquanto os conflitos existentes entre os entes federados em torno da adoção de políticas públicas no contexto pandêmico representou, aproximadamente, 30% do total das ações, a contestação das Medidas Provisórias editadas pelo Executivo Federal ficou próxima dos 27% do acionamento, demonstrando a dialógica institucional problemática das autoridades com esse poder.

No cruzamento dos dados coletados das duas tabelas anteriores, é possível aferir o quantitativo de ações promovidas em controle concentrado de constitucionalidade por cada um dos legitimados durante a crise sanitária e quais as temáticas prevalentes no acionamento. A **Tabela 3** analisa o fenômeno sob as variáveis “Tema” e “Autor”¹⁸, conforme exposto a seguir.

Tabela 3: Tema x Autor							
TEMAS	PR	GOV	PGR	CFOAB	PP	CONF/ENT	Total
Medidas Provisórias	0	0	0	1	24	8	33
Orçamento	1	1	1	0	8	7	18
Congresso Nacional	1	0	0	0	2	0	3

¹⁸ Na Tabela 3 houve a exclusão dos seguintes legitimados do art. 103 da CF/88: Mesa do Senado, Mesa da Câmara e Mesa da Assembleia Legislativa. A exclusão ocorreu por ausência de ações promovidas por esses autores, conforme se pode inferir na Tabela 1.

Eleições 2020	0	0	0	0	2	0	2
Omissões do Executivo	0	0	0	1	7	3	11
Competências Federativas	0	3	0	0	6	28	37
Publicidade	0	0	0	2	5	1	8
Sistema Carcerário	0	0	0	0	2	1	3
Programas Sociais	1	0	1	0	5	3	10
Total	3	4	2	4	61	51	125

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo
 “Judicialização da Crise” no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

- PR – Presidente da República
- GOV – Governador
- PGR – Procurador-Geral da República
- CFOAB – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- PP – Partido Político (com representação no Congresso Nacional)
- CONF/ENT – Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

O Presidente da República acionou o Supremo Tribunal Federal por meio da ADI 6357¹⁹ questionando questão orçamentária da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias durante a pandemia, e também acionou o tribunal em duas ações questionando o descumprimento de preceitos fundamentais, primeiro pela ADPF 662, relacionada a Programa Social²⁰, e, num segundo momento, pela ADPF 663, postulando a aplicação o regramento do recesso parlamentar à expiração da validade das Medidas Provisórias, o que foi deferido parcialmente pelo STF permitindo o rito célere da tramitação das medidas sem a suspensão dos prazos.

Os Governadores dos Estados acionaram o tribunal em temas relacionados aos conflitos federativos e ao orçamento, com destaque para discussões em saúde e

¹⁹ ADI 6357 pediu o afastamento da exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação à criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19, tendo sido referendada liminarmente a flexibilização da LRF e da LDO durante a pandemia, estendendo-se essa possibilidade aos Estados e Municípios

²⁰ ADPF 662 questionou o limite de renda familiar per capita para concessão de BPC, o que o STF entendeu pela suspensão da ampliação do BPC enquanto não se aplicar a fonte de custeio

educação. Foram um total de quatro Ação Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) promovidas pelos Governadores dos Estados de Santa Catarina (ADI 6489²¹), de Piauí (ADI 6490²²), Mato Grosso (ADI 6488²³) e Acre (ADI 6394²⁴).

Das duas ações promovidas na Corte pelo Procurador-Geral da República, a ADPF 568 merece destaque, uma vez que postulou a destinação do montante de R\$ 32.731.487 para o custeio de ações de prevenção, contenção, combate e mitigação à pandemia do coronavírus no Estado do Acre, um dos mais afetados pela pandemia da Covid-19 pela ausência de estrutura básica de saúde pública e pela existência de comunidades hipervulneráveis (indígenas e quilombolas).

Dentre as quatro ações promovidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672 merece destaque, pois questionou as ações e omissões do poder público federal, especialmente da Presidência da República e do Ministério da Economia na condução de políticas públicas relacionadas à pandemia. A ação foi deferida parcialmente pelo tribunal para assegurar o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e suplementar dos Municípios²⁵.

Com relação aos Partidos Políticos cumpre destacar que propuseram, ao todo, um total de sessenta e uma (61) ações em controle concentrado de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal no período em análise²⁶. As Confederações Sindicais e Entidades de Classe de âmbito nacional também tiveram atuação de destaque na promoção da judicialização de questões relacionadas à pandemia. Foram vinte e sete ações relacionadas às competências federativas para discutir os conflitos existentes entre os entes federados em torno da adoção de políticas públicas voltadas a mitigar os efeitos da pandemia. Os legitimados também postularam respostas judiciais às

²¹ADI 6489 postulou a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional Estadual 77/2020, que estabelece o prazo de até 72 horas para respostas e pedidos de informação encaminhados pela Assembleia Legislativa em assuntos relacionados à situação fiscal e a execução orçamentária das medidas de enfrentamento do Covid-19.

²²ADI 6490 postulou medidas à educação relacionadas ao FUNDEB.

²³ADI 6488 pediu a inconstitucionalidade da Lei 11.157/2020, que estabelecia a renda mínima emergencial para professores do Estado em razão do Covid-19.

²⁴ADI 6394 postulou o afastamento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir as despesas com contratação e aumento remuneratório aos servidores da saúde

²⁵ Outro feito relevante foi a ADI 6387 para suspender os pontos da MP 954 sobre o compartilhamento de dados por empresas de comunicação ao IBGE para fins de suposta produção estatística durante a pandemia, que questionou a quebra de sigilo e proteção de dados pessoais.

²⁶ O Partido Político com o maior número de ações no período foi o Rede Sustentabilidade, contabilizando 12 ações, seguido do PDT (Partido Democrático Trabalhista), com um montante de 11 ações.

Medidas Provisórias da Crise²⁷ emanadas do Executivo Federal (num total de 8 ações) e também sobre questões relacionadas ao orçamento público para o enfrentamento da crise (num total de 7 ações).

Em suma, a **Tabela 3** nos permite inferir que os legitimados mais atuantes na judicialização da crise foram os Partidos Políticos, com um montante de 61 ações em controle concentrado de constitucionalidade (48,8%), sendo que 24 dessas ações questionaram as Medidas Provisórias da Crise. Em segundo lugar, os legitimados mais atuantes no acionamento do tribunal foram as Confederações e Entidades de Classe de âmbito nacional, com um total de 51 ações (40,8%), questionando, prioritariamente, questões atreladas às Competências Federativas (28 ações do total).

Não é de hoje que os Partidos Políticos usam do Supremo para construir jurisprudência resolutiva de questões políticas que deveriam ser resolvidas pelos poderes eleitos fora da esfera judicial. A judicialização da política é fenômeno potencializado pelas condições institucionais advindas desde a Constituição Federal de 1988, e potencializada após a década de 2000 quando o Judiciário começa a construir o seu espaço institucional. A judicialização da política é, inclusive, um fenômeno e um instrumento de uso dos poderes eleitos, incluindo aqui os Partidos Políticos que estão na corrida eleitoral, utilizado para questionar as coalizões majoritárias que estão no poder e as políticas públicas implementadas, e também um instrumento que tem servido para a própria manutenção dessas coalizões no jogo democrático.

Na análise geral, o acionamento de todos os legitimados contra as Competências Federativas (29,6%) e as Medidas Provisórias (26,4%) foram os mais expressivos, seguidos dos temas Orçamento (14,4%), Omissões do Executivo (8,8%) e Programas Sociais (8,0%). A somatória dos demais temas judicializados em Sistema Carcerário (2,4%), Eleições (1,6%), Publicidade (6,4%) e aqueles relacionados ao Congresso Nacional (2,4%) representaram 12,8% do total do acionamento, apenas.

No que se refere especificamente aos temas tratados pela pesquisa, o acionamento do Supremo totalizou 108 ações em “Programas Sociais”, “Medidas Provisórias”, “Omissões do Executivo”, “Competências Federativas” e “Orçamento”. O acionamento pela via do instrumento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

²⁷ A ADI 6354, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria questionou a MP 927/2020, que autoriza os empregadores a tomarem medidas excepcionais em razão da pandemia.

nesses temas foi de 73,15%, superando o acionamento de 25% pela via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com a exceção dos temas “Omissões do Executivo” e “Competências Federativas” em que essa última espécie de ação (ADPF) foi a mais utilizada. O acionamento via Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) foi irrisório, apenas 1,85%, conforme demonstra a **Tabela 4**, com as variáveis “Ação” versus “Tema”.

Tabela 4 Ação x Tema						
AÇÃO	PS	ORÇ	CF	OE	MP	TOTAL
ADI	8	16	23	0	32	79
ADPF	2	1	13	10	1	27
ADO	0	1	0	1	0	2
Total	10	18	36	11	33	108

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo “Judicialização da Crise” no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

- PS – Programas Sociais
- ORÇ – Orçamento
- CF – Competências Federativas
- OE – Omissões do Executivo
- MP – Medidas Provisórias

Partindo para a análise do eixo do processo e julgamento das ações em controle de constitucionalidade realizado no tribunal no período sem estudo (Março a Dezembro de 2020), observou-se que o processo e julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) foi irrisório, pois observou-se a pendência de julgamento em mais da metade das ADIs sob análise (aproximadamente 55,69%). Conforme os dados coletados, apenas 13,9% das ADIs sob análise tiveram suas cautelares deferidas, conforme demonstram os dados da **Tabela 5**.

Tabela 5 ADI x Processo e Julgamento							
ADI	Pendente	Deferida	Indeferida	Extinta	Cautelar deferida	S/J	C/J
PS	6	0	2	0	2	8	0
ORÇ	11	1	2	0	2	13	3

CF	22	0	1	0	0	22	1
OE	0	0	0	0	0	0	0
MP	5	2	6	5	12	19	13
Total	44	3	11	5	16	62	17

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo “Judicialização da Crise” no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

- S/J – sem julgamento do mérito
- C/J – com julgamento do mérito

Quanto ao processo e julgamento das Ações em Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), observou-se que apenas 22,22% foram julgadas (6 ações). Das 27 ações, quase metade estão sem a decisão de deferimento/indeferimento (13 ações, 48,14%), sendo que das já decididas, aproximadamente 26% foram indeferidas (7 ações). Apenas 14,8% tiveram suas cautelares deferidas, conforme os dados da **Tabela 6**.

Tabela 6 ADPF X Processo e Julgamento						
ADPF	Pendente	Deferida	Indeferida	Cautelar	S/J	C/J
				deferida		
PS	0	2	0	0	2	0
ORÇ	1	0	0	0	1	0
CF	5	0	5	3	9	4
OE	6	1	2	1	8	2
MP	1	0	0	0	1	0
Total	13	3	7	4	21	6

Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo “Judicialização da Crise” no período de 23 de Março a 30 de Setembro de 2020.

Por fim, quanto às Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), das duas ações intentadas, uma está pendente de decisão de deferimento/indeferimento e a outra foi julgada prejudicada²⁸, conforme a **Tabela 7** demonstra.

Tabela 7 ADO x Processo e Julgamento

²⁸ A ADO 56 intentada em Orçamento postulou a suspensão da retenção dos percentuais da receita corrente líquida para pagamento de precatórios no regime especial de pagamentos, e a ADO 58 em Omissões do Executivo postulou que o STF definisse para a pandemia o mínimo existencial apto a garantir a existência digna dos brasileiros, instituindo uma renda básica emergencial.

ADO	Pendente	Deferida	Indeferida	Cautelar deferida	S/J	C/J
PS	0	0	0	0	0	0
ORÇ	1	0	0	0	1	0
CF	0	0	0	0	0	0
OE	0	0	1	0	0	1
MP	0	0	0	0	0	0
Total	1	0	1	0	1	1

**Tabela feita pela pesquisadora a partir dos dados coletados no estudo
“Judicialização da Crise” no período de 23 de Mar a 30 de Set de 2020.**

Houve apenas 23% de decisão de deferimento ou indeferimento das ações em controle concentrado de constitucionalidade, existindo um óbice de decisões em 55% das Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em 48% das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental. Do total de ações em controle concentrado de constitucionalidade, apenas 18,5% tiveram decisões cautelares positivas emitidas pelo Supremo Tribunal Federal. A somatória de todas as decisões de mérito em controle concentrado de constitucionalidade durante o período de pandemia em análise não ultrapassou a marca dos 22,2%, pois de um montante de 108 ações, apenas 24 foram definitivamente julgadas, 17 delas em ADI, seis em ADPF e uma em ADO. Os dados acima demonstram a controvérsia entre o quantitativo do acionamento do tribunal e o seu poder de decisão e julgamento, também em termos quantitativos, não sendo objetivo deste artigo sopesar a perspectiva qualitativa do eixo do processo e julgamento. Embora temas eminentemente políticos tenham chegado em peso até o tribunal pela via do controle de constitucionalidade, existindo a esperança de uma decisão cautelar ou de um julgamento de mérito em questões controversas e não resolvidas pelos poderes eleitos, o tribunal pouco decidiu e julgou, reforçando a perspectiva quantitativa da análise.

CONCLUSÃO

Até a década de 1990, o Supremo Tribunal Federal adotava uma posição clara e de não interferência na esfera política diante da inefetividade da atuação das instituições majoritariamente eleitas. Para Antônio Araújo (1997), essa espécie de “prudencialismo” ocorreu em outros países que passaram pela transição democrática,

como Espanha e Portugal. Condições de surgimento e expansão de uma posição assertiva pelo tribunal em assuntos políticos começaram a ser delineadas após a redemocratização.

Amparados pela Democracia e por princípios constitucionais da Constituição de 1988, os grupos de interesse constitucionalmente legitimados passaram a utilizar do Supremo como um ambiente passível de negociação política, vendo neste a possibilidade de veto, mediação e realização dos objetivos políticos. Foram os próprios atores políticos os responsáveis para fazer do Supremo o que ele é hoje. Estudos desse período demonstram que as Confederações Sindicais e Entidades de Classe foram autores relevantes no acionamento no tribunal via controle concentrado de constitucionalidade, principalmente pelo instrumento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo os responsáveis por acionarem o tribunal com 740 ações entre os anos de 1988 e 2003, ficando atrás apenas dos legitimados Governadores de Estado ²⁹. A ADI demonstrava ser um forte instrumento negocial desde então, inclusive para questionar no tribunal os direitos dos trabalhadores e dos partidos políticos representantes desta classe. Os Partidos Políticos, inclusive, ocuparam o terceiro lugar no acionamento nesse mesmo período (1988-2003), demonstrando o uso do tribunal pela oposição para, segundo Carvalho (2004), “frear, obstaculizar e inviabilizar as alterações em curso”, uma vez que até os anos 2000 o Brasil não tinha no poder a coalizão majoritária de partidos de esquerda.

Os dados dos primeiros quinze anos do pós-redemocratização parecem conversar com os dados apontados nessa pesquisa. Não aleatoriamente, os atores acima mencionados permanecem sendo os principais legitimados no acionamento do Supremo Tribunal Federal em questões políticas, usando o tribunal como uma tática de oposição para vetar decisões majoritárias e arbitrar interesses em conflito.

A pandemia intensificou esse tipo de uso tático do Supremo Tribunal Federal, pois questões políticas restaram insolucionadas pelos poderes eleitos diante da dialógica controversa entre os memos, principalmente nas questões atreladas às medidas advindas do Governo Federal, às crises relacionadas às competências federativas e ao orçamento, e questões de outra ordem, em níveis menos acentuados.

²⁹ Dados retirados da pesquisa empírica “Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem”, de Ernani Rodrigues de Carvalho, em 2004.

Nesse sentido, embora a aferição quantitativa demonstrou muito acionamento pela via do controle concentrado de constitucionalidade e pouca decisão e julgamento nessa via, o Supremo demonstrou ter sido um importante suporte na resolução de demandas vitais durante a pandemia, “atenuando os reflexos sociais nocivos e direcionando a União, os Estados e os Municípios no bom combate à pandemia”, como bem ressaltou Alexandre de Moraes, para o qual a Corte tem cumprido bem suas três missões constitucionais: a do equilíbrio federativo, a do equilíbrio entre os Poderes e entre a maioria e minoria³⁰.

O acionamento do STF via controle de constitucionalidade tem sido o meio utilizado pelos poderes eleitos para a contenção de assuntos relacionados à pandemia, pressuposto inicial da pesquisa que passa a ser corroborado pelos resultados da análise dos dados a seguir expostos.

A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) foi a espécie de ação em controle de constitucionalidade mais utilizada para o acionamento do STF durante o período de pandemia sob análise (Março a Setembro de 2020). O acionamento via ADI foi de 67,2%, 2,15 vezes maior que o acionamento via ADPF, que representou 31,2%, das ações.

Com relação aos autores legitimados que mais impulsionaram o acionamento de ações em controle de constitucionalidade no STF durante a pandemia, os Partidos Políticos, totalizaram 50,4%, enquanto as Confederações Sindicais e Entidades de Classe totalizaram 39,2% de ações. Apenas 10,4% do restante das ações foram promovidas pelos demais legitimados.

Com relação às temáticas, as questões relacionadas às Competências Federativas foram as mais contestadas em sede de ações de controle concentrado, totalizando quase 30% do montante de ações, seguidas do tema Medidas Provisórias, com aproximadamente 27%.

As temáticas mais contestadas no STF foram “Competências Federativas” (29,6%), “Medidas Provisórias” (26,4%), “Orçamento” (14,4%), “Omissões do Executivo” (8,8%) e “Programas Sociais” (8,0%), totalizando 108 das 125 ações em controle de constitucionalidade. O acionamento via ADI nesses temas superou o

³⁰ Discurso do Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448475>. Acesso em: 02 de Setembro de 2020.

acionamento via ADPF, e o acionamento via ADO foi irrisório, contando apenas duas ações.

Quanto ao processo e julgamento das ações em controle de constitucionalidade nas temáticas mais contestadas, poucas foram as decisões do STF. Embora o tribunal tenha sido bastante acionado via controle de constitucionalidade, a maioria dessas ações estão pendentes de decisão de deferimento/indeferimento, de decisão cautelar e de julgamento do mérito. De 108 ações, mais de 50% padece de decisão, apenas 13,9% tiveram suas cautelares deferidas e apenas 24 delas foram julgadas no mérito.

Essa última inferência nos ajuda a compreender o ciclo do fenômeno da judicialização da política sob análise, e responde negativamente ao questionamento inicial sobre a judicialização da política ter sido ou não um meio efetivo da solução da crise, pelo menos em termos quantitativos. Essa observação inicial do fenômeno nos seis primeiros meses de pandemia não pode, contudo, ser conclusiva. Sabemos, por ora, a escolha do tribunal pelos poderes eleitos como o poder central e mediador da crise, cujo potencial de destruição e estratégias de contenção pelos poderes só poderão ser melhor analisadas ao final da crise. A análise quantitativa abordada pelo presente trabalho não tem como intenção a crítica negativa à relevância do processo e julgamento do tribunal, apenas coleta dados para abordar a visão de como a judicialização da política impulsiona diversas ações no tribunal que, muitas vezes, ficam sem resposta e que, muitas vezes, nem tem como objetivo principal a resposta do tribunal, e sim um uso tático do tribunal pelos atores políticos.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Rogério. Judiciário: entre a justiça e a política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio O. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Konrad Adenauer/Unesp, 2007. p. 81-115.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição e política: uma relação difícil**. In: **Lua Nova**, v. 61, 2004.

_____. **Soberania e Constituição: para uma crítica ao constitucionalismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do Ativismo Judicial do STF**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014. pág. 69 e segs.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia Política**, n. 23, 2004, p. 115-126.

CASTRO, Marcus Faro de. "Política e Economia no Judiciário: as Ações Diretas de Inconstitucionalidade dos Partidos Políticos", **Cadernos de Ciência Política nº 7, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais**, Universidade de Brasília, 1993.

_____. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 147/156, jun./1997.

CITTADINO, Gisele. Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG – Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e**

GINSBURG, Tom. **Judicial review in new democracies – Constitutional courts in asian cases**. USA: Cambridge University Press, 2003.

IBAÑEZ, Perfecto A. A. 2003. Democracia com juízes. **Revista do Ministério Público**, Lisboa, ano 24, n. 94, p. 31-47, jun.

MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da Judicialização da Política: Duas Análises. In: **Lua Nova**, nº 57, 2002.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle da constitucionalidade das leis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

TATE, C. Neal. Why the expansion of judicial Power. In: TATE, C. Neal; TORBJÖRN, Vallinder. (Ed.). **The global expansion of judicial power**. New York: New York University Press, 1995.

TAYLOR, Matthew; DA ROS, Luciano. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 825-864, 2008.

VIEIRA, José Ribas. Verso e Reverso: a judicialização da política e o ativismo judicial no Brasil. In: **Estação Científica** (Ed. Especial Direito) Juiz de Fora, V.01, n.04, outubro e novembro/2009.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. In: SARMENTO, Daniel. **Filosofia e teoria constitucional contemporânea**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 451.

WERNECK VIANNA, Luiz, BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. In: **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 2.

Capítulo 7

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE COGNITIVA E DA SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Shainara Pereira

Naanda Kaanna Matos de Souza

João Paulo Xavier Silva

Nayara Santana Brito

Lucas Dias Soares Machado

Adriana de Moraes Bezerra

Kelly Fernanda Silva Santana

Anilton Jorge da Nóbrega Gonçalves

Robson Leite Sampaio

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE COGNITIVA E DA SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Shainara Pereira

*Enfermeira de Saúde da Família de Ouricuri, Pernambuco. Especialista,
shainarapereira@outlook.com*

Naanda Kaanna Matos de Souza

*Enfermeira, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutoranda
em Promoção da Saúde (UFC), naanda.kaanna@gmail.com*

João Paulo Xavier Silva

*Enfermeiro, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutorando
em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE), jpxavier.enf@gmail.com*

Nayara Santana Brito

*Enfermeira, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutoranda
em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE),
nayara.santanabrito@gmail.com*

Lucas Dias Soares Machado

*Enfermeiro, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutorando
em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE),
lucasdsmachado@hotmail.com*

Adriana de Moraes Bezerra

*Enfermeira, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutoranda
em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE), adriana1mb@hotmail.com*

Kelly Fernanda Silva Santana

Enfermeira, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutoranda em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE),

kellyfernandassantana@hotmail.com

Anilton Jorge da Nóbrega Gonçalves

Médico. Médico da Família pelo programa Mais médicos Brasil.

anilton_goncalves@outlook.com

Robson Leite Sampaio

Médico. Médico da Família pelo programa Mais médicos Brasil. [robson-](mailto:robson-sampaio12@hotmail.com)

sampaio12@hotmail.com

Resumo: Estudo descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa desenvolvido com os idosos acompanhados nas Estratégias Saúde da Família da zona urbana do município de Ouricuri- Pernambuco. Objetivou-se avaliar a sintomatologia depressiva e funcionalidade cognitiva dos idosos e sua associação com características sociodemográficas e clínicas. Os dados foram coletados entre os meses de outubro e novembro de 2019, por meio de um questionário sociodemográfico e clínico, e os instrumentos Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e a Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15). O estudo foi aprovado pela Secretaria de Saúde de Ouricuri-Pernambuco e submetido à aprovação do Comitê de ética em pesquisa via plataforma Brasil. A amostra consistiu de 174 idosos. Os resultados relacionados aos dados sociodemográficos e clínicos constatou-se que as mulheres apresentaram-se em maior número (60,3%), faixa etária entre 60 a 69 anos (45,3%), cor parda (56,3%), agricultores (80,5%), aposentados (56,3%), casados (57,5%), analfabetos e com menos de 1 ano de escolaridade (64,9%), renda de 1 a 2 salários mínimos (52,9%). Hipertensos (55,7%) e 72,4% fazia uso de medicamentos. Verificou-se que 18,4% da amostra estudada apresentou declínio cognitivo. Dos idosos da amostra 55,7% apresentaram sintomatologia depressiva com maior prevalência nas mulheres (62,9%), idosos de cor (54,6%), ocupação agricultor (81,4%), pensionistas (89,7%) e casados (54,6%), sem escolaridade e com menos de 1 ano de escolaridade (67%), os que possuem renda de 1 a 2 salários mínimos (52,6%) e com idade entre 60 a 69 (45,3%). Hipertensos (55,7%) e uso de medicamentos (73,2%) e 20,6% com declínio cognitivo. Mediante a aplicação dos testes não paramétricos Qui-Quadrado e Fisher não foram constatado significância estatística $<0,05$ entre associação das variáveis dependentes e independentes. Os resultados reforçam importância em conhecer melhor as especificidades dos sintomas da depressão na população idosa. Faz-se essencial ampliar e aprofundar pesquisas que englobam o idoso, principalmente em relação à depressão. Pesquisas que envolvem a saúde desta clientela é um vasto campo para a produção de conhecimentos e, contribui para estimular a participação desses sujeitos não apenas como usuários do serviço, mas

como cidadãos ativos nas práticas que instiguem a busca pelos seus direitos e sua autonomia vislumbrando sempre a melhor qualidade de vida e independência nas atividades diárias.

Palavras-chave: Idoso. Depressão. Atenção Primária a Saúde.

Abstract: Descriptive study, with a cross-sectional design and a quantitative approach developed with the elderly followed in the Family Health Strategies of the urban area of the municipality of Ouricuri-Pernambuco. The aim of this study was to evaluate the depressive symptomatology and cognitive function of the elderly and its association with sociodemographic and clinical characteristics. Data were collected between October and November 2019, using a sociodemographic and clinical questionnaire, the Mini Mental State Examination (MMSE) and the Geriatric Depression Scale (EDG-15). The study was approved by the Secretary of Health of Ouricuri-Pernambuco and submitted to the approval of the Research Ethics Committee via the Brazil platform. The sample consisted of 174 elderly. The results related to the sociodemographic and clinical data showed that the women presented a greater number (60.3%), age range between 60 and 69 years (45.3%), brown color (56.3%), (56.5 per cent), married (57.5 per cent), illiterate and less than 1 year old (64.9 per cent), income from 1 to 2 minimum wages (52, 9%). Hypertensive patients (55.7%) and 72.4% used medication. It was verified that 18.4% of the sample studied presented cognitive decline. Among the elderly, 55.7% had depressive symptoms with a higher prevalence in women (62.9%), elderly people (54.6%), farmer occupation (81.4%), pensioners (89.7%) and married (54.6%), with no schooling and less than 1 year of schooling (67%), those with incomes of 1 to 2 minimum wages (52.6%) and aged between 60 to 69 (45.3 %). Hypertensive (55.7%) and medication use (73.2%) and 20.6% with cognitive decline. Using the non-parametric Chi-Square and Fisher tests, statistical significance <0.05 was not found between association of dependent and independent variables. The results reinforce importance in better understanding the specificities of depression symptoms in the elderly population. It is essential to broaden and deepen research that encompasses the elderly, especially in relation to depression. Research that involves the health of this clientele is a vast field for the production of knowledge and contributes to stimulate the participation of these subjects not only as users of the service, but as active citizens in practices that instigate the search for their rights and their autonomy always envisaging the better quality of life and independence in daily activities.

Keywords: Elderly. Depression. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre em escala global, sendo mais acentuado, nos países desenvolvidos. Os sinais de alterações funcionais costumam aparecer de forma insidiosa com o passar dos anos. Esse processo denominado de senescência pode ser abordado nos contextos biológicos, sociais, psicológicos, intelectuais, econômicos, funcionais, culturais e cronológicos. No que tange ao envelhecimento físico, este pode ser caracterizado pelo declínio das

capacidades, tanto físicas como cognitivas, sofrendo influência dos fatores genéticos, estilo de vida e características de vida dos idosos (BARRETO; CARREIRA; MARCON, 2015).

No Brasil, a conjuntura não será discrepante. O país vivencia um processo de transição demográfica e epidemiológica, evidenciada pela inversão da pirâmide etária. A constante queda das taxas de fecundidade e a considerável redução das taxas de mortalidade resultam na diminuição significativa de crianças e jovens e uma grande quantidade de idosos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente de pessoas idosas, que, de acordo com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, tem 60 anos ou mais, é de 20.590.599 milhões, ou seja, aproximadamente 10,8 % da população total (IBGE, 2016).

Com o aumento da expectativa de vida, a saúde pública tem encontrado como um dos seus maiores desafios, a promoção da qualidade de vida dos indivíduos em envelhecimento. Visto que o sistema de saúde brasileiro tradicionalmente está organizado para atender à saúde materno-infantil e não tem considerado o envelhecimento como uma de suas maiores prioridades (MALTA et al., 2015).

Uma importante consequência do aumento do número de pessoas idosas em uma população é que esses indivíduos provavelmente apresentarão um maior número de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como a hipertensão arterial, o diabetes, o colesterol (principal fator de risco para as cardiovasculares) e a depressão. Tais doenças apresentam maior prevalência, comprometendo a funcionalidade dos idosos (BRASIL, 2014).

A Pesquisa Nacional de Saúde mais recente, de 2013, identificou que 11,2 milhões de brasileiros sofrem de depressão tornando-se o país com maior prevalência da América Latina e o segundo com maior prevalência nas Américas. De acordo com dados do IBGE a depressão é mais grave a partir dos 60 anos liderando o ranking com 11,1% dos indivíduos diagnosticados (IBGE, 2013).

Os sintomas depressivos e o declínio no desempenho cognitivo são mais prevalentes entre esta população. Este pode afetar de forma direta os subsistemas fisiológicos, e em conjunto com idade, gênero, renda, escolaridade, ambiente físico e social, condições de saúde e história de vida, doenças associadas e polifarmácia, ocasionam mudanças no comportamento ou na personalidade, além do prejuízo no desenvolvimento psicossocial, implicando em perda da independência e autonomia,

levando a inatividade física e isolamento social e, como consequência afetando a qualidade de vida. (MACÊDO et al., 2012; PAULA et al., 2013).

Conforme Guimarães, Custódio e Filho (2016) a população idosa apresenta maior vulnerabilidade para problemas de saúde, destacando-se a depressão, que constitui uma síndrome psiquiátrica multifatorial, com sintomas psicológicos, comportamentais e físicos. As causas de depressão na terceira idade configuram-se dentro de um conjunto amplo de fatores como idade avançada, sexo feminino, luto, abandono por parte de familiares, perda de companheira ou companheiro, disfunção cognitiva, redução no estado funcional, doenças crônico-degenerativas, condições sociais precárias, polifarmácia, aposentadoria com redução de ganhos e entre outros (BARBOSA; TEIXEIRA, 2013).

Sentir-se triste durante um período longo não é natural, a presença de humor predominantemente depressivo e/ou irritável, diminuição da capacidade de sentir prazer ou alegria, sensação subjetiva de cansaço e/ou fadiga, acompanhados de alterações do sono e apetite, desinteresse, pessimismo, sentimento de inutilidade ou culpa, pensamento sobre morte e suicídio. A presença de tais fatores evidencia o surgimento da doença, o que é comum no público idoso, por muitas vezes, perderem a independência que tinham anteriormente. (BARATA; DINIZ, 2014; LIMA et al., 2016).

A depressão no idoso não pode ser encarada como algo normal, inerente à idade, ou até mesmo ser confundida ao estado de tristeza comum e normal a muitas pessoas em determinadas fases da vida. Apesar de sua relevância clínica, frequentemente, os sintomas depressivos são tratados como manifestações normais decorrentes do processo do envelhecimento, sendo pouco verificadas e valorizadas por parte dos profissionais de saúde.

Diante do exposto, ressalta-se, a importância dos profissionais de enfermagem que atuam na atenção primária à saúde promoverem ações terapêuticas voltadas para identificar e auxiliar na recuperação dos gerontes, vislumbrando a reabilitação de suas capacidades físicas e mentais, especialmente, no que tange ao resgate da independência, autonomia e autoestima do idoso, respeitando suas limitações, assim como às suas relações familiares e os seus direitos de cidadania.

Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) se configura como importante espaço de assistência ao indivíduo, sendo esta responsável pelo acolhimento, tratamento e promoção da saúde das pessoas que vivenciam a velhice.

A partir disso, torna-se evidente a necessidade do enfermeiro e sua equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) buscarem conhecimentos e habilidades específicas para realizar suas ações nas áreas de geriatria e gerontologia, como forma de possibilitar a detecção e identificação adequada do agravo e fatores de risco relacionados ao declínio cognitivo e sintomatologia depressiva e doenças em geral (AGUIAR; SANTOS, 2014; SILVA et al., 2014; WITT et al., 2014).

Partindo desse pressuposto surgiu a seguinte questão norteadora: “Qual o perfil de idosos acompanhados na atenção primária do município de Ouricuri Pernambuco que apresentam declínio no desempenho cognitivo e sintomatologia depressiva?”

Após revisão minuciosa da literatura, tornou-se evidente que estudos brasileiros referentes à avaliação da capacidade cognitiva e sintomatologia depressiva em idosos na ESF ainda se apresentam como insuficientes, sendo de extrema necessidade a construção de novos estudos que possibilitem uma melhor compreensão sobre a temática, para que possam ser utilizados como subsídio pelos profissionais de enfermagem que atuam com esse público e para o processo de formação daqueles que ainda estão na graduação propiciando a construção de novos conhecimentos.

O que faz deste tema relevante é a aplicação de escalas validadas em idosos para possível detecção de decaimento cognitivo e episódios depressivos, no sentido de prevenir e preservar a integridade física, psicológica e social destes, promovendo, desta forma, uma melhor qualidade de vida aos idosos atendidos nas Unidades de Saúde da Família.

Destarte, espera-se que o estudo corrobore a formulação de estratégias que visem melhorar a saúde dessa população, garantindo maior independência e autonomia. Acredita-se também que com o avançar da enfermagem baseada em evidência, o estudo possa nortear os enfermeiros e demais profissionais para uma assistência holística e integral à pessoa idosa na busca de garantir maior qualidade de vida. Além de diminuir o impacto financeiro para o paciente/família e setor saúde.

Assim, objetivou-se com esta pesquisa avaliar a sintomatologia depressiva e funcionalidade cognitiva dos idosos acompanhados na Atenção Primária à Saúde do município de Ouricuri Pernambuco.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada no domicílio dos idosos acompanhados nas Estratégias Saúde da Família da zona urbana do município de Ouricuri-Pernambuco.

O município conta com 26 Equipes de Saúde da Família cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), onde 13 estão situadas na zona urbana e 13 na zona rural da cidade.

A cidade de Ouricuri está localizada na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião do Araripe do Estado de Pernambuco, a 625 km da capital Recife. O município é, economicamente, um dos mais importantes da região, o seu desenvolvimento decorreu em face da agropecuária, comércio, atividades religiosas e por estar situada no Pólo Gesseiro de Pernambuco, oferecendo apoio para mais de 10 municípios circunvizinhos (OURICURI, 2017).

A população foi composta por idosos cadastrados e acompanhados nas Estratégias Saúde da Família da zona urbana do município. A amostra constituiu-se pelos pacientes que atenderam aos critérios de inclusão do estudo: ter idade igual ou superior a 60 (sessenta anos) e serem acompanhados na ESF. Foram excluídos da pesquisa os idosos que apresentaram deficiência visual e/ou auditiva graves não corrigidas, estágios avançados de distúrbios cognitivos avaliados por meio da aplicação do MEEM e/ou doenças mentais que impediram o entendimento e execução dos procedimentos em teste, como também os idosos que já tinham o diagnóstico confirmado de depressão e os que não se encontraram na residência em duas idas seguidas da pesquisadora.

O tamanho da amostra foi calculado tendo por base estimativa uma prevalência de depressão nessa população de 16,3 (AGUIAR et al., 2014). Considerou-se um nível de confiança 95% e margem de erro 5%, perfazendo um quantitativo mínimo de 188 idosos, sendo esse número definido através de uma técnica de amostragem para a população finita, atingindo com êxito a amostra estabelecida.

Anteriormente à coleta de dados, realizou-se uma verificação e adequação do tipo do método escolhido através de um pré-teste aplicado em 5% da amostra de idosos calculada, com intuito de avaliar a precisão do método escolhido para o alcance dos objetivos mencionados na pesquisa, correspondendo a nove idosos (MINAYO, 2010).

Foram excluídos 14 idosos da amostra, onde quatro tinham o diagnóstico confirmado de depressão, dois com alterações visuais e/ou auditivas graves, três com estágios avançados de distúrbios cognitivos avaliados por meio da aplicação do MEEM apresentando escores muito abaixo dos postos de corte, um com doença de Alzheimer em estágio avançado o que impedia o entendimento e execução dos procedimentos em teste, dois que não se encontraram na residência em duas idas seguidas da pesquisadora e dois que se recusaram a participar do estudo.

O presente estudo passou por três momentos distintos no tratamento estatístico. O primeiro relativo à descrição dos dados sociodemográficos e clínicos dos idosos a partir de um questionário adaptado com base no estudo de Pilger, Menon e Mathias (2011), no segundo momento avaliou-se o nível cognitivo, por meio do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) validado e adaptado por Bertolucci et al. (1994) e por fim aplicou-se a Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15) na versão brasileira reduzida e validada por Almeida e Almeida (1999). Após realização das três etapas citadas os dados foram interpretados e agrupados.

As variáveis do estudo foram definidas conforme as informações sociodemográficas e clínicas dos idosos, bem como o MEEM e a EDG-15. As variáveis dependentes pesquisadas foram:

- Declínio cognitivo: foi utilizado o teste do MEEM.
- Sintomatologia depressiva: foi instrumento de avaliação utilizado foi a Escala de Depressão Geriátrica (EDG-15).

O ponto de corte igual ou variáveis independentes foram: sexo, faixa etária, cor da pele, profissão, ocupação, estado civil, escolaridade, renda familiar mensal, hipertensão arterial (sim/não), diabetes mellitus (sim/ não), artrite/artrose (sim/não), doenças cardiovasculares (sim/não), doenças do trato respiratório (sim/não), gastrite (sim/não), dislipidemia (sim/não), neoplasias (sim/não), doenças renais (sim/não), medicamento em uso (sim/não), sem doença (sim/não).

Os dados foram compilados, adotando-se o software Excel 2010 for Windows e em seguida realizou-se a investigação da associação das variáveis utilizando o programa IBM SPSS Statistics 23.0. As variáveis numéricas foram apresentadas em medidas de tendência central e de dispersão e as variáveis nominais foram analisadas por meio da frequência absoluta e percentual de incidência na população em estudo. Para a análise de associação foram aplicados testes não-paramétricos Qui-Quadrado de Pearson e Fisher. Os dados foram analisados,

tomando por base as variáveis de interesse para o estudo organizados em quadros, tabelas e/ou gráficos, sendo sua discussão realizada por meio da utilização de literatura científica pertinente relacionada à temática.

O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde- CEPAS via plataforma Brasil. Obteve-se da Secretaria de Saúde de Ouricuri-PE um termo de autorização para a realização da pesquisa de forma legítima.

RESULTADOS

Constatou-se que as mulheres se apresentaram em maior número, perfazendo um total de 60,3%. Na distribuição por faixa etária observou-se maior prevalência de idade entre 60 a 69 anos e a cor parda a mais evidenciada (56,3%). A maioria dos idosos eram agricultores (80,5%), aposentados (56,3%) e casados (57,5%). No tocante à escolaridade verificou-se que 64,9% dos idosos não eram alfabetizados e, analisando-se a renda familiar, 52,9% apresentavam renda de 1 a 2 salários mínimos.

TABELA 1 – Distribuição das variáveis sociodemográficas dos idosos acompanhados nas ESF. Ouricuri – PE, 2019. (n=174)

Variável	N	%
Sexo		
Feminino	105	60,3
Masculino	69	39,7
Naturalidade		
Ouricuri	65	37,4
Bodocó	20	14,1
Parnamirim	11	7,7
Exu	8	14,6
Araripina	5	3,5
Cor		
Parda	98	56,3
Branca	41	23,6
Negra	20	11,5
Amarela	15	8,6
Profissão		
Agricultor	140	80,5
Doméstica	22	12,6
Pedreiro	5	2,9

Professor	3	1,7
Empresário	2	1,1
Ocupação		
Aposentado	159	91,4
Autônomo	10	5,7
Estado Civil		
Casado	100	57,5
Viúvo	57	32,8
Divorciado/Separado	11	6,3
Solteiro	4	2,3
União consensual	2	1,1
Escolaridade		
Sem escolaridade	113	64,9
1 a 4 anos	46	26,4
5 a 8 anos	11	6,3
9 anos ou mais	4	2,3
Renda		
< 1 Salário Mínimo	82	47,1
1 – 2 Salários Mínimos	92	52,9
Total		100,0
Idade		
60 a 69	87	50
70 a 79	68	39,08
80 a 89	17	9,77
≥ 90	2	1,14
Média padrão	Mediana	Moda
70,78		7,210
67		69,50

*Outros: Agente Comunitário de Saúde, carpinteiro, dependente de terceiros, auxílios assistenciais.

Fonte: dados da pesquisa (2019)

A hipertensão arterial sistêmica foi o agravo mais frequentemente relatado pelos entrevistados (55,7%) e constatou-se, também que a 72,4% da amostra fazia uso de medicamentos. No que concerne à aplicação do MEEM verificou-se que 18,4% da amostra estudada apresentou declínio cognitivo.

No tocante a presença de sintomatologia depressiva, observou-se que 55,7% dos idosos apresentaram ponto de corte igual ou superior 5 e/ou 6, constatando-se presença de sinais de depressão.

Constatou-se que as mulheres apresentam um maior percentual (62,9%) de sinais de depressão. Assim como os idosos de cor (54,6%), ocupação agricultor

(81,4%), pensionistas (89,7%) e casados (54,6%). Verificou-se também que os idosos sem escolaridade e com menos de 1 ano de escolaridade (67%), os que possuem renda de 1 a 2 salários mínimos (52,6%) e com idade entre 60 a 69 (45,3%) apresentaram sintomatologia depressiva. Entretanto, não foi encontrado significância estatística entre as variáveis ($p>0,05$).

TABELA 2 - Análise univariada dos sintomas depressivos, segundo as variáveis sociodemográficas dos idosos. Ouricuri – PE, 2017. (n=97).

Variável	Sinais de depressão (n/ %)	*p-valor
Sexo		
Homens	36/ 37,1%	0,270
Mulheres	61/ 62,9%	
Cor		
Branco	21/ 21,6%	0,600
Pardo	53/ 54,6%	
Negro	13/ 13,4%	
Amarelo	10/ 10,3%	
Profissão		
Agricultor	79/ 81,4%	0,551
Doméstica	13/ 13,4%	
Ocupação		
Aposentado	87/ 89,7%	0,124
Autônomo	5/ 5,2%	
Estado Civil		
Casado	53/ 54,6%	0,420
Viúvo	35/ 32,1%	
Divorciado/Separado	7/ 7,2%	
Solteiro	2/ 2,1%	
Escolaridade		
Sem escolaridade	65/ 67%	0,597
1 a 4 anos	26/ 26,8%	
5 a 8 anos	4/ 4,1%	
9 anos ou mais	2/ 2,1%	
Renda		
< 1 Salário Mínimo	46/ 47,4%	0,526
1 – 2 Salários Mínimos	51/ 52,6%	
Idade		

60 a 69	44/ 45,3%	0,488
70 a 79	41/ 42,2%	
80 a 89	10/10,3%	
≥ 90	2/ 2,02%	

*p-valor: Qui quadrado e teste exato de Fisher

*Outros: Pedreiro, Professor, Empresário, Agente Comunitário de Saúde, Carpinteiro, União Consensual, dependente de terceiros, auxílios assistenciais.

FONTE: Dados do pesquisador (2019)

No cruzamento entre os sintomas depressivos e as variáveis sexo e renda o erro do valor de Qui quadrado é alto devido à tabela de contingência ser 2x2, portanto utilizou-se o teste exato de Fisher.

Quando relacionado os idosos que apresentaram sintomas depressivos com declínio cognitivo constatou-se um percentual de 20,6%.

No que concerne à aplicação dos testes não paramétricos Qui-Quadrado e Fisher não foram constatado significância estatística $<0,05$ entre associação das características sociodemográficas e clínicas e a relação entre sintomatologia depressiva e limitação funcional associada. Tal fato evidencia que os desvios não são significativos, as variáveis estudadas são independentes e a associação entre estas é devida ao acaso.

DISCUSSÃO

A prevalência de quadros depressivos entre os idosos que compuseram a amostra foi estimada em 55,7%, considerando o ponto de corte 5/6 que se mostrou adequado. Foram observadas importantes associações da sintomatologia depressiva com as variáveis sociodemográficas e clínicas.

Quanto às variáveis sociodemográficas, no que concerne à variável “sexo”, a pesquisa aponta que as mulheres apresentaram-se em maior número (62,8%). Afirmam Cohen; Paskulin; Prieb (2015) que os fatores que contribuem para o fenômeno da feminilização do envelhecimento devem-se aos efeitos da mortalidade diferencial por sexo, evidenciando-se o masculino e, conseqüentemente, a maior longevidade expressa no sexo feminino.

Em relação a variável cor, constatou-se maior percentual de pessoas idosas que se autodeclararam pardas (56,3%). Estudo realizado pelo IBGE revela que

os pardos possuem ancestralidades europeia, indígena e africana, variando as proporções de acordo com o indivíduo e a região. Além disso, o percentual de pardos é o que mais cresce na população brasileira e na região nordeste do país. O IBGE identificou que 84 milhões de brasileiros se autodeclararam pardos, o que faz desse grupo racial o segundo maior componente do povo brasileiro, atrás apenas dos brancos (IBGE, 2010).

Analisando-se a variável profissão, pode-se constatar que 80,5% dos idosos que residiam na zona urbana do Município de estudo eram agricultores. Tal fato pode ser justificado, pois, o grande percentual de idosos agricultores que nos dias atuais residem nos centros urbanos dar-se a grande evasão devido às mudanças na produção agropecuária, ao esgotamento das fronteiras agrícolas e ao processo de industrialização e modernização, como aumento do número de municípios que também contribuiu para o crescimento da população urbana em todo o país (IBGE, 2017).

Entretanto, atualmente esses idosos encontram-se aposentados (91,4%) e, 52,9% relataram possuir rendimento de 1 a 2 salários mínimos. Os resultados das variáveis econômicas são condizentes com a situação enfrentada pela maioria dos idosos no Brasil, isto é, possuem baixo poder aquisitivo, sendo que as aposentadorias e pensões constituem sua principal fonte de renda.

Güths et al. (2017) e Nogueira et al. (2014) trazem em suas pesquisas que o analfabetismo em idosos representa uma realidade nos países em desenvolvimento como o Brasil. Tal afirmação corrobora com a pesquisa elaborada que encontrou prevalência de 64,9% de idosos com baixa escolaridade. Justifica-se a isso que os atuais idosos viveram a infância numa época em que o ensino não era prioridade, atestando a pouca prioridade das gerações passadas brasileiras com a educação.

Avaliando informações referentes ao estado civil, 57,5% dos participantes da pesquisa eram casados e 32,8% viúvos. Tal achado na pesquisa é explicado pelos autores Gomes et al. (2013) quando enfatizam que o aumento da expectativa de vida junto com a diminuição da mortalidade na terceira idade possibilita aos indivíduos manterem seus relacionamentos conjugais. Outro fator que também pode estar diretamente ligado é o fato dos idosos viúvos e divorciadas se casarem novamente.

Quanto à variável idade, observou-se maior proporção de idosos com idades entre 60 e 69 anos (50%). O IBGE traz um dado que corrobora com o encontrado no presente estudo; o grupo das pessoas entre 60 e 70 anos teve o maior

crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez anos, em relação ao total da população idosa. A longevidade vem contribuindo progressivamente para o aumento desses idosos na população brasileira (IBGE, 2017).

Concomitante ao aumento do número de idosos tem-se o aparecimento das DCNT's, como é o caso da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), que neste estudo teve uma prevalência de 55,7%. Mendes e Moraes (2014) explicam que o envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo que causa diversas alterações no organismo, sejam elas de ordem morfológica, psicológica, funcional ou biológica, levando à diminuição da capacidade funcional e ao desenvolvimento das DCNT's, com destaque para a HAS, que é uma das mais prevalentes entre os idosos, sendo superior a 60% nesta faixa etária.

A HAS é um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Definida como a manutenção de níveis de pressão arterial acima de 140/90 mmHg está relacionada a fatores intrínsecos, como hereditariedade, sexo, idade e raça e a fatores extrínsecos, como tabagismo, sedentarismo, obesidade, estresse e dislipidemia. Além disso, há aumento do risco de morbidades na população idosa, como infarto agudo do miocárdio, acidente vascular encefálico e insuficiência renal crônica (MADEIRA et al., 2013; MENDES; MORAES, 2014).

Atrelado às DCNT's a maioria dos idosos fazem uso de medicamentos para controle destas. Logo, constatou-se nesta pesquisa que 72,4% dos idosos utilizam pelo menos um medicamento. Nesse sentido, faz-se necessário mediante o conhecimento da realidade dos idosos do Brasil, na área de abrangência das equipes de ESF, estabelecer com esses pacientes uma propedêutica onde se considere o uso racional de medicamentos, a fim de diminuir o risco de efeitos colaterais intoleráveis e permitir uma monitorização mais adequada da resposta terapêutica.

Concernente à avaliação do desempenho cognitivo na terceira idade, encontrou-se que 18,4% da amostra apresentou qualquer tipo de declínio. Ressalta-se que o envelhecimento pode ocasionar alterações nas funções cognitivas, como a diminuição da atenção e da velocidade do processamento de informação. Entretanto, a participação e engajamento em atividades sociais permitem ao idoso desenvolver múltiplos papéis, permitindo um estilo de vida ativo a fim de favorecer a proteção das funções cognitivas, mantendo a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas que vivenciam a velhice, o que pode justificar a baixa prevalência das alterações destas funções nos idosos (SPOSITO; NERI; YASSUDA, 2016; NESPOLLO et al., 2017).

Ao avaliar a sintomatologia depressiva por meio da escala EDG-15, encontrou-se uma prevalência de 62,9% desses sintomas no sexo feminino. Justifica-se que paralelo a maior sobrevivência feminina, evidencia-se também um maior número de morbidades; mulheres envelhecem com taxas mais altas de doenças crônicas, incapacidade física, déficit cognitivo, estresse crônico, consumo de medicamentos, quedas e hospitalização tornando-as mais propensas a depressão.

Este achado também pode estar relacionado a fatores como alterações hormonais relacionadas ao climatério, diversos aspectos contribuem para a manifestação de sintomas depressivos, como a diminuição da autoestima, a irritabilidade, a redução da concentração, da memória e da libido. Esses sintomas podem representar uma expressão afetiva relacionada a esse momento, quando é comum a saída dos filhos de casa, a aposentadoria, o desgaste do relacionamento conjugal, além das transformações físicas, quando a mulher percebe a perda da juventude (FERREIRA; TAVARES, 2013).

Além disso, maior identificação de sintomas depressivos nas mulheres idosas está relacionado a estas apresentarem um perfil de cuidadoras devido à maternidade e, estabelecem maior interface com os serviços de saúde, tornando sua participação efetiva em programas preventivos e educacionais desenvolvidas por centros de convivência, o que possibilita uma maior percepção para com a própria saúde, assim como maior conhecimento acerca de sintomas físicos e psíquicos. Ao envelhecer conseguem perceber mais suas necessidades e, em consequência, maior procura e utilização dos serviços de saúde (BARATA; DINIZ, 2014).

Os efeitos da cor/raça no surgimento da depressão na população idosa brasileira ainda apresentam divergências entre os estudos. De acordo com Oliveira; Thomaz; Silva (2014) o surgimento de doenças crônicas tais como a depressão não pode ser atribuída diretamente à cor/raça, existe ainda outros fatores como os socioeconômicos entre os indivíduos que também devem ser avaliados.

Corroborando com os autores citados, esclarece-se que não foi constatado significância estatística entre raça/cor e os sintomas depressivos, apesar de ser encontrada uma prevalência de 54,6% de idosos da cor parda que apresentaram esses sintomas.

Por outro lado, Smolen; Araújo (2016) evidenciam que a questão racial é um fator altamente condicionante para os estados de saúde, sendo que os negros e em seguida os pardos sistematicamente estão em posição muito desvantajosa

comparativamente aos brancos, tornando-se indicadores importantes de baixo nível socioeconômico e estão associadas a uma saúde deficiente e elevados riscos de morbimortalidade, o que contribui indireta e diretamente para o diagnóstico da síndrome depressiva.

Ferreira; Tavares (2013) trazem que fatores como baixa escolaridade, piores condições de vida e trabalho, propriedades de médio porte e com menos tecnologia, contato social reduzido e solidão, são alguns fatores que estão associados à depressão na população idosa que advêm da agricultura. Tais achados vão ao encontro dos resultados desta pesquisa no que concerne a prevalência de idosos agricultores (81,4%) com predisposição para a depressão.

Ainda conforme os autores citados, existem também alta suspeita, embora ainda sem comprovação, de que a exposição prolongada e em pequena quantidade a agrotóxicos ao longo da vida possa inclinar tal população à ocorrência de transtornos mentais, porém ainda são necessárias novas pesquisas.

No que diz respeito à ocupação e o surgimento de episódios depressivos, a variável aposentadoria se sobressaiu com uma prevalência significativa de 89,7%. Neste contexto da aposentadoria surge o verdadeiro problema do aposentado, angústia, marginalização e, muitas vezes, o isolamento social o torna mais propenso ao desenvolvimento da depressão. Aliado a esses fatores da aposentadoria, o idoso também enfrenta uma queda do nível de renda que, por sua vez, afeta a qualidade de vida bem como a saúde (SANTIAGO; HOLANDA, 2013; GONZÁLEZ et al., 2016).

Nesta conjuntura, foi identificada maior frequência de sintomatologia depressiva entre idosos casados (54,6%). Este resultado vem em oposição a outros estudos, os quais apontam uma maior frequência de sintomas depressivos nos indivíduos viúvos e os que vivem sem companheiro, enfatizando a hipótese de que os “sós”, talvez, queixem-se mais frequentemente de episódios depressivos e que estas queixas estejam associadas à sua solidão. Diante disso, nota-se a escassez e a necessidade de pesquisas que evidenciem a prevalência de depressão nos idosos casados (MADEIRA et al., 2013; COHEN; PASKULIN; PRIEB, 2015; LIMA et al., 2016).

Ao relacionar sintomas depressivos com o nível educacional, Nogueira et al. (2014) e Ramos et al. (2015) trazem a escolaridade como fator de risco para a depressão. Tal fato pode justificar os achados desse estudo, que encontrou prevalência de 67% para sintomas depressivos n'aqueles idosos sem nível de

escolaridade. No entanto, não se pode inferir significância estatística entre tais variáveis. Nesse mesmo sentido, tem-se a variável renda, em que 52,6% dos idosos com o sintomas relataram receber de 1 a 2 salários mínimos, todavia, sem significância estatística. Entretanto, sabe-se que tanto a escolaridade quanto o nível econômico são importantes marcadores socioeconômicos.

Mediante a tal fato não se pode concluir que essas variáveis estão diretamente ligadas, os autores Rabelo; Neri (2015) indagam que se deve levar em consideração o fato de que a riqueza e o estado de felicidade são conceitos relativos. Ter uma renda elevada não significa, necessariamente, viver em um ambiente sem pressão ou estresse. Essas dificuldades são vivenciadas de modo individual, de acordo com a história de vida de cada indivíduo, podendo favorecer um estado de desesperança que tem como efeito imediato a redução da capacidade para lidar com situações estressoras e frustrantes de maneira adequada.

De encontro aos autores citados anteriormente, Lima et al. (2016) relatam que a pobreza pode ser um determinante na explicação do aumento dos índices de depressão na terceira idade bem como em outras faixas etárias mais jovens, pois eles estão associados a condições sociais como desemprego, baixo nível de instrução, baixa qualidade de moradia e alimentação inadequada, interferindo na própria autonomia, manutenção e recuperação da saúde e como consequência desencadear a síndrome depressiva.

Ao analisar sintomas depressivos e a variável idade, percebe-se que os idosos desse estudo com idade entre 60 e 69 anos apresentaram alta prevalência desses sintomas (45,3%), corroborando com o que foi encontrado, acredita-se que vários fatores biológicos, psicológicos e sociais atuando concomitantemente, levem à doença, entretanto, não existe consenso de maior evidência na literatura sobre a faixa etária de maior prevalência, mas quando comparado ao adulto jovem, o risco da doença chegar depois dos 60 anos é maior (BORGES; DALMOLIN, 2012).

Destaca-se que as faixas etárias de idosos “mais jovens” (60 a 69 anos) predominam em todo o país. Este fato reforça a urgência da implementação das políticas públicas relacionadas ao idoso na medida em que a expectativa de vida aumenta e, que essa vivência deve estar acompanhada de qualidade de vida.

Todavia, Almeida et al. (2015) e Borges; Dalmolin (2012) trazem outra vertente em suas pesquisas; o predomínio do “velho-jovem”, ou seja, idosos com média de idade de 70,7 anos apresentando alta frequência para sintomas

depressivos. Assim, Testoni; Carreirai; Marconi, (2014) e González et al. (2016) também trazem que o aumento da idade é importante fator para a depressão. Tal fato pode ser explicado pela vivência de diferentes episódios psicossociais, que muitas vezes acompanha um sentimento de desesperança podendo ser alimentado pela ocorrência de prejuízos à funcionalidade, podendo ser um aspecto relevante entre o grupo de idosos mais jovens, que, em geral, estão mais ativos e envolvidos em mais funções familiares e sociais que os mais velhos.

Borges et al. (2013) e Aguiar et al. (2014) levantam a hipótese de que alterações de sono ou na motivação para a realização de atividades, morte de parentes e amigos, término de relações conjugais, falta de objetivos, perda de autonomia e diminuição da habilidade de sentir prazer, insatisfação com a vida, autoestima baixa, desesperança, tristeza, insegurança e, conseqüentemente, aumento da dependência, preocupação excessiva com o futuro, sensação que pode estar relacionada com a proximidade da morte, conduz a sentimentos de desamparo bem como à maior exposição às doenças crônicas, como a depressão.

Lima et al. (2016) apontam que os sintomas depressivos são um importante fator de risco para o desencadeamento das doenças crônicas, aumentando a vulnerabilidade do idoso e os deixando mais expostos a essas comorbidades, e a que se apresenta mais comum entre eles é a hipertensão. De um modo geral, idosos diagnosticados com HAS apresentam relativo grau de dependência e evidência de sintomas depressivos.

Corroborando com os relatos acima, na associação do idosos, que apresentaram sintomas depressivos, com a variável clínica hipertensão, constatou-se um percentual de 55,7%. A associação de sintomas depressivos com incidência de HAS ainda é controversa. Acredita-se que mecanismos relacionados com a hiperatividade do sistema nervoso simpático e influências genéticas possa ser a base fisiopatológica da associação entre depressão e HAS, como também os mecanismos comportamentais de estilos de vida não saudáveis, como má alimentação, uso do tabaco e não realização de atividades físicas. (BARATA; DINIZ, 2014).

Idosos deprimidos hipertensos colaboram menos com os tratamentos devido à falta de energia e de iniciativa, da desesperança e do déficit cognitivo associado aos sintomas depressivos que estão intimamente ligados atuando de forma direta para o surgimento da hipertensão (NÓBREGA et al., 2015). Destaca-se que os achados deste estudo, independentemente de tal associação, direcionam para a

necessidade de pesquisas que visem à detecção precoce de casos de depressão em idosos hipertensos com o intuito de prevenção das complicações e adesão terapêutica.

Quando relacionado o uso de medicamentos com à sintomatologia depressiva obteve-se prevalência de 73,2%. No Brasil, estudos populacionais sobre o consumo de fármacos evidenciam o uso crescente com a idade acima de 60 anos mediante que, as DCNT, hipertensão, diabetes mellitus e depressão lideram as causas de morbimortalidade em indivíduos idosos.

Os achados do presente estudo corroboram com o perfil epidemiológico das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) com ênfase para sintomatologia depressiva desencadeando a depressão, que cresce com valores significativos entre os idosos e é evidenciada por fatores sociais e psicológicos, exercendo impacto no padrão de uso dos medicamentos, tais como o fato de viverem sozinhos, sentimentos de solidão, queixa de insônia, ansiedade e estados de confusão mental, que têm sido associados a um consumo aumentado de fármacos (BARRETO, 2015; ALMEIDA et al 2015).

Analisando o declínio no desempenho cognitivo referente à presença de sintomas depressivos, encontrou-se prevalência de 20,6%. A partir desta perspectiva, a identificação de limitações funcionais, cognitivas e sintomatologia depressiva em idosos são essenciais para manter a capacidade física, psicológica e social destes, visto que são elementos importantes para a atenção integral e integrada a esta população (SPOSITO; NERI; YASSUDA, 2016).

Embora neste trabalho estejam apresentados os resultados do MEEM e este instrumento tenha sido utilizado com a finalidade de rastreio para declínio cognitivo e sua associação com sintomas depressivos, a discussão dos achados é importante na medida em que os estudos realizados no Brasil fazem uso do teste extensivamente, porém, com resultados ainda contraditórios devido a não existência de uma versão padronizada.

A sintomatologia depressiva é um importante componente na avaliação global do idoso. Uma característica da depressão em idosos é que, com frequência, ela surge em um contexto de associação com características sociodemográficas e clínicas. No entanto, os resultados da literatura divergem em relação à prevalência de deprimidos e nos resultados das médias obtidas por idosos em amostras analisadas em diferentes contextos, como é o caso do presente estudo, que não foi possível inferir

associações estatísticas significativas (p -valor $<0,05$) de sintomas depressivos com as variáveis sociodemográficas, clínicas e com o MEEM.

Tais achados corroboram com os estudos de Cohen; Paskulin; Prieb (2015), Ramos et al (2015) e Borges; Dalmolin (2012) que também não encontraram associação entre sintomatologia depressiva em idosos e variáveis sociodemográficas e clínicas investigadas. Apesar das associações não terem sido significativas, essas variáveis são descritas na literatura brasileira como fatores de risco para depressão em idosos.

Este estudo apresenta algumas limitações referentes à comparação e discussão dos achados, uma vez que poucos estudos nacionais fazem uma avaliação sistematizada do desempenho cognitivo na população idosa e a correlacionam com o surgimento da depressão. Destarte, demonstram a necessidade de novos estudos que discutam a temática.

CONCLUSÃO

A depressão constitui uma síndrome psiquiátrica multifatorial que envolve sintomas psicológicos, comportamentais e físicos. Pode-se afirmar que essa patologia consiste em uma alteração emocional que eleva o índice de morbidade e mortalidade entre a população idosa.

Neste estudo, a presença de sintomas depressivos foi mais prevalente nas mulheres idosas, com faixa etária entre 60 e 69 anos, agricultores, pensionistas, baixa renda e com baixo nível educacional. Os resultados reforçam importância em conhecer melhor as especificidades dos sintomas da depressão na população idosa, especialmente a associação com morbidades como a hipertensão e uso de medicamentos que apresentaram percentuais significativos.

Devido às repercussões da depressão para a saúde e qualidade de vida do idoso, é fundamental que os profissionais enfermeiros estejam atentos as suas várias formas de manifestações e saibam manejar os instrumentos que permitem à identificação precoce de doenças e agravos a saúde dos idosos, família e comunidade, como a EDG-15 que possibilita o rastreio de sintomas depressivos, com vistas a alcançar o prognóstico para a depressão a fim de realizar uma abordagem diagnóstica adequada e o melhor tratamento, diminuindo os agravos que essa doença condiciona.

O estudo encontrou limitações no que se refere ao tamanho da amostra, reduzindo a possibilidade de encontrar resultados significativos nas associações das variáveis dependentes e independentes. Mediante a isto, novos estudos são desejáveis para essa área do conhecimento, com amostras maiores buscando novas associações que permitam intervenções precoces e mais efetivas sobre a saúde mental dos idosos.

Faz-se essencial ampliar e aprofundar pesquisas que englobam o idoso, principalmente em relação à depressão. Pesquisas que envolvem a saúde desta clientela é um vasto campo para a produção de conhecimentos e, contribui para estimular a participação desses sujeitos não apenas como usuários do serviço, mas como cidadãos ativos nas práticas que instiguem a busca pelos seus direitos e sua autonomia vislumbrando sempre a melhor qualidade de vida e independência nas atividades diárias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ludimila Santos; SANTOS, Walquiria Lene dos. LS. **Conhecimento dos enfermeiros quanto ao tratamento da depressão na terceira idade**. 2014. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Centro de Ciência e Educação, facesa-Faculdade de Ciências e Tecnologia Sena Aires, Valparaíso-Go, 2014.

AGUIAR, Avelino Maciel Alves; MARQUES, Ana Paula de Oliveira; SILVA, Elisângela Campos; COSTA, Tadeu Rodrigues; RAMOS, Roberta de Souza PEREIRA da Silva; LEAL, Márcia Carréra Campos. Prevalência e determinantes de sintomatologia depressiva em idosos assistidos em serviço ambulatorial. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v.17, n.4, p. 853-866, 2014.

ALMEIDA, Maria Aparecida Souza Oliveira; LEMES, Alisséia Guimarães; NASCIMENTO, Vagner Ferreira; FONSECA, Paula Isabella Marujo Nunes; ROCHA, Elias Marcelino; LIBA, Ykaro Hariel Alves de Oliveira; VOLPATO, Rosa Jacinto; CARDOSO, Tayane Próspero. Fatores de risco associados à depressão em idosos no interior de Mato Grosso. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.39, n.3, p.627-641 jul./set. 2015.

BARATA, Julyana Cristina Cirqueira; DINIZ, José Adailton Rolland. Associação da Depressão com doenças clínicas prevalentes na terceira idade: O papel da assistência de enfermagem. **J Manag Prim Health Care**, São Paulo, v. 2, n. 5, p.230-241, Jun, 2014.

BARBOSA, Jacquelline Rodrigues; TEIXEIRA, Adalgisa Regina. **Depressão em Idosos**: Revisão Bibliográfica no Banco de Dados Internacional. O portal dos psicólogos. 2013

- BARRETO, Mayckel da Silva; CARREIRA, Lígia; MARCON, Sonia Silva. Envelhecimento populacional e doenças crônicas: Reflexões sobre os desafios para o Sistema de Saúde Pública. **Revista Kairós Gerontologia**, v.18, n.1, p.325-339, Jan/Mar, 2015.
- BERTOLUCCI, Paulo Henrique Ferreira; BRUCKI, Sônia Maria Dozzi; CAMPACCI, Sandra Regina; JULIANO, Yara. O mini exame do estado mental em uma população geral. Impacto da escolaridade. **Arq Neuropsiquiatr**. v. 52, p.1-7, Mar, 1994.
- BORGES, Lucélia Justino; BENEDETTI, Tânia R Bertoldo; XAVIER, André Junqueira; ORSI, Eleonora. Fatores associados aos sintomas depressivos em idosos: estudo EpiFloripa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.47, n.4, p. 701-710, 2013.
- BORGES, Daniela Teixeira; DALMOLIN, Bernadete Maria. Depressão em Idosos de uma Comunidade assistida pela Estratégia de Saúde da Família em Passo Fundo, RS. **Rev bras med fam comunidade**. Florianópolis, v.7, n. 23, p.75-82, Abr/Jun,2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Pesquisa revela que 57,4 milhões de brasileiros têm doença crônica. 2014**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/12/pesquisa-revela-que-57-4-milhoes-de-brasileiros-tem-doenca-cronica> > Acesso em 20 de Abr. 2017.
- .Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Mono%20II%20ylki.pdf> > Acesso em: 27 de março de 2017.
- COHEN, Rachel; PASKULIN, Lisiane Manganelli Girardi; PRIEB, Rita Gigliola Gomes. Prevalência de sintomas depressivos entre idosos em um serviço de emergência. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**. Rio de Janeiro, v.18, n.2, p. 307-317. 2015.
- FERREIRA, Pollyana Cristina dos Santos; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Prevalência e fatores associados ao indicativo de depressão entre idosos residentes na zona rural. **Rev. esc. enferm. USP**. São Paulo, v.47, n .2, Abr. 2013.
- GOMES, Marília Miranda Forte; TURRA, Cássio M; FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno; DUARTE, Yeda A. O; LEBRÃO, Maria Lúcia. Associação entre mortalidade e estado marital: uma análise para idosos residentes no Município de São Paulo, Brasil, Estudo SABE, 2000 e 2006. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n.3, p. 566-578, Mar. 2013.
- GONZÁLEZ, Anne Christie Timm; IGNÁCIO, Zuleide Maria ; JORNADA, Luciano Kurtz; RÉUS, Gislaine Zilli; ABELAIRA, Helena Mendes ; SANTOS, Maria Augusta Bernardini; CERETTA, Luciane Bisognin; QUEVEDO, João Luciano. Transtornos depressivos e algumas comorbidades em idosos: um estudo de base populacional. **Rev. bras. geriatr. gerontol**. Rio de Janeiro, v.19, n.1 Jan./Feb. 2016.

GÜTHS, Jucélia Fátima da Silva; JACOB, Maria Helena Vianna Metello; SANTOS, Ana Maria Pujol Vieira; AROSSI, Guilherme Anziliero; BÉRIA, Jorge Umberto. Perfil sociodemográfico, aspectos familiares, percepção de saúde, capacidade funcional e depressão em idosos institucionalizados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p.175-185, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese das informações**.

Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260990&idtema=16&search=pernambuco|ouricuri|síntese-das-informacoes>> Acesso em 26 de Junho de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Ouricuri (PE)**. Disponível em: <

http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=260990> Acesso em 26 de Junho de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relações entre as Alterações Históricas na Dinâmica Demográfica Brasileira e os Impactos Decorrentes do Processo de Envelhecimento da População**. Disponível em: <

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/alteracoes_e_impactos/2016=default.shtm> Acesso em: 15 de maio de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013 **percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Disponível em: <

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/default_xls.shtm> Acesso em: 11 de outubro de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição Espacial da População Segundo Cor ou Raça – Pretos e Pardos**. Disponível em: <

<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/15963-distribuicao-espacial-da-populacao-segundo-cor-ou-raca-pretos-e-pardos.html>> Acesso em: 14 de novembro de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**. Disponível em: <

https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/espacos_rurais_e_urbanos/default.shtm> Acesso em: 27 de novembro de 2017.

LIMA, Ana Maraysa Peixoto; RAMOS, José Lucas Souza; BEZERRA, Italla Maria Pinheiro; ROCHA, Regina Petrola Bastos; BATISTA, Hermes Melo Teixeira; PINHEIRO, Woneska Rodrigues. Depressão em idosos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Santa Cruz do Sul, v.6, n. 2, p.97-103, 2016.

MACÊDO, Ana Macli Leite; CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; ALVARENGA, Márcia Regina Martins; FACCENDA, Odival; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. Avaliação funcional de idosos com déficit cognitivo. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.25, n.3, p.358-363, 2012.

MADEIRA, Thais Christina Sousa; AGUIAR, Maria Isis Freire, BERNARDES, Ariane Cristina Ferreira; ROLIM, Isaura Letícia Tavares Palmeira; Silva, Ruy Palhano; BRAGA, Violante Augusta Batista. Depressão em idosos hipertensos e diabéticos no contexto da Atenção Primária em Saúde. **Rev. APS**. v.16, n.4, p. 393-398 Out/Dez, 2013.

MALTA, Deborah Carvalho; STOPAI, Sheila Rizzato; SZWARCOWALD, Celia Landmann; GOMES, Nayara Lopes; JÚNIOR, Jarbas Barbosa Silva; REIS, Ademar Arthur Chioro. A vigilância e o monitoramento das principais doenças crônicas não transmissíveis no Brasil – Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 3-16, Fev/Jun. 2015.

MENDES, Gisele Soares; MORAES, Clayton Franco; GOMES, Lucy. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica em idosos no Brasil entre 2006 e 2010. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. Rio de Janeiro, v.9,n.32, p.273-278. Jul/Set. 2014.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 29ª Ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NESPOLLO, Alice Milani; MARCON, Samira Reschetti; LIMA, Nathalie Vilma Pollo; DIAS, Tatiane Lebre; ESPINOSA, Mariano Martínez. Condições de saúde e desempenho da memória: um estudo com idosas. **Rev Bras Enferm** .v. 70,n.3,p.640-6. 2017.

NÓBREGA, Isabelle Rayanne Alves Pimentel; LEAL, Márcia Carréra Campos; MARQUES, Ana Paula de Oliveira; VIEIRA, Júlia de Cássia Miguel. Fatores associados à depressão em idosos institucionalizados: revisão integrativa. **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v.39, n. 105, p.536-550, Abr/Jun, 2015.

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves; THOMAZ, Erika Barbara Abreu Fonseca; SILVA, Raimundo Antônio. Associação da cor/raça aos indicadores de saúde para idosos no Brasil: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, p. 1-15, Jul. 2014.

OURICURI. **Prefeitura Municipal de Ouricuri – PE**. Disponível em: História. < <http://www.ouricuri.pe.gov.br/novosite/dados-demograficos/> > Acesso em 26 de Junho de 2017.

PAULA, Ana Flávia Marostegan; RIBEIRO, Luciana Helena Martins; D'ELBOUX, Maria José; GUARIENTO, Maria Elena. Avaliação da capacidade funcional, cognição e sintomatologia depressiva em idosos atendidos em ambulatório de Geriatria. **Revista Brasileira Clínica Médica**, São Paulo, v.11, n.3, p. 212-218, Jul/Set, 2013.

PILGER, Calíope; MENON, Mario Humberto; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas. Características sociodemográficas e de saúde de idosos: contribuições para os serviços de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.19, n.5, Set/Out, 2011.

RABELO, Doris Firmino; NERI, Anita Liberalesso . Tipos de configuração familiar e condições de saúde física e psicológica em idosos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p. 874-884, Abr, 2015.

RAMOS, Gizele Carmem Fagundes; CARNEIRO, Jair Almeida; BARBOSA, Ana Teresa Fernandes; MENDONÇA, José Marcio Girardi; CALDEIRA, Antônio Prates. Prevalência de sintomas depressivos e fatores associados em idosos no norte de Minas Gerais: um estudo de base populacional. **J Bras Psiquiatr.** v.64, n.2, p. 122-31, 2015.

SANTIAGO, Anielli; HOLANDA, Adriano Furtado. Fenomenologia da depressão: uma análise da produção acadêmica brasileira. **Revista da Abordagem Gestáltica Studies**, Curitiba-PR, v. 1, n. 19, p.38-50, 2013.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. Set. 2016. Disponível em: <
<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/racacor-da-pele-e-transtornos-mentais-no-brasil-uma-revisaosistemica/15851?id=15851&id=15851&id=15851&id=15851&id=15851&id=15851>> Acesso em: 20 de novembro 2017.

SPOSITO, Giovana; NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanches. Atividades avançadas de vida diária (AAVDs) e o desempenho cognitivo em idosos residentes na comunidade: Dados do Estudo FIBRA Polo UNICAMP. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** Rio de Janeiro, v.19 n.1 Jan/Fev. 2016.

SILVA, Georgina Élide Matias; PEREIRA, Silvana Maria; GUIMARÃES, Fernanda Jorge; PERRELLI, Jaqueline Galdino Albuquerque; SANTOS, Zailde Carvalho. Depressão: conhecimento de idosos atendidos em unidades de saúde da família no município de Limoeiro – PE. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.18, n.1, p. 82-87, Jan/Mar, 2014.

TESTON, Elen Ferraz; CARREIRA, Ligia; MARCON, Sonia Silva. Sintomas depressivos em idosos: comparação entre residentes em condomínio específico para idoso e na comunidade. **Rev Bras Enferm.** V.67, n.3, p. 450-6. Mai/Jun. 2014.

WITT, Regina Rigatto; ROOS, Maclaine de Oliveira; CARVALHO, Nilson Maestri; SILVA, Andria Machado; RODRIGUES, Carla Daiane Silva; SANTOS, Mariana Timmers. Competências profissionais para o atendimento de idosos em Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.48, n.6, p.1020-1025, Mai/Ago, 2014.

Capítulo 8

A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM DECLÍNIO: UMA BREVE ANÁLISE QUALI/QUANTI ENTE 2016 – 2020

Atair Silva de Sousa

A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM DECLÍNIO: UMA BREVE ANÁLISE QUALI/QUANTI ENTE 2016 – 2020

Atair Silva de Sousa

Pesquisador em informações e avaliações educacionais (Inep), doutorando em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Especialista em Gestão Pública e em Ensino de Ciências Físicas pela Universidade de Minas Gerais (UFMG) e Licenciado em Física pela Universidade de Minas Gerais (UFMG). atair.sousa@usp.br

Resumo: Para este estudo foi realizado um breve panorama analítico e descritivo acerca da educação básica brasileira no que se refere aos números de matrículas no período compreendendo entre 2016 e 2020. Ao referir-se a qualidade da educação é prudente lembrar que o conceito de qualidade na área educacional aborda estruturas, processos e dados educacionais. O objetivo deste estudo consistiu em apresentar possíveis relações entre esses números de matrículas da educação básica e o sucesso (ou retrocesso) no cenário escolar do país. Adotou-se uma metodologia de natureza descritiva e abordagem qualitativa, com procedimentos analíticos por meio de pesquisa bibliográfica e consulta ao censo da educação básica do ano de 2020 disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira – (INEP). Quatro bancos de dados foram selecionados para identificar estudos relevantes: o *Scielo*, o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Elsevier – *Science Direct*, ERIC (*Education Resources Information Center*). A busca nessas bases de dados permitiu uma revisão do conteúdo acadêmico mais recente, e também histórico, específico, mas multidisciplinar. Os resultados apontaram ambiguidades nos processos da avaliação da educação básica que, por meio do número de matrículas neste nível de ensino, assinalaram incertezas nas políticas educacionais no país. Apontaram também necessidades de se repensar em ajustes e adequações nos processos de manuseio desses dados e, além disso, interpretações coerentes e corretas acerca destes dados que podem influenciar no cálculo de indicadores. Os resultados sugerem ainda a continuidade dessas análises para melhor compreender as demarcações dos debates, verificação e mensuração inerentes aos aspectos das políticas educacionais da educação básica no país.

Palavras-chave: Educação básica. Indicadores de desigualdade. Indicadores Educacionais. Políticas Educacionais.

Abstract: For this study, we conducted a brief analytical and descriptive overview of Brazilian basic education with regard to enrollment numbers in the period between 2016 and 2020. When referring to the quality of education, it is prudent to remember

that the concept of quality in education covers structures, processes, and educational data. The objective of this study was to present possible relationships between these basic education enrollment numbers and success (or regression) in the country's school scenario. A descriptive methodology and qualitative approach was adopted, with analytical procedures by means of bibliographic research and consultation of the basic education census of the year 2020 made available by the National Institute of Educational Studies and Research - Anísio Teixeira - (INEP). Four databases were selected to identify relevant studies: Scielo, the journals portal of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Elsevier - Science Direct, ERIC (Education Resources Information Center). The search in these databases allowed a review of the most recent, and also historical, specific, yet multidisciplinary academic content. The results pointed out ambiguities in the evaluation processes of basic education which, through the number of enrollments in this level of education, signaled uncertainties in educational policies in the country. They also pointed out the need to rethink adjustments and adaptations in the processes of handling this data and, furthermore, to make coherent and correct interpretations about these data that can influence the calculation of indicators. The results also suggest the continuity of these analyses to better understand the demarcations of the debates, verification, and measurement inherent to the aspects of educational policies in basic education in the country.

Keywords: Basic education. Inequality indicators. Educational Indicators. Educational policies.

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), trouxe em seu texto várias referências ao termo qualidade da educação no país. A partir dessas premissas, os indicadores da qualidade na educação, em todos os níveis, foram criados com o propósito principal de ajudar a comunidade escolar a avaliar e propor melhorias na qualidade da escola e da educação. Compreendendo seus pontos positivos e os negativos, a escola teria condições de intervir e propor melhorias na qualidade conforme seus próprios critérios e prioridades. Na educação básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é hoje o único indicador nacional de qualidade escolar desenhado e planejado para esse nível de ensino. De acordo com o Travitzki (2020, p. 500), “o criador da metodologia do Ideb considera que o indicador contribui para a construção de um modelo brasileiro de educação básica ancorado em três princípios.”. Esses princípios, do ponto de vista do criador do Ideb, levam em conta as premissas de conquistas das melhorias na educação básica ofertada no país. Em tais princípios se destacam: a descentralização na oferta dos serviços educacionais; os critérios de financiamento definidos pela União; e a avaliação

centralizada (FERNANDES, 2016). O Ideb consiste em um indicador formulado para mensurar o nível da qualidade da educação básica no país.

Ferreira; Rosito e Almeida (p. 1254) citando Figari (1996, p. 110) acrescentam que “os indicadores podem ser considerados representativos da realidade investigada; que eles agrupam as informações em categorias de interesse axiológico [...] e, atuando assim nas proximidades da noção de critério.”. Trazendo a discussão para o âmbito escolar, elementos fundamentais são disponibilizados e devem ser levados em consideração pela escola na reflexão de sua qualidade. Para avaliar esses elementos (essas dimensões), foram criados alguns sinalizadores de qualidade de aspectos importantes da realidade escolar: os indicadores.

Nesses termos e diante do exposto, neste estudo buscou-se uma análise em torno da questão: quais desafios estão postos para avaliar a evolução de matrículas para garantir uma qualidade quantitativa na educação básica? O debate proposto em torno desta questão levou em conta as restrições já mencionadas. Assim, traçou-se o objetivo que consistiu em apresentar possíveis relações entre os números de matrículas da educação básica e o sucesso (ou retrocesso) no cenário escolar do país.

É neste contexto dos processos da construção, da validação e da utilização de indicadores da qualidade da educação básica que este trabalho foi desenvolvido e ficou assim organizado. Iniciou-se com essa introdução ao tema a ser analisado. Em seguida apresentou os procedimentos metodológicos. Na sequência foi apresentada a revisão de literatura da área para em seguida realizar uma análise e discussão dos resultados. Por fim, foram realizadas as considerações finais trazendo uma síntese do trabalho, finalizando-se com as referências.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo apresentou características bem definidas e foi desenvolvida sob uma natureza descritiva e uma abordagem qualitativa, com procedimentos analíticos por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para fins exploratórios, relatórios de Instituições oficiais foram consultados e interpretados, como por exemplo, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira (INEP) representando o Ministério da Educação (MEC).

2.1 Exploração e busca em banco de dados

A fim de melhorar a qualidade da revisão sistemática de documentos e minimizar os enviesamentos deles, a pesquisa bibliográfica foi orientada por fluxo que levasse em conta uma ordem cronológica e grau de importância. A partir dessa orientação procurou-se dar uma sequência lógica na descrição e narrativas dos métodos realizados neste estudo.

Com o propósito de identificar resultados de leituras relevantes relacionados às políticas educacionais, educação básica e qualidade da educação básica, foi utilizada uma combinação de estratégias de pesquisa. Estas incluíram: exploração e pesquisa através de bases de obras relevantes; verificação da lista de referência; pesquisa de citações e; outras fontes.

O processo de busca e a pesquisa bibliográfica documental foram concluídos em outubro de 2021. Quatro bancos de dados foram selecionados para identificar estudos relevantes: o *Scielo*, o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Elsevier – *Science Direct*, ERIC (*Education Resources Information Center*). A busca nessas bases de dados permitiu uma revisão do conteúdo acadêmico mais recente, mas também histórico, específico, mas multidisciplinar.

As palavras-chaves para a busca sistemática incluíram uma combinação dos termos: Avaliação da Educação; Educação Básica; Indicadores de Desigualdade; Indicadores Educacionais e Políticas Educacionais, nas bases de dados em língua portuguesa. Nas bases de dados em língua Inglesa: *Evaluation of Education; Basic Education; Inequality Indicators; Educational Indicators e Educational Policies*. O processo de busca foi realizado em duas etapas. A fim de garantir certo grau de qualidade, o objetivo da primeira etapa era identificar exclusivamente artigos de periódicos publicados nos bancos de dados. Como segundo passo, foram identificados livros, capítulos de livros, assim como dissertações e teses.

2.2 Critérios de elegibilidade e lógica

Os seguintes critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para garantir certo grau de qualidade e relevância dos artigos selecionados. Os artigos foram incluídos nas análises se preenchessem os seguintes critérios e, com foco em: educação básica; qualidade da educação; políticas educacionais; indicadores educacionais; população de interesse eram assuntos relacionados à educação básica,

dados educacionais e censo da educação básica, por exemplo, matrículas de estudantes na educação básica, grupos de estudantes inseridos em políticas afirmativas e em educação especial; artigos publicados em língua inglesa, língua portuguesa e língua espanhola.

Além disso, foram estabelecidos os últimos 10 anos como limites para o ano de publicação, com tolerância mínima para artigos publicados fora desse período. Os estudos foram excluídos da análise se eles não visavam, explícita ou implicitamente, o tema ou assunto relacionado a esta pesquisa.

2.3 Triagem e seleção

A tabela 1 fornece uma visão geral do processo de triagem e seleção.

Tabela 1. Referências selecionadas para a pesquisa.

TRIAGEM E SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS				
Banco de Dados	Políticas Educacionais	Educação Básica	Indicadores de Qualidade da Educação Básica	Total de obras/títulos.
<i>Scielo</i>	12	25	32	69
Periódicos da CAPES	42	47	29	118
<i>Science Direct</i>	20	18	26	64
ERIC	35	46	22	103
Total	89	136	109	354

Fonte: Elaborada pelo autor.

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre março e outubro de 2021. Um total de 354 artigos foi identificado para triagem de títulos. Uma base de dados de todos os 354 estudos foi criada, incluindo resumos e informações bibliográficas. Títulos e resumos de cada artigo foram verificados quanto aos critérios de inclusão/exclusão. Após a conclusão desta etapa, 46 estudos foram analisados para critérios de inclusão/exclusão que preenchiam os critérios de inclusão foram selecionados para revisão de texto completo.

Após a revisão do texto integral, 36 estudos foram excluídos com base nos critérios de inclusão/exclusão e acesso ao texto integral. Finalmente, 10 artigos foram selecionados para análise temática, e desses, 5 artigos fizeram parte das referências deste estudo. Além disso, os resumos e títulos de 1 livro, 2 dissertações e 2 teses foram incluídas na final revisão para conceituação, mas sem serem incluídas nas referências. .

Para enriquecer a análise sistemática, e apresentar ampliações ao processo exploratório, o conjunto final de estudos incluídos foi reforçado pela inclusão de artigos de periódicos relevantes da verificação da lista de referência, pesquisa de citações e outras fontes, como por exemplo, o *scholar* e o *academic*. A verificação da lista de referência incluiu estudos através da bibliografia de vários textos pesquisados através da *Science Direct* e ERIC. Ao concluir a verificação da lista de referência, 5 artigos foram incluídos na revisão, porém sem serem incluídos nas referências deste estudo.

Finalmente, essas outras fontes incluíram artigos identificados a partir de: uma pesquisa exploratória conduzida pelo autor em *Science Direct* e ERIC em portais institucionais antes de iniciar a busca sistemática e; as buscas do autor realizadas para outros projetos e publicações.

2.4 Confiabilidade

A fim de evitar distorções durante a seleção, bem como na fase de análise, o autor consultou os termos de busca, códigos e métodos regularmente com revisores por pares que são especialistas na condução de pesquisas baseadas em literatura e na gestão de literatura acadêmica. Através da discussão regular e da codificação e correspondência simultânea aleatória.

3. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Os indicadores são pensados e elaborados para revelar aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Eles são utilizados de várias maneiras e em vários aspectos, como por exemplo, para mensurar aspectos dinâmicos, verificando se setores da economia do país vai bem, usam-se como elementos, indicadores que projeta o comportamento da inflação e das taxas de juros. A variação dos indicadores possibilita constatar mudanças, que podem ser sinal de melhorias ou não. No caso da educação, os indicadores procuram disponibilizar leituras e interpretações que apresentam realidades possíveis da qualidade da educação, importantes elementos da realidade: os das dimensões.

As discussões e análises que envolvam educação implicam em inserir o entendimento de indicadores para que se possa conhecer a realidade das escolas. A construção de indicadores está relacionada com elaboração de avaliações externas à escola. Assim, a participação dos alunos nesses processos da avaliação externa é de fundamental importância para a confecção dos indicadores. Tendo apresentadas

essas considerações iniciais, é sugestivo dar ênfase inicial às avaliações externas que são um elemento fundamental para a efetivação da avaliação da qualidade da educação. Elas contribuem de forma sistêmica na confecção dos indicadores da avaliação da qualidade da educação. Nesses termos, a mobilização da comunidade escolar para participar dessas avaliações externas é o primeiro ponto importante no uso dos indicadores.

Para Carreira e Souza (2013, p.18) “a mobilização da comunidade escolar (estudantes, familiares, profissionais de educação, integrantes de organizações comunitárias etc.) para participar da avaliação é um ponto chave de todo o processo.”. As autoras argumentam que, “quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam; maiores serão os ganhos para a escola, a sociedade e a educação do país.” (CARREIRA e SOUZA 2013, p.18). Corroborando a elas, entende-se que, se o uso dos indicadores é usado de forma correta e coerente, pode fortalecer os vínculos entre escola e a comunidade do entorno.

Muitas são as utilidades dos dados educacionais por meio dos indicadores. Para Gil (2021, p. 185) “Os meios de comunicação constantemente divulgam índices e *rankings* que buscam evidenciar quais seriam as boas escolas e regozijam-se ou espantam-se, também, em noticiar o que sabem (mais frequentemente, o que não sabem) os estudantes da educação básica.”. A autora defende que se tem dedicado com ênfase à aferição e ao debate sobre a qualidade da educação.

Por essas e outras que se considera importante o número de estudantes participantes nas avaliações da escola e o engajamento em ações para sua melhoria, maiores serão os resultados positivos para a sociedade e para a educação. Nesse sentido, é importante que toda a comunidade escolar seja convidada a participar, não somente aqueles mais atuantes no dia a dia. A escola deve usar de suas disponibilidades para mobilizar pais, alunos, professores, funcionários para o debate a qualidade da educação. Utilizar de estratégias que possam ser utilizadas para tal mobilização. Nesse arcabouço de discussões é importante considerar que nenhuma meta da educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido cumprida por todos.

Assim, compromete-se a fazer mudanças necessárias nas políticas da educação e a concentrar esforços nos mais desfavorecidos especialmente aqueles

com deficiência, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás. De acordo com definições postas em documentos institucionais e, portanto legais, que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009a).

As discussões em torno da temática de alunos com deficiência são fundamentais para analisar e entender as mudanças consideráveis em termos de número de matrículas na educação básica brasileira, em função de políticas da educação inclusiva. A educação especial articula-se com essa política inclusiva que, nas últimas décadas provocaram discussões e encaminhamentos relevantes que refletiram em várias frentes, inclusive numéricas. Com isso, seria importante trazer o histórico legislativo para em seguida refletir sobre a menção aos números.

3.1 Aspectos legislativos da educação inclusiva na educação básica

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares (BRASIL, 2015).

Buscando uma via por trilhas congruentes ao crescente movimento mundial pela inclusão, em 1994, o Brasil publicou o documento política nacional de educação especial, alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normalização, com o foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos estudantes, um caráter incapacitante que se constitui em impedimento para sua inclusão educacional e social (BRASIL, 2015).

No início do século XXI, esta realidade suscita mobilização mais ampla em torno do questionamento à estrutura segregativa reproduzida nos sistemas de ensino, que mantém um alto índice de pessoas com deficiência em idade escolar fora da

escola e a matrícula de estudantes público alvo da educação especial, majoritariamente, em escolas e classes especiais.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência outorgada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2007) foi ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do Decreto nº 186/2008 (BRASIL, 2008b) e pelo Decreto nº 6949/2009 (BRASIL, 2009b). Este documento sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi instituído pelo inciso 3º, do art.208, da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988) e definido no §1º, art. 2º, do Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011b) como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à escolarização. Conforme a Resolução do Conselho Nacional da Educação (CNE) nº 4/2009 (BRASIL, 2009b), que dispõe sobre as diretrizes operacionais para o AEE na educação básica, a função desse atendimento é identificar e eliminar as barreiras no processo de aprendizagem, visando à plena participação.

Para a garantia do direito à educação básica e, especificamente, à educação profissional, preconizado no inciso IV, alínea a, do § 3º da Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais se destacam o atendimento educacional especializado complementar e a disponibilização do profissional de apoio (UNESCO, 2012).

A Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012) instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, atendendo aos princípios da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (ONU, 2007).

Para a realização do direito das pessoas com deficiência à educação, o art. 24 da CDPD (ONU, 2007) estabelece que estas não devam ser excluídas do sistema regular de ensino com alegação de deficiência, mas terem acesso a uma educação inclusiva, em igualdade de condições com as demais pessoas, na comunidade em

que vivem e terem garantidas as adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais, no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2016).

Conforme as diretrizes estabelecidas pela referida Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), no art. 2º, o processo educacional é compreendido a partir da concepção de intersectorialidade das políticas de atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, de participação da comunidade e de incentivo à formação dos profissionais (BRASIL, 2012).

No art. 59 e no art. 60 a LDB/96 (BRASIL, 1996) dispõem que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes comuns; e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular; e que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público (BRASIL, 1996).

Especificamente à pessoa com transtorno do espectro autista, a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, traz como diretriz a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o desenvolvimento inclusivo das escolas é compreendido como uma perspectiva ampla de reestruturação da educação, que pressupõe a articulação entre a educação especial e o ensino comum, sendo esta a função primordial do AEE, considerando a elaboração, a disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito de todos à educação (BRASIL, 2015).

3.2 Aspectos qualitativo-quantitativos da educação básica

Um dos variados desafios da educação básica é promover uma escola que proporcione o direito a aprender, levando em consideração à realidade, os saberes, as experiências, os jeitos e os diferentes ritmos e modos de aprendizagem de crianças, de adolescentes, de jovens e de adultos. Uma escola mais sintonizada com os interesses, com a realidade, com os saberes, com as experiências, com os modos e com os ritmos de aprendizagem de seus alunos, em função de ocorrem em tempos e espaços diferentes.

Uma abordagem acerca dos aspectos quantitativos e qualitativos a ser observado, em se tratando de educação, é de que qualidade e quantidade são complementares (GIL, 2021). De fato, “[...] a preocupação no que se refere à qualidade da educação não anula a atenção contínua que se deve dar à garantia do acesso à escolarização, consubstanciado na existência de vagas em escolas em quantidade suficiente para atender toda a demanda.” (GIL, 2021, p. 189).

Assim, é importante uma escola que amplie seu currículo e o atualiza quando se fizer necessário reconheça e valorize efetivamente, junto a suas alunas e seus alunos, as diversidades étnico-racial, regionais, de gênero, de identidade de gênero, das pessoas com deficiências, de pessoas de outros países, de pessoas do campo e das florestas, entre outras diferenças que questionam os padrões dominantes da sociedade (UNICEF, 2018).

A disseminação dos processos e dos conteúdos dos resultados da educação em todos os níveis (Educação Infantil, Educação Básica e Educação Superior) geram desconfortos e polêmicas em torno daqueles que estão sendo avaliados. Os dados da educação, quando apresentados, tentam situar o mapeamento das políticas públicas educacionais a serem geradas /ou administradas pelos gestores escolares.

Para especialistas da área da educação, os resultados da avaliação feita com base nos dados não passam por nenhum tipo de análise e nem são divulgados compulsoriamente por órgãos oficiais. A decisão de utilizar os dados e de compartilhar os resultados da avaliação é da escola, e sua adesão a iniciativas coletivas é voluntária (UNICEF, 2013).

O objetivo com estes dados é o de contribuir para que as comunidades escolares se evolvam no compartilhamento e na luta pela melhoria da qualidade da educação por ela oferecida. Nesse sentido, pode ser útil o compartilhamento da avaliação com os gestores escolares local, colaborando para que o sistema

educacional enfrente os problemas, que não são de responsabilidade apenas da escola. Nestes termos, é relevante a aplicação dos resultados desses indicadores de forma fidedigna, ou seja, é importante lembrar que os indicadores que sinalizam para alertas em processos que mereçam atenção sejam considerados prioritários na tomadas de decisão (UNICEF, 2013).

Assim, é fundamental que a avaliação seja fiel para que o compartilhamento das ações em grupo possa contribuir com soluções para dificuldades apontadas, que a ação coletiva ocorra para mudanças significativas daquela situação. Com isso, toda a comunidade escolar possa usufruir dos benefícios advindos dessas ações, principalmente as crianças (BRASIL, 2009b).

Por fim, a partir do fechamento das escolas em função da pandemia da COVID-19, ocorreu uma mudança brusca na modalidade de educação ofertada pelas escolas, sendo de forma remota e/ou híbrida. Provavelmente, esse fato, acarretará um grande desafio na mensuração da qualidade da educação ofertada por essas modalidades nos próximos anos, por meio dos indicadores de qualidade da educação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

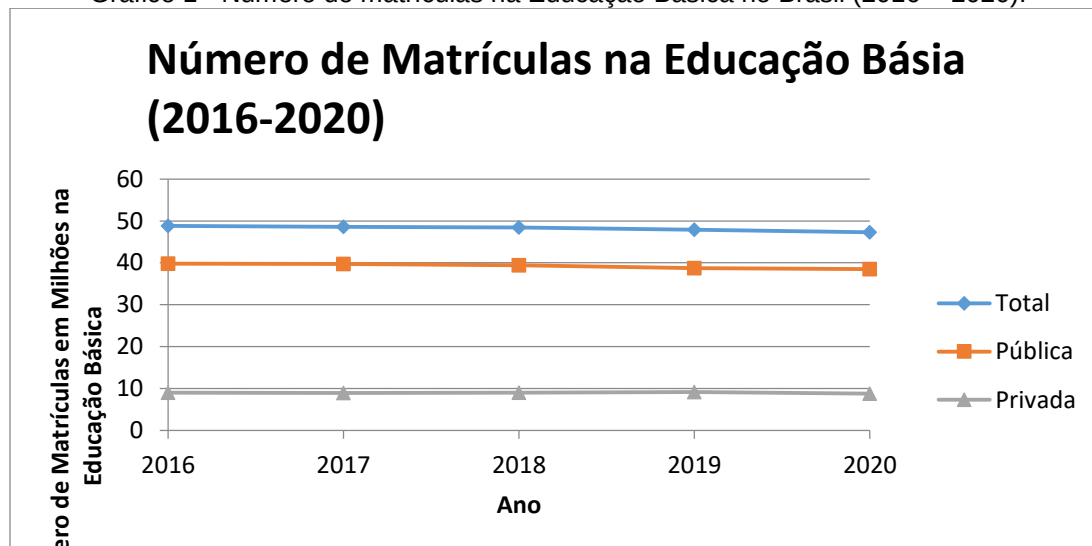
A partir dos dados disponibilizados no censo da educação básica de 2020 por meio do INEP, seria possível traçar uma análise estrutural de qualidade da educação básica em termos quantitativos. De acordo com os dados apresentados, em 2016 foram registradas 48.817.479 de matrículas na educação básica e, em 2020 47.295.294 de matrículas, o que corresponde a um decréscimo de 3% no número total de matrícula da educação básica (INEP, 2020, pp. 15-16).

Isso equivale a dizer que, de 2016 a 2020, o país “perdeu” mais de 1,5 milhão de alunos nesta etapa de ensino, que vai desde a creche ao Ensino Médio (INEP, 2020, p. 16). Ressalta-se que, entre 2019 e 2020, foi registrada uma redução de 1,2% de matrícula. Por outro lado, o número de matrículas da educação especial, na educação básica, chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016 (INEP, 2020, p. 34).

Por meio dos dados disponibilizados foi possível concluir ainda que, quando se compara a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual e municipal apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos, 97,2% e 96,2% respectivamente. Enquanto que na rede privada, a realidade

ainda é diferente, apenas 40,9% estão em classes comuns (INEP, 2020, p.36). O gráfico 1 mostra um panorama do número de matrículas no quinquênio mencionado.

Gráfico 1 - Número de matrículas na Educação Básica no Brasil (2016 – 2020).



Fonte: INEP (2020) adaptado pelo autor.

No que se refere à reprovação, o Ensino Médio foi a etapa com as taxas mais altas. A tabela 2 apresenta o cenário das regiões do Brasil em 2019.

Tabela 2. Percentual de Reprovação no Ensino Médio no Brasil por região em 2019.

Reprovação no Ensino Médio no Brasil em 2019	
Região	Porcentagem (%)
Norte	18,5
Sul	16,0
Centro-Oeste	14,8
Nordeste	13,7
Sudeste	11,9

Fonte: INEP (2020) adaptado pelo autor.

No que diz respeito à infraestrutura das escolas de educação básica, de 1 em cada 4 das escolas públicas não têm acesso à internet. Na região Norte, 56,7% das escolas públicas não tem acesso à internet, já na região Sul, a taxa é de apenas 3,7% (INEP, 2020).

Em função do número de alunos afetados pelo fechamento de escolas devido à COVID-19, o UNICEF apela aos governos para priorizar a reabertura das escolas, evitar fechamentos gerais em todo o país e tomar todas as ações possíveis para deixar as salas de aula seguras (UNICEF, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que levou à questão: quais são os desafios postos para avaliar a evolução de matrículas para garantir uma qualidade quantitativa na educação básica, cujo debate proposto em torno desta questão levou em conta as restrições já mencionadas, pôde-se ser averiguada por meio das leituras contidas no acervo das obras consultadas e dos dados disponibilizados. Dentro dessa problemática, foi possível atingir o objetivo que consistiu em apresentar possíveis relações entre os números de matrículas da educação básica e o sucesso (ou retrocesso) no cenário escolar do país. Outro ponto que deve ser retomado nessas considerações finais em função de sua importância dentro do processo de análise das políticas educacionais é a apropriação dos conhecimentos nas atuais realidades, em especial no que se refere aos posicionamentos da comunidade escolar e acadêmica em relação à pandemia da COVID-19. Além de suas controvérsias, é importante aprofundar nessa questão para que se tenha em mente as necessidades de combate aos procedimentos de exclusão dos mais vulneráveis, sejam deficientes, pobres, negros, mulheres, e outros, e principalmente o combate a toda forma de autoritarismo contra os oprimidos.

Por fim, considera-se que este estudo apresentou sua linha de contorno nos limites das obras consultadas e dos dados disponibilizados. Nesse sentido, dificuldades na comparação com outras fontes nos períodos pertinentes, como por exemplo, as variáveis ora analisadas que não têm as mesmas conotações, sendo definidas de modo arbitrário conforme a conveniência do estudo, como evasão, reprovação, por exemplo.

Assim, estudos futuros poderiam aprofundar ou mesmo dar novas dimensões de análises pertinentes sobre a comparabilidade das porcentagens de aprovação em qualquer nível de ensino da educação básica; custo efetivo da utilização da internet em escolas públicas, assim, estender o entendimento da análise das demandas da implantação do ensino híbrido nas escolas públicas de educação básica do país. Além disso, apontar outros meios que venham a contribuir com essas análises nos preâmbulos da qualidade da educação ofertadas por essa categoria administrativa de escola face às políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa BPC na Escola: Acompanhamento dos Beneficiários**. 1ª Edição. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 06 ago./2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Conjunta n. 1. 2018. DPEE /DTI/ DTDIE Pareamento BPC2014- 2016. Brasília, DF, nov./2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Conjunta n. 2. 2018. DPEE /DTI/ DTDIE Pareamento BPC2014- 2016. Brasília, DF, nov./2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria interministerial nº 1, de 12 de março de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria interministerial nº 1.205, de 8 de setembro de 2011. DOU. Nº 174 – 09/09/11 – Seção 1 - p.21. Brasília, DF, nov./2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: Mec/Seb, 2009.

BRASIL. Planalto. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 set./2021.

BRASIL. Planalto. Decreto nº 186, de 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 05 ago./ 2021.

BRASIL. Planalto. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm . Acesso em: 5 ago./ 2021.

BRASIL. Planalto. Decreto 6.949/2009. Institui a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 set./2021.

BRASIL. Planalto. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 4 ago. /2021.

BRASIL. Planalto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 15 out./ 2021.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011_2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 5 ago./2021.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola.** São Paulo: Ação Educativa, 2013.

FERNANDES, Reynaldo. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 29, n. 96, p. 99-111, 2016. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.29i96.%25p>

FERREIRA, Sandra Lúcia; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock; ALMEIDA, Júlio Gomes. Teaching and researching quality indicators: a partnership with middle school students. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.101, p. 1240-1261, out./nov. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601570>

GIL, Natália de Lacerda. A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 56, jan. abr./ 2021, p. 184-209. <https://doi.org/10.1590/15174522-109753>

INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Resumo Técnico do Censo da Educação Básica de 2020.** Brasília: Inep/Mec, 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência.** Brasília, DF, set./2007.

TRAVITZK, Rodrigo. Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, p. 500-520, abr./jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002801770>

UNESCO. *United Nations Education Scientific and Cultural Organization.* **Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.** Brasília, DF, 10 jun./2012.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Indicadores da qualidade no Ensino Médio. **Ação Educativa**, UNICEF [Coord.], São Paulo: Ação Educativa, 2018. 120p.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Indicadores da Qualidade na Educação. Ação Educativa, UNICEF, Pnud, Inep, SEB/MEC (Coord.). **Ação Educativa**, 4ed. ampliada, São Paulo: 2013. 64p.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Número de alunos fora da escola por pandemia subiu 38% somente em novembro.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/104230-unicef-numero-de-alunos-fora-da-escola-por-pandemia-subiu-38-somente-em-novembro>. Acesso em: 05 out. 2021.

Capítulo 9

DOCUMENTÁRIOS DOMÉSTICOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS: OFICINAS AUDIOVISUAIS DURANTE A PANDEMIA

Lucas Rossi Gervilla

DOCUMENTÁRIOS DOMÉSTICOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS: OFICINAS AUDIOVISUAIS DURANTE A PANDEMIA

Lucas Rossi Gervilla

Doutorando (Bolsa CAPES) e mestre em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da UNESP. Bacharel em Comunicação e Multimeios pela PUC-SP. Trabalha com imagens desde 2005. Email: lucas.gervilla@unesp.br

RESUMO

O autor descreve os processos de criação, desenvolvimento e desdobramento de dois projetos de formação audiovisual produzidos durante a pandemia: a oficina “Documentários Domésticos” e o programa “Orientação de Desenvolvimento de Curtas”. São abordados os desafios e os resultados obtidos em cada um deles, além das metodologias utilizadas.

Palavras-chave: Audiovisual. Documentário. Oficina. Orientação.

ABSTRACT

The author describes the processes of creation, development, and unfolding of two audiovisual training projects accomplished amidst the pandemic: the "Domestic Documentaries" workshop and the program "Short Film Development Orientation". It addresses topics such as the challenges and the outcomes of each case, besides the methodology.

Keywords: Audiovisual. Documentary. Workshop. Orientation.

Introdução

Desde 2018, ministro (ou ministrava, a pandemia nos leva à uma confusão dos tempos verbais) a oficina “Documentários em Vídeo Digital”³¹, promovida por dois programas distintos: o Pontos MIS, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, e Oficinas Culturais, gerida pela POIESIS. Ambas são financiadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. As oficinas têm como objetivo a formação de público e a capacitação de pessoas que se interessam pela produção

³¹ Ver o artigo “Fora da Capital – oficina de documentários em vídeo digital”, publicado na Revista Apotheke, v.2 n.2 - 2020, disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/17920>>

audiovisual. As atividades de ambos programas acontecem em cidades do interior, litoral e região metropolitana do estado, de Ubatuba a Ilha Solteira.



Fig. 01: Oficina “Documentários em Vídeo Digital”, em Vargem Grande do Sul, 2019. Fotografia do próprio autor.

Em março de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, as programações das duas instituições foram suspensas e, até o momento, não existe nenhuma previsão para o retorno das atividades presenciais. Diante desse cenário, seus oficinairos foram convidados a apresentar propostas que pudessem ser adaptadas ao cenário pandêmico e desenvolvidas remotamente.

Tive a oportunidade de participar junto a colegas dos Pontos MIS da elaboração do programa de “Orientação de Desenvolvimento de Curtas”. Com as Oficinas Culturais pude criar a oficina “Documentários Domésticos”. Este artigo compartilha algumas das experiências vivenciadas nesses dois projetos formativos elaborados de maneira emergencial.

Orientação de Desenvolvimento de Curtas

O programa “Orientação de Desenvolvimento de Curtas” foi estruturado e conduzido por mim e mais cinco profissionais dos Pontos MIS: Bruno Caneiro, Chico Santos, Daniela Gonçalves, Daniela Smith e Giuliana Monteiro; todos oficinairos e oficinairas experientes do programa e com larga experiência na produção audiovisual.

Em um primeiro momento, a proposta apresentada pela coordenação do programa foi a criação de videoaulas ou *podcasts*. Chegamos a pensar em produzir uma grande oficina, com vários módulos de duração, na qual cada um de nós ficaria responsável por encontros específicos dentro de sua área de conhecimento. Porém, logo percebemos que com essa estratégia seria muito difícil manter uma continuidade dentro da atividade, o que poderia gerar uma evasão dos participantes. Outro fator que nos levou a desistir dessa ideia foi a dificuldade que as pessoas poderiam ter para gravar materiais audiovisuais durante o período de isolamento social. Então tivemos que optar por uma ação na qual a participação e execução das atividades pudessem ser realizadas respeitando as orientações sanitárias de segurança. Assim, surgiu a ideia de criarmos um programa para orientarmos pessoas que tinham ideias para a realização de um curta-metragem, mas que ainda não tinham desenvolvido o projeto ou não sabiam como fazê-lo. Foi assim que teve início o programa “Orientação de Desenvolvimento de Curtas”.

Depois de diversas reuniões virtuais entre a equipe, definimos qual seria o melhor formato para a atividade. Mesmo tratando-se de uma ação online, decidimos manter algumas características das oficinas presenciais, como por exemplo, priorizar a participação de pessoas de fora da capital do estado. Outro ponto importante foi a decisão de privilegiar participantes que ainda não tivessem uma atuação profissional na área do audiovisual. Não haveria limite de idade e todas as atividades seriam gratuitas. Uma vez acordados esses aspectos, iniciamos a redação do edital.



Fig. 02: Captura de tela de reunião à distância dos oficinairos dos Pontos MIS. Imagem cedida pelos participantes.

O processo de escrita do texto para a convocatória foi um processo relativamente desgastante e tomou mais tempo do que imaginávamos. Por mais que a equipe tivesse experiência em escrever projetos culturais para serem inscritos em editais como esse, era a primeira vez que estávamos do outro lado do processo. Todas as versões do texto tinham que passar pela análise e posterior aprovação do departamento jurídico do MIS. Depois de muitas idas e vindas, conseguimos ajustar os detalhes e concluir o texto final.

O edital foi dividido em três eixos: “Desenvolvimento: Ideia/Roteiro”, “Produção: Editais/Captação/Filmagem” e “Finalização: Montagem/Pós-Produção”. O primeiro era dedicado a projetos que estavam na etapa inicial de escrita, seja na forma de argumento ou roteiro, que possam ser desenvolvidos e aprofundados durante o programa. O segundo tinha como foco propostas que estivessem com o roteiro finalizado, prontos para serem inscritos em editais e captação de financiamento, ou que já estavam em fase de pré-produção. Neste caso, o objetivo era colaborar com a preparação da filmagem, trabalhando tanto questões de logística quanto aspectos artísticos, relacionados à direção. Por fim, o terceiro eixo era destinado a projetos já filmados e que precisavam de orientação sobre a montagem e a finalização.

A idade mínima para as inscrições era 16 anos. Poderia haver a participação de trabalhos em grupo. Procuramos simplificar ao máximo a documentação necessária para as inscrições, os proponentes deveriam enviar informações como o nome do filme – mesmo que provisório – o tipo de linguagem audiovisual pretendida

e a sinopse do projeto. Entre os principais critérios de seleção estavam a contribuição dos trabalhos para o fortalecimento da diversidade cultural e a relevância do projeto para o desenvolvimento da linguagem audiovisual.

Depois de 30 dias de convocatória aberta, recebemos mais de 70 inscrições, dos mais variados tipos de filmes e temas. Propostas vindas de cidades espalhadas por todo o estado, atestando o interesse e a potência da produção audiovisual, mesmo durante a pandemia. O perfil dos proponentes era bem diverso, de estudantes a pessoas que nunca tinham tido nenhum contato com audiovisual. Havia também inscrições de pessoas que começaram a interessar-se por audiovisual através das oficinas presenciais dos Pontos MIS. Cada um dos seis responsáveis pelo programa atribuiu notas de 01 a 03 para cada projeto. Ao final, as notas foram somadas e os 15 projetos com maior pontuação foram selecionados.

As propostas aprovadas foram distribuídas entre nós, de acordo com a área de atuação, interesse e afinidade de cada um com o tema dos trabalhos apresentados. Dessa forma, pudemos fazer acompanhamentos individuais dos projetos. Durante o mês de julho de 2020, realizamos encontros semanais com os proponentes, totalizando quatro orientações. Um ponto recorrente em praticamente todas as propostas apresentadas era a dificuldade dos proponentes transcreverem com palavras as ideias imagéticas que tinham em mente. Nosso trabalho foi debater os principais aspectos de cada projeto para que os próprios responsáveis pudessem compreender melhor o que pretendiam, além de apresentar referências filmográficas que pudessem auxiliar nesse processo.

Na primeira semana de agosto, foi realizado um *pitching*³², onde os proponentes de cada projeto puderam fazer uma apresentação do trabalho para todos os seisicineiros do programa. Foi uma oportunidade para fazer uma comparação da evolução de cada trabalho, desde o material que foi submetido na inscrição até o resultado atingido depois das orientações. Também foi uma oportunidade para ouvirmos dos participantes suas críticas e sugestões em relação ao formato do programa e ao método de orientação.

A seguir, descrevo com mais detalhes o processo dos projetos pelos quais fui responsável.

³² Prática comum em editais e laboratórios de projetos, onde os participantes apresentam seus projetos para uma comissão, abordando seus objetivos e intenções.

O Armário Não É o Nosso Lugar e Estrangeiros

Durante o “Orientação de Desenvolvimento de Curtas”, fiquei responsável por dois projetos de documentários: um chamado “O Armário Não É o Nosso Lugar”, de Alexandro Stênico, de Piracicaba, e outro com título “Estrangeiros”, um projeto coletivo de estudantes do curso de Ciências Sociais da UNESP de Marília. O processo de orientação transcorreu bem em ambos os casos, pois os participantes, desde o primeiro momento, demonstraram interesse e seriedade na realização de suas propostas. As duas propostas cresceram muito no curto período de orientação. Dessa forma, me ofereci para continuarmos voluntariamente com as orientações mesmo após o encerramento do programa oferecido pelos Pontos MIS. A ideia foi aceita pelos integrantes dos dois projetos e continuamos com os encontros de orientação durante todo o segundo semestre de 2020.

“O Armário Não É o Nosso Lugar” será um documentário que aborda questões identitárias de gênero e cultura *queer*. O filme parte da história pessoal do próprio proponente e como ele aprendeu como lidar com questões não relacionadas aos padrão heteronormativo da sociedade brasileira. O trabalho expõe os diversos conflitos enfrentados pelas pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIA+ durante todo o processo de reconhecimento de suas sexualidades, autoaceitação, exposição da orientação sexual e identidade de gênero para seus familiares e amigos.

Além de expor as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, o documentário tem a proposta de empoderá-las. A produção do filme é uma forma de favorecer a representatividade de uma comunidade, dificilmente encontrada nos meios de comunicação sem que seja de forma estereotipada ou pejorativa. Criações de artistas LGBTQIA+ também serão exibidas no documentário, proporcionando a valorização artística e cultural da comunidade.



Fig. 03: A cantora JuPat, que tem participação confirmada no filme. Fotografia: Anna Júlia Santos.

Um dos objetivos do documentário é produzir um conteúdo que provoque uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+ e conscientizar a população em geral acerca dos assuntos em torno do tema. Outra meta do filme é oportunizar a própria identificação das pessoas pertencentes a essa comunidade através da apresentação de pessoas iguais a elas, com dificuldades e histórias de vida parecidas, fazendo com que se identifiquem e sintam-se representadas. Além do mais, será um produto de apoio para aqueles que estão passando por esse processo de entendimento e externalização de sua sexualidade, favorecendo a sua autoaceitação, contribuindo assim para que essas pessoas consigam “sair do armário” e possam ser como elas realmente são.

O filme tem o propósito de ser produzido por uma equipe composta inteiramente, ou em sua maioria, por LGBTQIA+. A ideia é a valorização do trabalho dessas pessoas, colaborando com o caráter representativo da obra, em que a apresentação da comunidade LGBTQIA+ no documentário seja feita por ela mesma.

O projeto que, originalmente, seria um curta-metragem de até 26 minutos cresceu, ganhou corpo e tornou-se um longa metragem com mais de 70 minutos. Depois da escrita da nova proposta - que fará parte do trabalho de conclusão de curso de Alexandro Stênico na Faculdade de Comunicação Social da UNESP de Bauru – o projeto foi inscrito em alguns editais de financiamento. Em novembro de 2020, “O

“Armário Não É o Nosso Lugar” foi aprovado pelo PROAC³³ na categoria de desenvolvimento de longa metragens e, atualmente, encontra-se em fase de pré-produção. A conclusão do filme está prevista para o final de 2021.



Fig. 04: A estilista Jal Vieira, que tem participação confirmada no filme. Fotografia cedida pela própria artista.

“Estrangeiros” será um curta-metragem documentário que mostrará a experiência de jovens estudantes que migraram de suas cidades para viver e estudar em universidades públicas de outros municípios do estado de São Paulo. Essa mudança faz com que cada universitário tenha uma experiência particular na nova cidade, e algumas questões desenrolam-se à medida em que estudantes relatam suas experiências e sensações de estranheza com o espaço urbano, despertando um sentimento de não pertencimento com o novo lugar.

O filme dialoga com o conceito de alteridade, proposto pelo filósofo búlgaro Tzvetan Todorov, trazendo à tona a discussão sobre a questão do “outro”. Essa discussão procura responder às perguntas sobre como os estudantes seriam colocados como o “outro” da relação “nós e os outros”. A narrativa será pensada nas

³³ Programa de Ação Cultural, desenvolvido e financiado pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

experiências de inospitalidade, de não acolhimento que as cidades de Araras e Marília podem proporcionar aos recém chegados. A narrativa nos leva a conhecer as histórias de estudantes que buscaram por meio da arte, da ecologia, da ocupação da cidade, produzir expressões artísticas e/ou políticas e utilizá-las como ferramenta para se integrar na cidade. “Estrangeiros” pretende levantar perguntas como: “é possível sentir-se como um estrangeiro em seu próprio país?”, “em sua própria cidade?”, “de que forma a existência de diferentes culturas se apresenta na vida cotidiana?”.

O documentário contará com a participação de estudantes em formação e formados em Universidades públicas localizadas, como a UFSCAR de Araras e a UNESP de Marília, advindos de outras cidades e/ou estados, apresentando, dentro de suas vivências e realidades a perspectiva particular sobre o acolhimento recebido ao chegar na cidade, e quais as formas que encontraram para adequar-se à realidade local. Também contará com a participação de pessoas que se relacionam de outra maneira com a cidade, como pessoas originárias de Marília, trabalhadores da faculdade, pessoas que possuem cargos importantes na cidade, entre outros.

Embora os estudantes que formam o grupo responsável por “Estrangeiros” estudem no campus da UNESP de Marília, cada um e cada uma é natural de uma cidade diferente do estado de São Paulo, ou seja, todos carregam alguma forma de estrangeirismo, o que tem uma influência direta na temática do filme. Essa multi-territorialidade permitiu que o projeto fosse inscrito em vários editais, vindo a ser contemplado pela Lei Emergencial Aldir Blanc, via município de Araras. O trabalho está em fase de pré-produção, com previsão de lançamento para o final do primeiro semestre de 2021.

Em junho de 2020, “O Armário Não É o Nosso Lugar” e “Estrangeiros” eram projetos ainda em fase inicial. Um semestre depois, ambos foram contemplados e conseguiram recursos públicos para a sua realização.

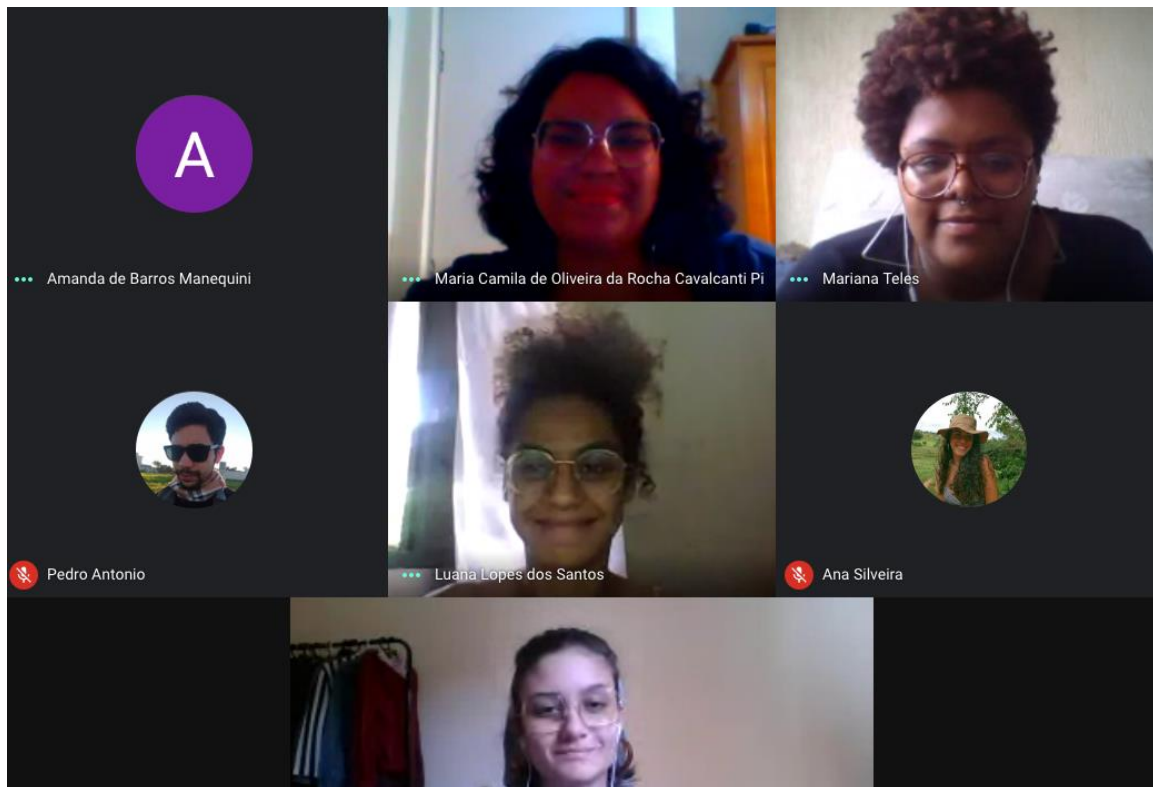


Fig. 05: Captura de tela de reunião à distância com integrantes da equipe de “Estrangeiros”. Imagem cedida pelo grupo.

Documentários Domésticos

Quando a POIESIS me convidou para apresentar uma nova proposta para as Oficinas Culturais, as únicas exigências eram que as atividades pudessem ser realizadas à distância e que as práticas sugeridas não fossem contrárias às medidas de isolamento social. Pensei em uma continuação (e não apenas uma versão adaptada) da oficina “Documentários em Vídeo Digital” e assim surgiu a ideia de “Documentários Domésticos”.

Na atividade, os participantes entram em contato com métodos de produção audiovisual voltados para o cinema documentário, não importando o tipo de dispositivo de vídeo (celulares, webcam, câmeras semiprofissionais, DSLR’s, etc.) A oficina é focada em técnicas de filmagem e produção sem sair de casa, utilizando equipamentos de baixo custo e acessórios fáceis de serem encontrados ou adaptados a partir do que os participantes tiverem à mão. Também são abordados princípios básicos da edição e montagem, resultando em minidocumentário.

O principal objetivo é compartilhar ferramentas para que o público possa contar suas próprias histórias. Partindo de gravações feitas pelos próprios participantes,

foram realizados dois minidocumentários coletivos sobre temáticas decididas em conjunto. Ao final dos encontros, as pessoas que participaram da atividade tornaram-se aptas a produzir seus pequenos documentários, seja para uso profissional ou para compartilhar suas vivências durante a quarentena.

Outro fator motivador para o desenvolvimento da atividade foi que, devido às práticas de distanciamento social para contenção da pandemia, milhares de pessoas viram-se em uma situação completamente atípica. Surgiram novas relações com atividades cotidianas, diferentes percepções de tempo, teletrabalho e mais uma extensa lista de práticas. A oficina parte desse cenário para incentivar os participantes a contarem suas próprias histórias mesmo durante esse momento de incerteza e circulação reduzida. Gravações em vídeo, videoconferências e muitas atividades que envolvem o vídeo – mas que não eram familiares para inúmeras pessoas - passaram a fazer parte do cotidiano. A oficina também visa aprimorar essa relação com o vídeo e transformá-la em uma oportunidade para a produção de conteúdo audiovisual.

Originalmente, a atividade aconteceria em três encontros de duas horas cada, mas, devido à grande procura, foi aberta uma turma extra. A primeira etapa da oficina aconteceu em setembro de 2020 e a segunda em outubro. Ao todo, participaram 65 pessoas de 54 cidades diferentes. A equipe de programação da POIESIS e eu concordamos em utilizar as vantagens do ambiente virtual e não trabalharmos apenas com pessoas residentes do estado de São Paulo, mas de qualquer outra parte do Brasil. Assim, houve a participação de pessoas das regiões Nordeste, Centro-oeste e Sul. Essas escolhas proporcionaram um ambiente bem diverso, com pessoas das mais diferentes formações, idades e áreas de atuação.

A oficina combinou um conteúdo teórico sobre as principais características do gênero documentário: a origem desse tipo de cinema, modos de representação e estratégias de aproximação aos temas e pessoas que participam do filme. Em paralelo, foram abordados aspectos práticos de captação de som e imagem. Como lição de casa, os participantes deveriam produzir algum material audiovisual sobre o seu cotidiano. Os resultados foram muito variados: de paisagens rurais a praias do litoral norte de São Paulo. A diversidade cultural também mostrou-se presente nos diferentes sotaques e hábitos diários. O conteúdo registrado foi compartilhado entre todos utilizando a plataforma Google Drive, assim, era possível ver o que cada colega estava produzindo.



Fig. 06: Fotograma de vídeo produzido durante a oficina “Documentários Domésticos”, 2020.

Para o último encontro de cada turma, puxei todo o material produzido e juntos realizamos o processo de edição. Com a tela do software de edição compartilhada, pudemos criar coletivamente uma narrativa para essas imagens e realizar um trabalho um pouco diferente da estética “quarentênica” das janelas de encontros no Zoom e Google Meet.

Algo interessante nesse tipo de prática é a junção de imagens feitas em lugares e situações completamente diferentes, mas que na montagem audiovisual acabam se fundindo, criando paisagens imaginárias. Em cada uma das duas turmas foi possível a realização dos minidocumentários³⁴.

Em janeiro de 2021, “Documentários Domésticos” fez parte do programa da 24ª Mostra de Cinema de Tiradentes. Na ocasião a metodologia adotada foi a mesma que na das oficinas da POIESIS. Também puderam participar pessoas de diversas regiões do país, com um enfoque maior em residentes do estado de Minas Gerais. Assim como nas outras edições, foi possível a realização de um minidocumentário³⁵.

As oficinas também contribuíram para a formação de redes colaborativas entre os participantes e muitos deles passaram a produzir seus próprios conteúdos após as atividades.

³⁴ Minidocumentário da primeira turma: <<https://youtu.be/OalleiPD8s0>>

Minidocumentário da segunda turma: <<https://youtu.be/GZHjrz0w4Dk>>

³⁵ Disponível em: <<https://youtu.be/kVqTrxdmCnA>>



Fig. 07: Fotograma de vídeo produzido durante a oficina “Documentários Domésticos”, na 24ª Mostra de Cinema de Tiradentes, 2021.

Considerações Finais

Falar sobre as alterações e adaptações as quais fomos - e ainda estamos sendo - forçados por conta da pandemia já tornou-se lugar comum. Atividades de formação que envolvam ações presenciais foram algumas das primeiras a serem suspensas e, certamente, estarão entre as últimas a serem retomadas. Diante desse contexto são necessárias novas estratégias executadas através do ambiente virtual. Porém, não se tratam de práticas que busquem substituir o presencial, isso seria rebaixar as atividades remotas a um nível de improviso, como uma gambiarra.

As atividades artísticas de formação desenvolvidas durante a extensa quarentena devem buscar um enfoque em um conteúdo que depois possa ser colocado em prática quando, finalmente, pudermos retomar nossas atividades cotidianas com segurança. Os programas “Documentários Domésticos” e “Orientação de Desenvolvimento de Curtas” são práticas que foram realizadas segundo essa linha de pensamento, visando desdobramentos em um momento pós-covid-19.

Capítulo 10

ENGAJAMENTO EM ATIVIDADES REMOTAS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Lucas Dutra Pradie
Flávia do Prado Martins
Flávia Garcia de Souza
Suelen de Lima Bach

ENGAJAMENTO EM ATIVIDADES REMOTAS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Lucas Dutra Pradie

*Acadêmico de Psicologia: Graduação, em andamento, URCAMP – RS;
lucasdutr pradie@hotmail.com*

Flávia do Prado Martins

*Acadêmico de Psicologia: Graduação, em andamento, URCAMP – RS;
martinsflavia811@gmail.com*

Flávia Garcia de Souza

*Acadêmico de Psicologia: Graduação, em andamento, URCAMP – RS;
flavinhagarciasouza2014@gmail.com*

Suelen de Lima Bach

*Psicóloga: Doutora em Saúde e Comportamento – UCPel – RS;
bachsuelen@gmail.com*

Resumo: No processo da aprendizagem a participação e a interação dos alunos nas atividades são de suma importância para o seu desenvolvimento. Considerando as modificações e adaptações necessárias para a mudança do ensino presencial para o remoto, o engajamento dos alunos tornou-se mais desafiador. A psicologia escolar é uma área de atuação que utiliza-se de diversos saberes de diferentes áreas da psicologia como ciência particular, reconhecendo os elementos envolvidos no processo educativo que ocorrem no ambiente escolar, não apenas de origem pedagógica. O presente trabalho tem como objetivo, verificar quais os fatores favoreceram o engajamento dos alunos nas atividades remotas. Os encontros e atividades ocorreram de forma remota, através do Google Meet. Todas atividades foram adaptadas para que pudessem ser executadas de forma virtual, e estas eram planejadas de acordo com as demandas evidenciadas durante os encontros. O trabalho realizado com os alunos do 1º, além do desenvolvimento de temas importantes para a adolescência, teve um olhar mais sensível no que diz respeito a aproximação relacional entre os alunos-professora-estagiários, já com as turmas do 2º e 3º, deu-se continuidade na abordagem de temas pertinentes a adolescência e

questões emocionais. No decorrer dos encontros, observou-se que a participação foi aumentando, tornando-se mais ativa, dando assim, maior desenvolvimento dos temas abordados, potencializando os resultados, além de um funcionamento mais dinâmico. A partir do relato de experiência dos acadêmicos, conclui-se que os fatores que favoreceram o engajamento destes alunos nas atividades, foram a aproximação relacional e a forma de abordagem dos temas. E os fatores destacados que favoreceram o engajamento dos alunos nas atividades propostas, foram a aproximação relacional e a forma de como os temas foram abordados.

Palavras-chave: Engajamento escolar. Ensino Médio. Ensino Remoto.

Abstract: In the learning process, the participation and interaction of students in activities are of paramount importance for their development. Considering the modifications and adaptations necessary for the change from face-to-face to remote teaching, student engagement has become more challenging. School psychology is an area of activity that uses different knowledge from different areas of psychology as a particular science, recognizing the elements involved in the educational process that occur in the school environment, not only of pedagogical origin. The present work aims to verify which factors favored student engagement in remote activities. The meetings and activities took place remotely, through Google Meet. All activities were adapted so that they could be performed in a virtual way, and these were planned according to the demands evidenced during the meetings. The work carried out with the 1st students, in addition to the development of important themes for adolescence, had a more sensitive look with regard to the relational approach between the students-teacher-interns, while with the 2nd and 3rd classes, continuity in the approach of themes pertinent to adolescence and emotional issues. During the meetings, it was observed that participation increased, becoming more active, thus giving greater development of the topics addressed, enhancing the results, in addition to a more dynamic operation. Based on the academics' experience report, it is concluded that the factors that favored the engagement of these students in the activities were the relational approach and the way of approaching the themes. And the highlighted factors that favored the students' engagement in the proposed activities were the relational approach and the way in which the themes were approached.

Keywords: School engagement. High school. Remote teaching.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que no processo da aprendizagem a participação e interação do aluno nas atividades são de suma importância para o seu desenvolvimento, dessa maneira, o educador deverá buscar diferentes maneiras de abordar e estimular este aluno a engajar-se nas tarefas escolares. Segundo Julio, Vaz & Fagundes (2011) o engajamento escolar pode ser compreendido como a vinculação estabelecida entre aluno - atividade escolar - nível de motivação. A relação entre estes três aspectos pode ser influenciada por diferentes fatores contextuais, bem como o estilo da

atividade, a dificuldade, postura do educador, a interação com os colegas e as experiências anteriores (SELKO- PEREIRA, VALLE & WILLIANS, 2015).

Considerando as modificações e adaptações necessárias para a mudança do ensino presencial para o remoto, o engajamento dos alunos em atividades escolares, tornou-se mais desafiador, pois o educador compete com estímulos que antes não existiam no ambiente escolar. Pois, com este cenário pandêmico em que nos encontramos, o educador, além de orientar e motivar, também precisou, atualizar-se e adaptar-se às tecnologias que antes não eram o principal material de trabalho, assim foi necessário descobrir e identificar técnicas de como manter a motivação do aluno (COSTA et al. 2020).

A Psicologia Escolar, para Martinez (2010), é uma área de atuação profissional que exige a utilização de diversos saberes de diferentes áreas da psicologia como ciência particular, reconhecendo os elementos envolvidos no processo educativo que ocorrem no ambiente escolar, não apenas origem pedagógica, mas também de ordem subjetiva, relacional e organizacional. Ainda segundo o autor, o psicólogo escolar é um profissional que utiliza os conhecimentos desenvolvidos acerca do funcionamento da psique humana para a contribuição nos processos de aprendizagem e do desenvolvimento existentes no contexto escolar.

Desse modo, justifica-se a relevância do presente estudo a fim de promover maior conhecimento e compreensão sobre a temática de engajamento em atividades entre alunos do Ensino Médio, além da abertura a reflexões de como trabalhar, estimular os alunos e envolvê-los nas atividades, considerando que esta é uma contribuição importante da Psicologia Escolar ao campo educacional. Tendo como objetivo verificar quais os fatores que favoreceram o engajamento dos alunos nas atividades remotas.

METODOLOGIA

O trabalho refere-se ao estágio de Psicologia Escolar e da Educação, realizado no segundo semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2021, no Colégio da URCAMP de São Gabriel/RS, com as turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Todas as atividades ocorreram de forma remota, em razão da pandemia. Os encontros ocorreram de forma virtual, através do *Google Meet*, durante os períodos das aulas de Sociologia e Ensino Religioso. Foi preciso adaptar

as atividades desenvolvidas, para que pudessem ser executadas virtualmente, e que ainda assim, fosse possível atingir os objetivos de cada atividade.

As atividades eram planejadas de acordo com as demandas que foram sendo evidenciadas a cada encontro. Dessa maneira, buscaram-se formas criativas e ferramentas que auxiliassem na abordagem dos temas e que chamassem a atenção dos alunos para que os mesmos se sentissem motivados a participar.

Foram utilizadas aplicações do *Google*, bem como os formulários, apresentações tanto de slides quanto de vídeos e também o *Jamboard*, entre outras ferramentas da internet, como o *Kahoot!* e o *Mentimeter*. Além das ferramentas tecnológicas, também se utilizou a autorrevelação de experiências pessoais, sendo esta, adaptada para a utilização no contexto escolar. Esta técnica é mais utilizada no contexto clínico, e tem o objetivo de obter uma aproximação relacional, buscando estabelecer uma conexão entre terapeuta e paciente (MARTINS & GUANAES-LORENZI, 2017).

Para a obtenção do feedback de cada encontro, foram realizadas perguntas referentes à reunião e também da observação em relação a participação dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho realizado com os alunos do 1º, além do desenvolvimento de temas importantes para a adolescência bem como os processos do adolescer, das expectativas do ensino médio, das emoções e dos sentimentos desta etapa e também relacionados a pandemia, teve um olhar mais sensível no que diz respeito a aproximação relacional entre os alunos-professora-estagiários. Pois, além da pandemia que gerou uma mudança na rotina diádica, estes alunos estavam passando pelo processo de transição escolar, vindo do ensino fundamental para o ensino médio. A passagem para o ensino médio é acompanhada por processos psicossociais relevantes, bem como, as novas demandas educacionais, geralmente relacionadas à transferência escolar, além de demandas sociais e psicológicas, mais especificamente na concretização de sua identidade (GOMES, 2018). Ainda segundo o autor, as modificações no contexto escolar, resultantes destas transições, sinalizam que esta fase transitória é delicada para o desenvolvimento do adolescente.

Já com as turmas do 2º e 3º, deu-se continuidade na abordagem de temas pertinentes a adolescência e questões emocionais, bem como a inteligência emocional, o acolhimento das emoções e dos sentimentos neste período de pandemia. No que diz respeito ao engajamento destes alunos nas atividades propostas, mesmo com uma relação pré-estabelecida durante o segundo semestre de 2020, foi necessário realizar uma reaproximação e continuar buscando maneiras de estimulá-los a participar das atividades. Vale lembrar que o engajamento é um acontecimento que depende da interação de diferentes fatores, no qual as relações afetivas se fazem presentes e necessárias, sendo assim, somente uma boa relação educador-aluno não garante o engajamento, mas facilita. Nesse sentido, Ferreira (2010), confirma que estudantes que se sentem mais autônomos, capazes e compreendidos por seus professores, apresentam-se mais motivados e engajados com a escola.

No decorrer dos encontros realizados com os alunos, observou-se que a participação foi aumentando, tornando-se mais ativa, dando assim, maior desenvolvimento dos temas abordados, potencializando os resultados, além de um funcionamento mais dinâmico, ou seja, o processo de engajamento dos alunos foi acontecendo gradualmente, encontro após encontro. Desse modo, o engajamento escolar, para Wang & Eccles (2012 *apud* STELKO-PEREIRA, VALLE & WILLIAMS, 2015), vem sendo conceituado como um constructo multifatorial que contém elementos comportamentais bem como, a conduta positiva, observação e respeito às regras da instituição, além da participação e a iniciativa em atividades escolares, elementos emocionais envolvidos são, as reações afetivas em sala de aula, identificação com a escola e valores, e os elementos cognitivos compreendem, a motivação para a aprendizagem, a motivação interna, as estratégias de aprendizado e os esforços pessoais, e todos estes componentes se inter-relacionam de forma dinâmica.

CONCLUSÃO

A realização do estágio de forma remota oferece diversos desafios, não somente de participação dos alunos, mas também da motivação, de carga de tarefas e estímulos atípicos do ambiente escolar, além das outras pessoas que estão envolvidas neste ambiente incomum. Desse modo, faz-se necessário buscar diferentes maneiras de se trabalhar, neste novo ambiente escolar, para que as

atividades sejam mais atrativas e menos cansativas, assim, obtendo uma participação mais ativa, o que auxilia na construção do conhecimento e no desenvolvimento integrativo do sujeito.

Sendo assim, destacam-se como fatores que favoreceram o engajamento de alunos do Ensino Médio nas atividades propostas pelos estagiários de Psicologia Escolar: a aproximação relacional, através do acolhimento empático, validando e compreendendo as necessidades destes alunos; a forma de abordagem dos temas, como trabalhar, qual ferramenta utilizar, qual dinâmica se encaixa e pode ser adaptada. Ambos fatores, proporcionados conjuntamente, potencializaram o engajamento de alunos do Ensino Médio nas atividades remotas do Estágio de Psicologia Escolar.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. E. S. et al. Aplicabilidade da gamificação em sala de aula em períodos de pandemia. **Brazil Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.10, p.79789-79802, outubro, 2020.

FERREIRA, E. E. B. **A percepção de competência, autonomia e pertencimento como indicadores da qualidade motivacional do aluno.** Dissertação (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2010.

GOMES, R. C. **Regulação semiótica no self educacional de adolescentes na transição para o ensino médio profissionalizante: A atuação da exotopia dentre as posições do eu.** 228f. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2018.

JULIO, J; VAZ, A; FAGUNDES, A. Atenção: alunos engajados – análise de um grupo de aprendizagem em atividade de investigação. **Ciência & Educação**, 17(1), 63-81. 2011.

MARTINS, P. P. S; GUANAES-LORENZI, C. Autorrevelação como recurso conversacional em terapia. In: Emerson F. Rasera, Karin Taverniers & Oriana Vilches-Álvarez (Orgs.) **Construccionismo Social em acción: Práticas inspiradoras em diferentes contextos.** p. 391-418. Changrin Falls, Ohio, USA, 2017.

MARTINEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**. Brasília, v.23, n. 83, p.39-56, mar. 2010.

STELKO-PEREIRA, A. C.; VALLE, J. E.; WILLIAMS, L. C. A. Escala de Engajamento Escolar: análise de características psicométricas. **Avaliação psicológica**, Itatiba, v.14, n.2, p.207- 212, agosto, 2015.

Capítulo 11

BIOTA PAMPEANA: O QUANTO CONHECEMOS?

Wellington Vasconcelos de Souza

Ana Carolina Moraes da Silva

Anabela Silveira de Oliveira

Tamyris Ramos dos Santos

Lize Helena Cappellari

BIOTA PAMPEANA: O QUANTO CONHECEMOS?

Wellington Vasconcelos de Souza

Bolsista do projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, cursando Ciências Biológicas/URCAMP. wellingtonsouza1617@gmail.com

Ana Carolina Moraes da Silva

Voluntária do projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, cursando Ciências Biológicas/URCAMP. anasilva192498@sou.urcamp.edu.br

Anabela Silveira de Oliveira

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas: Coordenadora do Projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, Dra. em Engenharia Florestal e P.hd em Geografia, anabelaoliveira@urcamp.edu.br

Tamyris Ramos dos Santos

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas - URCAMP, Bagé, MSc. em Aquicultura, tamyrissantos@urcamp.edu.br

Lize Helena Cappellari

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas - URCAMP, Bagé, Dra. em Biociências - Zoologia, lizecappellari@urcamp.edu.br

Resumo: A catalogação da biodiversidade é fundamental para que haja a valoração de bens ambientais e, conseqüentemente, propostas de conservação da fauna, flora e funga, bem como a ampliação do conhecimento regional. O bioma Pampa corresponde a 2% do território nacional e está localizado na porção mais austral do Rio Grande do Sul, onde compreende mais de 60% do território, reconhecido atualmente por ser o bioma mais ameaçado do Brasil. A escassez de inventários biológicos na região é evidente e diminui a possibilidade do entendimento dos ecossistemas pampeanos e o potencial natural das espécies. Dessa forma, os objetivos do presente estudo foram a identificação de áreas naturais no Bioma Pampa através de geoprocessamento para registros fotográficos das espécies presentes no bioma e a construção de um site didático para divulgação científica às comunidades escolares, instituições de ensino e público em geral. O registro de espécies está sendo

realizado através de fotografias digitais feitas em áreas previamente identificadas. As espécies fotografadas são identificadas ao menor nível taxonômico possível e inseridas em site separados conforme os taxa. Informações adicionais sobre as espécies e o grau de risco de extinção também são adicionados. O site conta atualmente com 222 espécies de animais entre vertebrados e invertebrados, os dados de flora incluem 121 espécies de angiospermas e 2 espécies de gimnospermas, já funga está representada com 16 espécies. Com estes resultados, o site apresentou-se como uma ferramenta de divulgação e de esclarecimento sobre as espécies da fauna, flora e funga presentes no Bioma Pampa, dando suporte para a construção de materiais didáticos, subsídios para o reconhecimento do valor natural da região e contribuindo cientificamente para o conhecimento da biodiversidade sul rio grandense.

Palavras-chave: Flora. Fauna. Funga. Pampa, Site.

Abstract: The biodiversity is essential for the valuation of environmental and, consequently, proposals for the conservation of fauna, flora and funga, as well as the expansion of local knowledge. The Pampa biome corresponds to 2% of the national territory and is located in the south most portion of Rio Grande do Sul, where it comprises more than 60% of the territory. Despite this, the scarcity of biological search in this region is evident and reduces the possibility of understanding the Pampa ecosystems and the natural potential of their species. Objectives of the present study were the identification of natural areas in the Pampa Biome through geoprocessing for photographic records of the species present in the biome and the construction of a didactic website for scientific dissemination to school communities, institutions and the general public. Species registration is being carried out through the use of digital photographs taken in previously identified areas. Species photographed are identified at the lowest possible taxonomic level and placed on the site separately according to taxa. Additional information about the species and the degree of extinction risk is also added. The site currently has 222 species of animals between vertebrates and invertebrates, the flora data include 121 species of angiosperms and 2 species of gymnosperms, while funga is represented with 16 species. With these results, the site presented itself as a tool for dissemination and clarification of the species of fauna, flora and funga present in the Pampa Biome, providing support for the construction of didactic materials, subsidies for the recognition of the value of the region and contributing scientifically to the knowledge of the Pampea species.

Keywords: Flora. Fauna. Funga. Site. Pampa.

INTRODUÇÃO

A província Biogeográfica pampeana (CABRERA, 1963) ou o Bioma Pampa (censo IBGE, 2004) está localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas 29°47' e 31°36' de latitude Sul e 54°00' e 55°32' de longitude Oeste e ocupa uma área de 176.496 km², correspondente a cerca de 2 % do território nacional. A fitofisionomia predominante é vegetação herbácea, entremeada por vezes com capões de mato ou matas ciliares, estando a última presente nas principais planícies aluviais, em encostas mais íngremes ou na forma de núcleos associados ao campo.

O território ocupa 63% do estado do Rio Grande do Sul e considerando os países vizinhos do Argentina, Paraguai e Uruguai essa vegetação forma a mais extensa área de ecossistemas campestres da América do Sul, constituindo os Campos da Bacia do Prata; na qual, Bioma Pampa corresponde a designação da parte brasileira desses ecossistemas. A vegetação predominantemente campestre e menos frequentemente arbustiva e arbórea, conta com aproximadamente 100 espécies de árvores e arbustos e uma diversidade muito maior de bromeliáceas, cactáceas, ciperáceas, compostas, gramíneas, leguminosas, rubiáceas, verbenáceas e outras famílias botânicas que compõem um tapete herbáceo com espécies de interesse ornamental, paisagístico, medicinal e alimentício ainda pouco conhecidas (OVERBECK, et al., 2015). Entre as atividades econômicas estão a orizicultura moderna juntamente com a pecuária extensiva tradicional, a extração de areia, monoculturas, silvicultura e pecuária.

As formações campestres são importantes, pois são habitat para espécies de animais que estão ameaçadas de extinção, sendo então um bom indicador do valor que possui para a conservação da biodiversidade. No Rio Grande do Sul, 21 espécies são consideradas ameaçadas de extinção, sendo usuárias e dependentes desse tipo de ecossistema para sobreviver. (PILLAR et al., 2009)

O conhecimento da diversidade campestre é de fundamental importância para a conservação, manejo e sustentabilidade dos recursos naturais, justificando a necessidade de registrar a biodiversidade no Bioma Pampa. A diversidade de ambientes ou ecorregiões é refletida em diversidade da vegetação, essencialmente a campestre, pois a vegetação florestal demonstra uma maior homogeneidade em toda área, muito provavelmente pelo recente avanço desta e a escassez de tempo para a formação de novas espécies.

Na produção de alimentos e medicamentos são reconhecidas apenas algumas espécies com valor potencial, porém a maioria das espécies permanece desconhecida. A saber, “a carne de animais selvagens, os peixes e as plantas continuam sendo recursos vitais em muitas partes do mundo, enquanto a maior parte do alimento mundial vem de plantas originalmente selvagens que foram domesticadas em regiões tropicais e semiáridas”. Cabe salientar que muitas das espécies selvagens ainda pode ser domesticada a alimentação mundial baseia-se em aproximadamente 100 plantas domesticadas, perfazendo o mínimo da diversidade mundial de plantas que gira em torno de 235.000 espécies catalogadas. Aproximadamente 40% dos

medicamentos em todo o mundo são oriundos de princípios ativos extraídos de plantas e animais (TOWNSEND, 2010).

METODOLOGIA

O registro de espécies está sendo realizado através do uso de fotografias digitais feitas em áreas previamente identificadas. As espécies fotografadas são identificadas ao menor nível taxonômico possível e inseridos no site separados conforme os taxa. A identificação é feita através de literatura específica e consulta a especialistas, também são disponibilizados o local, a data, e o nome do autor do registro fotográfico. A revisão bibliográfica e levantamento de dados sobre as características das espécies e o grau de risco de extinção também são adicionados, sendo estes extraídos das plataformas digitais da Re flora, Flora e Fauna Digital do Rio Grande do Sul, bem como o Index Planta Name (IPNI), Wiki aves e bibliografias como Aves do Rio Grande do Sul (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

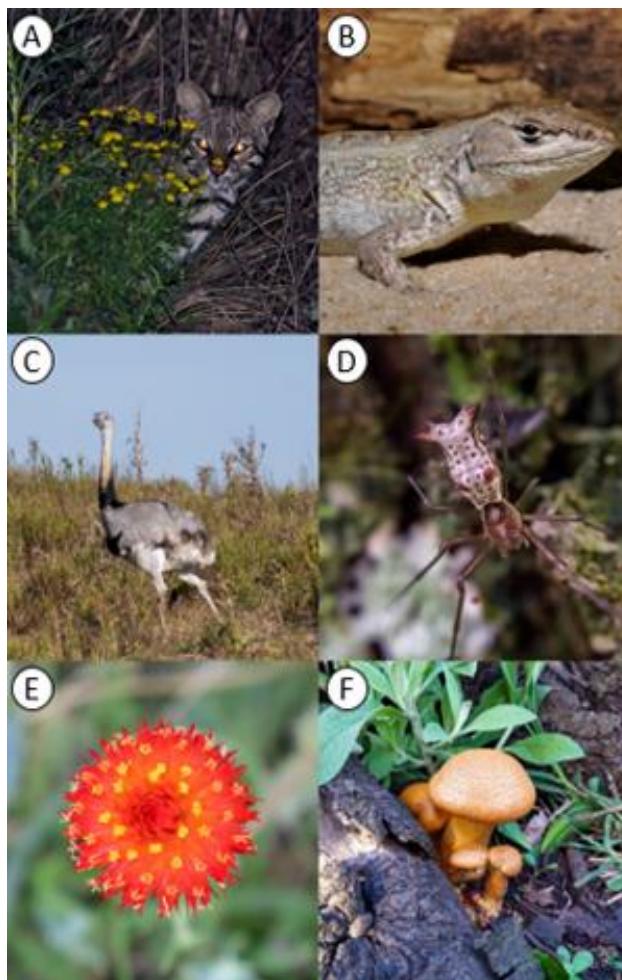
O site conta atualmente com 222 espécies de animais entre vertebrados e invertebrados e, destas, 140 estão no grau “não preocupante”; sete “quase ameaçadas”; duas “vulneráveis”; uma “em perigo” e 72 não avaliadas. Entre os vertebrados, a herpetofauna está representada por 39 espécies; aves, 104 espécies e nove mamíferos. Já o levantamento de invertebrados conta com 70 espécies de artrópodes, entre aranhas, escorpiões, quilópodes e insetos. (Figura 1: A, B, C e D).

Até o momento, foram registradas no site 36 famílias botânicas de angiospermas e 2 famílias de gimnospermas. O estrato herbáceo reúne famílias botânicas diversificadas em espécies de angiospermas, como as *Amaranthaceae* (3), *Amaryllidaceae* (2), *Apiaceae* (3), *Apocynaceae* (2), *Asclepiadaceae* (1), *Asteraceae* (20), *Berberidaceae* (1), *Bignoniaceae* (1), *Bromeliaceae* (4), *Cactaceae* (12), *Cistaceae* (1), *Droseraceae* (1), *Ericaceae* (1), *Fabaceae* (10), *Gesneriaceae* (1), *Hypericaceae* (1), *Iridaceae* (11), *Lamiaceae* (2), *Lentibulariaceae* (1), *Loasaceae* (1), *Malvaceae* (5), *Moraceae* (1), *Orchidaceae* (4), *Oxalidaceae* (1), *Plantaginaceae* (1), *Poaceae* (6), *Polygalaceae* (1), *Rubiaceae* (1), *Solanaceae* (3), *Talinaceae* (1)

Turneraceae (1), *Verbenaceae* (4). O estrato arbustivo arbóreo reúne famílias de *Arecaceae* (3), *Fabaceae* (5), *Myrtaceae* (2), *Anacardiaceae* (1), *Sapindaceae* e *Passifloraceae* (2). Entre as gimnospermas estão a família *Podocarpaceae* (1 sp.) e *Ephedraceae* (1 sp.). (Figura 1: E).

Para o reino dos fungos foram inseridos no site 16 espécies, a seguir: *Agaricus* sp., *Amanita muscaria*, *Calvatia* sp., *Cladonia* sp., *Cyathus* sp., *Gerronema* sp., *Gymnopilus spectabilis*, *Lentinus* sp., *Lepista* sp., *Macrolepiota* sp., *Macrolepiota* sp., *Pisolithus tinctorius*, *Pluteus* sp., *Ramaria* sp., *Stropharia* sp. e *Tremella* sp. (Figura 1: F).

Figura 1- Grupos trabalhados



A) Exemplar de *Leopardus geoffroyi* d'Orbigny & Gervais, 1844. Espécie considerada “vulnerável” de extinção (VU). Foto: Rafael Balestrin. B) Exemplar de *Liolaemus arambarensis* Verrastro, Veronese, Bujes & Martins Dias Filho, 2003. Espécie considerada “em perigo” de extinção (EN). Foto: Rafael Balestrin. C) Exemplar de *Rhea americana* Linnaeus, 1758, Veronese. Espécie considerada “quase ameaçada” de extinção (NT). Foto:

Filipe Idalgo. D) Exemplar de *Micrathena nigrichelis* Strand, 1908. Espécie com “dados insuficientes” (DD). Foto: Wellington Souza. E) Exemplar de *Gomphrena sellowiana* Mart., Amaranthaceae. Espécie considerada “criticamente ameaçada” de extinção (CR). Foto: Wellington Souza. F) Exemplar de *Gymnopilus spectabilis*. Espécie com “dados insuficientes” (DD). Foto: Wellington Souza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estes resultados, conclui-se que o site apresenta-se como uma ferramenta de divulgação e de esclarecimento da grande diversidade da fauna, flora e funga no bioma Pampa. Ferramentas como o site dão suporte para a construção de materiais didáticos, subsídios para o reconhecimento do valor natural da região e contribuindo cientificamente para o conhecimento da diversidade de espécies presentes no Pampa.

REFERÊNCIAS

CABRERA, A. L. & WILLINK, Y A. 1973. **Biogeografía de América Latina**. Monografía 13, Serie de Biología, OEA, Washington, D.C.,

IBGE. 2004. **Mapa de Biomas do Brasil, primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE. Acessível em www.ibge.gov.br.

MARCHIORI, JOSÉ N, C. **Fitogeografia do Rio Grande do Sul: enfoque histórico e sistemas de classificação**/José Newton Marchiori. Porto Alegre: Ed. EST, 2002, 118p.

PILLAR, V. et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. – Brasília: MMA, 2009. 403 p.

TOWNSEND, Colin R.; Begon, Michael; Herper, John L. 2010. **Fundamentos em Ecologia**. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed. 576p.

Capítulo 12

OFICINAS SOCIOCULTURAIS DE GRAFITE: EXPLORANDO A CRIATIVIDADE E ANALISANDO O DESENVOLVIMENTO

Pettersen Sousa

OFICINAS SOCIOCULTURAIS DE GRAFITE: EXPLORANDO À CRIATIVIDADE E ANALISANDO O DESENVOLVIMENTO

Pettersson Sousa

Graduando do curso de licenciatura em Artes Visuais/ UNIVASF. E-mail:

Pettersonsousa87@gmail.com

Resumo

Com o propósito de promover conhecimento sobre a manifestação artística do Grafite e proporcionar a transmissão dos conceitos e poéticas que o envolve. Foram promovidas oficinas na cidade de Petrolina PE, escola Joaquim André, bairro José e Maria em um período de 5 meses para jovens de 12 a 29 anos. Fundamentando-me na pedagogia histórico crítica e cultural, analiso o desenvolvimento dos estudantes quando lhes apresentado um conhecimento específico, aqui, técnicas de como elaborar pinturas em paredes e de como pensar esse processo artístico. O conhecimento da história da arte é passado em forma de processos criativos. Foi de principal busca, o pensamento coletivo, onde, um pudesse contribuir com o outro, assim, se dispondo em colocar-se no lugar do amigo, compartilhando suas vivências e respeitando as diferenças, transformando um mundo de distanciamento social com coletividade e respeito.

Palavra-chave: Arte. Pedagogia histórico crítica. Criatividade. Conhecimento.

Abstract

With the purpose of promoting knowledge about the artistic manifestation of Graffiti and providing the transmission of the concepts and poetics that surrounds it. Workshops were held in the city of Petrolina PE, Joaquim André School, José e Maria neighborhood over a period of 5 months for young people aged 12 to 29 years. Based on the critical and cultural historical pedagogy, I analyze the students' development when presented with a specific knowledge, here, techniques of how to elaborate paintings on walls and how to think about this artistic process. Knowledge of art history is passed on in the form of creative processes. It was the main pursuit, collective thinking, where, one could contribute with the other, thus, being willing to put themselves in the place of the friend, sharing their experiences and respecting differences, transforming a world of social distance with collectivity and respect.

Keyword: Art. Critical historical pedagogy. Creativity. Knowledge.

Introdução

A transmissão do conhecimento produzido historicamente pelos fatos sociais, é peça necessária quando o que está em questão é o desenvolvimento cognitivo,

sensorial e sentimental do estudante. Para a pedagogia histórico crítica "educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórico e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANE, 2013, p.1). Essa afirmação contribui para traçarmos estratégias de como transmitir esse conhecimento e ainda, confirmar que realmente, traz consigo um fator de contribuição para uma mudança social visando uma melhoria do bem-estar daquelas pessoas envolvidas.

Ocorreram durante os meses de novembro de 2020 a março de 2021, oficinas socioculturais de grafite, promovida pelo governo do estado do Pernambuco foi contemplado com um edital do governo do estado, a proposta eram oficinas de grafite em alguns bairros periféricos da cidade e logo que vi a oportunidade fui em busca de receber esse recurso.

Estas oficinas foram executadas na escola Joaquin André, colégio situado em uma das avenidas centrais do território escolhido, o bairro José e Maria, é um dos maiores bairros da cidade de Petrolina com cerca de vinte mil habitantes, e apesar de ser considerado uma periferia, a sua dimensão e proporção lhe torna autossuficiente, contendo feiras abertas e centros comerciais além de, várias praças e escolas espalhadas por toda sua extensão.

As oficinas foram pensadas em 8 encontros mensais de 2 horas cada, em dias de terças e quintas pela manhã, das 9:00 às 11:00 horas. Vou apontar o que pude perceber sobre o desenvolvimento dos estudantes e de como se constata a eficácia do poder de contribuição o ensino das Artes tem para a melhoria do bem-estar social, além de promover um forte diálogo com a comunidade já que o grafite é uma arte que se originou na rua e tem ela como lugar de resistência e significados, trazendo assim uma participação também da comunidade visto que tínhamos que buscar muros pelas ruas além dos já cedidos pela escola. Estar fazendo arte na rua, traz uma reflexão sobre os padrões estabelecidos pelas classes dominantes, nos faz ver o mundo em sua essência, suas variantes de realidades como também, estar na rua e escolher se expressar nela, faz parte de um modo de vida alternativo que por muitas vezes é marginalizado e incompreendido, o "Artista de Rua" esses artistas, que por vários motivos vivem fora das mídias e galerias, buscam nos muros das cidades representar suas vivências e sonhos, desejos e revoltas, eles sim vivem em um contexto onde, a sua existência é gratificante pelo fato da Arte ser presente em suas vidas, amam o

que fazem, resistem mesmo sem o devido respeito e reconhecimento que os “Artistas” não só grafiteiros, que todos os artistas de rua merecem.

ARTISTA/PROFESSOR; ENTENDENDO O SIGNIFICADO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM COMO TROCA DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS

As manifestações artísticas que não estão ao “padrão” das massas dominantes, são comumente marginalizadas e tidas como inferior, sem relevância para sociedade assim dizem. Isso traz ao professor de Artes a missão de combater esse pensamento, mostrando ao estudantes que o valor real que está na obra de arte é subjetivo e nele está agregado vários significados que vão tocar em cada de acordo de acordo com suas vivencias cotidianas, trazem em sua bagagem todo seu contexto histórico, onde esteve inserido até dado momento, que experiências esse estudante viveu e como posso com o ato de ensinar contribuir para que essa cultura herdada transforme mesclando-se ao mundo contemporâneo.

Aqui é uma síntese de como se dá essa transmissão de saberes que se transforma em produção de conhecimento. O ensino de artes às crianças e jovens, promove um despertar para questões mais sucintas a respeito de valores, valores esses que são destinados pelo sistema e com isso, como entender o modo com que a Arte pode contribuir para uma melhoria de fato social, e sobretudo, humana. A transmissão do conhecimento das Artes com o enfoque em técnicas e poéticas do grafite foi aqui elemento estruturante para chamar a atenção deles visto o grande aumento de grafiteiros e grafiteiras que estão tendo seus trabalhos reconhecidos como obras de Arte e elevando sua categoria que antes, marginal, hoje como aparato, utilizada para construir um ambiente de relações recíprocas e interativas, sobretudo, de construção de sujeitos mais tolerantes e críticos. “ A tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente, aprender com o diferente, a respeitar o diferente” (FREIRE, 1997, p. 55)

Reflexões sobre os métodos abordados são necessárias, qual didática será pensada para pôr em prática e também, sobre o desenvolvimento e interação dos estudantes no decorrer das oficinas, sobre como foi a procura desses jovens e quais estratégias foram tomadas para atrair a atenção a esse projeto que ao meu ver, uma

boa oportunidade de aprender algo novo. Para Libaneo, a didática escolhida a ser utilizada dentro da sala de aula atua diretamente.

Como uma construção individual de significados ou como um sujeito aprende, de modo que as aprendizagens sejam eficazes, duradouras, uteis para lidar com os problemas e dilemas da realidade ou em outras palavras, o que fazer para estimular as capacidades investigadoras dos alunos ajudando-os a desenvolver competências e habilidades mentais. (LIBANEO, 2001, p. 4)

É preciso escolher métodos que além de contribuir para o desenvolvimento, chame a atenção dos jovens para o que se está sendo proposto, tentar entender quais as necessidades de cada estudante e como poderíamos como professores, usar de ferramentas didáticas específicas e selecionadas como base para as demandas apresentadas por cada participante, claro que, à primeira vista o planejamento inicial é aplicado a todas os envolvidos e somente posteriormente a partir desse contato inicial, serão traçadas medidas que possam adentrar a realidade de cada um. Tentar levar o aprendizado sem tomar por referência a vida pessoal do discente, provavelmente não terá um bom resultado pois, o conteúdo apresentado não condiz como a realidade vivida pelo estudante assim, tem grande capacidade de não haver um interesse de sua parte, também não se pode deixar de lado os conteúdos empíricos que são manifestados nas experiências imediatas vivida e presenciadas por eles, que por sua vez, é aprendido no ato educativo.

Expressando conceitos e um novo ponto de vista

Após acertar todas as datas com a equipe do Juventude presente, pessoal encarregado de organizar e planejar a realização das oficinas, uma política pública governamental de cunho social assim percebi. Recebi uma quantidade de material suficiente para 8 oficinas com 20 jovens. Com esse material em mãos, logo decidi fazer um grafite na parte de fora do colégio onde acertamos que iriam ser os encontros, fui em um ponto onde considerei mais atrativo, um muro voltado a avenida principal do bairro, a intenção era realmente chamar atenção ao que se estava sendo proposto ali, oficinas de grafite gratuitas para jovens da comunidade com direito ao material necessário e um lanche todas as aulas. Sim um lanche eu considero de importância quando o assunto é ensinar afinal, como tornar sujeitos críticos sem lhes dar condições necessárias para tal. Por vezes cheguei a perceber a mudança de humor de alguns estudantes na hora do lanche, hora de rir e de uma conversa mais

descontraída, isso faz com que tenhamos a oportunidade de nos aproximar mais deles.

Esse trabalho que fiz, considerei como abertura e divulgação das oficinas, pinte um mural com a palavra alteridade no estilo bomb. Tipos de caligrafias presentes na estética do grafite, nesse mesmo momento fui tentando conversar com pessoas que por ali passavam e paravam por algum instante para olhar um pouco de como se dava o processo criativo de um grafite, procurava estabelecer um primeiro contato, falava das oficinas que iriam ocorrer próxima semana, falava sobre o papel transformador da Arte e o que estava sendo proposto e atividade que iria ocorrer naquele lugar. Essa estratégia de pintar um mural achei crucial para despertar nos jovens que passavam, o interesse em participar e se inscrever nas oficinas.

Primeiros Contatos

É ensinando que se aprende como se dá o processo de transformação do ser humano dando condições reais de assimilação e entendimento dos conteúdos abordados proporcionando como nos afirma o autor;

Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANE, 1991, p.9)

A capacidade de transmissão de um conhecimento histórico e objetivo de um ao outro, professor/estudante, materializou-se aqui em forma de oficinas socioculturais de Grafite, ensinando conteúdo do campo das Artes Visuais. No primeiro dia houve a participação de 10 jovens dentre meninas e meninos, foi um dia de primeiro contato para todas, fiz uma apresentação dos materiais que iríamos utilizar, também mostrei vários artistas grafiteiros que são minhas influências e referências regionais de outros estados e também de outros países, a intenção era passar um pouco do conhecimento sobre grafite que já estava produzido historicamente e com isso, tentar despertar o interesse deles a esse mundo que considero de grande valor no campo das Artes Visuais como ferramenta de produção educacional e de forte contribuição para uma melhoria do bem-estar social e do respeito as diferenças e a diversidade contida em nosso território miscigenado que é o Brasil.

Foram entregues aos jovens uma pasta, uma prancheta com 2 folha de ofício, um lápis e uma borracha, além de um sketch book, diário de desenhos onde a proposta era que eles desenhasssem coisas do seu cotidiano, sugeri que os jovens riscassem algo a qualquer momento do seu dia, era uma tentativa deles se dedicarem e demonstrassem se estavam interessados nas atividades ou não, Caderno esse que foi utilizado durante todo o período das oficinas para retirar referências para produzir suas obras, não como uma cópia mais sim como um aparato que assegure a transmissão do conhecimento para criação do novo.

Buscar referências até o momento de não mais precisar mais delas, vejo esse ponto de partida como essencial a quem se dispõem a trabalhar com Arte e dela viver, colher vai referências até o momento em que a pessoa internaliza as referências e as transforma.

Após o início das oficinas, com todas as precauções necessárias devido ao momento de pandemia que atravessamos. Foram propostas 8 oficinas por mês, cada uma de 2 horas de duração, eles tiveram os primeiros contatos com o universo do grafite e história das artes, cada um se apresentou dizendo seus nomes, idades e o que esperavam daqueles encontros. Logo depois falei sobre as latas de spray e pedi que as manuseassem e tentassem fazer algum desenho na parede, manuseio de latas que por sua vez, é material principal quando o assunto é a Arte do Grafite.

Ao analisar os desenhos feitos no primeiro momento, pude notar as referências que surgiram, corações, estrelas, símbolos e figuras que aparecem constantemente no nosso cotidiano, também reparei que eles pintavam seus nomes em algumas partes, vejo isso como uma forma de se afirmar que pertencente ao local ou simplesmente mostrar que estiveram ali, fato confirmado quando me fizeram várias perguntas sobre se iria apagar os desenhos, essa preocupação se dá pois querem que ocorram uma permanência da arte naquele local e assim mostrar seu pertencimento ao local. Surgiram símbolos da cultura local como o mandacaru, espécie de planta comum no sertão do Brasil, o sol que é praticamente titular quando o assunto é criar um cenário nordestino também não faltou, desenho de folhas de árvores e até mesmo, símbolos misteriosos como um olho dentro de uma pirâmide ou uma simples estrela.

Essa é uma prova de que somos conduzidos a agir pelos fatos que vivemos no nosso cotidiano, o conteúdo que é visto é absorvido e perpassado, mesmo sem intenção, as referências de nossas vivências sempre aparecem no nosso cotidiano, uma espécie de perpetuação do conhecimento produzido.

Tal processo nós podemos traduzir na rubrica “trabalho material”. Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). (SAVIANE, 1991, p.12)

Soltando o traço

O horário escolhido foi pela manhã das 9:00 às 11:00 horas, considerei que nesse horário os jovens iriam estar com a mente mais aberta ao conhecimento pois, pela manhã eles ainda não tinham absorvidos muitas informações no seu dia. No segundo encontro após um primeiro momento no pátio da escola, fomos para a quadra de esportes pois lá era um espaço aberto e com muita parede disponível assim me pareceu mais adequado para as aulas. Apresentei uma técnica de como criar personagens cartoon no papel e logo depois fomos fazer um exercício de soltura de traço com o spray, que nada mais é que tentar controlar o fluxo de ar que sai pelo bico da lata após pressionada, e com isso determinar a grossura do seu traço. (Fig.1), nos primeiros dias se observa uma insegurança deles pois, não estavam habituados ao contato com essas matérias porém no decorrer das atividades esse quadro mudou e foram cada vez mais se familiarizando e se desinibindo quanto ao manuseio das ferramentas necessárias para a execução do grafite.



Figura 1: Estudante praticando a solturas de traço. Fonte; Arquivo pessoal.

Esse foi um momento em que pude notar que teve relevância pois, a partir da criação de um personagem no papel os meninos e meninas, foram tentar fazer o mesmo na parede. Sempre procuro dizer aos estudantes que busquem referências, em livros e revistas em quadrinhos como um ponto de partida, pensar bem no que será produzido para conseguir melhores resultados ou que esses resultados sejam significativos na vida de cada um, é preciso um direcionamento para quando se chegar na frente de uma parede com as proporções bem maiores do que a folha de papel, estar mais seguros do que vão fazer, não acho legal ficar em frente a parede pensando o que vai ser feito.

Antes de fazer um grafite na rua ou para algum cliente, é preciso criar antes um projeto, ou simplesmente um esboço do que quer pintar, sair para pintar e já está com uma ideia formulada facilita no processo criativo e o desenvolvimento do trabalho, porém, nada engessado ou rigidamente definido, o trabalho artístico tem a capacidade de fruição e transformação em pleno processo criativo, várias possibilidades e formas podem aparecer no resultado final. O artista/professor além de ter criatividade, é preciso ter organização e planejamento, ele tem que buscar “uma concepção elaborada, orgânica e coerente” (SAVIANE, 1991, p.41) Ter consigo o domínio de

conteúdos e repassá-los como forma de produção cultural em busca de uma transformação social.

A autonomia ela é forjada com a internalização de várias referências, ninguém aprende por si só, há sempre um bom toque que podemos pegar de alguém a respeito daquele ou desse assunto, daquela ou dessa técnica, uma relação de conteúdo e forma que estão de fato inseridos no processo criativo e educativo.

Grafite em perspectiva ou em um ponto de fuga

Nas observações que fiz quando propunha a execução de uma determinada atividade, pedi para que desenhassem algo que viesse em suas mentes, logo, já recorriam a imagens de casas em perspectiva ou em três dimensões, árvores, pássaros etc.... um cenário presente na vida e cotidiano de muitas pessoas por isso é tão natural essa representação estereotipada quase que generalizada. A parti dessa percepção resolvi mostrar a eles como se monta um cenário com perspectiva ou em ponto de fuga.



Figura 2, praticando e aperfeiçoando os conteúdos aprendidos. Fonte; Arquivo pessoal.

Nesse dia tinha feito um planejamento para lhes mostrar várias imagens e pequenos vídeos com retroprojeto, porém não deu certo, problemas técnicos ocorreram então tive que improvisar. Peguei o desenho de um cenário de uma casa e

mostrei a elas como montar em dois pontos de fuga colocando a vista em uma perspectiva. Essas técnicas consistem em traçar uma linha horizontal na folha de uma extremidade à outra na altura que quiser, essa se chama a linha do horizonte, depois se estabelece 2 pontos de fuga, um em cada extremo da linha do horizonte e em seguida, traçamos várias retas a partir de cada ponto em direção ao seu raio, pode ser para qualquer lado, essas são as linhas em que vamos basear toda a estrutura do desenho.

Essa é uma aula que considero importante pois mostra o quanto nossos olhos podem nos enganar quando o assunto é colocar proporções e perspectivas nos desenhos, é muito massa ver a reação deles quando percebem que para criar aquele cenário só precisamos armar alguns pontos de fuga em seus respectivos lugares e traça-los, colocar no papel nossas referências e vontades. No grafite a perspectiva em pontos de fuga é muito usada em um estilo que se denomina como *willdstyle*, expressão no grafite que surgiu por volta dos anos 90 nos bairros periféricos dos Estados Unidos.

Criação de stêncil

Outro tema abordado foi a criação de stêncil, técnica que consiste em moldes de papel vazados recortados com estilete. Faz-se um desenho em um papel de gramatura um pouco mais grossa e depois disso, recorta-se as partes em que você quer que a tinta atravesse e toque a parede, relativamente simples de fazer e facilita muito a vida dos artistas grafiteiros pois sua aplicação é mais simples e rápida. Depois que o stêncil está pronto, podemos tirar quantas cópias daquele mesmo desenho quiser. Surgiram muitas figuras geométricas como círculos e triângulos, algumas frases como Deus é fiel além do nome deles próprios, mais uma vez esse sentimento se de afirmar como sendo pertencente ao território aflora no processo criativo. O ambiente estabelece o meio e nossas vivências estão enraizadas nas nossas atitudes e escolhas. (*fig. 2*)



Figura 3. Elaborando stêncil. Fonte; Arquivo pessoal.

Teoria das cores

A escolha das cores as vezes são bem planejada e estudadas, a artistas que escolhem cor a cor ao montar sua paleta, respeitando uma teoria das cores e outros que simplesmente agem pela expressão e as harmonizam com toda. Ter um conhecimento básico sobre teoria das cores é um assunto que acredito deveria ser aplicado dentro da sala de aula mais precisamente na educação básica. A cor está por toda parte e faz um grande diferencial num ambiente, as cores que vemos com todas aquelas tonalidades que nos chamam atenção, por muitas vezes são bem planejada e estudadas, a artistas que escolhem cor a cor ao montar sua paleta, respeitando uma teoria das cores e outros que simplesmente agem pela expressão e as harmonizam com toda maestria que desenvolveram durante seus anos dedicados a Arte.

O círculo cromático é montado a parti das cores primárias que são; vermelha, azul e Amarela, essas três cores misturadas em proporções variadas nos dá uma gama imensa de tonalidades e ainda, acrescentando a elas o branco ou preto esse número se estende ainda mais. As misturas de duas cores primárias formam uma cor secundária, e a mistura de duas cores secundária forma uma terciária, etc..... No

círculo montado (fig.3) observem que as cores primarias quando misturada com outra, surgir uma cor intermediaria ou secundaria, exemplo do azul que foi misturado ao amarelo dando origem ao verde ou o vermelho com o azul fez surgir o roxo. Algumas vezes nos deparamos que certa cor que queríamos usar acabou e vamos precisar.



Figura 4. Círculo cromático de cores. Fonte; Arquivo pessoal.

Toda forma de Arte é válida e aqui estamos para transmitir o máximo de conhecimento acumulado durante anos e repassados com respeito ao outro. Depois de ter absorvido a referência abstraia e extrapole, você é o artista/professor.

Roda de conversas

Existiram nas oficinas um uma roda de conversas nomeada de “momento se liga” sentávamos em círculo e se iniciava algumas perguntas sobre o que estava achando do encontros como também eu os perguntar como era o seu convívio em sua rua e no seu bairro, e como eles viam essa relação do grafite com sua comunidade, tentava saber que visão sobre o desenho eles poderiam passar quando passavam por esses desenhos inseridos nas paredes cotidianamente presenciados no nosso dia a dia, além de uma conversa mais direcionada ao grafite também tratávamos de temas como o que eles sabiam sobre o Bulling, sobre o racismo, preconceito, homofobia e vários outros temas que iam surgindo na conversa, sempre boas conversas acompanhadas de um lanche, essencial para manter a dignidade com vontade de fazer.

Foi um momento de muitas discursões e reflexões. Uma das participantes, uma estudante disse que quando criança suas amigas lhe atiravam gozações dizendo que ela tinha o cabelo de Bombril, com isso ela ficava com vergonha ao ponto de pedir a sua mãe que alisasse seu cabelo, perguntei a ela se já tinha superado isso visto que ela estava com os cabelos soltos e bem encaracolados, ela respondeu que sim, mais a única coisa que ela parecia inconformada foi que, no momento do bullying que ela sofria em relação ao seu cabelo, as meninas que diziam ser suas amigas, riam também, e isso a tocou mais ainda, “saber que estava de certa forma sozinha e não tinha com quem contar” assim ela nos relatou. Totalmente compreensivo esse sentimento afinal “os amigos de verdade respeitam opiniões e não tiram sarro nosso” novamente suas palavras. Saber que temos uma amiga com quem contar nesses momentos é muito significativo e fortalecedor, a companhia do outro muitas vezes nos deixam mais seguros.



Figura 5. Roda de conversas. Fonte; Arquivo pessoal.

Essas rodas de conversa duravam em torno de uma hora e logo depois, dávamos continuidade aos tramos visto a disposição e entusiasmos que muitos apresentavam nas conversas, perceber qual o interesse dos estudantes e deixar as oficinas também serem construídas junto com as meninas e meninos e seus interesses também.

Houve dias em levei para eles vários HQ, s, histórias em quadrinhos que leio e uso também como boas referências. A ideia foi que nós pudéssemos criar a partir do estudo daquelas revistas e livros ilustrados, fiz uma breve demonstração de como faço o esboço observando, os desenhos cômicos das revistinhas, depois propus a eles que fizessem o mesmo. Somente com a pratica do que se propõem a fazer é que vamos conseguir mais facilidades vê descobrir novos caminhos que a Arte pode proporcionar à vida.

Penso a Arte como processo histórico de criação de conhecimento cultural da humanidade. Acho de fundamental importância nos referenciarmos quando o assunto se trata das artes visuais. O incentivo à leitura que esse quadrinho proporciona, também gosto muito, ao ver as figuras e desenhos, os jovens tem interesse de saber o que eles então dizendo e logo recorrem a leitura dos balões comunicativos existentes nas histórias, ato esse que considero fator de diferenciação quando se trata de despertar a criatividade, Leitura! Por isso meninas e meninos, tornem a leitura um habito em suas vidas, serio mesmo, a leitura transforma quem se dispõem a ela.



Figura 6, pintura de mural na rua. Fonte; Arquivo pessoal.

Elaboração de um mural

Depois de alguns encontros, estávamos prontos para encarar a rua e fazer um mural, planejamos a elaboração de um painel na parte de fora dos muros do colégio, na rua, até então só estávamos pintando na parte interna da escola. O grafite é uma Arte que sua origem se construiu na rua e é lá que vamos geralmente presenciar essas manifestações artísticas que por algum momento, ao olhar uma obra, poder refletir sobre seus infinitos significados e valores. Quando eu propus fazer o trabalho na parte de fora dos muros da escola, logo todos se animaram, estávamos ali como uma equipe e sabíamos que um ajudaria o outro no que precisasse, esse fator é encorajador, poder contar com o coletivo unido e com a mesma intenção.



Figura 7, Mural pintado no oitavo encontro das oficinas socioculturais de grafite. Fonte; Arquivo pessoal.

Foi um dia muito importante em minha vida e acredito que na de todos que ali estavam, era uma nova experiência para muitos deles e esse astral que acontece quando se está na rua contagia a todos e torna o processo bem divertido e proveitoso, o fato de ter um público ao redor observando, acredito que dá um ar de importância maior e com isso elas se dedicam mais e querem mostrar o que realmente aprenderam. Quanto ao tema, pedi que eles criassem algo com base nas referências apresentadas no decorrer das oficinas. Foi muito bom!

Considerações finais

Hoje no Brasil estamos vivendo um momento de muitas incertezas e conflitos, o governo federal parece cada vez mais marginalizar as periferias e sabemos, cortar recursos voltados a educação e cultura. Vi nessas oficinas uma oportunidade de mudar um pouco o cotidiano dessas pessoas através do ensino das Artes, e tentar de forma expressiva trazer um bem-estar social mais digno as meninas e meninos que participaram, pretendo com isso fortalecer a cena cultural da minha região e sobretudo fortalecer as crianças e jovens para que possam enxergar o mundo com mais possibilidades e mais humanizado.

A Arte do grafite é aqui transmitida de forma lúdica e dinâmica, com estratégias para chamar a atenção ao aprendizado, formando um universo de troca de conhecimento e sentimentos. Acredito num resultado significativo na vida de cada um pois surtiu efeito na comunidade e contribuiu para uma melhoria do bem-estar na sociedade, buscando um mundo mais justo progressivo e democráticos a todas e todos que se dispõem à revolução social.

Referências

- FREIRE, Paulo. 1921-1997 *Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo, 1921-1997 *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática: teoria da instrução e do ensino*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SAVIANE, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11a ed. Campinas: Autores Associados; 2013.
- SAVIANI, D. (1989). *Escola e Democracia*. 21. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados.
- SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008a.

Capítulo 13

ANÁLISE ESPACIAL DOS FOCOS DE QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE LÁBREA, AMAZONAS E SUA CORRELAÇÃO COM O DESMATAMENTO

Gabriel Garreto dos Santos

João Paulo Ferreira Neris

Gabriel Brasilino de Araújo

Thalya Eduarda Nunes da Silva Santos

Rejane Gonçalves de Araújo

Claudionor Braga da Silva Júnior

ANÁLISE ESPACIAL DOS FOCOS DE QUEIMADAS NO MUNICÍPIO DE LÁBREA, AMAZONAS E SUA CORRELAÇÃO COM O DESMATAMENTO

Gabriel Garreto dos Santos

Graduando do curso de Agronomia do Instituto Federal do Pará – IFPA,

gabrielgarretosan1@gmail.com

João Paulo Ferreira Neris

Graduando do curso de Agronomia do Instituto Federal do Pará – IFPA,

paulonerisfer1@gmail.com

Gabriel Brasilino de Araújo

Graduando do curso de Agronomia do Instituto Federal do Pará – IFPA,

gabrielaraujoagron@gmail.com

Thalya Eduarda Nunes da Silva Santos

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Ceuma,

thalya.nunes2@gmail.com

Rejane Gonçalves de Araújo

Especialista em Educação do Campo Instituto Federal do Maranhão – IFMA

Graduação em Pedagogia Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

rejanearaujo07@hotmail.com

Claudionor Braga da Silva Júnior

Mestre em Ciências da Educação Universidade de Trás-os-Montes-Douro-UTAD

Especialista em Educação do Campo Instituto Federal do Maranhão – IFMA

Graduação em Matemática Universidade Federal do Maranhão – UFMA,

claudionorjunior1@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como área de estudo o município de Lábrea/AM, que utiliza muito ainda, o processo de queima como ferramenta de limpeza de áreas agrícolas. Dentro desta abordagem objetivou-se, analisar a densidade de focos de queimadas deste município no decorrer do ano de 2019, e correlacionar com dados subsidiários bem como o desflorestamento ao datar do mesmo período supracitado. Para isso, utilizou-se de ferramentas de geotecnologias para analisar padrões espaciais e relação, com mapa gerado a partir da metodologia de Kernel, tendo em vista a necessidade, de conhecer a atual situação do município sobre essa problemática abordada. Este processo foi realizado através de um SIG utilizando ferramentas do sensoriamento remoto e aplicando o método de Kernel, verificando os pontos mais críticos desses focos. Assim, verificou num período de um ano, um número de 15.110 focos registrados sendo os meses com maiores ocorrências de julho a outubro com ênfase no mês de agosto que registou 61,54 % do total de todos os focos do ano de 2019. Alcançando gravidades alta e muito alta de incidências desses focos na região leste em assentamentos rurais e ao sul em estabelecimentos agrícolas no extremo sul que faz divisa com os estados do Acre e Rondônia, inferindo-se, com estes resultados através do produto cartográfico criado para esta pesquisa, que os desflorestamentos possuem correlação efetiva com as áreas queimadas, haja visto, que ambos os processos estão em posicionamentos geográficos iguais ou similares. Esse fato tem ocorrido, justamente pela pressão sofrida dessas terras, sobretudo para expansão das atividades pecuaristas da região. Por fim conclui-se que a relação entre as variáveis analisadas, mostrando que os focos de calor são resultantes da remoção da cobertura vegetal, que foi desmatada, dessa maneira influenciando no maior registro e detecção desses focos.

Palavras-chave: Queimadas. Método de Kernel. Análise Espacial.

Abstract: The present article has as its study area the municipality of Lábrea/AM, which still uses the burning process as a tool for cleaning agricultural areas. Within this approach, the objective was to analyze the density of fires in this municipality during the year 2019, and to correlate with subsidiary data as well as deforestation when dating from the same period mentioned above. For this, geotechnological tools were used to analyze spatial patterns and relationship, with a map generated from the Kernel methodology, in view of the need to know the current situation of the municipality on this problem addressed. This process was carried out through a GIS using remote sensing tools and applying the Kernel method, verifying the most critical points of these foci. Thus, in a period of one year, a number of 15,110 outbreaks were registered, with the months with the highest occurrences from July to October, with an emphasis on the month of August, which recorded 61.54% of the total of all outbreaks in the year 2019. Reaching severities high and very high incidence of these foci in the eastern region in rural settlements and in the south in agricultural establishments in the extreme south that borders the states of Acre and Rondônia, inferring, with these results through the cartographic product created for this research, that deforestation has an effective correlation with the burned areas, given that both processes are in the same or similar geographic positions. This fact has occurred, precisely because of the pressure suffered by these lands, especially for the expansion of livestock activities in the region. Finally, it is concluded that the relationship between the variables analyzed, showing that the hotspots are the result of the removal of vegetation cover, which was deforested, thus influencing the greater registration and detection of these outbreaks.

Keywords: Fires. Kernel Method. Spatial Analysis.

INTRODUÇÃO

O fogo agi na vegetação da Amazônia, como um fator determinante na forma e modos de manejo dos agroecossistemas empregados, estando vinculada erroneamente às práticas culturais exercidas desde atividades realizadas por pequenos produtores familiares no seu ambiente de produção a grandes tarefas realizadas dentro escopo do agronegócio, como nas lavouras e da pecuária (Sales et al., 2019).

Desse modo, as queimadas são praticadas por distintas categorias de produtores agrícolas e pecuaristas: por produtores rurais, é adotada como técnica de limpeza do terreno seguidas do desflorestamento e queima de pragas presentes em plantações; por criadores de gado, o uso é empregado para o manejo e manutenção das pastagens. Além disso, é utilizada em sistemas de produção intensos, como é o caso do plantio de cana-de-açúcar (MIRANDA, MORAES E OSHIRO, 2006).

No entanto, o uso inapropriado e intensivo dessa prática pode trazer inúmeras causas danosas ao meio ambiente, incluindo maiores áreas degradadas no ambiente, solos descobertos e contribuindo ainda para a perda de diferentes espécies vegetais e animais. Segundo Silva Junior et al. (2015), a prática de desflorestamento e de queimadas comprometem a paisagem, trazendo mudanças significativas na cobertura da terra, como também ao seu manejo, e ao datar de alguns períodos acarreta gravíssimos danos à saúde da terra, pois podem promover intensivamente no seu processo de desertificação.

Corroborando com autor acima, Bernardy et al. (2011), afirma que a queima traz como malefício uma série de questões danosas, incluindo a degradação dos solos e alterando as propriedades e auxiliando ainda na erradicação dos organismos ali vivos e contidos neste atributo, promovendo mudanças adversas nas propriedades da física da química e também da biologia de todo o ecossistema.

Ainda podendo ser uma grande ameaça a toda a fauna e flora agindo com o potencial destrutivo por onde as chamas do fogo circulam, eliminando diferentes espécies vegetais e animais contribuindo radicalmente para a perda parcial e total da biodiversidade dos ecossistemas.

Diante do exposto, das inúmeras atividades danosas ao ambiente natural é relevante estudos que busquem entender o fogo e o seu dinamismo no espaço e buscar compreender a origem desses incêndios correlacionados com diferentes variáveis ambientais a exemplo do próprio desmatamento que outrora tem contribuído para essa crescente expansão de incêndios florestais.

Para o alcance disso, as geotecnologias têm sido indispensáveis na identificação e detecção desses focos de queimadas da vegetação. Em que técnicas de sensoriamento remoto aliado com ferramentas de geoprocessamento inserido em ambientes de sistema de informações geográficas (SIGs), tem ganhado cada vez mais espaço em estudos geoambientais.

Partimos do pressuposto de Pereira et al. (2012), que afirma que o emprego de análises provenientes de sistemas de informações geográficas (SIG) e sensoriamento remoto (SR) são capazes de promover e ampliar uma visão detalhada sobre a distribuição temporal, espacial, e padrões comportamentais das queimadas em diferentes escalas, oportunizando observar as interações entre o fogo e as relações sociais e ambientais de específicas regiões. Que permite um detalhamento sobre a distribuição desses focos

Diante dessa temática, o objetivo deste estudo foi quantificar a ocorrência de queimadas no município de Lábrea, Amazonas no período de 01/01/2019 a 31/12/2019 - 1 ano, com o intuito de averiguar os pontos mais críticos e afetados pelo fogo, tendo em vista a necessidade de conhecer a atual situação do município, sobre tal problemática e adicionalmente correlacionar esses focos de queimadas, com o desflorestamento no município ao datar do mesmo período estudado e verificar se ambos os processos estão posicionados geograficamente nos mesmos locais.

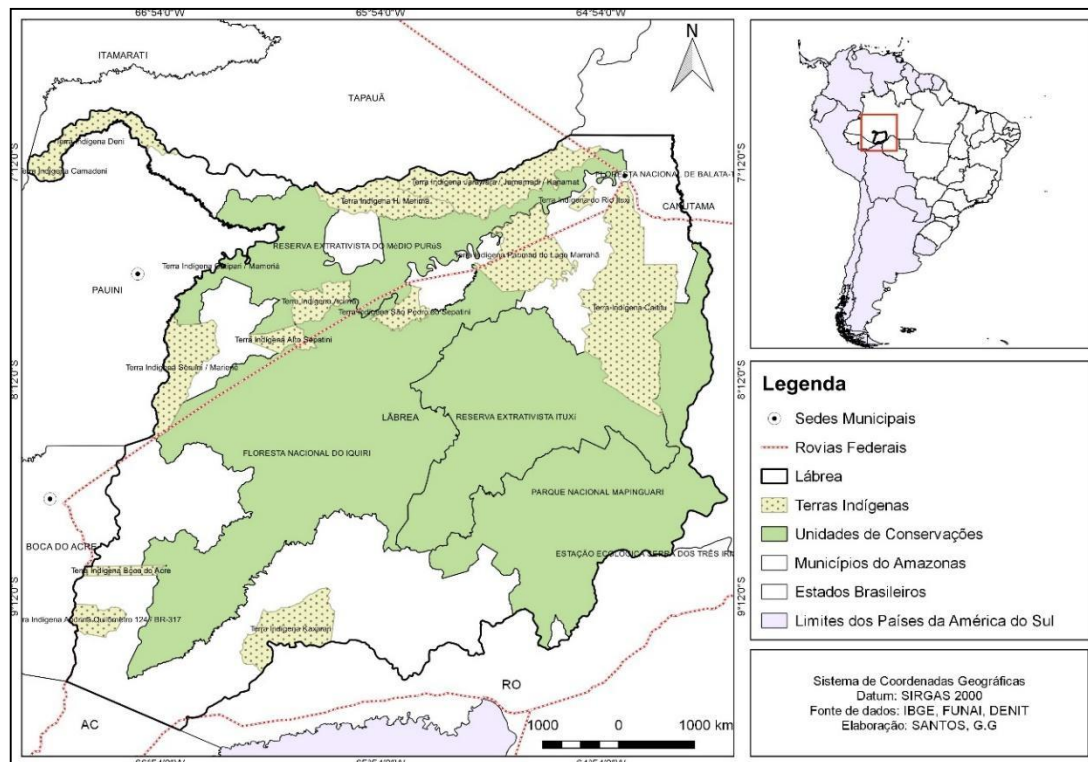
METODOLOGIA

Caracterização da área de estudo

O local de estudo foi o município de Lábrea, localizado no sul do Estado do Amazonas, a uma distância de 610 km da capital Manaus, inserido nas coordenadas geográficas 07°15'32" de latitude Sul e 64°47'52" de longitude a Oeste (Mapa 1).

Apresentando como área territorial de 68.262,696 km², com uma população de aproximadamente de 44.071 habitantes (IBGE, 2020).

Mapa 1 – Localização do município de Lábrea, Amazonas



Fonte: Autores, 2020.

O município de Lábrea possui como municípios limítrofes: Boca do Acre, Pauini, Canutama e Tapauá e os Estados de Rondônia e Acre. O acesso por via terrestre a sede do município ocorre pela rodovia BR-230 (Transamazônica). Existe acesso ao extremo sul do município, onde se localiza a grande parte do desmatamento, por estradas secundárias e clandestinas que partem da rodovia BR-364, que liga as capitais de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). A vegetação constituinte em Lábrea tem sua formação de Floresta ombrófila densa, Floresta ombrófila aberta, Áreas de formações pioneiras, Área de tensão ecológica e Savana. (IBGE, 2010).

Obtenção, processamento e interpretação de dados

Para realizar o mapeamento dos focos de calor com a sobreposição dos dados de desmatamentos, foi utilizado o banco de dados do Programa Queimadas do Centro de Previsão de Tempo e estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com ênfase nos monitoramentos do satélite NOAA – 20,

com o intuito de identificar mensalmente os focos de calor durante o período de 01/01/2019 a 31/12/2019. As informações colhidas sobre o desmatamento para o mesmo período foram coletadas na base de dados do Programa de Monitoramento da Amazônia (PRODES). E os arquivos referentes à área de estudo foram extraídos na base cartográfica do IBGE. Desse modo, estes dados foram analisados considerando os registros somente do processamento diário das imagens termais do sensor AVHRR (Advanced Very-High-Resolution Radiometer), a bordo do satélite NOAA-20.

Destaca-se que esses satélites em órbita polar (NOAAs a 800 km de distância) sugerem que uma frente de fogo com cerca de 30 m de extensão por 1 m de largura, ou maior, será detectada. Desse modo, devido à resolução espacial do satélite ser 1 km x 1 km ou mais, uma queimada de algumas dezenas de m² será detectada como tendo ao menos 1 km² (INPE, 2020).

Nesse sentido, esse satélite tem sido considerado um dos mais eficientes atualmente, para estudos espaciais e temporais no tempo, a escolha desse sensor também se deu pelo número de registro mais significativo disponível na base de dados do INPE. Em seguida, utilizou-se ferramentas de geoprocessamento, para tal foi construído um banco de dados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) no software QGIS 3.10, através de uma consulta espacial de intersecção no SIG, foram determinados os focos de queimada, no município para o período estudado.

Adiante, com os focos de calor especializados no SIG, foi aplicado o algoritmo estimador de densidade Kernel. Este interpolador é bastante utilizado na geração de uma superfície contínua com base de dados amostrais, onde esta função realiza uma contagem de todos os pontos dentro de uma determinada área espacial de influência (SOUZA, 2016). Desta maneira, indicando os principais locais mais atingidos pelo processo de queima através de sua densidade criada com este método.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número registrado de focos de queimadas (FCQ) no município de Lábrea, pertencente ao estado do Amazonas, no período de 01/01/2019 até 31/12/2019 é apresentada na Tabela 1. Estes dados de focos de calor mostram que no período de 2019 ano avaliado neste estudo, o mês de agosto obteve o maior valor de focos de

calor agregado concentrando um quantitativo de 9.300 focos e os meses de fevereiro, seguidos de abril e dezembro obteve o menor registro desses focos registrando apenas 2 focos nesses meses respectivamente.

Tabela 1: Focos de queimadas no Município de Lábrea, para o período estudado.

MÊS/ANO	Nº DE FOCOS	%
JANEIRO/2019	3	0,41
FEVEREIRO/2019	2	0,01
MARÇO/2019	9	0,05
ABRIL/2019	2	0,01
MAIO/2019	4	0,02
JUNHO/2019/	10	0,06
JULHO/2019	483	3,19
AGOSTO/2019	9300	61,54
SETEMBRO/2019	5018	33,20
OUTUBRO/2019	210	1,38
NOVEMBRO/2019	62	0,41
DEZEMBRO/2019	2	0,01
TOTAL	15.110	100

Fonte: CPTEC/INPE

Foram registrados um total de 15.110 focos de queimadas no município de Lábrea, com uma média de 1.259 focos de queimadas no período supracitado. Em que os maiores quantitativos desses focos foram registrados no mês de agosto com 9.300 focos, concentrando 61,54% do total dos focos ocorridos em 2019.

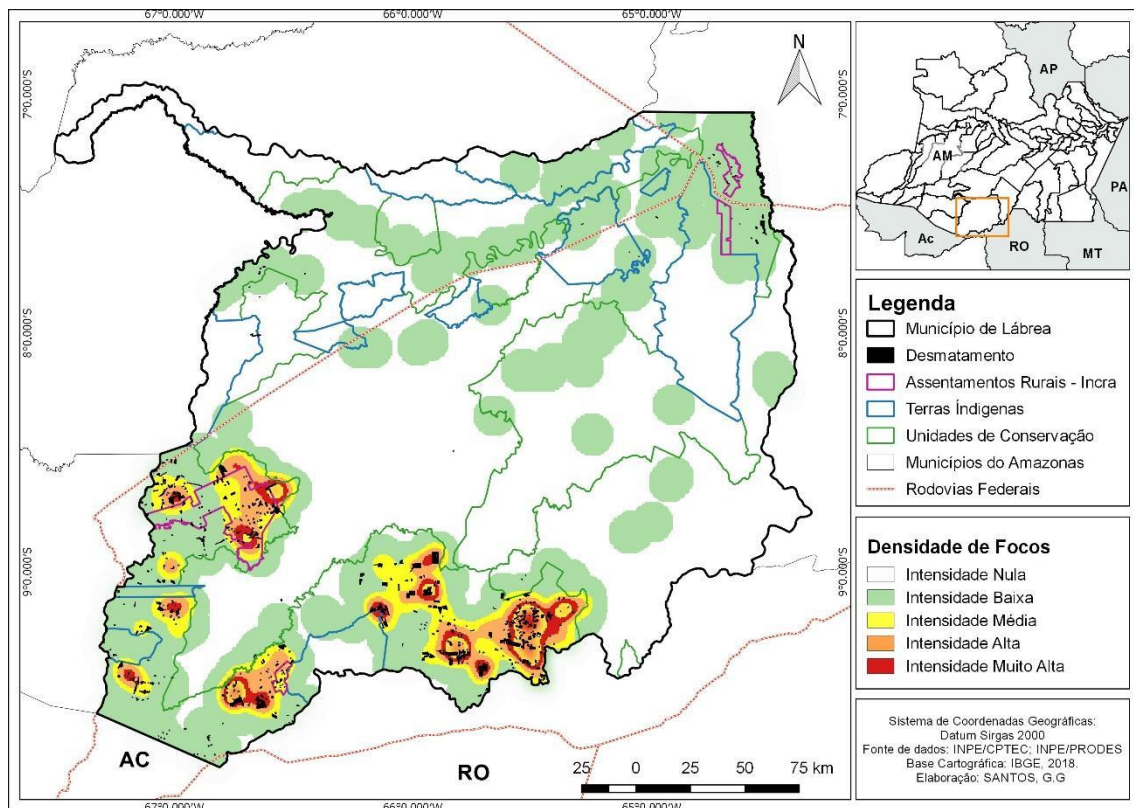
Assim, através da metodologia empregada, utilizando o método de kernel com a sobreposição de desflorestamento ocorridos no município estudado, observa-se no (Mapa 2) que os pontos mais críticos e afetados pelo desmatamento e pelos os focos de queimadas, estão concentrados exclusivamente nas regiões sul e leste do município.

Onde essas áreas possuem desde intensidades baixa a intensidade muito alta, predominando principalmente a gravidade alta e muito alta na região oeste em assentamentos rurais e ao sul em propriedades particulares no extremo sul, que faz divisa com os estados do Acre e Rondônia, inferindo-se, com estes resultados através da interpretação visual do produto cartográfico gerado para este estudo, que os desflorestamento possuem correlação positiva com as áreas queimadas, haja visto, que ambos os processos estão em posicionamentos geográficos iguais ou similares.

Além disso, verifica-se uma forte concentração de desmatamento e queimadas em territórios indígenas, principalmente nas terras indígenas do Kaxarari, inserida na porção sul e Apurinã e Boca do Acre, situadas na região sudoeste do município de Lábrea, ambas têm sofrido pressões antrópicas constantes para a expansão da pecuária no território.

De acordo com Iberê et al. (2020), os latifúndios tem se expandido juntamente com as suas produções em detrimento dos povos indígenas, que tem sofrido com o avanço dessa prática, onde suas terras têm sido invadidas rotineiramente, devida às pressões agrícolas sofridas, para o aumento das expansões de fronteiras agrícolas sobretudo da pecuária a serviço do capital fundiário.

Mapa 2: Mapa de Kernel dos focos de queimadas no município de Lábrea, Amazonas.



Fonte: CPTEC/INPE

Segundo Franco et al. (2010), isso ocorre, devido às próprias características econômicas que o município de Lábrea se encontra, em que o mesmo possui histórico elevado da apropriação dos seus recursos naturais, sobretudo desencadeado pela prática de desmatamentos para expansão da agropecuária, que tem contribuído

substancialmente para perdas acentuadas de grandes proporções de perdas na vegetação dos territórios deste distrito.

Além disso, os desmatamentos que tem sido praticado em Lábrea, são de origem criminosa ocorrendo quase sempre de maneira extrajurídica, principalmente na região sul do município e é feito de forma organizada, devido a grande maioria das áreas na região consistiram em fazendas de pecuária (REIS, et al., 2020).

Segundo Pontes et al. (2016), medidas municipais de proteção foram tomadas como forma de conter o avanço do uso indiscriminado dos recursos naturais do município, bem como a criação de Unidades de Conservação (UC) Parque Nacional Mapinguary, Floresta Nacional Iquiri, Reserva Extrativista Médio Purus e Reserva Extrativista Ituxi, todas regulamentadas através da Lei nº. 9.985/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Estas UCs foram criadas no ano de 2008, com o objetivo de conservar e prevenir o bioma da localidade, tendo como principal estratégia, justamente, com o objetivo de frear o avanço do desflorestamento.

Para tanto, não tem sentido tanto efeito positivo para a conservação desses espaços, logo, infere-se que não basta somente criar unidades de conservação ambientais, é preciso de políticas públicas ambientais, mais eficazes que fiscalize e denuncie tais práticas irregulares acerca do uso e apropriação indiscriminada dos recursos naturais da Amazônia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram registrados no município de Lábrea/AM um total de 15.110 focos de queimadas no ano de 2019, os maiores valores foram no mês de agosto compondo 61,54% do total de focos ocorridos. O local mais afetado pela incidência de focos são propriedades rurais ligadas a produção de gado, em seguida das terras indígenas do Kaxarari, Apurinã e Boca do Acre, isso se dá devido às pressões agrícolas sofridas nestas áreas, para expansão das fronteiras agrícolas e implementação de pastos para animais, com isso, as florestas da Amazônia tem sofrido constantemente processos de desmatamentos e queima de sua vegetação.

REFERÊNCIAS

- BERNARDY, K.; FAGUNDES, L. S.; BRANDÃO, V. J.; KELLER, L.; BORTOLINI, J. G.; COPATII, C. E. **Impactos Ambientais Diante Das Catástrofes Naturais – Secas e Queimadas, 2011**. Disponível em: [https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/saude/IMPACTOS%20AMBIENTAIS%20DIANTE%20DAS%20CAT%3%83%C2%](https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/saude/IMPACTOS%20AMBIENTAIS%20DIANTE%20DAS%20CAT%3%83%C2%20) Acesso em: 29 de mar. de 2020.
- FRANCO, M. H. M. Novas configurações territoriais no Purus indígenas e extrativista. In: **Gilton Mendes dos Santos**. (Org.). Álbum Purus. Manaus: EDUA, v. 1, p. 153-166, 2010.
- IBERÊ, Daniel et al. **Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise**. 2020. Disponível em: <<https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/2552/1/Iber%C3%AA%20-%202020%20-%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20Alimentos,%20Ancestralidade%20e%20Sagra.pdf>>. Acesso em 29 de outubro de 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAS (INPE). **Portal do Monitoramento de Queimadas e Incêndios**. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas/estatistica_estados>. Acesso em: 20 outubro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados de Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/am/labrea/panorama>. Acesso em 25 de outubro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de Solos do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/solos.html>>. Acesso: em 23 de outubro de 2020.
- LAZZARINI, G. M. J.; FERREIRA, L. C. C.; FELICÍSSIMO, M. F. G.; OLIVEIRA, L. N.; ALVES, M. V. G. Análise da detecção e ocorrência de queimadas em áreas urbanas e entorno. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 17. (SBSR), 2015, João Pessoa. Anais**. São José dos Campos: INPE, 2015. p. 2653 2660. Internet. ISBN 978-85-17-0076-8. Disponível em: <http://urlib.net/8JMKD3MGP6W34M/3JM4A8T>. Acesso em: 05 setembro. 2020
- MIRANDA, E. E. de; MORAES, A. V. C. de; OSHIRO, O.T. **Queimada na Amazônia Brasileira em 2005**. Comunicado Técnico 18. EMBAPA: São Paulo, 2006. Disponível em: http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/material3os/embrapa_comunicatecnico_am2005.pdf. Acesso em: 05 setembro. 2020.
- PEREIRA, A. A. et al. Validação de focos de calor utilizados no monitoramento orbital 335 de queimadas por meio de imagens TM. **Cerne**, 2012, n. 2. Lavras: 2012.
- PIROMAL, R. A. S.; RIVERA-LOMBARDI, R. J.; SHIMABUKURO, Y. E.; FORMAGGIO, A. R.; KRUG, T. Utilização de dados MODIS para a detecção de queimadas na Amazônia. **Acta Amazonica**, 2008, n. 1. Manaus: 2008.

PONTES, R. V. R.; NORONHA, M. C. Desmatamento no sul do Amazonas: Embate entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. **Parcerias Estratégicas**, 2016, n.42. Brasília: 2016.

REIS, R. G.; LEAL, M. L. M. Análise das relações de focos de calor e desflorestamento no município de Lábrea, sul do Amazonas. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, 2020, n. 3. Recife: 2020.

SALES, G. M., PEREIRA, J. L. G., THALÊS, M. C., Poccard-Chapuis, R., & de Almeida, A. S. (2019). Emprego dos focos de calor na avaliação das queimadas e em incêndios florestais em Paragominas, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais**, 2019, n. 1. Belém: 2019.

SILVA JUNIOR, C. H. L.; FREIRE, A. T. G.; RODRIGUES, T. C. S.; VIEGAS, J. C.; BEZERRA, D. S. Dinâmica das Queimadas na Baixada Maranhense. **Inter Espaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, 2016, n. 5. Grajaú: 2020.

SOUSA, J. S. **Áreas de Preservação Permanente Urbanas: mapeamento, diagnósticos, índices de qualidade ambiental e influência no escoamento superficial. Estudo de caso: Bacia do Córrego das Lajes, Uberaba/MG.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Engenharia Civil). Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2008, 187 p.

Capítulo 14

‘O PORTUGUÊS E SEUS SABORES: EXPERIÊNCIAS SOBRE A GASTRONOMIA BRASILEIRA NAS AULAS DE PLE

Tatiane Dantas Martins Robles

‘O PORTUGUÊS E SEUS SABORES: EXPERIÊNCIAS SOBRE A GASTRONOMIA BRASILEIRA NAS AULAS DE PLE

Tatiane Dantas Martins Robles

Mini currículo da autora: Professora de Português como Língua Estrangeira e Cultura Brasileira, Mestra em Educação Universitária e Gestão educativa, com pós-graduação em Gestão Educacional, pós-graduação em Neuropsicopedagogia e pós-graduação em Educação 4.0, atuando em Lima, no Peru.

contato.tatianedantas@gmail.com

Resumo: A gastronomia é considerada um forte elemento cultural, a alimentação faz parte da alma de um povo, a comida pode ser considerada não apenas como um meio de identificação e de pertencimento, portanto podemos utilizar esse sentindo tão poderoso e unir a gastronomia e a comunicação, para desfrutar de um processo de ensino e aprendizagem, despertando os cinco sentidos, ativando o cérebro a novas experiências prazerosas que são a arte de aprender e comer. Através da alimentação e do ato de comer podemos encontrar uma ponte de ligação entre os valores e a cultura, assim produzindo novos significados relacionados com a identidade de um povo, mas também que mediante dos hábitos alimentares do convívio social, podemos trazer dentro das nossas aulas um momento de intercâmbio cultural. A gastronomia vem carregada de aspectos históricos, sociais e econômicos nas diversas situações em que aparece, estando relacionadas ao cotidiano e aos costumes dos brasileiros. No ensino de Português como Língua Estrangeira PLE, podemos abordar temas sobre o patrimônio cultural, recursos turísticos, gêneros textuais e como conteúdo sociolinguístico, além de estimular habilidades como: compreensão leitora e auditiva, através de áudios e vídeos, produção escrita através dos exercícios e material apresentando, produção oral, através do diálogo e o paladar através da degustação dos pratos elaborados pelos alunos, assim promovendo a confiança para se comunicar em português, permitindo maior fluência e desenvolvimento na língua-alvo. É possível cogitar novas formas de inserir a gastronomia brasileira em aulas de português para estrangeiros, tendo em vista que os aspectos da cultura do Brasil estão inseridos em sua língua; esta, por sua vez, mostra um universo além da estrutura linguística e mantém os costumes e história, abre também espaços de manifestações culturais e linguística, é preciso adicioná-la às aulas de PLE, especialmente se os aprendizes da língua estiverem em situação de não imersão, uma vez que o preparo ou busca de pratos típicos fica facilitado o caminho de aprendizagem. Ao adquirir competências numa língua estrangeira, o aprendente acede à matriz cultural dos seus falantes, a dinamicidade no ensino de PLE fará com que aspectos linguístico-culturais sejam aprendidos e apreendidos pelo aluno, o que desenvolve de modo mais completo o conhecimento geral sobre o idioma, bem como modifica para melhor a experiência em sala de aula. A receptividade e o interesse do aprendiz de português devem ser construídos e/ou ampliados por meio de mostras culturais não somente

visíveis, mas também palpáveis (e palatáveis). Neste artigo quero detalhar algumas das experiências da união entre ensinar língua, cultura e gastronomia brasileira, nas cinco regiões do Brasil, em uma instituição governamental em Lima, no Peru.

Palavras-chave: Gastronomia. Cultura. Português. Linguística.

Abstract: Gastronomy is considered as a strong cultural element, food is part of the soul of people, food can be considered not only like an identification and belonging, so we can use this so powerful and unite gastronomy and communication, to enjoy a teaching and learning process, awakening the five senses, activating the brain to the new pleasurable experiences that are the art of learning and eating. Through the feeding of the act of eating we can find a bridge of connection between values and culture, as well as new meanings related to the identity of a people, but also that through the eating habits of our social ideas, we can bring within the classes a moment of cultural exchange. Gastronomy is loaded with historical, social aspects and in the different situations in which they appear, between Brazilians and customs. In addition to this Portuguese teaching topics as a Foreign Language PLE, we can address cultural heritage, tourist resources, textual genres and as sociolinguistic content, writing to develop skills such as: reading and listening comprehension, through audios and videos, production through students and material presenting, oral production, through dialogue and oral development by students, as well as confidence to communicate in Portuguese, greater influence and development in the target language. It is possible to consider new ways of introducing Brazilian gastronomy in Portuguese classes for foreigners, considering that aspects of Brazil's culture are embedded in their language; This, in turn, opens spaces beyond the universe of linguistics and keeps the costumes and, also opens up cultural and linguistic manifestations, is to add it to the PLE classes, especially if it shows the learners of the precise language in a situation of not once that the preparation or search for typical dishes is facilitated the learning path. When acquiring skills in a foreign language, the learner accesses the cultural matrix of its speakers, the dynamics in the teaching of PLE will make linguistic-cultural aspects to be learned and apprehended by the student, which develops in a more complete way the general knowledge about the language, as well as modifying the classroom experience for the better. The receptivity and interest of the Portuguese learner must be built and/or expanded through cultural displays that are not only visible, but also palpable (and palatable). In this article I want to detail some of the experiences of the union between teaching language, culture, and Brazilian gastronomy, in the five regions of Brazil, in a government institution in Lima, Peru.

Keywords: Gastronomy. Culture. Portuguese. Linguistics.

INTRODUÇÃO

O Peru é um país vizinho que faz fronteira como o nosso Brasil, na última década houve uma crescente busca entre os peruanos em aprender português, segundo informação publicado em 2019 pela Universidade católica do Peru, o português é o terceiro idioma mais estudado entre os peruanos, o nosso país é bem

visto Brasil no cenário mundial é um motivo para que a língua portuguesa se destaque como idioma tanto para fins comerciais, para estudos através de programas de graduação e pós-graduação, por isso muitos aspectos positivos fazem que visem aprender o Português como uma Língua Estrangeira.

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas experiências de como podemos inserir a gastronomia brasileira com maior profundidade, além dos aspectos culturais e a partir disso ensinar uma língua que não somente apresentar suas estruturas gramático-linguísticas, mas também ir além, como influencia nossa cultura, nossa história que se encontra intrínseca ao idioma nas aulas de PLE, aspectos gastronômicos não são vistos com tanta profundidade, algo que quis demonstrar que como docentes de português como língua estrangeira podemos transpassar barreiras e levar a outro nível o aprender e conjugá-lo com o sabor, especialmente se os estudantes se encontrarem em situação de não imersão da língua alvo, atendendo então que os perfis dos estudantes foram peruanos e tendo como língua materna o espanhol, as atividades realizadas com grupos de alunos, em Lima, no Peru, de diversos níveis e ciclos.

A metodologia que utilizamos para a proposta das aulas de Português como língua estrangeira utilizamos o método comunicativo, que é considerado segundo o autor Almeida Filho (2013) nos apresenta um conceito para o ensino comunicativo, sendo aquele que se organiza as experiências de aprender em termos de atividades e tarefas de real interesse e/ou necessidade dos estudantes para que eles aprendam a utilizar a língua alvo, por fim, quero propor formas de atividades e de se ampliar a maneira de abordar o tema gastronomia nas aulas de PLE e o modo que o idioma é ensinado e aprendido, utilizando-se de um método qualitativo, a saber: pesquisa-ação. Dessa forma será possível demonstrar que professores e alunos participem ativamente possibilitando assim essa troca de integrar língua, cultura e gastronomia. Ainda segundo Silveira (1999, p. 76), para que uma interação linguística ocorra, faz-se necessário que haja um contexto situacional, os participantes da interação social [(presencial ou virtual)], um tópico/tema/assunto sobre o qual se fala e as intenções expressas pelos atos de fala dos participantes envolvidos no ato comunicativo considerado.

ABORDAGENS PARA O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Estamos inseridos em um meio globalizado sabemos que o conhecimento e a informação passam por rápidas e constantes mutações, tendo de responder a um número crescente de desafios que, simultaneamente, se tornam mais complexos, com isso temos a facilidade do acesso quase que imediato de uma outra cultura, O processo de ensino e aprendizagem a assume-se como uma compartilha de saberes e uma interação constantes, as quais todos os intervenientes saem enriquecidos.

Quando iniciamos uma aula para estudantes estrangeiros, quando fazemos a primeira dinâmica, na primeira aula para quebrar o gelo, iniciamos sempre com uma pergunta: O que vocês sabem ou conhecem sobre o Brasil? Quase que imediato as respostas são: samba, futebol, caipirinha e feijoada, a gastronomia brasileira deveria se fazer mais presente nas aulas de PLE bem mais que esses aspectos, sabemos que a gastronomia brasileira não se define ou resume em quatro elementos, não é apenas isso, Segundo afirma Rocha, o professor representa o vínculo de conexão entre as culturas caracterizantes do grupo classe, e é por meio do seu agir que a instituição escolar pode transformar-se (2006).

Portanto, como docentes devemos e podemos inserir em nossas aulas diversos pontos da nossa culinária ressaltando aspectos culturais e patrimoniais, que cada região do Brasil tem sua própria gastronomia, porque não além de ensinar o português, podemos sim, ensinar a origem de cada pratos, suas histórias e aspectos devido à própria expressão cultural do nosso povo, e porque não fazer uma fusão, já que podemos ter mil possibilidades dentro e fora de aula.

O Peru por exemplo, tem uma riqueza gastronômica incomparável, com muita diversidade, os alunos já têm essa paixão e o orgulho ao falar sobre sua gastronomia local, portanto, nas aulas de PLE podemos fazer com que esses alunos aprendam um novo idioma, conheçam e sinta novos sabores e porque não fusionar entre ambas as gastronomias, trazendo assim, um ambiente de aprendizagem com uma riqueza cultural e linguística. Assim, como a cultura que acaba de acolher um novo membro, um novo estudante também sai enriquecida pelo contacto com modos diferentes de ser e de estar, assim conseguimos estabelecer pontes interculturais numa perspectiva de equidade e respeito um pelo outro beneficiando assim a todos os envolvidos, alunos e professores, abrindo um caminho prazeroso de aprender um novo saber.

Para que tudo isso possa acontecer numa sala de PLE é preciso refletir quais os tipos de abordagens para o ensino de línguas estrangeiras seriam mais apropriados para uni-la aos conteúdos. No ensino de Português Língua Estrangeira- PLE, podemos estimular habilidades como: compreensão leitora e auditiva, através de áudios e vídeos, produção escrita através dos exercícios e material apresentado, produção oral, através do diálogo e o paladar através da degustação dos pratos elaborados pelos alunos, além de despertar a curiosidade, criatividade e um ambiente agradável em aprender. Segundo Aquilino Sánchez (2009), a respeito de como se constituem três das diversas abordagens para ensino de línguas estrangeiras, a saber: a) gramatical ou tradicional; b) intercultural; c) comunicativa. Se conseguimos incluir em nossas aulas a gastronomia, poderíamos estar utilizando não apenas um método e sim vários, trazendo assim uma diversidade para os aprendentes.

A PRESENÇA DA GASTRONOMIA BRASILEIRA EM MATERIAL DIDÁTICO DE PLE

O domínio de línguas estrangeiras abre novas possibilidades tanto de realizações profissionais como também sociais, permitindo assim a interação com indivíduos de diferentes nacionalidades, com uma diversidade sociocultural diferentes, gerando, conseqüentemente, uma exposição e abertura um ao outro. A gastronomia de longe é um aspecto que une cada ser humano em seu conjunto.

No âmbito do ensino e aprendizagem das línguas. Nesse caso o português, já existem livros e materiais que abordam sobre alguns aspectos da gastronomia brasileira, talvez algo superficial, mais que como docentes podemos planejar e inserir a gastronomia dentro da nossa sala de aula e utilizar esses recursos.

INSERINDO A GASTRONOMIA EM AULAS DE PLE

Segundo o autor Mário de Carvalho revela sobre a impotência da escrita para estimular as papilas gustativas, a ação de comer, a gastronomia vem carregada de aspectos históricos, sociais e econômicos nas diversas situações em que aparece, estando relacionadas ao cotidiano e aos costumes dos brasileiros. Os modelos de aula a seguir, passíveis de modificação e incremento, dizem respeito a várias regiões do Brasil, em que aspectos sociais, geográficos, históricos e econômicos influenciam

nos pratos típicos consumidos no local. Também se apresentará um modelo de aula com enfoque gramático-intercultural, apresentação dos exemplos de aulas a seguir que podem ser ministradas durante um curso de PLE ou uma oficina com uma temática mais focalizada e o aprofundamento em diversos âmbitos linguísticos e históricos, lembrando que especialmente se os aprendizes estiverem em situação de não imersão no país da língua-alvo.

No decorrer das aulas de PLE, os objetivos devem ser claramente definidos pelos professores:

1. Simulação de situações de comunicação do dia a dia:
2. Seleção de noções e vocabulário voltados para as demandas específicas dos alunos:
3. Ensino em perspectiva plurilíngue e multicultural.
4. Atenção aos fenômenos de interferência entre o português e a língua de partida (língua e origem do estudante).

Então a Língua e gastronomia são universos paralelos: A gastronomia pode ser considerada com um meio que gera situações de interação em imersão linguística e sociocultural. Os alunos executaram tarefas adequadas ao seu nível de proficiência comunicativa e social, centradas, especialmente, nas atividades de interação oral.

A seguir exemplifico de maneira mais profunda sobre a elaboração e criação de um curso específico dedicado a união na construção do ensino aprendizagem do português com a gastronomia brasileira.

Curso: Oficina Sabores do Brasil.

Modalidade: Aulas Presenciais

1. Resumo

A oficina teve como objetivo apresentar a gastronomia brasileira, identificando os sabores mais representativos das cinco regiões do Brasil.

2. Objetivo Geral

A alimentação faz parte da alma de um povo, nesta oficina tem por objetivo conhecer aspectos históricos e culturais da alimentação do brasileiro, reconhecer os

hábitos alimentares como um fator importante da identidade cultural do nosso povo, conhecer alguns pratos regionais, utensílios de cozinha e modos de preparo.

Serão estimuladas as cinco habilidades: compreensão leitora e auditiva, através de áudios e vídeos, produção escrita através dos exercícios e material apresentando, produção oral, através do diálogo e o paladar através da degustação dos pratos elaborados pelos alunos. Os estudantes adquirem através do exercício comunicativo escrito e oral a confiança para se comunicar em português, permitindo maior fluência e desenvolvimento na língua-alvo.

3. Metodologia

A oficina foi dividida em duas partes: 1. Teórica, com apresentação da origem de algumas comidas brasileiras e vocabulário relacionado: 2. Prática, com a preparação e degustação. As atividades serão focadas na utilização do português através da produção oral e escrita do aluno.

Produção oral: Diálogos em duplas, diálogos em grupos, debate, exposição e apresentações.

Produção escrita: Processo de elaboração de receitas, lista de compras de produtos, descrições das receitas, listas de execução de tarefas e responsabilidades do grupo e produção escrita através do gênero de produção blog, ao relatar a experiência da degustação.

Os alunos receberam materiais de apoio sobre os aspectos culturais de cada região e a receita proposta para a próxima aula, ainda em sala, os alunos decidem as funções que cada um desenvolverá para a produção da receita e limpeza da cozinha.

Na segunda etapa, os alunos se deslocam para a cozinha com touca, lavavam as mãos e se organizavam para iniciar a receita. Na mesa da cozinha, separam, lavam, preparam cada um dos ingredientes e organizam conforme o uso na receita.

No procedimento inicial, cada aluno alça um dos ingredientes para professora que está auxiliando na preparação, observam o início do preparo e depois, individualmente, cada aluno desenvolve a receita.

A participação no preparo favorece as percepções dos aromas e texturas dos ingredientes, bem como a construção da autonomia e criticidade do aluno. Quando finalizado o preparo, os alunos servem e degustam a receita pronta.

Ao finalizar limpam a cozinha e os objetos utilizados e retornam para sala de aula. Lá, anotam suas opiniões sobre as receitas, indicam no mapa a região, sempre no final de cada encontro, comentaremos a próxima região e receita a ser estudada.

4. Sistema de avaliação

Observar o desempenho dos alunos no momento da atividade e dinâmicas, foram avaliados através da pronúncia adequada do português, bem como suas estruturas gramaticais; Produção escrita através de da execução e elaboração das atividades e material extra.

A avaliação dos trabalhos realizados foi feita através da construção, em conjunto com os alunos, registrar informações consideradas importantes; pesquisar sobre as tarefas extraclasse individualmente; ilustrar os textos e as receitas de cada região; fazer pequenas sínteses das temáticas estudadas e as palavras desconhecidas; selecionar a receita que será estudada na próxima oficina sobre alguma receita ou música e elaborar a autoavaliação das suas atividades durante a oficina.

5. Cronograma das atividades

Dentro da gastronomia, é possível propor diversas atividades culinárias para proporcionar um ambiente de aprendizagem, por exemplo oficinas dirigidas com temáticas, para qual os alunos possam aprender de maneira mais profunda sobre os aspectos geográficos, culturais e culinários de uma determinada região ou estado. Também podemos elaborar atividades curtas e vivencias como por exemplo elaborar um café da manhã no qual os alunos podem aprender vocabulário de comida, objetos de cozinha, uso de preposições, elaboração de conversação em um restaurante etc., tudo dependerá do objetivo proposto pelo professor. Outras sugestões por exemplo é promover um ambiente mais descontraído como o boteco, atividades como elaborar uma caipirinha, o que os brasileiros comem e escutam nesse ambiente, e para aprofundar mais o tema, podemos elaborar uma feira gastronômica de cada região do Brasil, onde os alunos poderão ter a oportunidade de expressar sua oralidade.

Tabela 1- Atividades desenvolvidas com o projeto português e seus sabores.

GASTRONOMIA BRASILEIRA	Q1	Oficina Sabores do Nordeste
É possível cogitar novas formas de inserir a gastronomia brasileira em aulas de português para estrangeiros, tendo em vista que os aspectos da cultura do Brasil estão inseridos em sua língua; esta, por sua vez, mostra um universo além da estrutura linguística e mantém os costumes e história, abre também espaços de manifestações culturais e linguística. É preciso adicioná-la às aulas de PLE, especialmente se os aprendizes da língua estiverem em situação de imersão, uma vez que o preparo ou busca de pratos típicos é facilitado.	Q2	Café da manhã / Cafeteria
	Q3	Boteco / Caipirinha
	Q4	Feira Gastrônima

PROF. TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES

Fonte: Elaboração própria (2019)

Imagem 1- Atividades realizadas com alunos.

Fonte: Imagens de autoria própria (2020)

Nesta atividade utilizamos o Livro Páginas da Minha vida, Pág. 71 que tem como atividade de leitura aprender sobre o que comer no boteco, então criamos em sala de aula, os estudantes aprenderam sobre a origem da caipirinha, do termo boteco, elaboração do cardápio, relação de músicas ao serem ouvidas para proporcionar um ambiente real dentro da instituição, proporcionando um momento agradável para o desenvolvimento da língua e dos diálogos entre diversos grupos.

Imagem 2- Fazendo Caipirinha.

CAIPIRINHA



Preparação



Degustação



Momento de interação

PROF. TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES

Fonte: Elaboração própria (2020)

Esta atividade teve como objetivo que os alunos conhecessem sobre a história da caipirinha, fazerem o passo a passo desde a preparação até a degustação. Logo depois os alunos foram incentivados a criarem uma marca de cachaça e fazer a divulgação, trabalhando assim aspectos da oralidade e escrita.

Imagem 3- Na cafeteria.

CAFETERIA



Participação na
atividade.
Café + Pão de queijo



Dramatização



Dramatização

PROF. TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES

Fonte: Elaboração própria (2020)

Alunos do nível Intermediário II, atividade desenvolvida com o objetivo de conhecer sobre o estado de Minas Gerais, a história do pão de queijo e dramatizarem diálogos em um ambiente referente a uma cafeteria.

Imagem 4- Atividade café da manhã



Fonte: Elaboração própria (2020)

Atividade vivencial de um café da manhã brasileiro, utilizando o livro Páginas da Minha Vida, Pág. 57 a 59, com o objetivo em identificar os nomes dos alimentos, utensílios da cozinha, realizar um cardápio, utilizar unidades de medidas, preparar uma receita e comparar com o país dos estudantes sobre semelhanças e diferenças entre a alimentação e por último produção escrita de enviar um email com dicas de café da manhã saudável. Ressaltando como uma diferença cultural consumir Vitamina de abacate que para os peruanos o abacate é considerado um vegetal, sendo utilizado apenas nas saladas. Essas atividades foram realizadas na cozinha da instituição.

Imagem 5- Atividade desenvolvida com o projeto Sabores do Nordeste.



Fonte: Elaboração própria (2020)

Atividade realizada durante 2 meses, duas vezes por semana, onde os participantes, além de desenvolver o português, aprofundaram sobre os aspectos históricos e culturais da região do Nordeste, onde puderam conhecer sobre os sabores desta incrível região.

Imagem 6- Feira gastronômica.



PROF. TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES

Fonte: Elaboração própria (2020)

A Feira gastronômica foi realizada com estudantes com um nível Intermediário de português, com o objetivo de apresentar sobre as diversidades gastronômicas das cinco regiões do Brasil.

Imagem 7- Atividades Realizadas.



PROF. TATIANE DANTAS MARTINS ROBLES

Fonte: Elaboração própria (2020)

Todas as atividades realizadas foram planejadas e realizadas de acordo com o nível de português dos estudantes, sempre com o objetivo de proporcionar um ambiente favorável para o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto sabemos que Língua e gastronomia são dois dos ingredientes fundamentais para a construção do ensino aprendizagem de uma língua alvo, levando então que o português vai além das estruturas gramaticais e que realmente o português tem seus sabores, únicos, que como docentes de Português Língua estrangeira, podemos levar em qualquer parte do mundo que seja esse legado do ler, escrever, ouvir, falar e também sentir, cheirar, degustar os sabores da nossa língua, nessa eterna construção de conhecimento e ligação da cultura do nosso país. A necessidade de compreender e ser compreendido representa um eixo comum que vai desde o pedido de informação de um turista que chegar no Brasil no aeroporto, no hotel, na rua, mais próximo à negociação das cláusulas de um qualquer tratado internacional.

A ação gastronômica começa no imperativo de nutrir, e transpassar pelo prazer de desafiar e estimular cinco sentidos, próprios ou do outro. Descobrir a gastronomia, outros sabores é descobrir-se na experiência das memórias, no desejo do novo, no que é singular. O presente artigo pretendeu apresentar sobre a área da gastronomia, de um lado a promoção em difundir o idioma português e por outro lado, enquanto conteúdo sociocultural abordado em situação de ensino e aprendizagem a falantes não nativos. Nos últimos anos, a aquisição de português como língua estrangeira tem sido incentivada, especialmente pelas instituições do governo brasileiro, com o objetivo da difusão e cultura do nosso país. Tendo em vista que gastronomia brasileira deveria se fazer mais presente em aulas de PLE, devido à própria expressão cultural de um povo, é preciso refletir quais os tipos de abordagens para o ensino de línguas estrangeiras seriam mais apropriados para uni-la aos conteúdos geralmente trabalhados em sala.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. 2013. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.**

7.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. CARVALHO. Mário. **Arte de Morrer Longe**, Alfragide, Editorial Caminho, 2010, p. 110.

COBARRUBIAS. S. CARRIÓN. **Educación De Calidad: La Lengua Portuguesa En El Perú**. Disponível em: <https://puntoedu.pucp.edu.pe/noticia/educacion-de-calidad-la-lengua-portuguesa-en-el-peru/>. Acesso em: 03/02/2022

LOPEZ.R. ABREU **O português do Brasil e seus aspectos linguísticos-culturais: Reflexões sobre a gastronomia brasileira nas aulas de PLE**. Tese de graduação da Universidade Araraquara, 2013.

PIMENTEL. Maria do Rosário: **Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira**, Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7191/1/Dis.%20Mest.%20PLE.pdf>. Acesso em: 06.12.2021.

ROCHA, C. E. (2006). **A escola e a diversidade étnica e cultural**. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Porto, Portugal.: Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/615/1/LC306.pdf> Acesso em: 22.12.2021.

SILVA, J. A.. Instruções para autores. *In Instruções para autores*. Disponível em: www.endereceoeletronico.com.br. Acesso em: 22.12.2021.

Capítulo 15

A INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE CUIDADOS PALIATIVOS NA GRADE CURRICULAR EM ENFERMAGEM – UMA VISÃO DA BIOÉTICA PARA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS

Rita de Cássia de Holanda Pessoa Porto

A INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE CUIDADOS PALIATIVOS NA GRADE CURRICULAR EM ENFERMAGEM – UMA VISÃO DA BIOÉTICA PARA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS

Rita de Cássia de Holanda Pessoa Porto

Enfermeira. Mestra em educação. Unini Porto Rico. ritahpporto@gmail.com

RESUMO

Introdução: O projeto tem o propósito de apresentar uma metodologia inovadora para formação de futuros profissionais na área dos cuidados paliativos. Concomitantemente aplicam-se os cuidados paliativos, a qual deve ser ofertado por uma equipe capacitada, e a enfermagem é quem despendem maior tempo com pacientes. Na procura de sanar minhas inquietudes internas e profissionais, busco com esta pesquisa desvelar a importância da inclusão dos cuidados paliativos na grade curricular de enfermagem. No Brasil, a elevada taxa na expectativa de vida e o envelhecimento da populacional, relacionado ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis, propiciaram o alargamento da demanda pela assistência paliativa, primordiais para a qualidade de vida do paciente e seus familiares frente as doenças que ameaçam a continuidade da vida **Objetivo:** O objetivo dessa pesquisa é elaborar um programa educacional para inclusão dos cuidados paliativos na grade curricular do curso de enfermagem em instituições privadas de nível superior, com abordagem ética, bioética, teórico e prático do processo educacional. **Metodologia:** A presente trata-se de uma pesquisa-ação, metodologia muito utilizada em projetos de pesquisa educacional. Portanto, tem um enfoque qualitativo, uma vez que as diferentes singularidades não podem ser mensuradas com instrumentos específicos, mas apreciados e analisados em um determinado contexto, que objetiva mensurar dados através de um questionário virtual, análise verticalizada em relação ao objeto de estudo. **Resultado:** Segundo a OMS enfatiza a necessidade e implementação e capacitação para atuar na assistência dos Cuidados Paliativos. A seleção dos artigos foi feita de forma esclarecedora, diante da importância dos cuidados paliativos com

pacientes terminais, a fim de identificar ações, que propiciem ao paciente alívio da dor, manutenção do conforto, melhoramento de sua autoestima e a qualidade na assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem. Conclusão: A análise dos dados pesquisados destaca como preparar enfermeiros para atuar na área dos cuidados paliativos e a relevância da temática com o envelhecimento populacional e o crescimento dos pacientes portadores de doenças crônicas.

Palavras-chave: Cuidados paliativos, Assistência de enfermagem, Formação acadêmica, Capacitação.

Capítulo 16

CONSEQUÊNCIAS DA POLIFARMÁCIA EM IDOSOS

Nathália Perini Zamprogno

Júlia Andrade Rodrigues Alves

Júlia Magalhães Monteiro

Bianca Suaid Soares

Luiza Norbim Rones

Julia Almenara Ribeiro Vieira

CONSEQUÊNCIAS DA POLIFARMÁCIA EM IDOSOS

Nathália Perini Zamprogno

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Júlia Andrade Rodrigues Alves

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Júlia Magalhães Monteiro

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Bianca Suaid Soares

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Luiza Norbim Rones

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Julia Almenara Ribeiro Vieira

Residente em Geriatria e Gerontologia pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória (HSCMV), Vitória – ES

Palavras- chaves: Idosos; Polifarmácia; Efeitos Adversos.

INTRODUÇÃO: A polifarmácia caracteriza-se pela prescrição conjunta de quatro ou

mais medicamentos, e destaca-se pela sua ascendência na prática clínica e alta incidência entre os idosos. Entretanto, a terceira idade torna-se mais vulnerável às consequências acarretadas pela polifarmácia, devido às alterações fisiológicas do envelhecimento, o maior número de comorbidades, quando comparado às demais faixas etárias, e a adesão inadequada diante da prescrição dos diversos fármacos. Assim, em função do aumento da expectativa de vida, e consequente tentativa de promoção de saúde aos idosos, torna-se necessário o manejo correto das diversas medicações nessa faixa etária, no que tange à desprescrição e adequação às prioridades e objetivos frente às comorbidades. **OBJETIVO:** Elucidar as principais consequências atreladas à polifarmácia no paciente idoso. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Revisão bibliográfica realizada na bases de dados PubMed/MEDLINE, durante setembro e outubro de 2021, por meio do cruzamento dos descritores, cadastradas no DeCS, "Drug-Related Side Effects and Adverse Reactions" AND "Aged" AND "Polypharmacy". Utilizou-se como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas inglês, português ou espanhol. Foram excluídos aqueles cujo título ou resumo eram incoerentes com a linha de interesse da atual revisão. Com base nisso, encontraram-se 132 artigos, dos quais 10 foram selecionados, além de outro julgado importante para a discussão do tema. **RESULTADOS:** O envelhecimento fisiológico é natural. Todavia, pode acarretar em um aumento de doenças crônicas, como circulatórias, pulmonares, reumatológicas e endócrinas, além de desnutrição e distúrbios cognitivos, o que demanda o uso de medicamentos para melhorar a qualidade de vida deste idoso. Nesse contexto, interações medicamentosas podem levar a toxicidade e menor terapêutica dos múltiplos fármacos, além de acarretar ou intensificar síndromes geriátricas e de fragilidade, e o aumento do número de internações hospitalares. As principais drogas usadas e capazes de provocar efeitos indesejáveis são os anti-inflamatórios não esteroidais, seguido dos betabloqueadores (1,8–66,7%), antibióticos (1,1–22,2%), anticoagulantes orais (3,3 a 55,6%), digoxina (1,6–18,8%), inibidores da enzima de conversão da angiotensina (5,5–23,4 %), antidiabéticos orais (4,5–22,2%) e opioides (1,5–18,8%). Além de antidepressivos tricíclicos, inibidores seletivos da recaptação de serotonina e antipsicóticos. Entretanto, grande parte desses medicamentos são potencialmente inapropriados para idosos, fato atribuído tanto à prescrição inadequada, quanto às mudanças nos benefícios e riscos de um medicamento com o tempo. Caracteriza-se como prescrição inadequada aquelas

com indicações pouco claras, falta de eficácia, dosagem incorreta, instruções difíceis, duração inaceitável da terapia e alto custo em comparação com alternativas de igual eficácia e segurança. Diante disso, a fim de realizar o manejo da polifarmácia, considera-se necessário, num primeiro cenário, realizar o acompanhamento multidisciplinar e a desprescrição, por meio de uma análise do paciente como um todo, ponderando seus objetivos e prioridades, e considerando as especificidades de cada fármaco prescrito. Em consonância, o uso de tecnologias como aplicativos, prontuários eletrônicos e sistema de redes podem auxiliar no manejo desse paciente, uma vez que, além de garantir acesso online aos registros médicos do paciente, permite uma efetiva coordenação do cuidado, incluindo registros da família e do cuidador, melhorando o conhecimento e adequando a prescrição e uso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que os riscos da polifarmácia são mais graves em indivíduos senis, devido à vulnerabilidade funcional. Assim, idosos e medicamentos de alto risco devem receber orientação e monitoramento regular a fim de reduzir os danos provocados pelas drogas, por meio do uso de prontuários eletrônicos, da discussão de casos, da decisão compartilhada e da atenção primária, os quais podem ajudar na redução medicamentosa. Todavia, novos estudos e ensaios clínicos devem ser realizados objetivando enriquecer o tema e aumentar as alternativas terapêuticas para os idosos.

REFERÊNCIAS:

DAVIES, L et al. Adverse Outcomes of Polypharmacy in Older People: Systematic Review of Reviews. *Journal of the American Medical Directors Association*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 181-187, 1 fev. 2020. DOI: 10.1016/j.jamda.2019.10.022 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31926797/> Acesso em: 08 de outubro de 2021.

RANKIN, A et al. Interventions to improve the appropriate use of polypharmacy for older people. *The Cochrane database of systematic reviews*, vol. 9. 3 Sep. 2018, doi:10.1002/14651858.CD008165.pub4. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30175841>. Acesso em: 8 de outubro de 2021

GRAY, SL et al. Update on Medication Use Quality and Safety in Older Adults, 2017. Journal of the American Geriatrics Society vol. 66,12 (2018): 2254-2258. doi:10.1111/jgs.15665. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30423194/>. Acesso em: 8 de outubro de 2021

KRATZ T, Diefenbacher A. Psychopharmacological treatment in older people—avoiding drug interactions and polypharmacy. Dtsch Arztebl Int, 19, jun. 2019. DOI: 10.3238/arztebl.2019.0508. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31452508/> Acesso em: 09 de outubro de 2021

HAILU, B.Y., Berhe, D.F., Gudina, E.K. et al. Drug related problems in admitted geriatric patients: the impact of clinical pharmacist interventions. BMC Geriatr 20, 13, jan. 2020. DOI:10.1186/s12877-020-1413-7. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31931723/> Acesso em: 09 de outubro de 2021

EARL, Tara R; KATAPODIS, Nicole D; SCHNEIDERMAN, Stephanie R; SHOEMAKER-HUNT, Sarah
J. Usando práticas de prescrição e a ferramenta de triagem de critérios de prescrição potencialmente inadequados para idosos para reduzir danos e eventos adversos evitáveis de medicamentos em idosos. Journal of Patient Safety, Estados Unidos, v. 16, 3, p. 23-3, set. 2020. DOI 10.1097/PTS.0000000000000747.
Disponível
em:
https://journals.lww.com/journalpatientsafety/Fulltext/2020/09001/Using_Deprescribing_Practices_and_the_Screening.6.aspx. Acesso em: 7 out. 2021.

MOLOKHIA, M., Majeed, A. Current and future perspectives on the management of polypharmacy. BMC Fam Pract 18, 70, 6, jun. 2017. DOI: 10.12809/hkmj208534. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28587644/> Acesso em: 08 de outubro de 2021.

WONG, C W. Medication-related problems in older people: how to optimise medication management. *Hong Kong medical journal = Xianggang yi xue za zhi* vol. 26,6. Dec. 2020. 510-519. doi:10.12809/hkmj208534. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33323538/>. Acesso em: 8 de outubro de 2021

LEXOW, M. et al. Considerando os efeitos aditivos da polifarmácia. *Wien Klin Wochenschr* 133, 816–824 (2021).DOI:

<https://doi.org/10.1007/s00508-020-01750-6>.

Disponívelem: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33090261/> Acesso em: 6 out. 2021.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33112864>

de Araújo NC, Silveira EA, Mota BG, Neves Mota JP, de Camargo Silva AEB, Alves Guimarães R, Pagotto V. Potentially inappropriate medications for the elderly: Incidence and impact on mortality in a cohort ten-year follow-up. *PLoS One*. 2020 Oct 28;15(10)

GIANCARLO, L et al. Fatores associados à polifarmácia em idosos institucionalizados. *Rev. bras. geriatr. gerontol*, v.13 (1), Abr 2010 DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/DKympMdXr3Sw6qmNJGHgM5x/?lang=pt> Acesso em: 6 de outubro de 2021.

Capítulo 17

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PALIATIVO – O OLHAR HUMANIZADO NO PROCESSO DE MORTE\MORRER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA"

Mariana Menezes Rocha

Priscila Vieira De Moraes Ramos

Victor Henrique Marques Santos

Rita De Cássia De Holanda Pessoa Porto

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PALIATIVO – O OLHAR HUMANIZADO NO PROCESSO DE MORTE/MORRER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA"

Mariana Menezes Rocha

Priscila Vieira De Moraes Ramos

Victor Henrique Marques Santos

Rita De Cássia De Holanda Pessoa Porto

RESUMO

Introdução: Os cuidados paliativos são uma necessidade global e através dele, junto a um olhar humanizado, a equipe de enfermagem é capaz de oferecer conforto e alívio às intempéries enfrentadas pelos pacientes em processo de finitude. Objetivo: Essa pesquisa tem como objetivo investigar as ações da equipe de enfermagem aliadas à humanização, com foco na assistência paliativa durante o processo de morte e morrer. Metodologia: Refere-se a uma revisão integrativa literária com enfoque qualitativo. Foram utilizadas as bases de dados, SciELO e BVS, os artigos publicados entre 2008 e 2021 e uma obra literária com temática pertinente da área. Os artigos foram selecionados de maneira detalhada, frente a relevância da assistência paliativa humanizada com pacientes em processo de morte/morrer, com intenção de reconhecer estratégias que auxiliem ao paciente terminal na melhora do seu quadro biopsicossocial e no tratamento ofertado pela equipe de enfermagem. Resultado: A avaliação das referências pesquisadas, demonstra a importância das ações da equipe de enfermagem junto a família do paciente em processo de terminalidade em cuidados paliativos para a oferta de uma assistência específica e humanizada. Conclusão: A partir da revisão de literatura, foi possível, também, conhecer novas técnicas e

métodos eficientes para reduzir o sofrimento do paciente, família e equipe multidisciplinar.

Palavras-chave: Cuidados paliativos. Assistência de enfermagem. Processo de finitude. Família. Humanização.

OS AUTORES

Adriana de Moraes Bezerra

Enfermeira, mestre em Enfermagem, docente do curso de Graduação em Enfermagem (universidade Regional do Cariri - URCA), doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE).

Alexandre da Trindade Lélis

Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Naturais com Habilitação em Física. (Universidade do Estado do Pará, UEPA, BR). E-mail: alexandre_lelis18@hotmail.com

Amanda de Oliveira Lima

Psicóloga graduada pela Universidade Estadual do Piauí. amandaolimapsi@gmail.com

Ana Carolina Moraes da Silva

Voluntária do projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, cursando Ciências Biológicas/URCAMP.

Anabela Silveira de Oliveira

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas: Coordenadora do Projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, Dra. em Engenharia Florestal e P.hd em Geografia.

Anilton Jorge da Nóbrega Gonçalves

Médico. Médico da Família pelo programa Mais médicos Brasil. anilton_goncalves@outlook.com

Atair Silva de Sousa

Pesquisador em Informações e Avaliações Educacionais (Inep/MEC). Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialização em Gestão Pública, Especialização em Ensino de Ciências - Física e Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orcid:

<https://orcid.org/0000-0002-1355-8797>.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2459273724635926>

Bianca Suaid Soares

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES.

Claudionor Braga da Silva Júnior

Mestre em Ciências da Educação Universidade de Trás-os-Montes-Douro-UTAD. Especialista em Educação do Campo Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Graduação em Matemática Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Enéas Machado

Mestre em Ensino Fundamental pela UNIMONTE (2000). Doutor em Educação pela UNISANTOS (2021). Professor de Ensino Fundamental I - Magistério (SEDUC Cubatão). Especialista de Educação III - Supervisor de Ensino (SEDUC Santos). Integra o Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Flávia do Prado Martins

Psicóloga - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP.

Flávia Garcia de Souza

Psicóloga - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP.

Gabriel Brasilino de Araújo

Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). Técnico em Agropecuária (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). E-mail: gabrielaraujoagron@gmail.com

Gabriel Garreto dos Santos

Graduando em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). E-mail: gabryelgarreto@gmail.com

Guilherme Marchiori de Assis

Doutor em História Social das Relações pela Universidade de Coimbra e Universidade Federal do Espírito Santo.

Jessyca Rodrigues Melo

Psicóloga graduada pela Universidade Estadual do Piauí.

João Paulo Ferreira Neris

Graduando do curso de Agronomia do Instituto Federal do Pará – IFPA, paulonerisfer1@gmail.com

João Paulo Xavier Silva

Enfermeiro, mestre em Enfermagem, docente do curso de Graduação em Enfermagem (universidade Regional do Cariri - URCA), doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE).

Julia Almenara Ribeiro Vieira

Residente em Geriatria e Gerontologia pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória (HSCMV), Vitória - ES.

Júlia Andrade Rodrigues Alves

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Júlia Magalhães Monteiro

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES

Kaio Vitor Gonçalves Fernandes

Psicólogo graduado pelo Centro Universitário Santo Agostinho.
kaio_fgv@hotmail.com

Kelly Fernanda Silva Santana

Enfermeira, docente do curso de graduação em Enfermagem (URCA), doutoranda em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE),
kellyfernandassantana@hotmail.com

Lailson da Silva Freitas

Mestrando em Produção Vegetal (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Brasil. Graduação em Agronomia (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). Técnico em Agroindústria (Instituto Federal do Pará, IFPA – Castanhal, BR). E-mail: lailsonfreitas222@gmail.com

Lize Helena Cappellari

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas - URCAMP, Bagé, Dra. em Biociências – Zoologia.

Luana Silva de Sousa

Enfermeira graduada pela Universidade Estadual do Piauí.

Lucas Dias Soares Machado

Enfermeiro, mestre em Enfermagem, docente do curso de Graduação em Enfermagem (universidade Regional do Cariri - URCA), doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE).

Lucas Dutra Pradie

Psicólogo - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP.

Lucas Rossi Gervilla

Artista visual, trabalha com imagens desde 2005. Doutorando (Bolsa Capes) e mestre pelo Instituto de Artes da UNESP e bacharel em Comunicação e Multimeios pela PUC-

SP. Participou de mais de 160 produções artísticas. Atualmente desenvolve a pesquisa "Estéticas do Abandono: Lugares Abandonados, Ruínas, Memória e Arte", onde investiga relações entre as artes visuais e o universo ruinoso. Dirigiu os longas-metragens "Ruinoso" e "Fora da Capital". Foi bolsista do DAAD e Prince Claus Fund. Em, 2018, foi comissionado pelo Canal Futura para a produção do curta-metragem "Edmur e o Caminhão?". Foi artista residente no ZK/U, Berlim; Fabrika CCI, Moscou; Galeria Ambos Mundos, Buenos Aires; NES Artist Residency, Islândia; e no Espacio Casa 3 Patios em Medellín. Participa de exposições individuais e coletivas.

Lúcia de Fátima da Silva Santos

Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Piauí, mestrado em Saúde e Comunidade pela Universidade Federal do Piauí.

Luiza Norbim Rones

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES.

Marcelo de Almeida Heidemann

Engenheiro Civil - Universidade Federal do Pará (1999), Mestre em Engenharia Civil - Recursos hídricos e saneamento ambiental (Universidade Federal do Pará, 2015), Professor - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA – Castanhal. E-mail: marcelo.heidemann@ifpa.edu.br

Mariana Menezes Rocha

Fisioterapeuta pós-graduada em fisioterapia respiratória e cursando Medicina na faculdade FTC desde 2016. Possui experiência em dermato-funcional com ênfase em drenagem linfática, pré e pós-operatório de cirurgia plástica. Tem como objetivo atuar no setor de fisioterapia dermato-funcional com o intuito de buscar um novo conhecimento para si, almejando aprimorar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Monaliza Sousa dos Anjos

Fisioterapeuta graduada pelo Centro Universitário Santo Agostinho.

Naanda Kaanna Matos de Souza

Enfermeira, mestre em enfermagem, docente do curso de Graduação em Enfermagem (universidade Regional do Cariri - URCA), doutoranda em Enfermagem e Promoção da Saúde pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Nathália Perini Zamprogno

Graduanda em Medicina pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória - ES.

Nayara Santana Brito

Enfermeira, mestre em Enfermagem, docente do curso de Graduação em Enfermagem (universidade Regional do Cariri - URCA), doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE).

Petterson Domingos Sousa Nobre

Nascido em 20 de Janeiro de 1987 na cidade de Juazeiro BA, Artista Visual itinerante, professor de Artes, Músico e Maluco de Estrada. Casado com Emanuelle Barbosa, pai do Ônix e do Noan, atualmente cursando Licenciatura nas Artes Visuais pela (UNIVASF) Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Priscila Vieira De Moraes Ramos

Graduação em andamento em Enfermagem. Centro Universitário Estácio de Sergipe, CUES.

Rafaella Marineli Lopes

Mestre e Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Advogada.

Reginaldo Rodrigues dos Santos Filho

Graduando em Medicina pela Universidade Estadual do Piauí.

Rejane Gonçalves de Araújo

Especialista em Educação do Campo Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Graduação em Pedagogia Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Rita de Cássia de Holanda Pessoa Porto

Rita é uma Alagoana, nascida em Maceió que desde 1996 veio para Aracaju, casou-se com um sergipano e construiu sua família. Economista de primeira formação e enfermeira por amor e dedicação ao próximo. Rita encontrou nos cuidados paliativos a razão da sua atuação na enfermagem, foi mais além com seu mestrado e através de cursos, autores como Elizabeth Kubler Ross, Cicely Saunders e Ana Claudia Quintana Arantes aprofundou sua busca incessante pela temática dos cuidados paliativos, onde hoje atua na docência.

Robson Leite Sampaio

Médico. Médico da Família pelo programa Mais médicos Brasil. robson-sampaio12@hotmail.com

Rubens Beçak

Mestre e Doutor em Direito Constitucional e Livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Associado da Universidade de São Paulo – USP. Professor Visitante da Universidad de Salamanca no Master en Estudios Brasileños. Contato: prof.becak@usp.br

Samara Martins Souza Veríssimo

Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Piauí.

Shainara Pereira

Enfermeira da Saúde da Família de Ouricuri - PE. Especialista.

Suelen de Lima Bach

Psicóloga - Doutora em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel.

Tamyris Ramos dos Santos

Bióloga, professora do Curso de Ciências Biológicas - URCAMP, Bagé, MSc. em Aquicultura.

Tatiane Dantas Martins Robles

Professora de Português como Língua Estrangeira e Cultura Brasileira, Mestra em Educação Universitária e Gestão educativa, com pós-graduação em Gestão Educacional, pós-graduação em Neuropsicopedagogia e pós-graduação em Educação 4.0, atuando em Lima, no Peru há mais de 10 anos.

Thalya Eduarda Nunes da Silva Santos

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Ceuma.

Ticiane Maria Santos Muniz

Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Piauí. tmuniz_the@hotmail.com

Victor Henrique Marques Santos

Graduação em andamento em Enfermagem. Estácio, FASE.

Wellington Vasconcelos de Souza

Bolsista do projeto Biota Pampeana: diversidade, conservação e sustentabilidade, cursando Ciências Biológicas/URCAMP.

ISBN 978-658601309-2



9 786586 013092

uniatual
EDITORIA